

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
DOUTORADO**

**A POLÍTICA DE THOMAS PAINE: DE COMMON SENSE AOS  
DIREITOS DO HOMEM**

**GUILHERME TADEU DE PAULA**

**MARINGÁ  
2019**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
DOUTORADO**

**A POLÍTICA DE THOMAS PAINE: DE COMMON SENSE AOS  
DIREITOS DO HOMEM**

Tese apresentada por GUILHERME TADEU DE PAULA, ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, como requisito para a obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. SIDNEI JOSÉ MUNHOZ

**MARINGÁ  
2019**

GUILHERME TADEU DE PAULA

**FICHA CATALOGRÁFICA**

P784p

PAULA, Guilherme Tadeu de

**A Política de Thomas Paine: de Common Sense aos Direitos do Homem.**  
Guilherme Tadeu de Paula. Maringá-Pr.: UEM-Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, 2019.  
p. 229

**Programa de Pós-Graduação em História Doutorado**

Orientador: Prof. Dr. Sidnei José Munhoz

1. Thomas Paine. 2. Direitos do Homem. 3. Independência dos Estados Unidos. 4. Revolução Francesa. I. Título. UEM.

CDD 22ª. 909.07  
NBR 12.899 – AACR2

João Vivaldo de Souza – Bibliotecário CRB-9/1807 - Biblioteca Central Unicesumar

Prof. Dr. Sidnei José Munhoz (Orientador) - UEM

Prof. Dr. Ricardo Cavalari Robim - UEM

Prof. Dra. Elise Sandra Ascóvão Azeiteiro - UEM

Prof. Dr. José Fernando Rolfo Gonçalves - UEM

GUILHERME TADEU DE PAULA

FICHA CATALOGráfICA

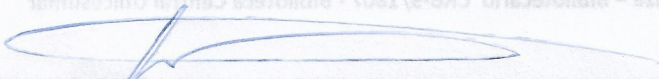
97849

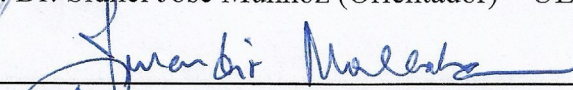
**PAINÉ POLÍTICO: DE COMMON SENSE AOS DIREITOS DO  
HOMEM**

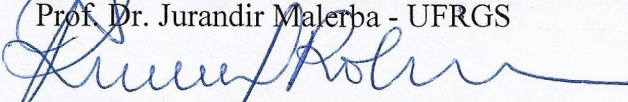
Tese apresentada por GUILHERME TADEU DE PAULA, ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, como requisito para a obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. SIDNEI JOSÉ MUNHOZ

CDP 22. 808.07  
NBR 12.809 - AACRS

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Sidnei José Munhoz (Orientador) – UEM

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Jurandir Malerba - UFRGS

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Rivail Carvalho Rolim – UEL

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Eide Sandra Azevêdo Abrêu – UEM

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. José Henrique Rollo Gonçalves – UEM

## AGRADECIMENTOS

À minha esposa, Vanessa, comigo do início ao fim desta jornada, responsável maior pelo que pode haver de estabilidade emocional nesta travessia íngreme, enfrentada com uma aspereza extra de agravante por ter sido experimentada precisamente em um momento em que o mundo lá fora optava pela escuridão. Sem sua companhia, não haveria como ter força para me asilar no século XVIII ou concentrar meus pensamentos em outro lugar que não no medo permanente da avalanche fascista que nos ronda. Sem ela, não haveria este ou qualquer outro trabalho.

Ao professor Sidnei Munhoz, meu primeiro orientador, que acreditou em mim em 2007 quando entrei em sua sala pela primeira vez, e voltou a aceitar minhas propostas quase uma década depois, quando cheguei a ele com um projeto de doutorado absolutamente distante de suas linhas de pesquisa. Sidnei me ensinou ser pesquisador e se nestas páginas houver algo de respeitável, o mérito é dele.

Aos amigos José Victor Lara e Felipe Alexandre Silva de Souza, os mais jovens professores que já tive. Suas digitais estão em todo este trabalho.

À professora Eide Abreu, a responsável por me apresentar Thomas Paine no curso de Ciências Sociais, em Ciência Política III, nesta mesma universidade. Foi com ela, precisamente nesta disciplina, que aprendi a ler textos políticos. Seus apontamentos trouxeram uma contribuição inestimável para o trabalho, mas sua presença nesta tese vai além, sendo uma referência teórica permanente para o que tentamos aqui empreender.

Por fim, em bloco: aos meus familiares, agradeço por estarem por perto – em especial o Arthur, para que quando souber ler saiba o quanto ajudou o tio nestes tempos duros. Ao Lucas Nepomuceno, por tudo. Ao Saulo Henrique Justiniano Silva pelo apoio. Às funcionárias do PPH, Márcia Fujikawa e Giselle Moraes, pelo trabalho incansável. Aos professores Javier Amadeo, José Henrique Rollo Gonalves, Jurandir Malerba, Rivail Rolim, Reginaldo Dias, Ângelo Priori, João Fábio Bertonha e Luiz Felipe Viel, por terem contribuído, cada qual ao seu modo, ao longo deste processo.

## RESUMO

Esta tese é dedicada à trajetória política e intelectual de Thomas Paine. Personagem político de notável relevância no final do século XVIII em função da influência exercida pelos seus escritos, Paine produziu textos que se tornaram clássicos narrando e intencionando intervir a partir de dois processos bastante conhecidos da chamada “Era das Revoluções”: a Independência Americana e a Revolução Francesa. Este trabalho é dividido em três capítulos. O primeiro é dedicado ao *Common Sense*, livro escrito em 1776, durante o conflito entre as colônias britânicas na América e a metrópole, que tinha como pilares argumentativos a defesa das ideias de independência e de república. O capítulo seguinte tem como foco o período que marca o intervalo entre as suas duas obras famosas, quando Paine tentou encontrar o seu lugar no novo pacto social que se desenhava nas ex-colônias após estabelecida a separação com a Grã-Bretanha. Por fim, mergulha-se no complexo ambiente político britânico na época em que os vizinhos franceses experimentavam o processo revolucionário, situando adequadamente a força e a radicalidade das propostas organizadas em *Direitos do Homem*. Com o intuito de compreender Thomas Paine em seu próprio tempo, se apoiando em uma vasta bibliografia relacionada e examinando uma ampla gama de fontes primárias, foram analisados seus textos situando-os nos ambientes políticos nos quais atuou.

**Palavras-Chave:** Thomas Paine; *Direitos do Homem*; Independência dos Estados Unidos; Revolução Francesa

## ABSTRACT

This thesis deals with the political and intellectual trajectory of Thomas Paine, whose influential writings made him remarkably relevant during the late 18th Century. Paine wrote his texts — which ended up becoming classics — not only in order to narrate two well known processes of the so called “Age of Revolution” — the American War of Independence and the French Revolution —, but also seeking to intervene in these very processes. This study is divided in three chapters. The first one examines *Common Sense*, a book Paine wrote in 1776, intending to advocate the ideas of independence and republic in a time of conflict between American British colonies and their metropole. The second chapter refers to the period between *Common Sense* and *Rights of Men* (1791-1792), during which Paine struggled to find a place in the new social pact being forged in the former American colonies newly separated from Britain. The last chapter focus on the strenght and radicality of the proposals presented in *Rights of Men* and how these proposals are intertwined with the complexities of British political enviroment as the French revolutionary process was taking place just across the English Channel. Massive amounts of primary sources were analyzed for this thesis, along with numerous bibliographic references, with the main objective of comprehend Thomas Paine in his own time and to examine his texts observing the political circumstances in which he acted.

**Keywords:** Thoma Paine; Rights of Men; American Revolutionary War; French Revolution.

## SUMÁRIO

<b>Apresentação.....</b>	<b>9</b>
<b>Introdução.....</b>	<b>12</b>
<b>I O escuro e inexplorado caminho da Independência e do Republicanismo.....</b>	<b>36</b>
<b>II Os fundadores de um novo Mundo Independente.....</b>	<b>83</b>
<b>III Os Direitos do Homem.....</b>	<b>142</b>
<b>Considerações Finais .....</b>	<b>212</b>
<b>Referências.....</b>	<b>217</b>



## APRESENTAÇÃO

Essa tese foi escrita entre agosto de 2015 e dezembro de 2018, e basicamente do início ao fim, contou com bolsa de doutorado da Capes, sem a qual ela não teria sido possível. Pretendemos, com ela, apresentar uma obra daquilo que consideramos que pode ser História Política, compreendida aqui como o estudo da correlação de forças nos contextos nos quais os homens e as mulheres se engajam em conflitos no esforço por estabelecer bases para a satisfação dos seus interesses. Sejam as ideias, a própria política, o que se chama de economia, ou religião, todos esses possíveis recortes são partes de um mesmo processo social, que é constituído pela ação humana. É a ação humana o objeto central de nossa investigação e, em cada ambiente contextual, tentamos evidenciar aquilo que nossos estudos mostraram ter exercido mais determinante influência e, a partir disso, explicar os desdobramentos históricos, sem estabelecer regras de hierarquia entre variados eixos de abordagem.

Dividimos a obra em três capítulos: o primeiro dedicado ao *Common Sense*; o segundo a uma obra não escrita, mas planejada, A História da Revolução Americana; e, o terceiro, às duas partes de Direitos do Homem. Em cada um deles, tentamos, a partir do que estava em discussão em cada um dos ambientes políticos mapeados, compreender as percepções, os interesses e as formulações de Thomas Paine. Como se nota, é uma obra limitada a um conjunto de discussões e contextos e que não deve ser considerada uma radiografia da vida e da obra do autor aqui estudado. É um estudo pormenorizado de três grandes momentos de sua trajetória.

Se houver alguma originalidade que possa distinguir nosso estudo daqueles que há mais de dois séculos se dedicam a compreender a vida e a obra de Thomas Paine, acreditamos que ela possa estar nas análises que empreendemos situando o conteúdo dos textos do autor em ambientes políticos que nos preocupamos aqui em reconstituir. Deixaremos a critério do leitor julgá-las relevantes ou não. Não há nenhuma grande descoberta mirabolante, nenhuma caracterização definitiva. O que há são sutilezas, detalhes, contradições, minúcias. Esforçamo-nos para compreender precisamente o que estava em jogo e para tanto, entregamo-nos às fontes e tentamos ser respeitosos com o que delas pudemos captar. Nossa ambição é que nosso escrito ajude aqueles interessados em Paine a conhecer um pouco mais do mundo que o forjou e das batalhas que ele travou para transformá-lo.

Os livros aos quais tivemos acesso por intermédio das plataformas próprias para publicação de obras digitalizadas - como Internet Archive, Google Books Library Projects, Open Library, Amazon, Kobo – quando citados, são tratados como as outras referências bibliográficas tradicionais: no corpo do texto, Autor-Ano no caso de menção e Autor-Ano-Página no caso de citação; e ao final, na parte de Referências, no subtítulo Referências Bibliográficas, listados em ordem alfabética, com autor, obra, cidade, editora, ano. As fontes “primárias” são tratadas como “Documentos”, indicadas sempre na nota de rodapé, com a coleção e a iniciativa de digitalização da qual faz parte. Destas, utilizamos primordialmente três: dois serviços gratuitos, a NIU Digital Collection da Northern Illinois University e o Founders Archive, do governo dos Estados Unidos, e um pago, o British Newspaper Archive, diferenciado pela sigla BNA. Citamos, ainda, em alguns casos, como “Documentos”, fontes disponibilizadas em coletâneas de correspondências digitalizadas. Quando isso ocorreu, citamos primeiro o nome do autor e depois a obra na qual a peça em questão estava presente.

Sobre o que foi escrito por Thomas Paine, optamos, nas obras em que havia tradução para o português, utilizar tais edições como referência, a fim de, de um lado, prestigiar o que já havia sido publicado dele no país, e, de outro, facilitar o caminho para os eventuais interlocutores brasileiros que busquem encontrar os excertos aqui mencionados. Com exceção de uma peça – o texto sobre o Fort Wilson Riot – todo o restante que foi a ele referenciado ao longo desta tese está presente nas Obras Completas organizadas por Philip Foner em 1945. Nestes casos, referenciamos, primeiro, nas notas de rodapé, o nome, Thomas Paine, o título do documento, a data em que foi escrito e (quando fosse o caso) o veículo em que foi publicado, o ano da edição da coletânea – 1945, e em qual dos dois volumes ele pode ser encontrado. Uma lista final, em ordem alfabética, com tudo o que foi citado do autor abre a parte dedicada às Referências.

Além de sinalizar a referência exata da documentação citada, as notas de rodapé nos são especialmente caras porque a partir delas pudemos explicar algumas questões mais detalhadamente. Quando optamos por este estilo, o fizemos para não prejudicar o ritmo e a estratégia da redação organizada para o desencadeamento dos argumentos centrais. Sua leitura atenta é, portanto, fundamental para a compreensão do todo de nosso trabalho.

Optamos, também, no esforço por facilitar que nosso texto seja compreensível para leitores não familiarizados com a língua inglesa, por traduzir todas as citações ao longo do texto. Deste modo, julgamos desnecessário, em todos os momentos que

empreendêssemos tal tarefa, sinalizar o fato com o termo “tradução nossa”. Quando o texto estiver, portanto, em língua portuguesa e não estiver referenciada nenhuma edição brasileira com seu devido tradutor, é sempre tradução nossa. Neste caso, optamos por uma tradução que mantivesse o estilo mais próximo o possível do ritmo e do estilo de Paine, sem nenhum interesse em mostrar nada além do que ele próprio dizia. Pensando nisso, inclusive, decidimos por não traduzir uma ou outra palavra, optando pela manutenção do termo original em casos que julgássemos que a tradução acrítica poderia causar eventuais desinformações. O caso mais importante destes é o do título do livro *Common Sense* uma vez que a ideia de Senso Comum mais conhecida na língua portuguesa e no ambiente universitário brasileiro tem o significado sensivelmente distinto daquele proposto pelo autor.

Entregamos, ao final desta importante etapa de nossa formação acadêmica, um estudo que não tem por intuito nem classificar, nem decodificar Thomas Paine. Em vez disso, saímos desta tese com a impressão de que, na medida em que nos aproximamos de seus contextos, seus interesses e do conteúdo de seus escritos, sua densidade e a sua complexidade se amplificam. Talvez esteja nesse ponto aquilo que, ao final destas páginas, gostaríamos de sustentar ao nosso leitor: Paine, como provavelmente outros escritores políticos em outros diversos tempos, é complexo, denso, sofisticado, importante, por si só, pelas próprias experiências que viveu, pelos próprios ambientes nos quais atuou. Não é preciso embotá-lo de questões que não eram de seu tempo ou situá-lo em tradições às quais nunca fez e nem poderia ter feito menção de pertencer para justificar sua relevância. Paine é um dos grandes. O leitor entenderá o porquê.

## INTRODUÇÃO

“Foi estabelecido [...] que as vidas daquelas pessoas que, ou praticaram ações úteis, ou negligenciaram deveres essenciais, devem ser contadas tanto como um exemplo para o tempo presente quanto como uma instrução para os tempos futuros”, Francis Oldys, “The Life of Thomas Pain”, 1791.

Com a epígrafe acima começava aquela que é a mais antiga obra que esta pesquisa conseguiu rastrear integralmente dedicada a Thomas Paine. Assinada por “Francis Oldys da University of Pennsylvania”, *The Life of Thomas Pain* (assim, sem o e), foi lançada na Grã-Bretanha em 1791, menos de seis meses após a publicação daquela que hoje chamamos I Parte dos Direitos do Homem. A afirmação, que abre o livro, não é propriamente original – e nem, tampouco, uma justificativa datada. Ao contrário, trata-se de um motivo clássico pelo qual, ainda hoje, justificamos o empenho em debruçarmo-nos por dias, meses, anos, no estudo de experiências distantes de nós, no tempo e no espaço. A ideia central de que a História é professora, seja mediada por algum refinamento estilístico ou metodológico, seja barbarizada por frases de efeito, ainda vigora com uma força incontestável, como se a disciplina – ou, digamos, o ofício que construiu o que é a disciplina - tivesse em si, e ao mesmo tempo, direta ou indiretamente, uma força preventiva e um manual de boas práticas.

É também autodefesa. Escrevemos, afinal, em uma época marcada pela otimização, pelas funcionalidades, e a urgência de se provar “útil” acaba por se impor como, por assim dizer, um rescaldo, um ressalto da ideologia dominante. Buscando “utilidade”, não raro, o historiador é induzido a ver a necessidade de afastar-se daquilo que eventualmente possa ser considerado diletantismo, antiquarismo. Ao fazê-lo, termina por convidar-se aos atropelos, se nos for permitida a imagem pouco inspirada, mas horrenda o suficiente, para ilustrar a prática que consiste em “investigar” o passado buscando moldá-lo à sua angústia do presente. Esta tese não é sobre como a trajetória de Thomas Paine pode nos ajudar a não cometer os mesmos erros do passado, seja lá o que for isso, ou, o que seria seu contrário, também não é sobre como o “pensamento” de Thomas Paine pode nos dar base para compreender o complexo, dramático, trágico até, contexto político de nosso tempo. Porque se produzir conhecimento histórico é, e só poderia ser, um recorte do olhar de quem parte de outro tempo, este ofício implica, ou ao menos julgamos que deveria, a incessante busca por desvendar as experiências reais que

constituíram aquele processo, ainda que limitados pelo nosso olhar, nosso método, nossa seleção de fontes, nossa distância.

Nos preocupamos em apresentar um Thomas Paine em suas próprias contendas. Assim, discorreremos sobre as suas relações políticas, as suas predileções intelectuais, as contradições inerentes à sua própria lógica de pensamento e de atuação pública, os limites impostos pelas situações sociais em que estava inserido, a proximidade com este ou aquele grupo, as implicações políticas de suas escolhas. Discussões que trabalham em uma dimensão temporal mais abrangente incluindo outros contextos, outros autores e outros ambientes intelectuais, por exemplo, os debates que partem de noções de linhas históricas sobre democracia, república, eventuais pioneirismos estilísticos, análises de previsões, foram, nas páginas a seguir, de modo geral, pouco tratadas. Julgamos que não haveria tempo hábil para realizar o exame pormenorizado da ampla gama de fontes que tal exercício demandaria. Ademais, nosso trabalho tem por objetivo entender Paine em seu próprio tempo uma vez que não julgamos um artifício fecundo buscar enquadrá-lo em tradições para além daquelas que ele mesmo reivindicou nos contextos em que esteve envolvido.

Aliás, falar em “contexto” para o estudo pormenorizado de autores da teoria política não é certamente uma novidade. Ainda assim, trata-se de uma noção que tem sido frequentemente reivindicada em operações metodológicas relativamente diversas. A percepção da necessidade de se compreender o ambiente no qual as obras foram escritas costuma ser, de modo geral, um pressuposto básico dos estudiosos dos textos políticos de nosso tempo. Não consideramos propriamente que seria uma filiação teórica a esta ou àquela tradição historiográfica que poderia garantir a qualidade ou o rigor de uma pesquisa, afinal, reivindicar qualquer dimensão “contextual” não é mérito, é premissa.

Insistimos, portanto, que, para nossos objetivos, não nos pareceu particularmente frutífero o exercício de trabalhar noções “contextuais” com relação a linhagens ou tradições de pensamento, conectando peças escritas em ambientes políticos absolutamente distintos como parte de uma mesma trajetória. Focamos em uma dimensão mais materializável do que também podemos chamar de “contexto”, mapeando os debates estabelecidos e as disputas reais de poder com pautas bem delimitadas, cenários nos quais a especificidade seja palpável e o significado dos termos reivindicados esteja ligado a interesses localizáveis mediante estudo histórico. E neste caso, “contexto” se apresenta, para nós, como uma questão de ângulo e projeção: recortes contextuais podem ser amplos como, por exemplo, a dimensão de um século em um país, ou de uma década em um

continente, ou, o contrário, notavelmente delimitados, como um mês de uma província, um processo eleitoral determinado. Em nossa tese, trabalhamos com essas e outras “escalas” “contextuais” – e essa variedade se dá, precisamente, porque elas não são dadas aprioristicamente, mas são desveladas mediante o estudo do texto e do ambiente político no qual ele visava atuar. Trata-se, afinal, de um estudo sobre Política. A questão central é não submeter a obra a um contexto dado exteriormente, mas precisamente mapear e trazer à tona, a partir do texto e do estudo da História, qual era precisamente “o contexto” de atuação intencionada. Essa ambição se levanta a partir do pressuposto da indivisibilidade entre o escrito e o ambiente político – o primeiro compõe, é destinado para e visa interagir com e intervir no segundo.

Distintos escopos contextuais podem se abrir a partir de questões diversas e, de modo geral, cabe ao pesquisador ter a sensibilidade e o rigor de compreender qual a chave interpretativa mais adequada para desnudar as minúcias da obra do autor. A questão central é encontrar o ponto exato entre a força do ambiente e do contexto e a autonomia criativa do escritor que quer, com sua peça escrita, intervir na realidade. Com isso, queremos dizer que, “contextualizar” não pode ser um exercício de enquadramento de um autor a uma linha de argumentação específica, uma tradição de pensamento, um *ethos* de uma época, ou qualquer apriorismo que se constitua de fora para dentro da obra. O desafio é precisamente encontrar aquilo que a distância no tempo e no espaço do objeto de estudo tende a obscurecer. Não há regras gerais sobre isso e dificilmente um conjunto específico de valores metodológicos será completo o suficiente para resistir às complexas dinâmicas sociais que transformam os homens e a História a ponto de se tornar um modelo de como se estudar os textos políticos.

Thomas Paine não tinha riquezas materiais – em dado momento, como veremos, sequer tinha dinheiro para alugar um cavalo, que dirá ter o próprio. Não sabia operar no comércio e os ofícios que exercera na Inglaterra antes de se arriscar no Atlântico em busca de uma vida nova na América – fabricante de espartilhos, cobrador de impostos – pouco tinham a ver com o seu maior talento. Só veio a ter propriedade muito depois de se tornar notório, e ainda assim, era um modesto pedaço de terra que certamente não se mostrou capaz de lhe garantir o conforto do nível daqueles com quem antagonizava por meio de seus escritos. Além disso, nunca teve poder ou habilidade o suficiente para se tornar líder político de algum grupo com efetiva capacidade deliberativa. Quando se aproximou dos homens mais poderosos de seu ambiente político, não tinha outra coisa a oferecer senão a incrível capacidade com as palavras – que na verdade, significa dizer, a incomparável

facilidade em se comunicar com grandes públicos, falando de maneira simples sobre assuntos densos – a interpretação não é nossa, mas de um dos mais elegantes escritores políticos de seu tempo, Thomas Jefferson: “nenhum escritor superou Paine no que tange à leveza e à informalidade do estilo: na perspicácia da expressão, na felicidade da elucidação, e na simples e despreziosa linguagem<sup>1</sup>”.

As palavras, sozinhas, evidentemente, não fazem a História. No entanto, saber articulá-las em processos históricos específicos e ter a potencialidade de difundi-las utilizando dos canais adequados para o ambiente desejado transformam o discurso político em uma arma de intervenção das mais eficientes. Esta tese é sobre isso. Não é uma biografia do importante panfletário ou uma visita historiográfica de mãos dadas com Paine à “Era das Revoluções”. É uma tentativa - parcial, incompleta, não-definitiva, mas sinceramente dedicada e cuidadosa – de entender de que modo Paine construiu suas argumentações, investigando o que precisamente cada uma de suas formulações significava em cada momento em que foi difundida. É, por assim dizer, a História da Política *de* Thomas Paine. – dos interesses em disputa nos ambientes políticos nos quais sua pena se fez presente e da correlação de forças de cada momento, em um fluxo de contextos pouco lineares que nos mostraram contradições, cinismos, originalidades, momentos de pequenez pouco admiráveis, outros tantos de invejável altivez, uma vivacidade aguerrida em busca de tornar-se alguém capaz de ser ouvido e, acima de tudo, uma capacidade poucas vezes vista de dialogar com quem não costumava ser ouvido.

Ora domando o fascínio pelo personagem, sem o qual não seria possível que nos mobilizássemos à difícil tarefa da investigação histórica, ora censurando com difícil frieza os desejos de agravos que, na medida que a pesquisa avançava nas minúcias, as descobertas nos instavam a praticar, entregamos à banca, e, por consequência, à comunidade acadêmica, um Paine político. Tão genial quanto aquele que seduziu uma audiência radicalizada no século XVIII, e seguiu atraindo interesse em leitores nos mais de dois séculos seguintes – entre estes, alunos de cursos de Humanas que têm algum texto do autor em seu programa; tão real, complexo e contraditório quanto pode ser um escritor político que desfilou entre os altos salões de poder do “mundo atlântico” e defendeu projetos que marcaram época e definiram bases para se pensar e discutir política para os anos vindouros.

---

<sup>1</sup> From Thomas Jefferson to Francis Eppes, 19 January 1821,” Founders Online, National Archives, last modified June 13, 2018, <http://founders.archives.gov/documents/Jefferson/98-01-02-1778>. [This is an Early Access document from The Papers of Thomas Jefferson: Retirement Series].

Não soubesse escrever, seria, basicamente, um personagem histórico sem nenhum impacto impressionante – como foi, aliás, por mais de três décadas e meias de vida, quando, até onde se sabe, não escrevia ou não se arriscava a publicar as linhas que redigia. Desse modo, é evidente que o que há de mais fundamental ao longo destas páginas é a análise da própria produção intelectual de Thomas Paine. A questão chave de nossa abordagem é compreender de que maneira é o próprio texto a atuação política de Paine. Por isso, compreendê-lo em seus próprios termos nos parece tão relevante. Trata-se de um esforço de História Política, centrado na atuação de um personagem de notável relevância e influência no final do século XVIII.

Como o leitor poderá perceber, partimos de alguns pressupostos. As relações de poder marcadamente influenciadas pela dimensão de classe aparecem como premissas de boa parte da bibliografia por nós selecionada. Além disso, os estudos sobre os quais apoiamos parte importante de nossas afirmações, tanto com relação à chamada “formação” dos Estados Unidos quanto sobre a questão de classe na Grã-Bretanha são, via de regra, ou ligados aos ramos da História Social “*bottom-up*” ou de revisionismo crítico às mitologias fundadoras estadunidenses. Ademais, também demos dedicada atenção a trabalhos que estudaram pormenores das relações políticas da América Britânica Revolucionária, dos Estados Independentes pré-1787 e da Grã-Bretanha de Pitt. Sem o trabalho árduo de alguns biógrafos e estudiosos ligados à História Política, seria impossível constituir as minúcias do que estava em debate nos ambientes sobre os quais Thomas Paine escreveu. Ao nosso ver, as principais novidades com relação a Paine que nossa interpretação pode trazer são devedoras destas impressionantes pesquisas, todas devidamente citadas nas páginas a seguir.

Ademais, ainda que insistamos na ideia de que não partimos de um conjunto de regras metodológicas apriorísticas, é inegável dizer que somos devedores de dedicados pesquisadores brasileiros que empreenderam incansáveis e admiráveis estudos sobre autores em seu tempo e deixaram pistas e recomendações que, sem as quais, esta tese teria sido impossível de ser concluída – ou, no mínimo, traria resultados muito distintos daqueles que hoje apresentamos.

Foi Eide Abreu (2004, p.3), quando ainda sequer imaginávamos que nos arriscaríamos à pesquisa sobre Thomas Paine, quem primeiro nos chamou atenção para os perigos do exercício da chamada “contextualização” sem o devido cuidado com o estudo histórico rigoroso – um que desvele as relações de poder estabelecidas e os interesses postos no ambiente de circulação do escrito. Como adequadamente afirma a



autora, o ensejo por “situar” o autor em determinado tempo pode “enquadrá-lo” a um contexto, “procedimento que, aparentando considerar a historicidade do texto, descaracteriza-a, contudo, ao considerar a obra como mero reflexo do seu tempo, em relação ao qual seria exterior”. Também nos é cara a proposta de Adalberto Marson, que em sua tese de doutorado sobre Alberto Torres em 1975 propôs uma maneira criteriosa e centrada no processo histórico de se estudar ideologia e textos políticos. Para Marson, a questão central era encontrar uma “análise ideológica de sua produção intelectual no âmbito de suas determinações internas e iluminada por um quadro de situações históricas concretas que dão sentido à peculiaridade da representação ideológica” (MARSON, 1979, p.9).

Por fim, lembramos ainda de Renato Janine Ribeiro, que ao explicar as chaves metodológicas de seu clássico estudo sobre a obra de Hobbes, criticou o costume de se pesquisar “o pensamento político de um filósofo mais enquanto parte de sua filosofia do que como uma intervenção política”. Para o professor, “este procedimento tem a vantagem da circunscrição rigorosa na leitura – mas necessariamente (o que não deixa de ser irônico) falseia a reconstituição, que pretende perfeita, do pensamento”. Isso ocorre, segundo ele, porque “o pensamento político exprime, em grau mais alto, um traço que talvez seja comum a todo pensamento: uma tenção de intervenção” (RIBEIRO, 2004, apêndice 2). Outra importante consideração que certamente influenciou o modo como nos portamos nesta tese está em outro texto de Ribeiro (1999, p.189-195), quando o filósofo defende que o “pesquisador deve expor-se aos objetos”, o que ele considera “mergulhar fundo, submeter-se ao que meu *corpus* (palavra melhor esta, que aliás dá um tom físico ao que estamos fazendo) me trazer de sugestivo. Muito vai surgir de errado, mas algo pode aparecer de novo e enriquecedor”.

Neste sentido, “expostos” e “submetidos” à documentação a tal ponto que ela própria nos ensinou como investigá-la, nos parece adequado finalizar esta breve nota ligada ao nosso procedimento lançando mão de um ensinamento, uma percepção, do nosso próprio pesquisado sobre o modo de se produzir conhecimento histórico. Irritado com o estilo do Abade Raynal, um dos importantes pensadores do final do século XVIII que tiveram o privilégio - ou o azar - de serem respondidos por ele, Thomas Paine o acusou de apresentar fatos de modo frio e descuidado, que nem informavam ou interessavam ao leitor, sem rigor e no geral, acompanhados de máximas e reflexões vazias. Nas palavras de Paine, o “o ofício do historiador” demanda, para além do rigor e do cuidado com os fatos que produzem as percepções, uma busca pela “raiz de onde eles

nascerem” e a “base sobre a qual eles se levantam<sup>2</sup>”. Uma tarefa desafiadora, como só poderia ser, e que esperamos ter cumprido nas páginas a seguir.

\*\*\*

Voltemos à obra citada na epígrafe desta nota introdutória: aquela apresentada como o primeiro livro escrito inteiramente dedicado a Thomas Paine. O que faltou mencionar é que o texto de Francis Oldys, da Universidade da Pensilvânia, se anunciava, com despudorada desonestidade, uma biografia “em defesa” dos escritos de Paine (assim, sem o e), provavelmente uma estratégia de vendas para atrair o público inglês que, àquela altura, já se entusiasmava com a retórica radical do mais lido panfletário do final do século XVIII. “Poucos homens têm justamente merecido mais esta honra, tanto como um exemplo para ser evitado no presente, como uma lição para ser aprendida para o futuro, do que o personagem, cujas ações vamos agora contar<sup>3</sup>”, afirmava, antes de esmiuçar a vida pessoal e política do autor.

A questão é que Francis Oldys sequer existiu. Tratava-se de um pseudônimo utilizado por George Chalmers, um talentoso biógrafo escocês da época, que fora contratado<sup>4</sup> por lordes ligados ao governo para escrever uma obra que difamasse Paine para o público letrado inglês – e assim minimizasse o impacto que *Direitos do Homem* vinha causando no ambiente político britânico. A invectiva trazia algumas descrições com relação à sua intimidade - algumas delas constrangedoras, uma série de ilações sobre quais seriam seus interesses políticos e ainda algumas pouco iluminadas críticas intelectuais ao conteúdo de seus escritos. Não tinha propriamente um rigor biográfico, embora seu estilo seja digno de boas produções de perfis de personagens políticos escritos no final do século XVIII. A riqueza de detalhes, porém, com relação às informações da vida de Thomas Paine antes que este se tornasse uma figura pública do outro lado do oceano impressiona e sinaliza um esforço de pesquisa. Faz sentido, afinal, vasculhar o passado dos inimigos políticos com cuidado em busca de eventuais malfeitos é uma estratégia política pouco original, mas certamente eficiente. Como tudo que envolvia

---

<sup>2</sup> Thomas Paine, *Letter to the Abbé Raynal*, [1782] 1945 (II), p.221-222.

<sup>3</sup> Id.

<sup>4</sup> Sobre isso, ver Hawke (1992), Vincent (1989) e Claeys (2001).

Thomas Paine naquele momento, a biografia teve alcance incomum: no espaço de dois anos, a peça difamatória atingiu 11 edições, algumas delas ampliadas<sup>5</sup>.

Como um escritor político de notável relevância pela rara capacidade de influenciar os contextos em que esteve envolvido, Thomas Paine construiu sua reputação pela força de seus textos. Não é de se espantar, portanto, que a disputa pela sua imagem e pelo significado daquilo que seus argumentos defendiam tenha se iniciado enquanto ele ainda estivesse vivo, em plena produção. Até onde se sabe, Paine nunca se dignou a responder este livro. Na abertura da segunda parte de *Direitos do Homem*, zombou das respostas que recebeu na esteira da publicação da primeira parte do panfleto, inclusive assinalando o insucesso editorial destas – mas falava especificamente daquelas que tentaram criticar sua doutrina política. É compreensível que não quisesse ampliar o alcance da palavra de seus detratores respondendo-os, evitando assim alimentar as calúnias. Ademais, ao longo de sua trajetória política, Paine escolheu a dedo com quem se permitia polemizar, e raramente o fazia com alguém cujo estatuto social, respeito e fama fossem menores ou iguais aos seus. Pouco mais de uma década depois, ele mesmo projetou escrever as próprias memórias, um exercício autobiográfico comum para a época. Esta obra nunca foi publicada e acredita-se que tenha se perdido, como nos conta Moncure Conway<sup>6</sup>, aquele que é considerado o seu principal biógrafo do século XIX por ter produzido uma grandiosa – no tamanho e na qualidade – “Vida e Obra” de Paine em 1892.

A obra de Chalmers, como se pode imaginar, não foi a última dedicada a difamar a imagem do revolucionário. Ainda vivo, Paine seria atacado em outras peças biográficas – a mais lembrada costuma ser o esboço de perfil escrito por William Cobbett, que mais tarde rejeitaria os escritos e se tornaria admirador do escritor. De todo modo, o ataque mais volumoso viria apenas três meses após sua morte, em 1809, uma outra biografia, escrita pelas mãos de um notoriamente amargurado James Cheetham, um editor de periódicos de Nova Iorque que havia sido colega e admirador do panfletário e terminara por se tornar, nos últimos anos, um desafeto. Se a traiçoeira peça escrita por “Oldys” a mando dos lordes surpreendia pela busca incessante de obscuridades na trajetória progressiva do revolucionário, o trabalho de Cheetham dá um passo a mais. Por intermédio

---

<sup>5</sup> De acordo com Clayes (2001, p.20), a primeira edição do livro tinha 25 páginas, e as últimas, 150, aumento de conteúdo que trazia consigo também uma ampliação das narrativas injuriosas contra o personagem.

<sup>6</sup> Moncure Conway, *The Life of Thomas Paine*, Vol. I, New York and London: G.P. Putnam’s Sons, 1892, p.x-xii.

de uma redação enraivecida, que se dizia basear na sua proximidade dos tempos de convívio com o personagem e em fontes do mais alto escalão da política estadunidense, francesa e britânica, Cheetham apresenta um Thomas Paine tirano em sua ideologia e terrível seu trato pessoal: “Paine não tinha boas qualidades [...]. Sujo e bêbado, ele trazia em si todos os vícios<sup>7</sup>”.

Tardaria uma década até que alguém pudesse responder com rigor e riqueza de detalhes às obras difamatórias. Coube a um antigo amigo de Paine, Thomas Clio Rickman, cumprir tal tarefa e quando o fez, desempenhou com o ânimo de quem presta uma homenagem. Sua biografia, de mesmo título que as anteriores, *The life of Thomas Paine*, é uma elegia tardia e tem como ofício desmentir acusações disseminadas pelos escritos de “Oldys” e Cheetham e revelar amenidades pessoais que agradariam os admiradores do escritor. O detestável e preguiçoso bêbado de Cheetham dá lugar a um amigo querido e escritor brilhante. No final, Rickman ainda disponibilizava um Apêndice intitulado de “Peças Originais em Verso e Prosa do Sr. Paine”, onde apresentava cerca de setenta páginas de escritos inéditos ou raros do autor<sup>8</sup>. Além dele, outro publicista londrino do final da segunda década do século XIX, William Sherwin, também publicou uma obra com um perfil de Thomas Paine<sup>9</sup>.

Que a disputa pela memória sobre Thomas Paine tenha sido marcada, nos primeiros anos após sua morte, por uma contenda entre amigos e desafetos pessoais sem grande relevo, é uma expressão do que foi o final de sua trajetória política. Nas décadas seguintes à sua morte, a questão se torna ainda mais complexa. É difícil pontuar com precisão, e demandaria um esforço de pesquisa digno de uma outra tese de doutorado, a reconstituição do processo que produziu a imagem do escritor revolucionário nos Estados

---

<sup>7</sup> É possível que o trecho escolhido não seja ilustrativo o suficiente do tom raivoso dedicado ao que Cheetham considerava o comportamento de Paine. Talvez o parágrafo em questão na íntegra nos sirva melhor: “Sua conduta com relação à sua esposa foi suficiente para destruir a memória de um homem, ainda que ele fosse, em outros aspectos, virtuoso; mas Paine não tinha boas qualidades. Incapaz de ter uma amizade, ele era vaidoso, invejoso, maligno; na França, covarde, e em todo lugar, tirânico. Em seus negócios privados ele era injusto, nunca pensando em pagar pelo que contratou e sempre guardando mortais ressentimentos contra aqueles que, pela lei, o compeliram a fazer justiça. Com aqueles que foram bons para ele, ele foi mais que ingrato, pois além da ingratidão, como no caso do Sr. Monroe, ele ainda adicionou maldade e abominável fraude. Ele foi culpado da pior das espécies de sedução; a alienação da esposa e dos filhos de um marido e um pai. Sujo e bêbado, ele trazia em si todos os vícios”. Ver: James Cheetham, *The Life of Thomas Paine*, America Printed: London: Reprinted for A. Maxwell, Bell Yard, Temple Bar, 1817.

<sup>8</sup> Thomas Clio Rickman, *The life of Thomas Paine, author of Common Sense, Rights of Man, Age of Reason, Letter to Addressers, etc, etc*. London: Printed and Published by Thomas Clio Rickman, 1819.

<sup>9</sup> Infelizmente, não conseguimos ter acesso a esta obra, intitulada, *Memoirs of the Life of Thomas Paine*. É uma pena, afinal, de acordo com Vale (1853, p.xii), esta era, apesar de incorreta em alguns pontos e muito focada em Londres, a melhor obra dedicada à vida de Thomas Paine escrita na primeira metade do século XIX.

Unidos, França e Grã-Bretanha ao longo do século XIX. Estas nações seguiram trajetórias políticas muito distintas umas das outras e, ao que nos parece, cada cenário mereceria um estudo pormenorizado, que não esteve no escopo desta tese realizar.

De todo modo, no que tange à produção bibliográfica, ao menos a partir daquilo que conseguimos rastrear, o escritor parece ter sido um personagem que atraiu pouco a atenção de estudiosos ao longo do século XIX<sup>10</sup>. A julgar pelo que disse Moncure Daniel Conway (1892-1893), o que restara propriamente de sua figura foram os boatos e as maledicências estabelecidas pelos seus inimigos, o que ele considerou “espantoso” e “triste”. É contra a desinformação, tentando recuperar um Paine “real”, resgatando elementos e virtudes perdidas no tempo e obscurecidas pela imagem construída pelos seus rivais dos dois lados do Atlântico, que Conway apresentou a sua obra biográfica do escritor revolucionário: uma grandiosa peça de quase mil páginas, divididas em dois volumes. Escritor nascido em uma rica família da Virgínia que se tornara rebelde militante antiescravista com atuação nos ambientes britânicos e estadunidenses, Conway produziu um trabalho sem igual se comparado a tudo que já havia sido organizado com relação a Paine. Trazia investigação dedicada – e desta vez, simpática à sua obra –, argumentos racionais e propunha uma imagem libertária, revolucionária, rebelde e original. Estabeleceu, assim, uma importante base de compreensão para o século XX daqueles que se interessariam pela história do autor de panfletos famosos.

Nas primeiras décadas, não foram muitos. Em 1925, Thomas Edison, famoso inventor, escreveu que considerava “Tom Paine” o maior pensador político da História dos Estados Unidos e que lamentava profundamente que seu pensamento não exercesse

---

<sup>10</sup> A exceção parece ter sido a obra de Gilbert Vale, *The Life of Thomas Paine, with critical and explanatory observations on his writings*, da década de 1840 – a edição que tivemos acesso é a sétima, de 1853. Ver Vale (1853). O fato de uma obra sobre Paine ter sete edições entre a década de 1840 e 1850 chama a atenção, embora não tenhamos conseguido rastrear a tiragem de cada uma delas. Sabe-se que era uma publicação financiada pelo próprio autor, o que pode indicar números mais modestos. De todo modo, independente de sua capacidade de influência no ambiente que veio à tona, que nesta pesquisa, não conseguimos rastrear, podemos dizer que trata-se, de, ao nosso ver, uma obra de muito valor historiográfico, não só por marcar uma possibilidade de ter acesso a impressões de como se constituía a imagem de Paine nos Estados Unidos na década de 40 do século XIX, como também porque conseguiu reunir uma gama interessante de citações a cartas e documentos primários. Do ponto de vista político, Paine continuou a ser referência para movimentos radicalizados e é impossível desvelar as inúmeras menções que ele e seus Direitos do Homem receberam ao longo do século XIX. Apesar disso, poucas iniciativas ligaram memória à produção intelectual – talvez a única exceção tenha sido estabelecida na década de 1870, quando um grupo ligado a movimentos de trabalhadores organizados nova-iorquinos chegou a criar a Thomas Paine National Historical Association – ver: <http://thomaspaine.org/pages/history.html> (acessado pela última vez em novembro de 2018). A TPNHA ainda se encontra em atividade e é a mais importante instituição dedicada à obra de Paine. Já no século XIX e XX ela se esmerou em encontrar e publicar escritos do autor, além de estabelecer um museu, um centro de estudos e eventos anuais – atividade que ainda pratica até hoje em New Rochelle.

nenhuma influência no país naquela época por ser basicamente desconhecido pelo cidadão comum: “os ensinamentos de Paine foram barrados em todas as escolas em todos os lugares e suas visões de mundo foram distorcidas até que sua memória estivesse escondida nas sombras<sup>11</sup>”. À parte interesses esparsos como este, a obra de Conway permaneceu como principal paradigma para os estudos de Paine pelo menos até a década de 1940, quando a intelectualidade estadunidense passou a se interessar mais vivamente pelo escritor revolucionário.

É difícil ponderar sem um estudo pormenorizado da década os motivos pelos quais aqueles anos propiciaram tamanho interesse no autor de *Common Sense* nos Estados Unidos. Podemos apenas levantar algumas hipóteses: a profissionalização da disciplina da História nas principais universidades daquele país certamente criou terreno para pesquisas mais sérias, e o processo de Independência foi, certamente, um dos temas mais visitados. Como se sabe, é impossível estudar pormenorizadamente o nascimento dos Estados Unidos sem esbarrar em Paine. Para além disso, as primeiras décadas do século XX foram marcadas pelo aparecimento de uma interpretação historiográfica “progressista” que desconstruía alguns mitos fundadores do final do século XVIII e que eventualmente pode ter aberto espaço para outros “pais fundadores”. Paine não chegou a ser centro dessa abordagem, e, de modo geral, seu espaço se estabeleceu de uma maneira notavelmente mistificadora em manuais e livros escolares sobre a Independência – sendo tratado como o responsável por unir o país e convencer de que era o momento da separação, como veremos no primeiro capítulo – mas, de todo modo, aparentemente, atraía em meados do século XX muito mais atenção do que havia recebido até então.

Neste sentido, um dos, digamos assim, pontos altos da “redescoberta” de Paine foi o romance histórico de 1943, *Citizen Tom Paine*, de Howard Fast, um jovem escritor já à época considerado talentoso e, após a obra sobre o revolucionário, *best-seller* da literatura estadunidense. Um dos méritos da obra listado pela crítica nos meses que sucederam o lançamento do livro foi ter conseguido expressar “o senso de urgência e da realidade das ideias que Paine imprimiu no modo de pensar política de seus contemporâneos<sup>12</sup>”. O impressionante sucesso de audiência não foi a única característica que o escrito de Fast viu sua obra replicar da trajetória de seu personagem. A perseguição de conservadores também se fez presente: o romancista nova-iorquino chegou a se

---

<sup>11</sup> Thomas Alva Edison, *The Philosophy of Thomas Paine*, *Journal of Radical History* (vol.11, number 2, 2012).

<sup>12</sup> Alan Benoit. *The New Masses*, July, 6, 1943, p.24-25.

assustar e chamou de “indescritível e ridículo” quando o Comitê de Gestão Escolar de New York censurou a obra nas livrarias públicas da cidade<sup>13</sup>.

Não temos elementos pra afirmar de que maneira a obra de Fast contribuiu para o aumento do interesse dos universitários em Paine, embora nos pareça sensato inferir que de alguma maneira indireta ela compôs o cenário acadêmico mais interessado na trajetória do escritor. É importante sinalizar isso, mas também não exagerar. Howard Fast era, afinal, um romancista, e trazia em seu trabalho uma série de inexatidões, às vezes favoráveis à imagem de um herói e às vezes até incorporando boatos disseminados pelas biografias interessadas em difamar o autor panfletário. Fast não tinha nenhum compromisso com o rigor historiográfico. Os historiadores sim, a partir da década de 1940, partiram para uma análise mais detalhada, racional e criteriosa do que havia sido a vida de Thomas Paine.

O acadêmico considerado, à época, o mais dedicado estudioso da obra de Paine se chamava Harry Hayden Clark, professor de Letras que teve carreira ligada à Universidade de Wisconsin. Investido por anos nos estudos da trajetória política do autor, Clark publicou em 1944 uma coletânea de trabalhos do revolucionário, com notas, introdução e bibliografia – nestas, abordava questões ligadas às suas formulações políticas e econômicas, propondo exame respeitoso de suas ideias como pensador político e construindo interpretações até então inéditas<sup>14</sup>. Clark não caminhava sozinho. No mesmo período, outros historiadores profissionais também já haviam produzido peças, ainda que de menor fôlego, dignas de nota sobre a trajetória, o pensamento, as influências ideológicas e a disputa pela memória do revolucionário escritor – nomes como Philip Davidson, Robert Falk, Joseph Dorfman, Howard Penniman, Vernon Parrington, entre outros<sup>15</sup>.

Em 1945, porém, o historiador marxista Philip Foner foi além e entregou ao público um trabalho considerado até hoje como referência obrigatória: as Obras Completas de Thomas Paine. Foram mais de duas mil páginas, divididas em dois volumes, com obras do autor datadas de 1766 a 1809, das mais famosas a raridades, entre

---

<sup>13</sup> The New York Times, School Ban Asked on ‘Citizen Paine’, February, 5, 1947. A reportagem traz ainda um número de vendas da obra de Fast baseada em dados de uma das três editoras que publicaram o escrito, a Duell, Sloan & Pearce, Inc., que estimavam 810.000 cópias vendidas em menos de quatro anos de circulação. Filiado ao Partido Comunista, Fast foi alvo do Comitê de Atividades Anti-Americanas e se recusou a cooperar.

<sup>14</sup> Infelizmente, não conseguimos o acesso a esta obra. As afirmações acima referidas são baseadas nas palavras de Philip Foner (1945) em seu fundamental “Obras Completas” de Paine e nos *reviews* da obra escritos por Charles Merriam (1944) e Philip Davidson (1944).

<sup>15</sup> Nossa referência para listar estas obras é o próprio Philip Foner (1945, II, p. lxi).

estas, cartas e artigos diversos de intervenção – tudo devidamente contextualizado com breve apresentação, além de introdução e notas. Apesar de um ou outro equívoco, a obra, que conseguiu encontrar e reunir uma série de textos inéditos, mudou a perspectiva e a acessibilidade de como se estudar Paine e é, até hoje, bibliografia básica da maior parte dos trabalhos empenhados em compreender os escritos do autor – inclusive esta tese – ver Paine (1945).

Se a década de 1940 é importante porque marcou o início do interesse mais pormenorizado dos investigadores acadêmicos na história de Thomas Paine, foi a partir dos anos 1960 que o autor efetivamente se tornou um tema clássico dos estudos sobre o século XVIII. Ao nosso ver, a ideia do Paine ignorado, esquecido no país que ajudou a forjar e escondido de seus próprios compatriotas, poderia fazer certo sentido até a década de 40 do século XX e, nesse sentido, a fala anteriormente citada de Thomas Edison é uma importante expressão. Se quisermos exagerar e eventualmente acusar a negligência da intelectualidade que preferiu ignorá-lo, com muito esforço e sem propriamente muito rigor relativo, é aceitável a ideia de que até os anos de 1960 ele não foi propriamente tratado com o relevo que sua trajetória mereceria. A partir daí a ideia do “Paine maldito”, obscuro, nos parece frágil: Paine só esteve escondido para quem não quis encontrá-lo.

O primeiro dos livros do eminente pesquisador Alfred Owen Aldridge dedicado a Paine, de 1959 – ele escreveria anos depois - *Man of Reason*<sup>16</sup>, parece ter sido o ponto de partida para este novo momento. Considerado, à época, “a primeira boa biografia de Paine desde Conway”, capaz de “complementar a extensa introdução e anotada bibliografia de Harry Hayden Clark<sup>17</sup>”, o livro trazia novidades encontradas em arquivos franceses e britânicos e chegou a ser tratado como o trabalho “definitivo” sobre o escritor revolucionário. A ideia foi sabiamente rejeitada pela historiadora Katherine George com um argumento que nos ajuda a entender de que modo que a própria pesquisa rigorosa sobre o final do século XVIII acabava por lançar luzes à vida de Thomas Paine e devolvê-lo a um lugar mais condizente com o que fora sua trajetória política. Segundo a autora, embora a obra fosse “erudita, completa e livre de leituras enviesadas muito óbvias”, ainda havia espaço para que alguma biografia apresentasse um personagem mais “tridimensional” e “mais vivo” ou uma leitura do “entrelaçamento de suas ideias com as

---

<sup>16</sup> A obra está fora de catálogo e indisponível nos acervos aos quais tivemos acesso, o que, infelizmente, inviabilizou que tivéssemos acesso a ela. As afirmações sobre o escrito são, portanto, históricas e não propriamente analíticas com relação ao seu conteúdo.

<sup>17</sup> James Woodress, *Reviewed Work: Man of Reason: The Life of Thomas Paine by Alfred Owen Aldridge*, *Science & Society*, Vol. 25, No. 1 (Winter, 1961), p.59-61.



ideias de seu tempo”, isso porque, argumentou: “Thomas Paine não é um tópico pequeno; ele está intimamente ligado a muito da História do seu tempo para ser esgotado em um livro ou dois. Com um assunto destes, a criatividade acadêmica nunca estará de fato esgotada<sup>18</sup>”.

Não tardaria para que a intelectualidade europeia também se interessasse pelo autor. Em 1963 viria, do mundo francófono, aquela que é considerada a primeira obra de fôlego produzida com métodos historiográficos a tratar do debate que será tema do terceiro capítulo desta tese: “Burke, Paine and The Rights of Man: a Difference of Political Opinion”, obra de um padre, R.R. Fennessy (1963), publicada em uma coleção organizada pela Escola Católica de Louvain, da Bélgica. Trata-se de um livro relativamente rigoroso e que traz um trato original da documentação, mas que se fragiliza pela presença de uma má vontade perene com Thomas Paine.

Mais interessante era o que estava acontecendo na Inglaterra, uma vez que este período marcou o apogeu da New Left. Dos historiadores que buscaram revisar a história britânica e recontá-la a partir dos de baixo, Christopher Hill (1997[1959], p.93-99) parece ter sido o primeiro a encontrar em Thomas Paine, ainda em 1958, um ponto fundamental que conectava as distintas tradições da história dos trabalhadores ingleses. Para Hill, ao mesmo tempo em que Paine ecoava um modo de ver o mundo com elementos herdados daquele dos Levellers do passado, também deixava para o movimento trabalhista do século XIX seus escritos, uma herança que, segundo o historiador, desempenhou inegável influência. Três anos depois, foi a vez de Eric Hobsbawm, que escreveu um pequeno e simpático - mas não exatamente acurado - perfil de Paine, no qual chegava a dizer que as “verdadeiras propostas políticas deste homem profunda e instintivamente revolucionário foram quase ridiculamente moderadas<sup>19</sup>”. O melhor, por sorte, ainda estava por vir: em 1962, Edward Thompson apresentou na edição de Maio/Junho da New Left Review um texto intitulado “The Free-Born Englishman”, apresentado como um capítulo de um livro a ser publicado no ano seguinte, no qual afirmava que foi Paine o responsável por desenvolver uma plataforma política fundada nas ideias de que “Nação” era o povo, e que

---

<sup>18</sup> Katherine George, Boof Review: Man of Reason: The Life of Thomas Paine by Alfred Owen Aldridge, The Western Pennsylvania Historical Magazine, Volume 43, Number 3, September, 1960, p.290-292.

<sup>19</sup> Este texto foi primeiro publicado em 1961, na revista New Statesman e depois como peça que compôs a coletânea de estudos chamada Labouring Men: Studies in the History of Labour, publicado em 1964. Este trabalho foi publicado no Brasil pela Editora Paz e Terra em 1981. Em 1998, Hobsbawm cuidou de inserir o artigo em nova coletânea, desta vez chamada Uncommon People: Resistance, Rebellion and Jazz. Esta última foi publicada e reeditada no Brasil também pela Paz e Terra. Ver Hobsbawm (2005, p.9).

este, não só podia pensar e ler, como podia pensar e ler o que quisesse<sup>20</sup>. Como se sabe, o livro que contaria com o artigo em questão seria o monumental *The Making of the English Working Class*<sup>21</sup>, publicado em 1963, com uma sofisticada e original tese sobre como pensar a noção de classe – uma proposta historiográfica de leitura centrada no próprio “fazer-se” da classe trabalhadora inglesa, narrando um complexo processo histórico e social pelo qual ela se constituiu e apresentando o *Direitos do Homem* de Paine como nada menos que um dos textos “fundadores” deste movimento. Se é verdade que nenhum dos principais nomes da New Left britânica tenha se empenhado em escrever uma obra inteira de fôlego dedicada a Thomas Paine, seus trabalhos ajudaram a constituir um tipo de olhar sem o qual boa parte das excepcionais pesquisas que trataram de Paine não teriam sido possíveis.

O ducentenário da Independência dos Estados Unidos na década seguinte se mostrou um período particularmente fecundo para os estudiosos estadunidenses interessados em compreender melhor 1776. Da época, costuma-se listar dois grandes trabalhos que apresentaram leituras novas - e, em grande medida, de perspectivas antagônicas - sobre o autor. O primeiro, de 1974, é “Paine”, de David Freeman Hawke, livro que se propunha como uma nova biografia dedicada a narrar com certa crueza as dubiedades intelectuais e de personalidade do escritor, que àquela altura, já ocupava um lugar relativamente idealizado dentre os personagens da Independência. Muito elogiado por trabalhar com uma série de informações originais, o escrito tem o mérito de levantar questões geralmente ignoradas por autores mais simpáticos a Thomas Paine, sobretudo com relação a algumas de suas contradições entre teoria e prática e as companhias nos ambientes por onde circulou. O problema é que essa tentativa de desconstrução da imagem do biografado termina por apresentar um personagem dúbio e repleto de vícios, em um esforço de aparente humanização rigorosa, mas que por vezes se desdobra em grosserias parecidas com a dos difamadores do século XVIII e XIX<sup>22</sup>.

O outro trabalho mencionado acima é de 1976, lançado por Eric Foner, sobrinho de Philip Foner, um trabalho clássico de “História Social”, pautado em compreender e mapear, mediante rigoroso estudo do processo de classes, de que modo se constituiu o ambiente político da Pensilvânia e como ele se tornou um palco propício para a agitação política promovida pelos escritos de Thomas Paine. Assumidamente influenciada pelo

---

<sup>20</sup> Edward Thompson, *The Free-Born Englishman*, *New Left Review*, May/June, 1962.

<sup>21</sup> Ver Thompson (2004).

<sup>22</sup> Ver Hawke (1992).

método dos historiadores da nova esquerda inglesa, “Tom Paine and Revolutionary America” (1976) é uma obra impressionante em sua riqueza no detalhamento desvelado e na fineza no trato das fontes – uma das melhores peças já escritas sobre o autor.

Um pouco antes do ducentenário da Revolução Francesa polarizar o debate sobre o século XVIII e aumentar a curiosidade com relação ao debate Burke-Paine, o autor responsável pela primeira biografia acadêmica sobre o revolucionário, Alfred Owen Aldridge, voltou ao autor de Direitos do Homem vinte e cinco anos após seu primeiro livro. Em “American Ideology”, Aldridge (1984, p.9) partia de um pressuposto não exatamente acurado: “Thomas Paine foi tema de pelo menos uma dezena de biografias ao longo deste século, mas pouca atenção foi devotada às suas ideias”, problema que sua pesquisa tentaria sanar. A noção nos parece inadequada porque a trajetória de Paine é, afinal, indivisível de suas ideias e os textos publicados até ali, apesar de sujeitos a eventuais omissões ou mesmo limitações de estilo e de intenção, haviam sim dedicado demorada atenção ao conteúdo dos escritos do personagem estudado. À parte isso, o segundo livro de Aldridge sobre Paine é excelente: tem o esmero em buscar questões jamais tratadas, sobretudo minúcias que circundam ambientes nos quais foram escritos textos menos famosos, e tem a segurança que só alguém que é familiarizado com a obra do autor há tanto tempo pode exhibir.

Tamanha produção de qualidade e relevo dedicada ao tema levou o talentoso historiador marxista estadunidense Steven Rosswurm, na resenha que escreveu sobre a obra de Aldridge, a questionar: “Outro livro sobre Tom Paine? Ainda tem alguma coisa pra ser dita – especialmente depois do renovado interesse e de toda a historiografia produzida no Bicentenário – sobre a vida e a carreira intelectual de Paine?<sup>23</sup>”, uma pergunta que sinalizava como a ideia de obscuridade do autor de *Common Sense* e Direitos do Homem havia ficado definitivamente para trás. De fato, a esta altura, a trajetória de Paine estava devidamente esmiuçada por uma série de investigações sérias e comprometidas, mas, a feliz conclusão de Katherine George com relação à primeira obra de Aldridge, mais de duas décadas antes, ainda soava certa – e poderia até servir como uma resposta à provocação de Rosswurm: um personagem deste tamanho não se esgota. Como veríamos nas décadas seguintes, distintos ambientes intelectuais formulariam distintas novas questões, e complexas correlações políticas e históricas problematizariam de maneiras diversas a trajetória de Paine e o conteúdo de seus escritos.

---

<sup>23</sup> Steven Rosswurm, Review: Tom Paine’s American Ideology. *Eighteenth-Century Studies*, Vol. 19, No 4, Summer, 1986, p.549-551.

Na França, em 1987, Bernard Vincent publicou “Thomas Paine ou la religion de la liberté”, uma peça que é cara aos pesquisadores brasileiros por ser a primeira biografia de Thomas Paine publicada no país – precisamente no ducentenário da Queda da Bastilha, pela Paz e Terra. Com uma redação belíssima em tom ensaístico e notoriamente entusiasmado com os feitos de Thomas Paine, Vincent apresentava ao público francês – e de outras nacionalidades onde a obra foi traduzida, inclusive o brasileiro – um Paine irresistível e subapreciado. Em um texto que situava o autor como uma espécie de *outsider* que venceu gigantes e não recebia o reconhecimento ao nível de seus méritos, Vincent apresentou um trabalho coerente e bem sucedido para seus propósitos, mas que, por isso mesmo, de um lado, se permitia a alguns exageros que não raro resvalava em anacronismos e, de outro, não se esmerava em debater a extensa e rica bibliografia precedente que já trabalhava com questões menos duais e mais complexas<sup>24</sup>. De todo modo, se não traz propriamente nenhuma grande descoberta para iniciados, tinha um mérito inquestionável: apresentava Paine para um público mais amplo do que propriamente o rol de especialistas.

Para estes, o livro do intelectual britânico Gregory Claeys, lançado em 1989, foi certamente mais atraente. Primeiro grande estudo produzido pela academia britânica que tinha Paine como foco central, Claeys partia das descobertas da New Left dos anos 1960 com relação à influência do autor no radicalismo britânico para estudar o que ele chamou de “Pensamento Social e Político” de Thomas Paine. A obra se esforçava em encontrar chaves interpretativas para o autor – as preferidas parecem ter sido “deísmo” e “republicanismo” – como um meio de filiá-lo a outras tradições que lhe antecederam – de modo geral, como um meio de buscar tanto a origem de suas ideias quanto a influência que ele exerceria no futuro. O esforço, que certamente contribui para a bibliografia dedicada ao autor, não chega a impressionar pelo rigor, uma vez que trata de questões e recortes de tempo muito amplos com discussões sucintas, o que dá a impressão de ser mais um panorama interpretativo do que um estudo pormenorizado - para se ter uma ideia, o capítulo dedicado a Direitos do Homem tem apenas doze páginas. Ainda assim, trata-se de uma obra de um intelectual talentoso e com amplo conhecimento de teoria política. Cinco anos depois, com objetivos similares, o professor estadunidense Jake Fruchman Jr. (1994) centrou esforços em apresentar uma “biografia intelectual” do personagem conectando suas impressões políticas e religiosas – ele voltaria a publicar um escrito para

---

<sup>24</sup> Ver Vincent (1989).

cumprir a tarefa uma década adiante, analisando inclusive textos menos famosos, reivindicando a Paine o estatuto de filósofo político – buscando continuidades, rupturas e linhas de tradição às quais julgava adequado vinculá-lo<sup>25</sup>. São trabalhos sérios e comprometidos com os métodos bem estabelecidos da historiografia de nosso tempo e que contribuiram, cada qual ao seu modo, com visões para que sigamos debatendo a obra de Paine.

Ainda mais instigante, porém, nos parece a biografia lançada em 1995 pelo australiano que, na época, lecionava na Inglaterra, John Keane. O escrito, que tem um ritmo incomparável, tem também o mérito de narrar as peripécias de Paine com um detalhamento quase literário, sem pressa ou ânsia por enquadrar o autor a qualquer lógica intelectual – no limite, Keane acentua suas especificidades e não muito mais. Com uma linguagem agradável sem abrir mão do rigor científico, e com texto repleto de insights que só alguém com notável inteligência pode ser capaz, Keane se apoiou na ampla base bibliográfica do que a historiografia já havia produzido e em uma leitura atenta a documentos mais conhecidos - e alguns inéditos - para produzir uma obra de referência. O intuito primordial do texto de Keane era defender como magnânima a influência política de Paine em sua época e a grandiosidade de tudo que aconteceu ao redor do escritor ao final do século XVIII permitiu que o biógrafo afirmasse, no momento mais chamativo do livro, que o autor foi “a maior figura pública de sua geração<sup>26</sup>”.

Esta obra simboliza, por ser a última aqui listada escrita no século XX, a derradeira estação da curiosa jornada percorrida pelas pesquisas que contribuíram para o que podemos chamar de recuperação da memória de Thomas Paine. Uma muito peculiar travessia, que parte de um tempo no qual Paine não passava de um personagem obscuro, desconhecido da maioria do público – o que angustiava Thomas Edison na década de 1920 – e desembarca na ideia sustentada com rigor e, por isso, passível de aceitação da comunidade científica, de que ele era o grande nome da Era das Revoluções, como defendeu John Keane. O contraste é maior ainda se compararmos com aquele cenário pintado por Conway, ainda no século XIX, quando decidiu empreender um esforço, até então sem igual, de narrar a vida do escritor revolucionário desmentindo as narrativas de difamação.

---

<sup>25</sup> Ver Frutchman Jr (1994; 2009).

<sup>26</sup> Segundo Keane, ele teria feito muito mais barulho e atraído muito mais a atenção de sua época do que personagens famosos que foram seus contemporâneos, como Adam Smith, Kant, Rousseau, entre outros.

Podemos, desta maneira, perceber que se a ideia do “não reconhecimento” ficara pra trás pelo menos desde a década de 1960 – e que não nos esqueçamos do notável esforço dos trabalhos dos anos 1940 -, os pesquisadores dedicados ao autor propiciaram nos trinta anos seguintes um aumento significativo na variedade de olhares e tipos de abordagem para o estudo do personagem e de suas intervenções intelectuais. Este esforço indiretamente coletivo de estudiosos, certamente não organizado nem linear o suficiente para ser chamado de “projeto”, e sem nenhuma coerência paradigmática para compor uma “tradição”, foi tão bem-sucedido que Paine terminou o século notavelmente relevante. Talvez não haja símbolo maior e mais improvável para isso do que o fato de que a mais importante revista do Vale do Silício, bíblia dos programadores e investidores do ramo tecnológico, Wired Magazine, tenha, em 1995, lhe outorgado o epíteto de “pai moral da internet<sup>27</sup>” e tenha estampado uma capa de uma de suas edições com uma imagem de Thomas Paine estilizada com uma estética digital dos anos 1990 e sua frase famosa: “está em nosso poder começar o mundo de novo<sup>28</sup>”.

Os motivos pelos quais os pesquisadores do século XXI procuram Thomas Paine, portanto, só poderiam ser distintos daqueles que se esmeraram em investigá-lo nas décadas precedentes. Ao menos se tomarmos com base os principais escritos sobre ele no período, a ansiedade por encontrar o seu lugar dá lugar a debates precisamente sobre a imagem que a historiografia recente ajudou a forjar. O texto de Edward Larkin (2005, p.4), por exemplo, já partiu da ideia de que Paine foi um escritor que produziu um trabalho influente dos dois lados do Oceano no século XVIII e afirmou que o objetivo de sua pesquisa era, a partir do contato com o que produziu Thomas Paine, investigar aquilo que ele chamou de “literatura da revolução”: “Paine oferece uma notável janela para o ambiente transatlântico no qual ele se moveu com facilidade e no qual ele alcançou enorme sucesso”. Seguindo a trilha da New Left dos anos 1960, Harvey Kaye (2005, p.4) – que inclusive escreveu uma obra clássica sobre os historiadores marxistas britânicos – buscou encontrar uma tradição de radicalismo estadunidense que, segundo ele, teria nascido com *Common Sense* e continuado ao longo da história: “Paine transformou os americanos em radicais – e nós permanecemos fundamentalmente radicais”. Já

---

<sup>27</sup> Jon Katz, *The Age of Paine*, 5 de janeiro de 1995. Artigo originalmente publicado na revista física e acessado por nós em sua versão digital. Disponível em <https://www.wired.com/1995/05/paine/> (acessado pela última vez em novembro de 2018). A ideia do artigo, em tom de editorial, era que Paine fora o responsável pela ideia de que as informações devem fluir livremente, daí sua referência como ancestral das novas mídias que começavam a surgir.

<sup>28</sup> Wired UK, April, 1995.

Christopher Hitchens (2007, p.146), em sua “biografia” de Direitos do Homem, partiu da ideia de que o estudo do passado poderia servir como arma de intervenção no presente: “Numa época em que tantos os direitos quanto a razão são alvo das mais variadas formas de ataque, abertas ou veladas, a vida e os escritos de Thomas Paine farão para sempre parte do arsenal do qual precisaremos depender”.

Em 2007, a Oxford University Press lançou uma coleção “de bolso” de biografias com perfis retirados do dicionário biográfico da instituição. Intitulada VIP (Very Interesting People) e disponibilizada a preços mais baratos nas livrarias físicas e virtuais, a coleção trazia obras que contavam a vida de personagens de incontestável prestígio: Shakespeare, George Eliot, Dickens, Darwin, Newton, Elizabeth I, George III, Benjamin Disraeli, Christopher Wren, John Ruskin, James Joyce, John Milton, Jane Austen, Henrique VIII, Rainha Victória, Churchill, Cronwell, William Turner, William & Mary, e Thomas Paine. O texto sobre Paine, oriundo de uma pesquisa de Mark Philp de 1989 (2007), é, apesar de curto, como pedia a iniciativa, rico em densidade e sensibilidade. Nele, o autor apresenta linhas gerais da trajetória do autor e comenta suas passagens mais famosas com cuidado, criando bases para que interessados busquem outras referências. A nós, chamou particular atenção o modo como Philp (2007, p.8-10) justificou a existência de uma nova obra sobre Paine: segundo ele, ainda que filósofos políticos e economistas contemporâneos tenham mostrado interesse recente com relação às ideias de democracia representativa e renda mínima, ainda havia muito a ser feito com relação ao que ele chamou de “mistura de influências e o próprio impacto de Paine em seus distintos domínios de atividade” listando, primeiro, os ambientes políticos nos quais o autor foi influente - Estados Unidos, Inglaterra e França – e, por fim, os temas sobre os quais ele produziu conhecimento relevante: experimentação e engenharia, política e religião.

Os últimos anos têm sido particularmente interessantes para estudiosos de Thomas Paine. Frequentemente somos brindados com novos volumes dedicados ao autor, e, não bastasse o empenho da historiografia em debater temas clássicos, uma série de novas descobertas têm se apresentado. Em 2016, a Palgrave MacMillan publicou uma coletânea dedicada a apresentar o que eles chamaram de “New Directions in Thomas Paine Studies<sup>29</sup>” – uma grandiosa seleção de doze artigos de pesquisadores, alguns jovens e outros de maior prestígio, que têm trabalhado exaustivamente em investigações sobre o revolucionário. De modo geral, é possível dizer que os melhores trabalhos dos últimos

---

<sup>29</sup> Ver CLEARY e STABELL (2016).

tempos são geralmente os mais específicos, que mergulham em contextos muito bem delimitados com o intuito de trazerem informações pouco conhecidas ou descobertas decisivas. Deste tipo, dois trabalhos se destacam: o de Seth Cotlar (2011) sobre Paine e o radicalismo nos primeiros anos dos Estados Unidos como república independente e o de Carine Lounissi (2018) sobre a atuação do autor nos bastidores da política francesa.

Além disso, outras biografias vieram à tona. As duas últimas envolveram historiadores britânicos de renome. A primeira foi escrita por William Arthur Speck (2016), que partiu de seu vasto conhecimento do século XVIII para tentar situar Paine mediante o que Speck chamou de “espectro político” de sua época. A outra, mais polêmica, de um historiador conservador que fez carreira escrevendo contra a New Left, J.C.D Clark. Provocando a interpretação marxista numa alusão irônica a uma das partes mais celebradas de “The Making”, de Thompson, Clark (2018, p.9) apresenta as intenções de sua obra biográfica sobre o personagem tão caro à esquerda inglesa dizendo: “aqui eu procuro resgatar o Patriota Americano, o Jacobino Francês, o reformador Inglês, e até o próprio Thomas Paine, da enorme aprovação da posteridade”. Sua ideia não é propriamente demolir a imagem do revolucionário, como fizeram aqueles que escreveram para difamá-lo. Sua intenção é desautorizar a memória de Paine construída na Inglaterra pelos intelectuais de esquerda, sobretudo aqueles ligados à New Left. Um debate que tem fôlego e que certamente não se encerrará nessa obra.

Não bastasse a vivacidade permanente para o debate histórico e político que um personagem como este é capaz de proporcionar, há ainda uma descoberta recente recebida com euforia por pesquisadores interessados em Thomas Paine. A edição de outubro de 2018 da *The William and Mary Quarterly* trouxe um artigo no qual Adam Lebovitz noticia que, em meio às pesquisas para seu PhD, encontrou, nos arquivos de Brissot, um manuscrito em francês que seria uma tradução de um original inacabado e inédito de Thomas Paine com 195 páginas, dedicado à Revolução Francesa. Até o fim desta pesquisa, o texto ainda não havia sido publicado, mas caso se confirme a autoria, será um novo e enorme campo que se abrirá para as pesquisas dedicadas à obra do autor<sup>30</sup>.

No Brasil, embora Thomas Paine seja um assunto de pesquisa ainda pouco explorado, também é possível perceber uma tendência crescente de interesse a seu respeito. Evidentemente que não é prudente comparar o nosso ambiente com aqueles nos quais pesquisadores há décadas se dedicam aos estudos sobre o tema. No entanto, se

---

<sup>30</sup> Ver Adam Lebovitz, *Sources and Interpretations: An Unknown Manuscript on the Terror, Attributed to Thomas Paine*, *The Will and Mary Quarterly*, vol. 75, n. 4, October 2018, p.685-714.



adequarmos nossas expectativas dentro de parâmetros proporcionais ao que significou, historicamente, Paine no Brasil, veremos que nos últimos vinte e cinco anos demos os primeiros passos para estabelecer o autor como um assunto importante de estudos na academia brasileira, sobretudo nos ramos investigativos ligados à História, Filosofia Política e Ciências Sociais.

Se é verdade que parece pouco se comparado com o modo como estudiosos de outros lugares do mundo têm tratado o autor, temos que nos lembrar que no Brasil, Thomas Paine é um nome familiar apenas a estudantes de cursos de Ciências Humanas – em geral, tópico em disciplinas específicas de História da América, História dos Estados Unidos, História Contemporânea, ou em algum recorte possível onde se discuta questões de conservadorismo – no debate com Burke, republicanismo ou Revolução, em Filosofia ou Ciência Política, ou em alguma pós-graduação de áreas como essas ou afins. Até onde conseguimos levantar, não se tem notícia de disciplinas, mesmo que optativas, destinadas exclusivamente a ele. Ademais, uma vez que Paine não está no currículo da Educação Básica no país e nem pode ser considerado uma referência política reivindicada pelas principais forças capazes de, de alguma maneira, despertar interesse em militantes – pelo menos não por enquanto<sup>31</sup>, seu nome está restrito aos debates acadêmicos.

Foi o professor Modesto Florenzano, historiador da Universidade de São Paulo, aquele quem primeiro buscou, de modo organizado, tratar Thomas Paine como um tema de pesquisa. É inclusive possível captar, no subtexto do artigo que abre caminho para que outros pesquisadores brasileiros se dediquem ao tema, um sutil tom de manifesto. Fruto de uma palestra proferida no Instituto de Estudos Avançados da USP em março de 1996, o texto “Thomas Paine Revisitado” apresentava o escritor revolucionário como um fecundo campo a ser explorado: grandioso em sua trajetória, original em seus escritos, de difícil classificação, incômodo para as mais variadas tradições e sem o reconhecimento adequado ao tamanho de sua trajetória. Insistindo na “atualidade” do autor, Florenzano (1996, p.17) defendia a ideia de que “reler Paine nos ajuda a manter a indignação e o espírito de luta para não aceitar, como natural, o mar de miséria que nos cerca de todos os lados”. Apontando-o como o “propugnador” da combinação histórica entre liberalismo

---

<sup>31</sup> Talvez o único personagem político do país que de alguma maneira se apoie abertamente em alguma das formulações de Paine é Eduardo Suplicy (2000, p.9), que afirma ter se baseado, entre outras referências, no texto “Agrarian Justice”, do autor, para propor o seu projeto de Renda Mínima. Ainda que o programa seja notavelmente importante para a história das Políticas Sociais no Brasil, sobretudo porque um desdobramento moderado dele se tornaria o celebrado “Bolsa Família”, a imagem de Paine só pode indiretamente estar ligado a esta discussão, e em hipótese alguma com força o suficiente para ser central.

e democracia, terminava por reivindicar suas propostas como as possíveis para um mundo pós Queda do Muro, no qual inclusive o Welfare State parecia que não duraria por muito tempo: “com o abismo crescente entre ricos e pobres [...], com o colapso do socialismo real e com a crise do Estado de Bem-Estar [...], parece não haver proposta tão revolucionária, e, portanto, tão atual, quanto à de Paine”. Três anos depois, Florezano (1999) apresentaria em sua tese de livre docência aquele que pode ser considerado o primeiro estudo pormenorizado da obra do autor no país, no qual debateu seus principais textos, situou o debate estabelecido pela bibliografia recente, examinou com originalidade os principais ambientes nos quais Paine atuou e expandiu algumas ideias que aparecem apenas mencionadas no artigo anterior<sup>32</sup>.

Em 2007, também na Universidade de São Paulo, mas no Departamento de Filosofia, foi defendida a primeira tese de doutorado no Brasil dedicada ao autor: “A República e a Democracia em Thomas Paine”, de Adriana Mattar Maamari. Dividido em três grandes capítulos, o estudo compara as experiências revolucionárias de Estados Unidos e França, aproxima como inseparáveis as noções de república e democracia e, por fim, analisa de que modo o panfleto – como estilo de escrito e circulação – contextualmente desempenhou um papel educacional e político. A conclusão de Maamari (2007, p.185), após uma investigação pautada por uma abordagem textualista, é que Paine deve ser tratado como uma importante expressão da associação entre estas tradições distintas que acabaram conectadas no século XVIII, sendo o panfletário um original formulador de um ideal político que defendia como forma e princípio de governo a ideia de “república democrática”.

É desta mesma época também as primeiras aparições que conseguimos rastrear de estudos sobre Thomas Paine nas revistas científicas nacionais. Em 2007, Ricardo Luiz Souza escreveu, para a Revista Múltipla um artigo sobre o debate de Direitos do Homem com Burke; em 2009, Marcos Felipe de Brum Lopes publicou na Temporalidades da UFMG uma discussão sobre os aspectos religiosos das formulações filosóficas de Paine; em 2013, Fred Maciel lançou, na Clio da UFPE, um estudo sobre de que maneira *Common Sense* contribuiu para a constituição da ideia de nacionalidade na América; e em 2015, a Cadernos de Tradução do Instituto de Letras da UFRGS trouxe uma tradução do primeiro texto de A Crise Americana<sup>33</sup>.

---

<sup>32</sup> Há ainda um outro trabalho de Modesto Florenzano sobre Paine inédito, intitulado “A (des)fortuna de Thomas Paine”, escrito em 2011.

<sup>33</sup> Ver Souza (2007), Lopes (2009), Maciel (2013) e Paine (2015).

Por fim, em 2018, Daniel Gomes de Carvalho defendeu, com orientação de Modesto Florenzano, outra vez na Universidade de São Paulo, no Departamento de História, “O Pensamento Radical de Thomas Paine (1793-1797): artífice e obra da Revolução Francesa”, um estudo que se propôs como de história intelectual focado em três textos fundamentais da obra do autor: Idade da Razão, Dissertação sobre os Primeiros Princípios do Governo e Justiça Agrária, todos eles produzidos no contexto da Revolução Francesa. A ideia de Carvalho (2018, p.18) foi mostrar Paine como um relevante intérprete da Revolução Francesa e um “nome seminal para a história do pensamento político, religioso e social”. O Paine de Carvalho é liberal, mas de um tipo muito específico, porque encorpa sua percepção de garantias às liberdades individuais mais “naturais” não só com democracia e representação, mas sobretudo com um conteúdo social marcadamente radical.

Estamos ainda em um momento que podemos considerar como um estágio embrionário dos estudos sobre Thomas Paine no Brasil. Sequer temos propriamente debates estabelecidos entre especialistas locais – e se estes quiserem fazê-los com algum vigor, provavelmente terão de buscar interlocução nos Estados Unidos, na Inglaterra ou na França. Aqueles que empreendem esforços nesta temática costumam experimentar a mais absoluta solidão, distanciados entre si em um país de dimensões continentais, e obrigados a submeter suas pesquisas a recortes inespecíficos em eventos de temáticas mais amplas para tentar estabelecer qualquer tipo de diálogo. No entanto, se a nós permitirmos algum otimismo, seremos capazes de perceber a mudança nos ventos. Porque se é verdade que o conjunto acima listado é ainda modesto, ele certamente sinaliza uma tendência de crescimento não desprezível se lembrarmos que até os anos de 1990 o interesse era basicamente inexistente. Nossa ambição é a de que o presente trabalho, mesmo que modestamente, ajude a pavimentar o caminho para que o interesse e o conhecimento sobre Thomas Paine no Brasil continuem em uma trajetória ascendente, ainda que venha à luz em um cenário terrível de trevas.

## I

### O escuro e inexplorado caminho da Independência e do Republicanismo

“Está em nosso poder começar o mundo de novo. Uma situação similar à nossa atual jamais aconteceu desde os dias de Noé até agora”, Thomas Paine, em *Common Sense*, em janeiro de 1776.

“Esse escritor tem mais jeito para derrubar do que para construir”, John Adams em carta para a esposa Abigail, em março de 1776.

“A coisa mais racional que ele poderia ter feito teria sido morrer no instante em que ele terminou seu *Common Sense*”, Sara Franklin Bache em carta ao pai, Benjamin, em janeiro de 1781.

De todas as respostas que recebeu *Common Sense*, o primeiro texto de Thomas Paine que ganhou notoriedade, publicado em janeiro de 1776 na Filadélfia, uma nos chamou especial atenção. De autoria até hoje não-rastreada, escrita pouco menos de um mês antes da eleição para a Assembleia da Pensilvânia daquele ano e assinada pelo pseudônimo *Civis*, a missiva se endereçava aos habitantes da capital da colônia, que àquela altura também se tornara centro político do esforço continental no embate contra a Grã-Bretanha, e advogava em favor da manutenção das formas estabelecidas de governo, uma solução mais segura do que poderia ser experimentar “o escuro e inexplorado caminho da independência e do republicanismo<sup>34</sup>”. Sua defesa da conservação não se dava com argumentos de base autoritária e a sua fundamentação das ideias basilares da monarquia britânica não se ancorava no valor da tradição ou da hereditariedade, para sinalizar duas chaves comumente tocadas no esquema de análise que, de algum modo, ainda vigora sobre as transformações políticas do final do século XVIII e que Paine, ainda que indiretamente, ajudou a forjar.

Na visão de *Civis*, o perigo da experimentação republicana não estava em seu arrojo na busca pela liberdade, mas na sua incapacidade de cumprir o que prometia. É

---

<sup>34</sup> *Civis, To the inhabitants of Philadelphia*, American Archives, S4-V5-P01-sp13-D0124 (NIU Digital Collection). Como se nota, o termo “republicanismo” já estava colocado naquele debate. Quando o utilizarmos ao longo desta tese, o faremos baseados no ambiente das discussões então colocadas e não como signatários de uma noção que o compreenda como um conceito político bem delimitado. Trabalhamos com a ideia de que “republicanismo”, antes de mais nada, é uma palavra complexa do vocabulário político, com uma trajetória histórica muito pouco linear e incontavelmente diversa, cujo sentido deve ser compreendido a partir das contendas de cada um dos momentos específicos nos quais foi e tem sido reivindicada.

esta a base de toda sua argumentação, ideia que também criará fôlego para que ele cometesse o seu maior engano na análise, um grandioso: o de que o expediente de se recorrer à História das repúblicas, fossem as antigas greco-romanas ou as modernas, promoveria o descrédito da causa republicana, uma vez que mostrava que tal sistema político era incapaz de promover a liberdade: “aqueles que leem sobre as repúblicas Grega ou Romana, o que leem além de cenas de violência doméstica, rapinagem, guerra e derramamento de sangue<sup>35</sup>?”. Ao contrário, ao menos no que hoje chamamos de Ocidente, os seguintes dois séculos e meio assistiriam a vitória e decorrente hegemonia da república, não como um projeto, sistema, modelo bem-acabado que derrotou outro, mas como uma expressão da síntese da correlação de forças entre os diversos interesses postos em jogo. Neste processo, recorrer à história das repúblicas frequentemente serviu para criar uma simbologia republicana virtuosa ainda que, não raras vezes, a fraseologia se impusesse para realizar um projeto contrário ao que em tese dizia fazer. Em meio às antigas e às modernas, a própria Revolução Americana se tornaria um discurso de uma trajetória memorável republicana, e não tardaria para que distintos projetos, com seus mais variados interesses, experimentassem as *wigs* de Jefferson e Washington e incensassem o 4 de julho, a Constituição de 1787, para cantar “república” abstratamente - desde que isso atendesse suas conveniências - como símbolos do triunfo da democracia contra a tirania, do governo popular contra a aristocracia, do mérito contra a tradição, das luzes contra o obscurantismo. O que os argumentos de *Civis* nos ajudam a explorar é a ideia de que não era exatamente, ou simplesmente, essas grandezas que estavam em disputa em 1776 – e, ainda mais importante que isso, o fato de que não havia uma linha tão corretamente demarcada em cada um dos lados.

A chave argumentativa mais importante do texto do autor que respondia Paine era realçar a força da liberdade inglesa, amparada em sua celebrada e não escrita Constituição que equilibrara os poderes no país após a Revolução de 1688. Quem era aquele anônimo autor de *Common Sense* para ousar desvalorizar as bases do sistema de governo considerado o mais apto a garantir liberdade em todo o mundo civilizado? Recorrendo ao renomado juiz Blackstone, citando trechos de seus escritos que valorizavam o sistema político britânico, *Civis* chegava a provocar: “quando o leitor tiver dado uma olhada de onde esses extratos são tirados, ele deve decidir por conta própria sobre qual dos dois tem maior autoridade, o Juiz Blackstone ou o autor de *Common Sense*<sup>36</sup>”. De todo modo, é

---

<sup>35</sup> Id.

<sup>36</sup> Ibid.

compreensível que aqueles que se sentissem ameaçados com a possibilidade aberta para o escuro e inexplorado caminho do republicanismo e da independência se abraçassem aos valores da liberdade inglesa, como um apelo à conservação e por medo do novo. A questão, porém, é mais difícil. Os valores da liberdade inglesa não informavam apenas aqueles satisfeitos com o sistema político estabelecido, mas também ecoavam nos círculos mais rebeldes que em breve se tornariam independentistas.

Foram pelos direitos constitucionais de liberdade inglesa que os representantes radicalizados de Massachussetts, que naquela momento era, inquestionavelmente, a mais rebelde de todas as colônias, reclamaram nas Resoluções de Suffolk: “as liberdades e os direitos civis e religiosos, pelos quais muitos de nossos pais lutaram, sangraram e morreram<sup>37</sup>”, numa nítida alusão ao século anterior, quando a Grã-Bretanha fora palco de uma série de enfrentamentos e guerras civis que chegaram a levar um rei à decapitação e desenharam o país institucionalmente buscando equilibrar poderes e as *orders* por meio de um arranjo entre o Parlamento e a Coroa. Era também sobre esses direitos que os delegados do I Congresso Continental escreveram na estrategicamente conciliatória Petição ao Rei: “nascemos herdeiros da liberdade, e desfrutamos de nossos direitos sob a tutela de seus reais ancestrais cuja família sentou no trono britânico para resgatar e assegurar uma nação piedosa e corajosa do papado e do despotismo de uma supersticiosa e inexorável tirania<sup>38</sup>”, reunindo como indivisíveis as ideias de liberdade política e religiosa e opondo objetivamente o inglês livre de nascimento aos habitantes dos países católicos e tiranos.

Foi também o caso, ironicamente, do próprio Paine, que um ano antes de disparar violentamente contra os fundamentos da liberdade garantidos pela não-escrita Constituição, recorreu a tal tradição para reivindicar aos colonos os mesmos direitos dos súditos britânicos. Este foi o primeiro texto de Thomas Paine na América Britânica, em janeiro de 1775, um diálogo ficcional entre o herói da Guerra dos Sete Anos, General James Wolfe, cuja morte em batalha se tornou emblemática como um símbolo da liberdade inglesa e o General Thomas Gage, sucessor de Thomas Hutchinson como governador britânico da resistente colônia de Massachussetts. A ficção se passava em uma floresta próxima a Boston, onde Wolfe avisava Gage que fora enviado por outros

---

<sup>37</sup> *Suffolk Resolutions* (9 de setembro de 1774), p. 32-37. In: *Journals of the Continental Congress*, Vol. I, 1774 (1904).

<sup>38</sup> *Petition to the King* (25 de outubro de 1774), p.118. In: *Journals of the Continental Congress*, Vol. I, 1774 (1904).

heróis britânicos do descanso eterno para protestar sobre o rumo dos acontecimentos. “Você veio a um serviço indigno para um soldado Britânico e um homem livre. Você veio aqui para privar os seus concidadãos de suas liberdades<sup>39</sup>”, afirmando ainda que honrara a Coroa britânica por ela fazer parte de sua “excelente constituição”. No tom das resoluções de Suffolk e da Petição ao Rei, o que Paine aspirava, pela voz de Wolfe, era a extensão dos direitos dos homens livres ingleses para as colônias britânicas:

As colônias Americanas têm direito a todos os privilégios dos súditos Britânicos. Igualdade de liberdade é a glória de todo Bretão. Ele não tem isso confiscado por atravessar o oceano. Ele carrega isso com ele até as partes mais distantes do mundo, porque ele carrega com ele as imutáveis leis da natureza. Um Bretão ou um Americano deixa de ser um súdito britânico quando ele deixa de ser governado por governantes escolhidos ou aprovados por ele mesmo. Essa é a essência da liberdade e da constituição Britânica<sup>40</sup>.

No diálogo, a resposta do General Gage ao heroico Wolfe era de defesa de suas ações. Segundo ele, os colonos de Massachusetts organizavam boicotes, não obedeciam às proclamações da Coroa, promoviam assembleias e até mesmo preparavam milícias para um enfrentamento, ao que Wolfe respondia ser uma consequência da atuação dos últimos governos na colônia. O herói de guerra insistia: a última ordem de deliberações do Parlamento Britânico em relação às colônias americanas não deixou somente os colonos da Pensilvânia insatisfeitos, mas também “atingiu os heróis Britânicos no Elysium, e produziu a suspensão de suas felicidades<sup>41</sup>”.

O recurso utilizado por Paine de apelar à memória de um herói britânico da Guerra dos Sete Anos tinha a eficácia de reivindicar um sentimento geralmente aceito de orgulho britânico, mas também servia para discutir um ponto mais específico que era fundamental naquele contexto: a de que a herança da vitória no Canadá não resultara para as colônias americanas uma expansão da liberdade inglesa. Na verdade, a implementação da chamada Quebec Bill<sup>42</sup>, já criticada nas resoluções de Suffolk, significava para ele um modelo antagônico às instituições políticas e religiosas que constituíam o ideal inglês de homem

---

<sup>39</sup> Thomas Paine. *A dialogue between General Wolfe and General Gage in a wood near Boston*. (4 de janeiro de 1775), *Pennsylvania Journal*, [1775], 1945 (II), p.47.

<sup>40</sup> Id., p.47-48.

<sup>41</sup> Ibid., p.49.

<sup>42</sup> Ao organizar o sistema de governo no Quebec no pós-guerra dos Sete Anos, a Grã-Bretanha manteve majoritariamente as instituições tradicionais francesas tanto na política como na religião, protegendo o catolicismo predominante na colônia. Do ponto de vista das “liberdades do homem inglês”, o único sistema britânico previsto pelo projeto a ser implementado na província seria o da área jurídico-penal, ignorando as garantias constitucionais da representação governamental.

livre construído na tradição política britânica. De modo a problematizar os únicos motivos potencialmente justificáveis para a vitória no Canadá, pela voz do fantasma heroico, Paine lamentava:

Houve um tempo da glória dos homens ingleses em empunhar a espada apenas em defesa da liberdade e da religião Protestante, ou para estender as bênçãos de ambos para seus infelizes vizinhos. Tais divinos motivos me conciliaram com todas as dificuldades daquela campanha que terminou com a redução do Canadá. Esses motivos divinos me conciliaram da mesma forma com o horror que eu senti em ser forçado a derramar o sangue daqueles bravos homens franceses que se opuseram a mim nas Planícies de Abraão. Eu regoziquei menos na hora de minha morte, em honra da minha vitória, do que na glória de ter transmitido para um povo escravizado os gloriosos privilégios de uma constituição Inglesa. Enquanto meus companheiros soldados saudavam-me como o conquistador, eu exultei somente em ser o Libertador deles. Mas papismo e leis Francesas no Canadá não são nada mais do que parte de um sistema de despotismo, o qual foi preparado para as colônias<sup>43</sup>.

Por fim, Thomas Paine, na voz do General Wolfe do além, apelava a Gage que agisse como alguém que respeitasse as tradições de liberdades inglesas uma vez que “soldados Britânicos não são máquinas a serem animadas apenas pela voz de um ministro de Estado<sup>44</sup>” e, por isso, ameaçava: caso o general britânico preferisse para sua vida eterna “a sociedade dos heróis Gregos, Romanos e Britânicos no mundo dos espíritos do que a companhia de Jeffries, Kirk e outros carrascos ingleses”<sup>45</sup>, deveria imediatamente resignar.

Como se vê, mesmo às portas da Guerra da Independência, a ideia de liberdade não estava associada, necessariamente, à ruptura com a ordem monárquica britânica – inclusive na argumentação dos mais radicais militantes, uma vez que mesmo para eles havia um sentimento estabelecido de que a Constituição inglesa havia organizado a sociedade de uma maneira capaz de garantir as liberdades de modo adequado. Aliás, a julgar pelas palavras acima mencionadas, a maior ambição dos insurretos era precisamente a de conquistar o *status* de inglês, ou que estes não perdessem a nacionalidade e os direitos que vinham com ela por não se situarem na sede do império. Com o acirramento do processo, esse discurso se moveu com intensidades distintas, variando de personagem para personagem e de grupo político para grupo político. No

---

<sup>43</sup> Thomas Paine. Op. cit. [1775], 1945 (II), p.49.

<sup>44</sup> Id.

<sup>45</sup> Ibid.



caso de Paine, em maio de 1775, em seu primeiro escrito após os disparos de Lexington e Concord, já é possível notar noções radicais irreconciliáveis<sup>46</sup>.

Nesse sentido, surpreende a feroz eloquência de Paine contra a Constituição em *Common Sense*, sobretudo porque a obra é lançada apenas um ano<sup>47</sup> depois do diálogo de Wolfe e Gage. Sua crítica não é específica ou pontual, mas demolidora. Ali, os argumentos radicais do autor já trariam base filosófica organizada, defendendo a ideia de que havia limites insuperáveis no arranjo constitucional inglês e concluindo que a resolução dos problemas em voga passava pela ruptura com a ideia da excepcionalidade inglesa garantida pelo equilíbrio de forças ancorada em sua Constituição. Ao apresentar as contradições daquele sistema político, Thomas Paine pretendia denunciá-lo, considerando a Constituição: “imperfeita, [...] sujeita a convulsões e [...] incapaz de produzir o que parece prometer<sup>48</sup>”.

Essa incapacidade, argumentou Paine, se devia à confusa correlação de forças que a Constituição arranjava entre o que ele chamou de “os resquícios fundamentais de duas antigas tiranias, combinadas com alguns novos materiais republicanos<sup>49</sup>”: a monarquia e a aristocracia de um lado e os Comuns de outro – este último grupo, “de cujas virtudes depende a liberdade da Inglaterra<sup>50</sup>”. O autor problematizava no mesmo raciocínio tanto o arranjo de equilíbrio de poderes como a própria legitimidade monárquica:

Alguns escritores vêm explicando a Constituição inglesa desta forma: o rei, dizem eles, é um, o povo outro; os nobres são uma casa em favor do rei, os Comuns uma casa em favor do povo; mas isto traz todas as características de uma casa dividida contra si mesma; e embora as expressões sejam ordenadas de maneira agradável, assim mesmo, quando examinadas, parecem ineficientes e ambíguas; e sempre acontecerá que a melhor construção de que as palavras sejam possíveis, quando aplicadas à descrição de alguma coisa que ou não possa existir, ou seja incompreensível demais para o alcance do entendimento, serão apenas palavras que soam bem, e embora possam distrair o ouvido, não podem informar a mente, pois essa explicação inclui uma pergunta

---

<sup>46</sup> O nosso marco para tal afirmação é um de seus três textos publicados na edição de Maio de 1775 da *Pennsylvania Magazine*, revista que o contratara para ser editor. No ensaio, Paine narrava um sonho para depois analisá-lo politicamente. A peça será explorada mais adiante. Ver em Thomas Paine, *The Dream Interpreted* (Maio de 1775), *Pennsylvania Magazine*, [1775], 1945 (II). Em *Common Sense* (1982[1776], p.30) Paine afirma que “homem algum desejava mais a reconciliação do que eu mesmo, antes do fatídico dezanove de abril de 1775”, fazendo menção aos disparos em Massachussetts.

<sup>47</sup> A primeira edição, publicada em janeiro de 1776, esgotou-se rapidamente e por uma discordância entre Paine e o editor Robert Bell, a segunda edição teve outra prensa, dos Bradford, e outra organização editorial, o que permitiu que o autor ampliasse o conteúdo do escrito. A versão que analisamos é a estendida, também de 1776.

<sup>48</sup> Thomas Paine, *Senso Comum*, [1776] (1982), p.13.

<sup>49</sup> *Id.*

<sup>50</sup> *Ibid.*

anterior, ou seja, como chegou o rei a um poder no qual o povo tem medo de confiar e é sempre obrigado a controlar? Tal poder não pode ser a dádiva de um povo sensato, nem qualquer poder que precisa ser controlado pode vir de Deus; assim mesmo, nas disposições feitas por tal Constituição está suposta a existência de tal poder<sup>51</sup>.

A argumentação do autor tem uma base crítica que parece interessante explorar: o fato de que, ali, a ideia de equilíbrio de poder, os tais pesos e contrapesos constitucionais, pressupunha um poder dominante que, naquele contexto, mesmo tendo a tese sido defendida em uma retórica lógica, significava objetivamente o predomínio da Coroa no arranjo de poder. Nesse sentido, ao afirmar que “como todas as engrenagens de uma máquina são postas em movimento por apenas uma delas<sup>52</sup>”, Thomas Paine sustentava que os seus dispositivos de controle não teriam a capacidade – ou mesmo o interesse – de cumprir seus objetivos primordiais, e sua justificativa se amparava no fato de que era precisamente a Coroa a responsável pela doação dos cargos e das pensões na Grã-Bretanha, desgastando a força dos Comuns ao ponto de absorvê-la e descaracterizando o que ele chamava de eixo republicano do sistema de governo inglês. Por isso, ele avançava, com uma afirmação mordaz: “embora tenhamos sido suficientemente sábios para fechar e trancar a porta contra a monarquia absoluta, fomos ao mesmo tempo idiotas o bastante para deixar a Coroa de posse da chave<sup>53</sup>”. Neste raciocínio, a monarquia constitucional inglesa não era a terra da liberdade, mesmo quando comparada com a espanhola ou a francesa: a diferença estava no fato de que a vontade real “ao invés de partir diretamente da boca do rei, [...] é passada ao povo sob a forma mais temível de uma lei do Parlamento<sup>54</sup>”. A novidade inglesa em relação às demais monarquias absolutistas não estava, portanto, no conteúdo, mas em sua forma e intensidade: “o destino de Carlos I só tornou os soberanos mais sutis, e não mais justos<sup>55</sup>”.

A ambição apresentada por Paine, portanto, era que houvesse um arranjo constitucional que ficasse livre de seu maior entrave em busca da liberdade: a Coroa. Foi este o segundo passo de sua argumentação em *Common Sense*: apresentar a república como resposta à monarquia constitucional, a única possível para o caminho da liberdade. Para isso, ele desenvolveu argumentos que contrariaram as fundamentações dos poderes monárquicos tanto no aspecto religioso, a partir de uma leitura bíblica que rejeitava o

---

<sup>51</sup> Id., p.14.

<sup>52</sup> Ibid., p.15.

<sup>53</sup> Ibid.

<sup>54</sup> Ibid.

<sup>55</sup> Ibid.

governo de rei, quanto no direito natural, desenvolvendo uma crítica à ideia de sucessão hereditária. O autor via a hereditariedade como “um desses males que, quando são estabelecidos, não são fáceis de serem desativados. Muitos se submetem por medo, outros por superstição, e aqueles mais poderosos repartem com o rei o produto da espoliação dos demais<sup>56</sup>”. A sua ideia de profanar o governo monárquico e a sucessão hereditária vinha amparada em uma espécie de revisionismo histórico que visava “retirar o manto negro da antiguidade e chegar até a sagração original<sup>57</sup>” e, ao recontar a História da Inglaterra, extrair as fabulações muitas vezes convenientes em contextos específicos com interesses devidamente localizados e escancarar o que era para ele um fato: o de que a antiguidade e a linha histórica da monarquia britânica era “incapaz de resistir a um exame<sup>58</sup>”:

A Inglaterra, desde a conquista, conheceu alguns bons monarcas mas gemeu sob um número muito maior de maus soberanos; embora nenhuma pessoa em seu juízo perfeito possa afirmar que Guilherme, o Conquistador, tenha sido uma pessoa de muita honorabilidade. Um bastardo francês desembarcando em meio a um grupo de bandidos armados, estabelecendo a si mesmo como o rei da Inglaterra contra a vontade dos nativos, em termos exatos pode ser classificado de um iniciador grandemente torpe e desprezível – e certamente não possuía qualquer divindade em si<sup>59</sup>.

A discussão se situava nas bases constitucionais inglesas porque Paine percebia que aquelas eram os fundamentos filosóficos que encorpavam o argumento em favor da permanência dos vínculos entre as colônias e a metrópole. No terreno dos princípios, o debate se estabeleceu tendo a busca pela liberdade e pela autodeterminação como norte. *Civis*, o crítico de *Common Sense*, apontava para os perigos da independência e do republicanismo precisamente por defender que a liberdade inglesa já garantia aos seus colonos a possibilidade do autogoverno de modo satisfatório, algo que nenhuma das novas invenções podia garantir. Cabe, portanto, ter atenção para a questão objetiva, na qual os princípios se entrelaçavam com a experiência política colonial, o que nos permite dizer que não se tratava de uma discussão abstrata em relação às formas de governo, mas, sim a uma questão então colocada pelas disputas dos rumos deliberativos coloniais. Naquele caso especificamente, a condução política da Pensilvânia.

---

<sup>56</sup> Ibid., p.19.

<sup>57</sup> Ibid., p.20.

<sup>58</sup> Ibid.

<sup>59</sup> Ibid.

A tese independentista e republicana apresentada em *Common Sense* era arrojada: a crise com a Grã-Bretanha era irreconciliável porque estar ligado àquele país significava estar ligado ao sistema político no qual a liberdade é impossível, contrariando a ideia predominante à época sobre a excepcionalidade do homem inglês perante o resto do mundo. No debate com Paine, *Civis* não rompia com a ideia de liberdade inglesa, mas também não a supervalorizava. De seu argumento, dois pontos nos chamam atenção: o primeiro, o de que na verdade, a república não só não estava associada à ideia de liberdade, como na verdade se mostrava como um entrave à sua efetividade. A segunda, a de que ainda que imperfeito e dotado de uma série de contradições, o arranjo com a metrópole permitia a algumas das colônias criar um mundo onde a liberdade já era capaz de se efetivar. Sobre a primeira, *Civis* acreditava que nem a virtude dos indivíduos poderia preservar a república da deterioração, e para além dos exemplos antes mencionados daquelas do passado, ele retomou as modernas, especialmente suas referências mais próximas no tempo, para opô-las aos valores democráticos: “Aqueles da Holanda, da Suíça e da Itália são Aristocracias – de todas as tiranias, a menos suportável<sup>60</sup>”, uma afirmação que certamente as três experiências citadas davam elementos para sustentar, como o próprio Paine concordaria dezesseis anos depois<sup>61</sup>. Além disso, sua provocação, cética em relação aos desdobramentos depois de efetivada a independência, também merece atenção:

nossos novos legisladores iriam nos persuadir que assim que essas colônias se livrassem do jugo Britânico, eles iriam calmamente sentar com um só coração e uma só voz para que eles se transformassem numa grande República. Eles serão governados pelos valores puros da sabedoria, e influenciados pelo amor à liberdade na moldagem de sua nova constituição. Paixão e preconceito não atuarão nisso. Antigos rancores e desgostos, conflitos de interesses e discórdias religiosas, irão desaparecer [...]<sup>62</sup>.

O outro ponto abordava a Constituição inglesa a partir de suas possibilidades. *Civis* a considerava “em algumas partes imperfeita e sujeita à corrupção. A desigual representação por meio dos Burgos, e a duração dos Parlamentos, os fizeram menos amáveis aos povos, e introduziram um sistema de venalidade<sup>63</sup>”, mas, ainda assim, ela

---

<sup>60</sup> *Civis*, [1776], op. cit.

<sup>61</sup> Diferentemente desta obra, onde valorizava as experiências republicanas modernas, na segunda parte de *Direitos do Homem*, publicada em 1792, Paine aproximaria tais experiências à ideia de aristocracia, propondo que as verdadeiras repúblicas deveriam ter como princípio os Direitos do Homem. Sobre isso, ver o terceiro capítulo desta tese.

<sup>62</sup> *Id.*

<sup>63</sup> *Ibid.*

era, ao seu ver, capaz de dar às colônias a possibilidade de incorporar o que ela tinha de melhor e, de algum modo, descartar os seus vícios, deixando-os restritos à sede do império. É isso que o fará afirmar conhecer apenas duas democracias puras no mundo: Connecticut e Rhode Island. No caso da Pensilvânia, ele não deixou claro os motivos pelos quais ela não se encaixaria em tal definição, mas defendeu alguns dos pontos que davam à sua colônia razões reais para acreditar na manutenção dos vínculos com os britânicos como modo de garantir a liberdade e a ampliação das potencialidades de representação e autodeterminação:

Nosso modo de representação sendo uniforme e igual, a eleição ocorrer de ano a ano, e o direito de nossas Assembleias estabelecerem seus próprios *adjournments*, não estando sujeitas à dissolução ou prorrogação, corrigiram os erros do Governo Britânico, e fez daqui o mais perfeito e feliz lugar do mundo conhecido<sup>64</sup>.

Não é o caso de submeter o antagonista de Paine a um escrutínio, explorando precisamente as especificidades de Connecticut e Rhode Island – sobre Pensilvânia, discutiremos mais adiante. Esta sua sequência de argumentos é mais um mote. Explorar essa afirmação nos será útil para avançar na análise de uma dimensão que parece simples, mas que os dois séculos e meio de distância entre o ocorrido e a produção desta tese muitas vezes cuidam de enublar. Trata-se das diferenças políticas das treze colônias entre si, bem como dos distintos modos como elas se organizavam em relação à Grã-Bretanha e, principalmente, de como o poder se dividia internamente em cada disputa de poder colonial. Como afirma Beeman (2006, p.12-13), apesar de seus elementos de unidade como a linguagem, a herança da tradição legal e constitucional inglesa e a identidade como súditos da Inglaterra, “as colônias eram na verdade extraordinariamente desconexas entre si, apresentando entre elas e dentro delas significativas variedades de comportamento político”. As diferenças, o autor conclui, não eram sutis, mas muitas vezes se apresentavam como conflituosas, tanto no que tangia à organização política quanto em seus fundamentos, no sentido da própria compreensão do que era política: se era a arte do bom governo para o bem comum regido por aristocratas naturais ou se era o espaço para o conflito de interesses em busca de acordos para a acomodação dos desejos sociais. Essas matrizes se desdobravam em outras consequências práticas e tensões sobre deliberações diversas que permitirão ao historiador defender que “na verdade, o fato da diversidade pode ser a *única* generalização que nós podemos fazer sobre a cultura política

---

<sup>64</sup> Ibid.

Americana do século XVIII”. Em seu importante livro sobre a Revolução, o historiador Edward Countryman (1985, p.5) acrescentou ainda, ao recuperar uma metáfora de John Adams segundo a qual as províncias se apresentavam como treze relógios que se tornaram um, que as colônias não eram só distintas, como tinham “uma longa história de disputa de uma com a outra, e seus povos tinham uma longa história de conflitos entre eles”.

Essa variedade colonial se desdobrava em distintas interpretações do contexto, fossem de suas classes dirigentes, que no processo de constituição de poder colonial tiveram a potencialidade de direcionar as políticas em seu favor, fossem dos grupos que ficaram à margem deste processo, entre eles, os escravos, os trabalhadores assalariados, os artesãos, os aprendizes não remunerados, entre outras classes que compunham socialmente o multifacetado cenário colonial da América Britânica. A disputa interna pelo poder deliberativo entre os que acreditavam ser a independência o melhor caminho, os chamados patriotas, também marcou decisivamente os rumos do processo – embora a reivindicação da ideia de pátria tenha sido particularmente estranha; na outra direção, o grupo que a historiografia estadunidense chamou de *loyalists* - para designar aqueles que lutaram pela manutenção do vínculo com a Grã-Bretanha - quase nunca o fizeram por lealdade a George III. As classes dirigentes das treze colônias não agiram de modo homogêneo: mais uma vez, elas variaram entre si – o ritmo da ambição por mudanças e a comoção coletiva que influenciou no rumo dos acontecimentos não foi igual em todas as treze colônias – e da mesma forma, internamente - também nas colônias cujo processo se radicalizou mais cedo, havia a presença de importantes *loyalists* em suas elites tentando atuar sobre o processo e moldar seus acontecimentos aos seus interesses.

No mesmo sentido, se a elite por vezes se fraturou e os pequenos e médios comerciantes também tatearam possibilidades e especularam sobre a melhor perspectiva futura antes de escolher um lado, as classes desfavorecidas também fizeram seus cálculos racionais. Em alguns casos, como na constituição de blocos populares radicalizados em Massachusetts, Pensilvânia ou mesmo na Virgínia, isso resultou em movimentos políticos em busca de radicais transformações sociais e institucionais. Em outros, em conflito armado entre iguais - e talvez a expressão mais trágica disso tenha sido o fato de que negros e *indentured servants*, motivados, de um lado, pelo decreto do Lorde Dunmore que os instigavam a libertarem-se e lutarem pelo Império, e, do outro, pelas promessas,

os acordos e as ordens dos patrões, chegaram a enfileirar lados opostos no campo de batalha<sup>65</sup>.

Isso implica reconhecer que a trajetória rumo à independência declarada em 1776 e em direção à instituição da república dos Estados Unidos, de 1787 em diante, não foi objetiva e contínua, como uma linha traçada no início pelos militantes com os valores que os conduziram ao conflito contra adversários que lhes atravancavam o caminho até a vitória. A jornada que produziu as “verdades auto-evidentes” da Declaração de Independência e o “Nós, o povo” constitucional foi repleta de contradições, pactos, rupturas, acordos improváveis, mudanças de posição, interesses, ambições, comoção popular, desarticulação, esquemas escusos, imponderáveis, e o resultado do processo não foi a vitória ou a derrota de um ou outro projeto político, mas a síntese da correlação de forças que marcou o período. Como um escritor político atuando no processo, é evidente que Thomas Paine não pode ser compreendido sem que apresentemos adequadamente de que modo ele se situou em meio às distintas forças políticas que se envolveram na conquista da independência e no estabelecimento da república.

Ao compreendermos a partir destas bases o caminho americano à independência e à instituição da associação entre estados independentes, conseguimos entender também melhor a posição do antagonista de Paine que escolhemos como fio condutor para esta exploração analítica. Escritas em 4 de abril de 1776, a carta de *Civis* em resposta ao panfleto independentista não se pretendia um exercício de diletantismo ou algum tipo de exploração analítica político-filosófica. Pelo contrário, ela, assumidamente, mirava o pleito que se avizinhava: “a compleição desta Província será conhecida pela nossa conduta no 1º dia de Maio”, bradava, contra “os desígnios e os sonhos dos legisladores modernos<sup>66</sup>” que sinalizavam no horizonte ideias de dissolução e desprezo às formas de governo garantidas pela Constituição. Essa última afirmação, rica e ao mesmo tempo perigosa, tem o mérito de situar Paine como parte de um movimento que é maior que simplesmente um único texto de um único debatedor, mas tem em si uma noção convidativa para simplificações. O debate de ideias naquele ambiente não era marcado pelos “sonhos dos legisladores modernos” contra a tradição da liberdade inglesa e, deste

---

<sup>65</sup> Para uma leitura aprofundada sobre esta interpretação, o texto do professor Michael A. McDonnell para a *Oxford Research Encyclopedias* de História Americana, *The American War for Independence as a Revolutionary War* (2016) é um ótimo e atualizado ponto de partida. O seu artigo tem o mérito de sintetizar diversos trabalhos recentes que questionaram as interpretações mais comuns sobre o processo e avançar no sentido de uma compreensão mais multifacetada e menos idealizada da Revolução, apresentando ainda uma vasta bibliografia de recomendação que explora várias nuances para a análise.

<sup>66</sup> *Civis*, op. cit.

modo, o que ameaçava a Pensilvânia de *Civis* não eram simplesmente formulações ambiciosas como as de Thomas Paine. Em seu horizonte, *Common Sense* verbalizava, entre a filosofia e a linguagem panfletária popular, a urgência da transformação que informava no horizonte os militantes contra as políticas da metrópole, mas não só ela, pelo menos desde a década anterior. Não era, portanto, contra Paine que *Civis* escrevia, mas contra o movimento que ele, não exatamente de modo organizado, ajudava a impulsionar.

Antes de avançar neste ponto, porém, precisaremos voltar pelo menos dez anos para uma retomada - ainda que panorâmica - que nos situe melhor sobre o cenário que antecedeu as eleições de 1º de maio de 1776. Não é fácil entender a teia de relações estabelecidas e fraturadas a partir de diversos interesses e ambições políticas que marcaram a colônia da Pensilvânia às vésperas da Revolução. Boa parte do processo que se transformou na crise específica daquela colônia tinha bases da década anterior, quando Paine sequer havia pisado em solo americano - como se sabe, ele desembarcou na Filadélfia apenas em 1774. Aliás, no período exato em que marcamos o início do processo a ser explorado mais detidamente, os anos de 1764 e 1765, o escritor revolucionário vivia na pequena Alford, no condado de Lincolnshire, na Inglaterra, e recebia a notícia do seu primeiro afastamento de suas funções como cobrador de impostos de produtos de luxo após o comitê do excise ter descoberto que ele havia incorporado em seus relatórios dados relativos à fiscalização de lojas e mercearias sem ter feito um exame acurado do inventário de mercadorias - basicamente, repetindo os números disponibilizados pelos próprios comerciantes<sup>67</sup>. Do outro lado do atlântico, as colônias britânicas na América recebiam a ofensiva tributária vinda da metrópole, o *Sugar Act* de 1764 e o *Stamp Act* de 1765, uma escalada de taxaço aos negócios coloniais sob o pretexto de que pertencer ao império britânico e usufruir de suas benesses diversas, sua liberdade, sua defesa, sua proteção ao mercado, sua rede comercial, demandaria maiores impostos. Será a partir da resistência perante a implementação destas leis que se formará, em uma trajetória não exatamente linear, o movimento independentista.

---

<sup>67</sup> Essa prática (*stamping*), que facilitava tanto o contrabando quanto a sonegação, era relativamente comum na época e rendeu a Paine apenas um ano de afastamento e, já 1766, ele seria reincorporado às funções após admitir a infração. Moncure Conway, um dos principais divulgadores do trabalho de Paine no século XIX, trouxe em sua pesquisa de dois volumes sobre o autor a documentação referente ao caso. Ver em Conway (1892), Vol I, p. 17. Na década seguinte, seria pela causa dos fiscais do excise que Paine escreveria sua primeira peça política.



Antes de prosseguir, uma ressalva: se é verdade que todo recorte é arbitrário e deixa nuances pelo caminho, partir da escalada de taxaço para compreender os movimentos que terminaram na guerra revolucionária de independência dos Estados Unidos é ao menos uma destas arbitrariedades que se tornaram consenso nas mais distintas linhas de interpretação historiográfica do período. No entanto, incorporá-la em nossa exposição demanda que aparemos certas arestas. Em 1765, o debate que tomava a colônia da Pensilvânia era intenso, reconfigurando em outras chaves a velha contenda que marcava a colônia desde as décadas passadas entre os proprietários ligados à família Penn, responsáveis pela fundação da colônia, e o grupo dos *quakers* que se afastaram da família proprietária e conseguiram força política para controlar a Assembleia provincial. Benjamin Franklin e Joseph Galloway lideravam o *Old Ticket* – chamado também de “partido da assembleia” ou “partido *quaker*” - incorporando os interesses de parte das elites comerciais, dos comerciantes de médio porte e parte dos trabalhadores especializados da província e impondo restrições ao controle dos Penn e seus aliados<sup>68</sup>.

Este tenso equilíbrio de poder não era formalmente desenhado, mas, ao contrário, se mostrava como resultado de uma série de embates por diversas questões que pautavam os interesses políticos da Pensilvânia, com uma força tentando sobrepujar a outra na medida em que os acontecimentos se desdobravam em novas pautas. Naquele preciso momento, o *Old Ticket* perseguia uma agenda de enfrentamento declarado perante os rivais: após não ter conseguido votação suficiente para compor a câmara em 1764, Benjamin Franklin viajou para Londres em nome da Assembleia para promover junto ao Parlamento e à Coroa um projeto que visava destruir sua oposição pela raiz, alterando o status da Pensilvânia de colônia de proprietário para colônia real, o que retiraria dos proprietários a possibilidade de nomear o governador e, conseqüentemente, os nomeados por este, juizes, xerifes e oficiais em geral. Tentando fazer frente à força dos adversários

---

<sup>68</sup> Sobre a disputa colonial na Pensilvânia nos anos de 1764-1765, o trabalho de Benjamin H. Newcomb (1966) é uma fonte importante porque consegue organizar, de modo sintético, uma série de fontes relevantes sobre as eleições e os debates que as pautaram. Embora, ao nosso ver, sua análise das mobilizações seja reducionista porque exagera na capacidade dos proprietários de controlar sua radicalização, sua capacidade analítica e seu esforço historiográfico são notáveis. Em um estudo mais recente, Benjamin Carp (2007, p.172-212) situou num período maior – tanto antes quanto depois de 1765 – a disputa interna da política na Filadélfia. Richard A. Ryerson (1974) parte de 1765 como primeiro momento de mobilização de resistência que guiaria o movimento à radicalização na década seguinte na Pensilvânia. Em seu texto clássico sobre Thomas Paine e a América Revolucionária, Eric Foner (1976, p.56-60) sintetiza e apresenta este imbróglgio político como uma das razões para a politização das camadas populares da Pensilvânia, como veremos a seguir. Em seu texto sobre a influência da milícia da Filadélfia no processo revolucionário da Pensilvânia, Steve Rosswurm (1987) traz, sobretudo em seu primeiro capítulo, uma refinada e rigorosa análise nas transformações nas bases materiais da colônia na década de 1760.

na Assembleia, o grupo ligado aos proprietários explorou duas debilidades do grupo de Franklin: a fraca popularidade destes na região rural da Pensilvânia e a rivalidade religiosa com outros grupos da colônia, o que fez com que escoceses-irlandeses dos condados interioranos e presbiterianos da Filadélfia engrossassem as fileiras dos proprietários ao menos temporariamente<sup>69</sup>.

Desse modo, quando chegou à Filadélfia a notícia das taxações vindas do império, as duas principais forças políticas coloniais estavam divididas e muito pouco dispostas a algum tipo de enfrentamento mais severo com a Coroa. Pelo contrário, o interesse de ambos dependia das deliberações da Coroa ou do Parlamento e, mais que isso, um passo em falso neste impasse poderia dar ao inimigo a aliança com os poderes britânicos. Do lado do *Old Ticket*, Joseph Galloway atuou como apaziguador em defesa da moderação e Benjamin Franklin foi além, utilizando de sua influência em Londres para nomear um aliado para a implementação da lei tributária na Pensilvânia. Se a radicalização não poderia vir dos principais comerciantes que se estabeleceram na colônia, era de se imaginar que não seria a histórica elite proprietária, intimamente ligada por diversos interesses com o império, que lideraria grandes medidas de enfrentamento. O que a facção proprietária desenvolveu, na verdade, foi uma bem-sucedida operação para enfraquecer os adversários, responsabilizando o grupo majoritário da Assembleia pelas impopulares determinações vindas da metrópole. Esse movimento teria um desencadeamento curioso no futuro próximo: quando a questão antagonizou metrópole e colônia, as querelas dos históricos rivais se tornaram menos relevantes, processo que acabou por aproximar as elites dos *quakers* e dos proprietários e diluir a antiga divisão. Isso porque novas forças ameaçavam aquele velho arranjo.

Foi a moderação do *Old Ticket* e dos proprietários que abriu espaço para a emergência de novas forças políticas, um movimento que não foi exatamente linear e homogêneo, mas que demandou tempo e muitas vezes apresentou uma dimensão mais reativa do que propriamente um projeto político organizado. Em certa medida, essa novidade foi também estimulada pela mobilização criada pelos grupos rivais na primeira metade da década, que buscaram alianças em grupos religiosos ou mesmo classes sociais antes não inseridas afim de ampliar sua capacidade de enfrentamento contra o adversário político. Por isso, é importante realçar a dimensão continuamente responsiva das alianças que se formavam e reconfiguravam novas forças e novas demandas.

---

<sup>69</sup> Sobre isso, ver Newcomb (1966), Carp (2007), Ryerson (1974), Foner (1976) e Rosswurm (1987).

A implementação da investida tributária do Parlamento sobre as colônias de 1767, a *Townshend Act*, por exemplo, trouxe para o mesmo campo de debate outrora inimigos políticos, como John Dickinson, advogado presbiteriano antigo associado ao grupo dos proprietários, que se tornou uma das mais celebradas vozes da resistência colonial nesta época depois de suas *Letters from a Pennsylvania Farmer* de 1767 contra a taxaço, e Charles Thomson, antigo comerciante defensor das manufaturas internas que anos antes enfileirava-se ao lado de Franklin e que tentava como resposta organizar boicotes aos produtos britânicos. No entanto, embora figuras como essas tenham marcado época, o que havia objetivamente era um sentimento de urgência na disputa pelo sentido das deliberações políticas por parte dos grupos que não estavam acampados na lógica de poder colonial. A emergência deste movimento é, para Eric Foner (1976, p.59-63), a maior novidade política da década de 1760 daquele ambiente e, como explica Carp (2007, p.191), ela não deve ser pensada restritamente no campo intelectual, mas sim compreendida como parte de um amplo movimento que nas ruas, tavernas, igrejas presbiterianas e na imprensa começava a ressoar com uma retórica agressiva, mas ainda não independentista, contra as políticas imperiais.

A mobilização inicial pelas elites dos grupos que a partir da crise tributária ascendia deve ser pensada em dupla direção. É verdade, por exemplo, que, por um lado, o “populacho” – termo pejorativo amplamente utilizado no período para caracterizar, ao menos naquele contexto, as massas urbanas desqualificadas politicamente - fora instigado pelos proprietários para pressionar o *Old Ticket* em não raras ocasiões, e de outro lado, é preciso lembrar que os trabalhadores da construção naval reunidos ao redor do *White Oaks* de fato atuaram como uma espécie de polícia em defesa do grupo *quaker* durante as manifestações da crise do *Stamp Act*. No mesmo tom, a inclusão dos presbiterianos cumpriu um serviço importante para a lógica eleitoral dos aliados dos Penn, e, no lado adversário, a aproximação dos *quakers* com pequenos comerciantes e os artesãos mais especializados certamente criou base para maquinaria política que fez Galloway e Franklin dominarem os negócios públicos durante toda a década na província. São exemplos importantes para compreender este processo, mas essa lógica não tem só um lado<sup>70</sup>.

Incluídos politicamente, fosse para manifestarem-se de modo feroz e pela disposição para o enfrentamento físico, fosse para galgar postos na estrutura institucional

---

<sup>70</sup> Sobre os White Oaks, ver Hutson (1971).

em troca de sua capacidade de mobilização de votos, diversos grupos sociais chegavam à década de 1770 com mais capacidade de ação do que no início dos 1760. A emergência destes grupos interessados em atuar politicamente de um lado, e a aproximação da elite dos proprietários e do *Old Ticket* do outro, acabou por reorganizar a política em um novo binômio: *indoor – out-of-door*, como explicou Carp (2007). Como os políticos de dentro da Assembleia se mostravam cada vez mais parecidos e comprometidos com a manutenção da estrutura de poder colonial, sua atuação ao longo do processo revolucionário foi quase sempre no papel de moderação na busca por alternativas que encerrassem o conflito. Enquanto isso, na política “das portas para fora”, comícios e manifestações reuniam grande público e mostravam força para mobilização, enquanto ensaios de comitês se estruturavam na tentativa de desempenharem efetivamente algum tipo de resistência. Até 1775, quase sempre sem capacidade operacional para levar adiante seus projetos.

Para Carp (2007, p.195), “uma vez que a Assembleia se mostrou insatisfatória como um mecanismo de protesto, radicais da Filadélfia crescentemente começaram a pensar a Assembleia e o Parlamento[britânico] como dois corpos legislativos não-responsivos”. Exatamente em função disso, quando os comitês começaram a ganhar força para inspeção e implementação dos programas de boicote, eles agiram de modo independente das determinações do grupo empossado institucionalmente. Mesmo às vésperas de julho de 1776, quando grupos favoráveis à independência passaram a frequentar assentos na câmara na Filadélfia, as elites - proprietária e *quaker* - jamais perderam o controle institucional do processo. Precisou que houvesse uma revolução para derrubá-las.

De todas as novidades políticas “das portas para fora” que o contexto do conflito propiciou, a mais relevante foi a emergência da milícia da Pensilvânia. Criada para ser uma espécie de exército de defesa para o embate contra a metrópole, ela acabou se tornando, na correlação de forças interna da colônia, um grupo político de pressão e representação em favor dos interesses daqueles não representados nas instituições tradicionais, sobretudo a Assembleia. Segundo Rosswurm (1987), a sua radicalização incongruente com a trajetória de grupos de soldados organizados nas outras colônias pode ser explicada pelo fato de que, uma vez que a colônia não tivesse antes um sistema miliciano organizado, ela pôde ser moldada ao calor dos eventos, e processos como eleições para os cargos oficiais, a escolha dos uniformes, regimentos, planos de financiamento, acabavam por forjar os soldados que a compunham como sujeitos

políticos capazes de influenciar no processo decisório. Na disputa interna do comitê de segurança, o comitê dos *privates*, criado em 1775, representou um grupo importante do processo que se desenvolveria na Revolução de 1776, uma vez que reunia os soldados mais pobres no sentido de debater e atuar coletivamente nos principais assuntos políticos da ordem do dia.

Se dissemos, portanto, que explorar o processo da Revolução da Pensilvânia de 1776 é fundamental para que se compreenda as contradições, as ambivalências e as sinuosidades dos argumentos políticos de Thomas Paine na América Britânica Revolucionária, para tal, é necessário ainda inscrevê-la como parte da guerra que tomou as treze colônias no caminho do enfrentamento que terminou com a independência e a instituição da república. Neste sentido, é importante conseguir situar ocorridos componentes da trajetória da disputa das treze colônias organizadas contra o império na lógica própria de poder colonial e como os desdobramentos de uma afetaram a outra. Isso significa, por exemplo, que não se compreende a criação da milícia para a proteção da Filadélfia, com planos de financiamento e regulação a partir das reuniões no *State House Yard* – o jardim da Assembleia, lugar que materializou a expressão política do *out-of-door* – sem os disparos em Lexington e Concord em Massachusetts. E, no sentido oposto, que não se compreende a mudança de voto da Pensilvânia favorável à Independência no Congresso Continental em 1776 sem reconhecer que isso só se deu em função da Revolução da Pensilvânia – que se desencadeou na colônia justamente porque, apartados das burocracias institucionais coloniais, os comitês e a milícia compuseram uma força radical disposta a enfrentar a Grã-Bretanha e as principais potências de poder colonial para levar seu projeto adiante<sup>71</sup>.

A eleição de 1º de maio de 1776 para definir os membros da Assembleia da Pensilvânia – para a qual escreve *Civis* contra Paine – representa um dos momentos decisivos da Revolução da Pensilvânia porque marca o primeiro momento efetivo em que a política *indoor* tradicional aceitou negociar as bases dos rumos deliberativos da colônia com os *out-of-door*. A sua realização foi a expressão de um acordo entre os dirigentes políticos da província e parte dos setores radicalizados que sinaliza a força do movimento

---

<sup>71</sup> Sobre as contendas políticas que criaram a cisão acima descrita pelo binômio *out-of-door* – *indoor* e a mobilização que “das portas para fora” passou a se organizar, ver Carp (2007). Sobre as bases sociais e materiais para a emergência do novo grupo político que empurra para o mesmo lado a aristocracia colonial, ver Foner (1976). Sobre como a elite comercial atuou se movendo de grupo para grupo, ora para aproveitar as oportunidades que dali advinha e ora para frear os ímpetos mais radicais, a biografia do financista mais influente do processo revolucionário na Pensilvânia, Robert Morris, é uma referência basilar – ver Rappleye (2010).

que se constituía para além dos acordos intramuros. A tradicional elite da província aceitou aumentar o número de assentos da Assembleia, sob a premissa de incorporar uma maior gama de representantes de áreas rurais, tradicionalmente insatisfeitos com a oligarquia *quaker* e proprietária. Por sua vez, os comitês não avançariam na proposta então colocada da criação de uma Convenção que visava construir uma espécie de Assembleia paralela. O acordo, como explicam Rappleye (2010, p.75-76) e Carp (2007, p.205), foi costurado pelos membros mais moderados dos comitês que também ocupavam assentos na Assembleia, cujo nome mais conhecido era John Dickinson. Para ambos os grupos, a saída parecia alvissareira: a elite dirigente julgava poder controlar o ímpeto por radicalização do movimento o incorporando à lógica institucional ao atender algumas demandas, e os grupos mais radicalizados acreditavam que se fossem capazes de assumir o controle da Assembleia, poderiam enfim guiar os rumos da colônia, a começar pelo voto colonial em favor da independência no Congresso Continental. Foi esta ambição independentista mobilizada pelos *out-of-door* e imensamente temida - tanto pela tradicional oligarquia provincial quanto pelos grupos mais moderados presentes nos comitês - que pautou a maior parte dos debates que antecederam a eleição de 1º de maio.

Ao percorrermos, ainda que de modo panorâmico, as contendas que antecederam o ataque político de *Civis* a Paine, podemos situá-lo em um plano menos abstrato. A reivindicação de ideais supostamente democráticos em favor da busca pela liberdade como oposição ao projeto republicano exposto por Paine em *Common Sense* nos ajuda a perceber que o que estava em disputa não era exatamente o sentido abstrato da liberdade e a potencialidade da autodeterminação. Esses são valores que, ao menos naquele debate, informavam os argumentos dos dois lados da contenda. O que estava em jogo ali era a quem se estenderia o direito de autodeterminar-se. E neste sentido, a retórica popular de *Common Sense*, e, principalmente, o teor de seus argumentos, sinalizavam para um igualitarismo que confrontava diretamente as oligarquias que dominavam o poder da Pensilvânia na última década e se alinhava aos *out-of-door*, ainda que o mote de toda a redação de seu texto mirasse no âmbito da disputa colônias-metrópole. A república que rascunhava Thomas Paine em janeiro de 1776 tinha a ambição de inverter a lógica da monarquia: “Como nos governos absolutos o rei é a lei, assim também nos países livres, a lei *deveria* ser o rei<sup>72</sup>”.

---

<sup>72</sup> Thomas Paine, *Senso Comum*, [1776] (1982), p.35.

Como veremos mais adiante, sua proposta não era situada nos limites da Pensilvânia, mas tinha uma dimensão institucional continental. Para tanto, ele buscou no napolitano Dragonetti a inspiração filosófica constitucional: um princípio político de que o objetivo do governo deveria ser a busca pela felicidade e a liberdade. Na prática, o que tinha força efetivamente era a sua arrojada sugestão: as leis deveriam ser escritas pelo Congresso Continental, que teria sua “Magna Carta” definida depois de um Estatuto Continental – uma espécie de Assembleia Constituinte que reuniria membros do Congresso Continental em andamento, membros de casa de Assembleia e Convenções Provinciais e representantes populares em geral, votados nas principais cidades de cada colônia. Naquele contexto, isso significava defender como potenciais legisladores de um novo sistema político, ao lado dos grupos há tempos bem situados, o povo reunido em movimentos *out-of-door*, um argumento que preocupou *Civis* e muito provavelmente também outros membros da oligarquia estabelecida na colônia.

As noções que segundo Paine deveriam ser os pressupostos dos legisladores americanos, “a liberdade e propriedade para todos os homens, e, acima de todas as coisas, o livre exercício da religião, de acordo com os ditames da consciência<sup>73</sup>” precisam também ser exploradas dentro de seu debate específico, inclusive para ressaltar a originalidade de suas elaborações. Ao contrário de boa parte dos formuladores filosóficos do século XVIII, a noção de “todos os homens” de Paine poderia sim incluir inclusive camadas sociais ignoradas pelos principais dirigentes políticos naquele contexto. No próprio apêndice de *Common Sense*, quando escreve contra os conservadores da colônia que advogavam em favor da conciliação, Paine lembrava aqueles que defendiam a manutenção dos vínculos com a Grã-Bretanha levavam em consideração apenas a sua condição e não a de homens de outras *orders*<sup>74</sup>, que na sequência são listados como “o sofredor que *já* perdeu *tudo*, e do soldado que desistiu de *tudo* pela defesa do seu país<sup>75</sup>”, situando a contenda especificamente na chave da hierarquia social. Aliás, se lembrarmos de seus textos que antecederam a produção deste famoso panfleto, a sua noção de liberdade e propriedade para todos os homens era tão ampla que poderia, eventualmente, ser estendida a escravos, como no plano para abolição que ele sugeriu um ano antes,

---

<sup>73</sup> Id., p.34.

<sup>74</sup> A tradução brasileira que aqui utilizamos optou traduzir esta noção pelo termo “categoria”. Como explica Rosswurm (1987), os termos mais utilizados para descrever divisões sociais na Pensilvânia do final do século XVIII eram “*ranks*”, “*orders*” e “*degrees*”. A chave analítica “classe” como parte da estratificação social é uma construção mais comum do século XIX em diante. O historiador explica que “classe” era utilizado na Filadélfia como expressão geral para qualquer grupo.

<sup>75</sup> Thomas Paine, [1776] (1982), op. cit., p.49.

propondo acesso subsidiado pelas legislaturas ao emprego e à propriedade para os escravos libertos: “poderiam dar a eles terras por uma quantia razoável, alguns empregá-los em seus próprios trabalhos, ou ainda poderiam subsidiá-los para isso; então, todos podem ter alguma propriedade e os frutos de seu trabalho a sua disposição<sup>76</sup>”.

Há de se ter um sutil cuidado com essa questão, o que nos obriga a insistir na ideia de que somente situando os argumentos no processo é que podemos compreender a originalidade de Paine. Sua defesa de homens das *orders* não possuidoras não se dava abstratamente – ou, ao menos não somente informada por valores ideológicos e filosóficos. Tratava-se objetivamente de uma disputa que, como vimos, movimentava a política da Pensilvânia pelo menos desde a última década e crescia aceleradamente nos anos que antecederam *Common Sense*. O sucesso de vendas de seu panfleto é, ao mesmo tempo, argumento que comprova sua relevância, mas também um importante sinal de que o ambiente estava propício para uma agitação naqueles moldes. Reconhecer que os grupos apartados da lógica de poder colonial tinham a capacidade de se autogovernarem era situar a independência como um projeto de ampliação do poder dos *out-of-door*, um argumento que não se levantava como uma elaboração doutrinária que brotou de sua mente perspicaz, mas antes, da escolha de lado em uma disputa que já estava colocada. Os adversários que lhe responderam na imprensa às vésperas das eleições de 1º de maio de 1776 entenderam isso. Foi o caso de *Civis*, como vimos e foi o caso do mais conhecido deles, *Cato*<sup>77</sup>, o único antagonista do período a quem Paine, com o pseudônimo de Forester, dedicou atenção e respostas, um debate que, nas palavras do próprio autor, o “forçou a perder a linha comum da linguagem civil<sup>78</sup>”.

---

<sup>76</sup> Thomas Paine, *African Slavery in America*, *Pennsylvania Journal and Weekly Advertiser*, March, 1775 [1945] (II), p. 15-19.

<sup>77</sup> O pseudônimo *Cato* era uma menção às “*Cato Letters*”, nome pelo qual ficaram conhecidos os 138 ensaios publicados por John Trenchard e Thomas Gordon entre 1720 e 1723 na Inglaterra. Segundo Lee Ward (2004, p.288-289), naquele contexto, Trenchard e Gordon disputavam o legado *whig* do período revolucionário do século anterior e ambicionavam uma interpretação mais radical do processo que definiu as bases do constitucionalismo inglês. Ainda segundo o autor, as “cartas” foram organizadas, editadas e publicadas nas colônias americanas e tinham grande popularidade. *Cato* foi o pseudônimo escolhido por William Smith, uma figura de notável relevância intelectual da Filadélfia da segunda metade do século XVIII - o que pode explicar o fato de que fora apenas ele respondido por Paine após a publicação das críticas ao *Common Sense*. Reverendo anglicano com significativa riqueza como proprietário de terras, Smith circulava na elite colonial e ocupava um espaço de notoriedade sobretudo por ser, desde a década de 1750, o de reitor do *College of Philadelphia*.

<sup>78</sup> Thomas Paine, *The Forester's Letters II*, [1776] 1945 (II), p.71. O debate, que começou provavelmente no final de março, e terminou precisamente em 8 de maio, está documentado a partir de doze cartas, quatro de Paine, escrevendo com o pseudônimo de Forester – disponibilizadas na coletânea organizada por Philip Foner (1945), e oito de *Cato*, preservadas pelo *American Archives (NIU Digital Collection)*.



O debate partiu de *Cato* que, no desenvolvimento de sua argumentação, acabou por conectar suas críticas ao movimento rebelde da Pensilvânia à obra *Common Sense*. Em princípio, especificamente em suas duas primeiras cartas, a denúncia se dava contra a “assombrosa ousadia” dos que buscavam “a destruição total de nossa Carta constitucional e de apreender em suas próprias mãos toda nossa administração doméstica, tanto com a autoridade Legislativa quanto com a Executiva<sup>79</sup>”. Tal preocupação relacionava-se com o fato de que, para ele, os comitês estavam deixando suas atribuições originais para vislumbrar interferir em uma área para a qual não haviam sido eleitos, ameaçando a Assembleia que, segundo ele, era legitimamente eleita e expressão do que havia de bom na organização política da Pensilvânia, o seu arranjo constitucional – e, por isso, um de seus primeiros antagonistas deste debate fora James Cannon, um dos líderes do radical comitê dos *privates*, que escrevia com o pseudônimo de Cassandra. Era com a ideia da Convenção que visava suplantando os poderes da Assembleia que o autor dialogava no horizonte, movimento que ele julgava ilegítimo: “que nossa Assembleia seja [...] responsável de qualquer outra negligência de dever, com que face esses do atual Comitê, que são tão barulhentos em seus clamores contra ela, pretendem ocupar suas cadeiras<sup>80</sup>”? Sua argumentação centrava na ideia de que os comitês foram eleitos para acompanhar e dar assistência às questões específicas da crise contra a Grã-Bretanha, como a organização e fiscalização do boicote comercial, além das questões de segurança, e não para deliberar nas áreas legislativas da colônia. Para *Cato*, as eleições que compuseram os comitês eram esvaziadas, diferente do que seriam caso os representantes eleitos estivessem pleiteando vagas na Assembleia: “eu já observei por quão poucas vezes nosso maior Comitê de cem pessoas foi escolhido; e eu sei de alguns condados onde todo o Comitê foi nomeado por somente seis ou sete vozes<sup>81</sup>”.

Saber de onde surgiu o debate é importante para entender que *Common Sense* e o movimento que amedrontava a Assembleia formam parte da mesma ameaça que incomodara e mobilizara a pena de *Cato*, uma expressão da oligarquia ameaçada e acuada pelo desenrolar do movimento independentista que, na Filadélfia, dialogava com noções

---

<sup>79</sup>Cato, To the People of Pennsylvania – Letter I, American Archives, S4-V5-P01-sp06-D0091, (NIU Digital Collection).

<sup>80</sup> Id.

<sup>81</sup> Cato, To the People of Pennsylvania – Letter III, American Archives, S4-V5-P01-sp08-D0104, (NIU Digital Collection). Será no meio desta construção analítica, na terceira de suas cartas, onde aproximou o ensejo por transformação legislativa da Pensilvânia aos inebriados pela ideia de independência que ele, de passagem, acusou *Common Sense*, como um portador de “doutrinas que contradizem tudo o que até agora nos foi ensinado a acreditar a respeito de Governo”, antes de prometer, para a quarta carta, uma crítica direta ao texto de Paine.

radicais de representação política. Quando o autor focou sua atenção especificamente para rebater *Common Sense*, o fez a partir das bases colocadas no panfleto de Paine, cujos debates filosóficos e políticos se estruturaram pelas chaves da independência e da república. Deslocados de sua contenda específica, a discussão parece pairar no mundo das ideias – e neste caso, *Cato* desfilou erudição ao defender a força da monarquia constitucional inglesa perante os perigos de uma república independente, dispondo de uma ampla gama de referências da filosofia política reunidas em citações que, de modo elegante e bem organizado, defendiam seu projeto, como Montesquieu, Locke, Algernon Sidney, Grotius e, claro, as Escrituras<sup>82</sup>. Este artifício foi denunciado por Paine, como uma forma de esconder-se atrás de “citações de outros autores, sem raciocinar muito sobre a matéria em debate<sup>83</sup>”, ao que ele provocava: “Cato pode observar que eu dificilmente cito; a razão é que eu sempre penso<sup>84</sup>”.

A “matéria em debate” a que se referia Thomas Paine era a crise na representatividade colonial, uma vez que a Assembleia não mostrava capacidade de enfrentamento perante o conflito com a Grã-Bretanha. O crescente movimento das portas para fora almejava que os comitês tivessem capacidade deliberativa – o que sinalizaria o caminho da Pensilvânia à independência, e, conseqüentemente – ao menos nas bases propostas pelo *Common Sense* - a constituição de um novo arranjo político para o Estado que se ergueria independente. O reverendo William Smith, membro relevante da oligarquia da colônia, com o pseudônimo de *Cato*, via isso como uma temeridade e, deste modo, em tom de ameaça e gravidade, defendia saídas pacíficas para o conflito com os britânicos: “nós tivemos um longo florescimento sob nossa Carta Governamental. Quais serão as conseqüências de outra forma não podemos pronunciar com certeza, mas uma coisa sabemos: é uma estrada na qual não viajamos, e pode ser pior que o descrito<sup>85</sup>”. A resposta de Paine, que já havia se posicionado no campo independentista e julgava ilusão

---

<sup>82</sup> Para a crítica contra Paine amparada em bases religiosas, apontando as imprecisões dos argumentos da origem da monarquia contidas em *Common Sense*, ver Cato, To the People of Pennsylvania – Letter VI, American Archives, S4-V5-P01-sp13-D0197 (NIU Digital Collection); para a defesa da monarquia constitucional inglesa e sua separação de poderes, duramente criticada em *Common Sense*, contra a república, com base em referências da filosofia política, ver Cato, To the People of Pennsylvania – Letter VII, American Archives, S4-V5-P01-sp13-D0214 (NIU Digital Collection). Para a crítica à república ancorada no caráter do século das revoluções, especialmente na figura de Oliver Cromwell, que segundo Cato, exerceu poderes de um rei absoluto sob a alcunha de protetor, ver Cato, To the People of Pennsylvania – Letter VIII, American Archives, S4-V5-P01-sp15-D0233 (NIU Digital Collection).

<sup>83</sup> Thomas Paine, *The Forester's Letters III*, [1776] 1945 (II), p.78.

<sup>84</sup> *Id.*

<sup>85</sup> Cato, To the People of Pennsylvania – Letter IV, American Archives, S4-V5-P01-sp08-D0236 (NIU Digital Collection).

considerar a possibilidade de saídas que não rompessem com os vínculos com a Grã-Bretanha, não deixava dúvidas de que a questão não era puramente se separar da metrópole, mas criar um novo arranjo governamental, numa nova correlação de forças que se opunha frontalmente às forças estabelecidas:

a constituição da Pensilvânia já foi mudada duas vezes por meio da astúcia dos antigos proprietários; seguramente, o povo, cujo direito, poder e propriedade são maiores do que o de qualquer homem, pode fazer as alterações em seu modo de governo à medida que a mudança dos tempos e das coisas requerer<sup>86</sup>.

Essa ideia, a de que o homem pode transformar o modo de governo a partir das questões de cada época, uma chave fundamental na primeira parte dos Direitos do Homem mais de uma década depois, aparecia pela primeira vez de modo textualmente organizado nesta resposta a *Cato*, em abril de 1776, embora estivesse já de certo modo sinalizado em *Common Sense*. Seu antagonista preferia insistir na força das formas legislativas já instituídas e considerava um absurdo que Paine “tenha nivelado a Constituição Inglesa ao pó, junto com todas as nossas Constituições Americanas, que são formadas em bases similares<sup>87</sup>”, afirmação baseada na primeira parte do panfleto, onde o autor independentista apresentou a crítica demolidora do arranjo proposto pelo celebrado acordo político inglês.

De modo geral, as bases dos argumentos de *Cato* não são distintas daquelas organizadas por *Civis*, embora sua força argumentativa e sua erudição os colocasse em patamares distintos de nível intelectual do debate: ambos estavam conscientes de que o embate entre as colônias e a metrópole afetava as relações políticas internas da Pensilvânia e, à medida que as intenções dos independentistas se mostravam audaciosas, ambos se abraçaram aos valores ideológicos celebrados pela tradição da liberdade inglesa – e é possível dizer que, neste caso, *Cato* defendeu com muito mais empenho a monarquia contra a república do que *Civis*. A crítica de Paine repousava em bases históricas, e sua problematização da Constituição britânica partia de uma argumentação sobre o processo que a constituiu de modo menos mitificado: para o autor, ela era a expressão de um acordo possível a partir da correlação de forças de sua época, movimento que ele considerava como um *compromise*, acordo em que as duas partes cedem em favor de um consenso:

---

<sup>86</sup> Thomas Paine, *The Forester's Letters I*, [1776] 1945 (II), p.71.

<sup>87</sup> *Cato*, *To the People of Pennsylvania – Letter V*, American Archives, S4-V5-P01-sp08-D0296 (NIU Digital Collection).

a carta que assegura essa liberdade na Inglaterra foi formada não no senado, mas no campo [*field*]; e exigida pelo povo, não garantida pela coroa; a coroa, naquele caso, não concedeu nada, mas apenas renunciou às suas antigas tiranias e se comprometeu a um futuro bom comportamento<sup>88</sup>.

Para Paine, os novos tempos exigiam novas instituições e, no caso da Pensilvânia, elas já estavam prontas: eram os comitês, aqueles mesmos construídos pelo movimento que ascendeu na última década, na inércia da elite colonial para lidar com as demandas dos insatisfeitos com as determinações que chegavam da metrópole. A sua crítica à Assembleia colonial não era simplesmente procedimental, ou específica a uma ou outra tomada de decisão, ou mesmo aos indivíduos que a compunham, mas especificamente à sua atuação como instituição. Para Paine, ela era ilegítima não porque não fora eleita, mas porque, segundo ele, não cumpria o papel de representação que lhe fora designado:

Cato e eu divergimos concretamente em nossa opinião sobre os comitês; eu os considero como os únicos corpos constitucionais atualmente nesta província, e afirmo isso pela seguinte razão: eles foram devidamente eleitos pelo povo, e animadamente exercem o serviço para o qual foram eleitos. A Assembleia [*House of Assembly*] foi igualmente eleita pelo povo, mas exerce atividades para as quais não foi eleita. Sua autoridade é verdadeiramente inconstitucional, tendo sido autocriada. Minha acusação é a ela como um corpo [institucional], e não aos seus indivíduos<sup>89</sup>.

A polêmica entre os dois se encerraria uma semana após as aguardadas eleições de 1º de maio, na quarta e última carta de Forester, na qual Paine produziu um chamamento à ação em virtude dos resultados das eleições favoráveis ao grupo que ele nomeava “a facção dependente<sup>90</sup>”, vitória acusada como ilegítima em um processo marcado por fraudes e que, mais que isso, segundo ele, ilustrava a hipocrisia da Pensilvânia. “Sob o pretexto da moderação, nós estamos em marcha em direção aos mais condenáveis pecados. Agora é dever de todo homem de púlpito ou da imprensa, em sua família e na rua, para gritar [*cry out*] contra isso. Bom Deus!<sup>91</sup>”. Explosivo, ele continuava: “Nós podemos rastrear a iniquidade nesta província até a sua nascente, e ver sob quais ilusões ela tem se imposto aos outros<sup>92</sup>”, uma minoria de “covardes e *Tories*”

---

<sup>88</sup> Thomas Paine, *The Forester's Letters III*, Op. Cit, p.80.

<sup>89</sup> Id, p.80, nota 22.

<sup>90</sup> Thomas Paine, *The Forester's Letters IV*, [1776] 1945 (II), p.84.

<sup>91</sup> Id.

<sup>92</sup> Ibid.

que governava e se impunha sobre um grupo que, segundo Paine, era “dez vezes maior em força e em número<sup>93</sup>” do que os seus opositores.

Duas noções relevantes aparecem no subtexto dessa afirmação que encerra o debate de Paine com William Smith: a ideia de que havia um grupo muito maior de pessoas favoráveis à independência do que os resultados eleitorais podiam sugerir – o que, no mínimo, sinalizava uma crítica indireta ao tipo de sufrágio da colônia, que dava direito a voto apenas aos donos de propriedade; e à percepção de que havia força mobilizada em favor da independência, numa menção ao predomínio de radicais presentes nos comitês de defesa e sobretudo à milícia. Essa percepção - que não era só dele - incorporada à crítica fundamental colocada ao longo de todo processo - aquela dirigida à acovardada assembleia, considerada incapaz de representar e deliberar em favor das forças sociais mobilizadas na Pensilvânia - pautaram o assalto ao poder pelas mãos dos radicais que se produziu a partir de maio de 1776.

O grupo independentista do Congresso Continental, que, em geral, não compartilhava ideologicamente das noções políticas que pautavam os rebeldes *out-of-door* da Pensilvânia, dependia da vitória destes para conseguir levar adiante a proposta da declaração de independência das treze colônias. Por isso, ainda que John Adams não seja precisamente uma expressão da radicalização revolucionária e, menos ainda, um entusiasta de noções de mundo de expansão do poder às camadas populares, sua atuação neste processo foi fundamental. Foi ele quem costurou o apoio aos rebeldes e quem redigiu desde a câmara continental o documento que estipulava – e com isso, estimulava – que todas as instâncias de autoridade ligadas à Coroa nas colônias fossem suprimidas e que estas reorganizassem seus modos de governo, uma redação engenhosa que, de acordo com Rosswurm (1987), foi forjada precisamente para atuar na contenda em relação à Pensilvânia. Ainda de acordo com o historiador estadunidense, quando a Assembleia da colônia rejeitou levar adiante as determinações do Congresso Continental e reafirmou a instrução aos seus representantes de rejeitar as discussões de independência, um comício que contou com quatro mil pessoas lideradas pelos comitês impulsionou a convocação de uma conferência provincial para organizar as bases para uma Convenção Constitucional e que terminaria por solapar qualquer poder deliberativo da antiga câmara.

Segundo Rosswurm (1987, pos. 1319-1326), para isso, os delegados da conferência provincial se reuniram em 20 de maio para definir como se daria o processo

---

<sup>93</sup> Ibid, p.87.

que elegeria os responsáveis para escrever a Constituição do Estado independente da Pensilvânia. A primeira novidade se deu em relação ao sufrágio: decidiu-se que não mais apenas os proprietários teriam direito a votar, mas todos os pagadores de imposto com o mínimo de 21 anos e que morassem há pelo menos um ano na província, uma medida que imediatamente ampliou a base eleitoral do Estado. Além disso, os votantes foram obrigados a prestarem um juramento, no qual garantiam nem guardarem vínculos com a Coroa nem se oporem ao estabelecimento de um governo livre no novo Estado independente. Esses eram também os únicos pré-requisitos aos candidatos a se sentarem nas cadeiras da Convenção, o que permitiu aos habitantes não proprietários disputarem os espaços de representação, uma novidade importante para o movimento revolucionário *out-of-door*.

Construído em uma experiência de embates sociais das portas-para-fora, o movimento em favor da autodeterminação de setores populares da Pensilvânia finalmente ganharia teto a partir de 15 de julho de 1776, poucos dias depois de que, com a mudança de voto dos delegados da Pensilvânia, o Congresso Continental declarara formalmente a independência das treze colônias americanas. Foi nesta data que, no salão oeste da Câmara da Pensilvânia, ao lado de onde deliberava o Congresso Continental, noventa e seis delegados passaram a discutir a Constituição da Pensilvânia. O grupo eleito pela conferência provincial, segundo Gary Nash (2011, p.75-82), era formado, em sua maioria, por agricultores, mas contava ainda com alguns artesãos, pequenos comerciantes e professores de escola, e uma minoria de mercadores e advogados, muitos com menos de 30 anos, mais da metade milicianos eleitos oficiais pelos seus próprios soldados. Por cerca de dois meses e meio, esses novos legisladores, acusados na imprensa da época - e pela historiografia sobre o período - como membros inexperientes e sem grande tato para a filosofia política, discutiram, rascunharam, e desenharam a peça que viria a público dia 28 de setembro de 1776.

A Constituição da *Commonwelth* da Pensilvânia de 1776 trazia um forte caráter comunitário, compreendendo o novo arranjo político colonial como uma organização coletiva que pretendia construir um autogoverno do povo do Estado – e, por isso, também criava bases para resguardar o novo país de sua elite recém derrotada. Além de garantir total separação da Grã-Bretanha, a carta marcava de modo incisivo a questão da soberania popular, repousando sua legitimidade no povo, de onde todo o poder emanava, e do qual “os oficiais do governo, tanto do legislativo quanto do executivo, são seus depositários e

servos<sup>94</sup>”. A Constituição assegurava que o governo fora instituído “para o benefício comum, proteção e segurança do povo, nação ou comunidade; e não para emolumento particular ou vantagens de um homem, família ou grupo de homens<sup>95</sup>”, e desta forma, era “o povo”, sempre ele, que se instituía de “um indubitável, inalienável e irrevogável direito de reformar, alterar ou abolir o governo da maneira que a comunidade julgar mais conveniente para o bem-estar público<sup>96</sup>”. O último artigo (número XVI) da parte dedicada aos Direitos na Constituição era talvez o mais simbólico porque sintetizava, de certo modo, todo o processo que levou à tomada de poder pelos *out-of-door* das mãos das oligarquias *quaker* e proprietária que controlavam a política provincial. Atendendo a uma histórica demanda do público que se reunia nos jardins da câmara para se manifestar sobre o que se decidia em clausura na Assembleia, a carta constitucional abria as portas da casa legislativa para a livre circulação popular afim de que o povo pudesse “assemblear em conjunto, para se informar para seu bem-comum, para instruir seus representantes, e para solicitar junto à legislatura reparação de agravos, seja por meio de discurso, petição ou protesto<sup>97</sup>”.

Para colocar em prática essas premissas, a Constituição listou 47 medidas procedimentais que estruturavam o novo sistema de governo na Pensilvânia, dentre elas: o direito dos soldados escolherem seus oficiais; o sufrágio para homens maiores de vinte um anos taxáveis em qualquer tipo de imposto (dos condados ou provinciais) e que morassem há pelo menos um ano na Pensilvânia; para impedir que os poderosos da Filadélfia que eram donos de terra no interior continuassem se candidatando pelos condados rurais, a Constituição instituíu obrigatoriedade de residência de pelo menos dois anos no local de onde o candidato almejava representar; a proibição do acúmulo de cargos públicos, com o intuito de descentralizar o poder, atacando precisamente uma prática comum por membros da oligarquia da época; como as eleições eram anuais, a reeleição não foi exatamente proibida, mas os constituintes deliberaram que cada representante poderia servir na assembleia por apenas quatro de cada sete anos possíveis, uma inovação que visava a rotatividade da representação política – o modelo se repetia para os delegados que a Assembleia enviaria para o Congresso Continental, sendo o limite da

---

<sup>94</sup> The CONSTITUTION of the Commonwealth of PENNSYLVANIA, as established by the GENERAL CONVENTION elected for that purpose, and held at Philadelphia, July 15th, 1776, and continued by adjournments to September 28th, 1776, disponível em The Register of Pennsylvania, Edited by Samuel Hazard, Vol. IV, N.14, Philadelphia, October 3, 1829, n.92.

<sup>95</sup> Id.

<sup>96</sup> Ibid.

<sup>97</sup> Ibid.

função dois anos, e a imediata inelegibilidade pelos próximos três; o poder executivo seria desempenhado por um conselho com o quórum de cinco representantes que poderiam exercer poderes não delegados à Assembleia com ou pelo voto popular - este era o caso dos juízes de paz, leigos públicos e xerifes; a possibilidade de impeachment tanto de poderes executivos como judiciais; o fim da prisão por dívida, se não comprovada a prática de fraude; o livre exercício da imprensa; a busca por uma reforma penal que instituisse penas menos sanguinárias; o controle da taxaço, sendo seu aumento justificável apenas para maior prestação de serviços para a comunidade; a garantia de direitos iguais aos estrangeiros que se estabelecerem no Estado por dois anos; a instituição de escolas com salários dos professores pagos pelo governo em todos os condados, para garantir aos jovens a educação a preços baixos; o estabelecimento de um Conselho de Censores, cujos membros, dois de cada cidade ou condado da Pensilvânia eleitos a cada sete anos por meio de eleição geral, teriam a missão de defender a Constituição, capazes de pedir impeachment, emitir censuras públicas, e recomendar à legislatura mudanças em leis que ofendessem o caráter constitucional – e somente eles teriam o poder de chamar uma Convenção e eventualmente alterar a Constituição.

Como acuradamente notou Steve Rosswurm (op. cit., pos.1417-1425), o que a Constituição de 1776 fez foi criar bases institucionais para que a *lower sort* pudesse efetivamente disputar os rumos da Pensilvânia. Havia uma radiografia claramente estabelecida de que os ricos do Estado se faziam valer de sua força econômica para se situarem nos principais eixos do poder e deliberar em seu favor, e no clima do debate constitucional que marcou os últimos meses da colônia, a Constituição serviria como uma proteção ao bem comum. Não é anacrônico situá-la neste sentido, e há inclusive uma menção objetiva que associa a independência a mais do que a liberdade perante o julgo britânico, mas como capacidade de autodeterminação, no parágrafo 36, quando são censurados os *offices of profit*: “todo homem livre, para preservar sua independência (se não tiver patrimônio o suficiente), deveria ter alguma profissão, seja no comércio seja na lavoura, por meio do qual ele pode honestamente subsistir<sup>98</sup>”. Nesse sentido, ela deve ser pensada como uma carta institucional criada em um ambiente de disputa em que os antagonistas continuavam no horizonte – e a partir da independência, agrupados de modo distinto daquele disposto nos meses que antecederam a elaboração da Constituição. Por isso, ela deve ser pensada em dupla dimensão: como o final de um processo (a emergência

---

<sup>98</sup> Id.



e a tomada de poder de um grupo apartado da lógica de poder estabelecido na colônia) e o início de outro (o estabelecimento do novo arranjo da correlação de forças políticas da Pensilvânia independente, tendo como pano de fundo a guerra com a Grã-Bretanha e as formas de coexistência com os outros doze novos Estados independentes).

Como vimos, Thomas Paine foi, pelo menos desde a publicação de *Common Sense*, um personagem relevante desta jornada que culminou na independência e na elaboração da Constituição da Pensilvânia. Segundo Eric Foner (op. cit., p.128), a atuação de Thomas Paine no desenrolar deste processo, entre o final de abril até junho de 1776, foi muito além da batalha de ideias nas prensas da Filadélfia. Baseado nos diários de Christopher Marshall, um químico revolucionário da Pensilvânia, ele sustenta que o autor de *Common Sense* participou de frequentes reuniões dos comitês locais que estruturaram as medidas arrojadas que se desenvolveram na tomada de poder, informação que é endossada pelos dois outros estudiosos mais cuidadosos sobre a dinâmica de classes na disputa interna da província no período revolucionário, Gary Nash (2011, p.77-78) e Steve Rosswurm (op. cit., pos. 1234).

No campo ideológico, quando suas ideias foram antagonizadas por adversários do período, o que ele fez foi defendê-las se situando ao lado do movimento popular, e, às vésperas da tomada do poder, inclusive escreveu clamando por medidas de arrojo e radicalização, sem que isso fosse em momento algum contraditório com o que já havia defendido. No entanto, como acrescenta Foner (Op. cit., 138-139), quando a Convenção se reuniu a partir de julho, Paine já havia deixado a cidade da Filadélfia para servir de modo voluntário como secretário do general Daniel Roberdeau da milícia da Pensilvânia. Na sequência, o panfletário rumaria para New Jersey nomeado como *aide-de-camp* do general Nathanael Green, de onde escreveria despachos para informar a imprensa dos novos Estados independentes – sobretudo a da Filadélfia – sobre a campanha da guerra da independência, de onde elaboraria os primeiros textos da famosa série Crise Americana.

Desse modo, é quase impossível rastrear sua influência pessoal ou mesmo intelectual no documento constitucional da Pensilvânia. Não é inadequado afirmar que suas ideias formais para o arranjo de governo foram basicamente ignoradas (ainda que tenha prevalecido a ideia unicameral, uma das bases mais citadas sobre sua proposta de sistema institucional contida no panfleto de janeiro). Além disso, não há na Constituição nenhuma menção às palavras de América ou República, grandezas políticas que, nenhum analista político irá discordar, são os dois grandes pilares de sua formulação em *Common*

*Sense*. Neste caso, há de se tomar cuidado para não supervalorizar o aspecto formal, uma vez que o próprio autor afirmou no panfleto que oferecia apenas: “algumas sugestões; ao mesmo tempo afirmando modestamente que não tenho qualquer outra opinião a respeito delas, senão que podem dar origem ao nascimento de algo melhor<sup>99</sup>”. Se a *Commonwealth* Constitucional da Pensilvânia representava a ideia de república defendida por Paine em *Common Sense* é discutível. O que não resta dúvida é que o compromisso com igualitarismo radical, a ruptura imediata contra arranjos aristocráticos e monárquicos, a crença na capacidade da autodeterminação dos mais pobres, e fundamentalmente, a noção de que o povo é soberano para alterar os sistemas de governo quando julgarem conveniente, certamente aproximava a Constituição da Pensilvânia de 1776 dos principais argumentos libertários defendidos pelo autor no período.

A posição de Paine sobre o conteúdo da Constituição também não é exatamente nítida. É verdade que, do momento em que voltou da campanha com o exército em New Jersey, em dezembro de 1776, até a ocupação da Filadélfia pelo exército britânico em julho de 1777, Thomas Paine saiu à imprensa duas vezes para defender a Carta de ataques da “nova” oposição, composta por um amplo campo político que reunia tanto independentistas não igualitários quanto conservadores da oligarquia tradicional recém destituída da liderança política. Em março de 1777, no *Pennsylvania Pocket*, ele lembrava que não participara da Convenção e que mantinha relações pessoais com indivíduos dos dois lados da contenda, uma estratégia de reivindicação de imparcialidade para defender seu argumento - que dizia basicamente: “que a presente Constituição tem erros e defeitos não deve ser posto em dúvida; seria estranho se ela não tivesse; mas que ela tem algumas excelências, que serão orgulho para a posteridade, é igualmente verdadeiro<sup>100</sup>”. Deste modo, se é verdade que o autor nunca tenha se dedicado a um exame minucioso de seu conteúdo, ele não se furtava em defender o documento pela legitimidade conferida a ele pelo processo de onde surgiu: “o povo teve um indubitável direito de escolher quem lhes agradasse, e aqueles escolhidos tiveram um poder delegado de formar a constituição. Nós temos que começar de algum lugar, caso contrário, nunca teremos razão<sup>101</sup>”. Fiel ao seu método de crítica constitucional que destruiu analiticamente a celebrada Constituição inglesa, para Paine, a legitimidade do processo que a concebeu antecedia o conteúdo

---

<sup>99</sup> Thomas Paine, *Senso Comum*, [1776] (1982), p.33.

<sup>100</sup> Thomas Paine, *To the People, Pennsylvania Packet*, March [1777], 1945 (II), p.271-272.

<sup>101</sup> *Id.*, p.271.

formal da Carta e se ela expressava a vontade indubitável do povo da Pensilvânia – e seu direito de autodeterminar-se - ela deveria ser defendida.

Para além das premissas ideológicas, havia ainda um dado prático que, sem o qual, não se entende Paine neste contexto. Sua recusa em debater teoricamente as minúcias daquele arranjo constitucional tinha uma base objetiva: sua maior preocupação, assumidamente, naquele momento, era a guerra da independência, e seu principal alvo eram os chamados *tories* das ex-colônias centrais que, segundo o autor, criavam um ambiente propício para atrair forças restauradoras britânicas, uma ideia que ele desenvolvera meses antes, no debate com William Smith e que é fortemente sublinhada no primeiro texto da Crise Americana, de dezembro de 1776<sup>102</sup>. Esta ideia reaparece marcada em seu texto que defende a Constituição em março de 1777, quando argumentou que o que estava em jogo não era a forma de governo, mas saber “se nós teremos a nossa própria forma, ou se o inimigo criará uma forma para nós<sup>103</sup>” e foi repetida quase que literalmente na crítica que escreveu a Ludlow três meses tarde<sup>104</sup>.

A vitória de 1776 dos radicais no processo político da Pensilvânia não se esgotava em si mesma, mas era parte de um processo mais amplo. Para Thomas Paine, na mesma medida em que suas contendas e suas principais discussões em 1776 eram precisamente específicas, suas ambições analíticas jamais abandonaram as dimensões continentais. Nesse sentido, é importante pensar *Common Sense* como expressão e parte da tradição revolucionária da Pensilvânia, e, como tal, expressão e parte de uma das forças em disputa na jornada à independência das treze colônias. Na segunda parte deste capítulo, nos debruçaremos pormenorizadamente à dimensão “americana” de *Common Sense*.

\*\*\*

Thomas Paine desembarcou pela primeira vez na Filadélfia em 30 de novembro de 1774, o que significa dizer, utilizando eventos conhecidos da Revolução Americana como referência, quase um ano após o episódio da “Festa do Chá de Boston” e pouco mais de um mês após o encerramento da primeira série de reuniões do Congresso Continental, realizada precisamente na capital da Pensilvânia. Estes dois antecedentes

---

<sup>102</sup> Thomas Paine, Crise Americana I, [1776] 1982.

<sup>103</sup> Id, p.272.

<sup>104</sup> Thomas Paine, Candid and Critical Remarks on a Letter Signed Ludlow, Pennsylvania Journal, June [1777], 1945 (II), p.274.

acentuam um ponto que nos parece fundamental para compreender o ambiente que informava objetivamente os escritos do autor: a centralidade que o conflito com a Grã-Bretanha ocupava no debate político na vida da colônia desde os primeiros dias em que o futuro revolucionário experimentou a vida na Pensilvânia, onde chegou aos 37 anos, sem recursos financeiros, propriedade ou sequer garantia de emprego. Era um “inventivo e valoroso jovem”, mas “basicamente um estrangeiro” que “ia à Pensilvânia com a ideia de se estabelecer”, garantia Benjamin Franklin na única das cartas de recomendação que escreveu para Paine que resistiu ao tempo e foi catalogada como documento histórico, naquela na qual pedia para que o genro, Richard Bache, ajudasse o inglês na procura por um emprego: “até que ele possa estabelecer relações e obter conhecimento sobre o país<sup>105</sup>”.

Na carta, Franklin citava alguns dos ofícios para os quais julgava Paine capaz: escrivão público, tutor, assistente em escola. Foi na agitada imprensa da Pensilvânia, porém, que ele traçaria seu próprio caminho, e com uma velocidade impressionante. Pouco mais de um mês depois de sua chegada, Paine já teria a oportunidade de ver o seu primeiro texto publicado na Filadélfia. Desta peça até *Common Sense*, publicado um ano depois, ele produziu – entre poemas, diálogos ficcionais e reflexões sociais e políticas – pelo menos dezessete escritos, a maior parte deles na *Pennsylvania Magazine*, revista que lhe deu o primeiro emprego no continente americano.

O contato com estas peças antes de adentrar propriamente no panfleto clássico de 1776 nos possibilita, além de tomar conhecimento da evolução das percepções de Paine sobre a contenda entre as colônias e a metrópole, captar nuances de seu estilo e de suas posições políticas que mais tarde se tornariam temas de debate. A ideia aqui, no entanto, não é explorar minuciosamente ou tentar sintetizar em uma breve análise estas ideias e este período, mas realçar um ponto específico que nos é particularmente caro porque será uma das chaves para a compreensão dos argumentos ao longo de toda a sua trajetória: a sua noção de América, que aparece de modo relevante pelo menos quatro vezes antes de ser organizada como um dos eixos analíticos centrais de premissa independentista em *Common Sense*<sup>106</sup>.

---

<sup>105</sup> Benjamin Franklin. To Richard Bache, London, September 30, [1774], 1906 (Volume VI), p.248.

<sup>106</sup> Aliás, a noção de “América” é bastante uniforme e experimenta pouquíssimas variações na elaboração intelectual de Thomas Paine, quase sempre idealizada e mitificada, embora reivindicada deste modo distintas vezes e por motivos diferentes.

A primeira delas se dá já no seu primeiro texto na América Britânica, o já citado diálogo ficcional entre o General Wolfe e o General Gage no qual, ainda a partir dos valores da liberdade inglesa, o autor criticava a atuação britânica no conflito contra os colonos, uma peça publicada nas páginas do *Pennsylvania Journal* em 4 de janeiro de 1775. Como vimos, esta noção queria mais garantir aos súditos americanos os mesmos direitos que tinham os súditos britânicos. Pensando desde o ponto de vista da então celebrada liberdade constitucional inglesa, sua crítica focava na ideia de que a legitimidade do governo britânico se dava pela aceitação dos governados e, desta forma, problematizava reivindicando o mesmo patamar a britânicos e americanos: “um Bretão ou um Americano deixa de ser um súdito britânico quando ele deixa de ser governado por governantes escolhidos ou aprovados por ele mesmo<sup>107</sup>”.

Três semanas depois, em 20 de janeiro de 1775, na primeira edição do novo periódico que editorava, a *Pennsylvania Magazine*, Paine daria um passo adiante e apregoiaria aos “americanos” características particulares. Mais que isso, no manifesto editorial, *The Magazine in America*, apareceram elementos bem-acabados de um discurso heroico em favor dos americanos em oposição aos ingleses, uma construção argumentativa amparada na valorização dos modos de vida coloniais em oposição à decadência moral da metrópole. No texto, ao celebrar a chegada da nova revista, Paine ponderava sobre o descompasso entre os diversos tipos de desenvolvimento das colônias, como o comercial, científico e o urbano, e a falta de canais de comunicação possíveis para difundir a informação neste espaço, considerado por ele um país (*country*): “em um país cuja característica dominante seja o amor pela ciência, é de algum modo estranho que os canais de comunicação continuem tão restritos e limitados<sup>108</sup>”. Paine apontou que uma revista conduzida de modo apropriado poderia estimular as mentes da colônia uma vez que os novos estudos teriam lugar para circular e assim satisfazer a constante curiosidade e premiar o empenho daqueles interessados em demonstrar o conhecimento. Subindo o tom de crítica moral e apontando para a ideia de decadência, ele avançava contra as publicações da metrópole: “as revistas Britânicas, no início, eram repositórios

---

<sup>107</sup> Thomas Paine. A dialogue between General Wolfe and General Gage in a wood near Boston. *Pennsylvania Journal*, January 4, [1775], 1945 (II), p.47. Para ver o debate sobre a noção sobre a liberdade inglesa, retomar a primeira parte deste capítulo.

<sup>108</sup> Thomas Paine. *The Magazine in America*. *Pennsylvania Magazine*, January 20, [1775], 1945 (II), p.1109.

de engenhosidade. Agora elas são varejistas de falsidades e *nonsense*. Da elegância eles afundaram à simplicidade, da simplicidade à tolice, e da tolice à voluptuosidade<sup>109</sup>”.

Na continuação do artigo, quando teorizou editorialmente sobre a condução ideal de uma revista, Paine defendeu o entretenimento e as utilidades como eixos principais que deveriam estruturar o projeto, insistindo na importância da publicação de temas relacionados às artes e às ciências. Para ele, seriam os próprios interesses dos americanos que pautariam os conteúdos da *magazine*, voltados para invenções e interesses que estes poderiam ter de suas próprias questões práticas cotidianas. Ao concluir, com um otimista prognóstico comparativo, o autor já se situava do lado “americano” da balança, sugerindo que em pouco tempo seriam capazes de surgirem revistas americanas que suplantassem os melhores momentos das revistas inglesas do gênero “porque nós não ficamos atrás em habilidades, temos um campo mais vasto para investigação; e, qualquer que seja nosso estado político, Nossa felicidade irá sempre depender de nós mesmos<sup>110</sup>”.

Na edição da *Pennsylvania Magazine* do mês seguinte, essa ideia seria ampliada em novo texto sobre a relação entre ciência e desenvolvimento na América, o *Useful and Entertaining Hints*<sup>111</sup>, no qual Paine, com o pseudônimo de *Atlanticus*, defendia a exploração das riquezas naturais do continente americano, uma prática que colocaria o conhecimento em favor do desenvolvimento comercial. Utilizando de modo provocativo uma máxima britânica que dizia que o verdadeiro valor de uma coisa é quanto dinheiro aquilo poderia trazer, o autor problematizou uma noção presente em sua época segundo a qual a experimentação científica estava apartada do terreno das utilidades, daí o título do texto. O mote para a redação do artigo foi uma visita que Thomas Paine fez à *Philadelphia Library Company*, onde teve contato com uma coleção de fósseis organizada com materiais coletados em diferentes locais da América. Segundo defendeu o autor, havia um grande potencial naquele inventário de matérias-primas disponíveis nas colônias: “Os mesmos materiais que delicias os fossilistas, enriquecem o artesão e o mercador. Enquanto o primeiro está examinando sua estrutura e sua composição, os outros, com a indústria e o comércio, estão os transmutando em ouro<sup>112</sup>”. Seu argumento avançava em defesa de uma exploração mineral do subsolo americano:

---

<sup>109</sup> Paine continua o argumento criticando a linha editorial de tais revistas inglesas que teriam priorizado a “devassidão”, “apoiando Vênus contra as Musas”. O autor afirma que a América, ao contrário, era dotada de tanta virtude que mesmo “degeneração é quase uma palavra inútil”. Id., p.1110.

<sup>110</sup> Id., p.1111.

<sup>111</sup> Thomas Paine, *Useful and Entertaining Hints*, *Pennsylvania Magazine*, February [1775], 1945 (II).

<sup>112</sup> Id. p.1021.

O grau de evolução no qual a América já chegou é sem paralelo e surpreendente, mas tudo isso é pouco perto do que um dia irá exibir se o céu continuar a sorrir para ela. Nós temos praticamente uma inteira região ainda inexplorada: eu quero dizer a parte interna da região da terra. Pela indústria e pela lavoura, nós adquirimos considerável conhecimento do que a América irá produzir, mas muito pouco do que nela contém. As estranhas da terra têm sido apenas modestamente estudadas<sup>113</sup>.

Thomas Paine retornaria a reivindicar e, ao seu modo, desenvolver a sua noção de América em novo texto em maio de 1775, na primeira edição da *Pennsylvania Magazine* depois dos disparos de Lexington e Concord. Notoriamente motivado pelo acirramento do processo, em *The Dream Interpreted*, escrito com o pseudônimo de *Bucks County*, ele avançava e subia o tom do embate, sinalizando as potencialidades gloriosas de um triunfo americano contra a metrópole ao narrar um sonho e depois interpretá-lo:

O belo país que você viu [no sonho] é a América. O débil estado em que você a encontrou foi fruto destes últimos dez anos. Seu comércio foi sendo drenado por repetidas restrições (...). A atmosfera pestilenta representa aquela corrupção ministerial que a rodeia e que exerce o domínio sobre ela, e nada a não ser uma tempestade pode purificar. A tempestade é a presente contenda[...]. Ela se erguerá com novas glórias do conflito, e sua fama será estabelecida em todos os cantos do globo[...]. Em nossa petição à Bretanha não pedimos nada além da paz; mas nossa súplica foi negada. A causa está agora diante da maior corte, a corte da providência, diante da qual a arrogância dos reis, a infidelidade dos ministros, a corrupção geral do governo e todas as artimanhas das cortes cairão perplexas e envergonhadas.<sup>114</sup>

Em *Common Sense*, porém, suas impressões ganham força analítica e argumentativa. Claro, essa organização doutrinária tem sentido: o panfleto de janeiro de 1776 tentava propagar ideias que fundamentassem e garantissem a independência, sobretudo, como vimos, influenciando no processo político em voga na Pensilvânia, o que acabou por situá-lo no campo radical independentista. No entanto, atuar neste embate local em favor da independência demandava uma discussão que não era simplesmente específica: afinal, eram os valores da excepcionalidade da liberdade inglesa que precisavam ser demolidos, era a tradição britânica e a manutenção dos vínculos com o império que sustentava o argumento contrário à independência. Neste sentido, criar uma noção de América independente, autossuficiente e poderosa, com um porvir glorioso, era uma estratégia fundamental para atuar no debate em direção à independência na

---

<sup>113</sup> Ibid., p.1022.

<sup>114</sup> Thomas Paine, *The Dream Interpreted*, *Pennsylvania Magazine*, May, [1775], 1945 (II), p.52.

Pensilvânia, mas que também serviria para o mesmo propósito nas outras colônias, ainda que seus ambientes políticos, a correlação de forças de cada uma, e a própria composição e ambição dos setores radicalizados fossem muito distintas.

É inclusive aceitável pensar que, pela ocasional proximidade do movimento radical dos *out-of-door* da Pensilvânia com os principais dirigentes independentistas das outras colônias reunidos na Filadélfia para o Congresso Continental, Paine tenha aventado a possibilidade de que seu texto circulasse pelas outras doze colônias, embora isso deva ser pensado com cuidado, como veremos mais adiante. De todo modo, a noção específica da América não parece ter sido uma fabulação gestada por interesses estratégicos, mas, como vimos, um desenvolvimento coerente com as primeiras elaborações do autor desde que cruzara o Atlântico.

As construções argumentativas de Paine sobre a América são complexas porque não são precisamente a síntese de ideias de seu tempo e, por isso, inscrevê-lo mecanicamente em cada uma das lógicas que, em tese, deveria situá-lo, termina por apagar as nuances de seus ricos e sofisticados argumentos. Neste sentido, nossa análise de *Common Sense* tenta captar essas dimensões que se entrecruzam. Isso porque acreditamos que não se compreende Paine sem o processo político da Pensilvânia, como defendemos na primeira metade deste capítulo. Não obstante, também temos a noção de que o processo político da Pensilvânia é seu ponto de partida, mas não limita a construção e desencadeamento de seus argumentos. Nesta parte do trabalho, queremos explorar analiticamente o seu aspecto independentista e, para esmiuçá-lo, acreditamos ser preciso situá-lo neste movimento histórico. No entanto, o outro passo é também entendê-lo a partir de suas próprias formulações, o que nos permitiu notar que essas especificidades que constituíram seu debate permitiram que ele construísse uma noção independentista e republicana que associava o destino da América com o destino da “humanidade”.

O elemento central de sua formulação é relativamente simples: após acusar de ilegítima a Constituição britânica e problematizar as bases da liberdade inglesa, faltava apresentar a América como o bastião da plenitude da liberdade para a humanidade. E Thomas Paine fez isso de modo arrebatador: “a causa da América é, em grande parte, a causa de toda a humanidade. Muitas circunstâncias surgiram e vão surgir, não sendo locais, mas sim universais<sup>115</sup>”. Clamando pelo sentimento de extrema necessidade para a ruptura, seu texto conferia à causa um heroico tom de urgência: “o sol nunca brilhou sobre

---

<sup>115</sup> Thomas Paine, *Senso Comum*, [1776] (1982), p.7.



a causa de maior valor [...]a posteridade está virtualmente envolvida na contenda, e será mais ou menos afetada, até o fim dos tempos, pelos acontecimentos de hoje<sup>116</sup>”, sobretudo porque defendia não haver soluções no horizonte que poderiam ser duradouras, e que não avançar neste sentido naquele momento, seria “deixar a espada para nossos filhos e recuar numa época quando, com um pouco mais, um pequeno avanço, faríamos deste continente a glória da terra<sup>117</sup>”.

O autor de *Common Sense* entendeu que, para disseminar seu discurso independentista, precisava romper com as bases ideológicas da tradição britânica que atuava naquele contexto com eficácia. Para tanto, além da crítica ao seu arranjo constitucional e sua ideia de liberdade, uma outra estratégia adotada foi a de refutar a ideia de “maternidade” inglesa para as treze colônias. Com um desenvolvimento argumentativo arrojado, Paine não só negava aos britânicos a responsabilidade pelos eventuais benfeitos na colonização americana, mas criava uma trajetória heroica mais ampla da chegada dos colonos ao continente, como foragidos em busca pela liberdade, um mito fundador. Seu raciocínio criava uma linha de continuidade entre a perseguição religiosa que forçara a travessia do oceano no passado e a tirania vinda desde a Coroa e o Parlamento no presente contexto. O desenvolvimento desta ideia terminaria por constituir uma imagem da América como terra da liberdade, enquanto relegava à Grã-Bretanha a perda do estatuto da “maternidade” e a alcunha de ‘monstro cruel’: “Para cá, eles fugiram, vindos não dos ternos abraços das mães, mas sim da crueldade do monstro”, uma perseguição que, de acordo com Paine, continuava a marcar a vida de seus filhos do outro lado do Atlântico: “e até hoje, no que se refere à Inglaterra, a mesma tirania que para cá impeliu os primeiros imigrantes a sair de casa, ainda persegue seus descendentes<sup>118</sup>”. Ao destituir a “maternidade” inglesa da América, Paine recorria aos dados objetivos e garantia: “A Europa, e não a Inglaterra, é a terra materna da América. Este mundo novo

---

<sup>116</sup> Id., p.23.

<sup>117</sup> Ibid., p.30. É interessante atentar para o fato de que, ao forjar sua fabulosa ideia de terra da liberdade, Paine tenha evitado tratar de um tema que havia sido caro para ele há até pouco tempo: a escravidão. Em março de 1775, publicando no *Pennsylvania Journal*, o autor havia denunciado os empresários do mercado de escravos e convidado os americanos a refletirem sobre como lidar para decretar o fim deste tipo de exploração, sugerindo inclusive como operar no processo de abolição e inserção dos negros no trabalho colonial: “que tantas pessoas civilizadas, ou melhor, cristianizadas, aprovelem e estejam interessados nesta prática selvagem, é surpreendente”, afirmava. Ver em Thomas Paine, *African Slavery in America*, *Pennsylvania Journal and Weekly Advertiser*, March, 1775 [1945] (II), p. 15-19. Nove meses depois, ao transformar a América na terra da liberdade em *Common Sense*, a censura era absolutamente ignorada.

<sup>118</sup> Id., p.25.

vem sendo o abrigo para os perseguidos amantes da liberdade civil e religiosas de *todas as partes* da Europa<sup>119</sup>”:

É agradável observar que por gradações regulares nós superamos a força dos preconceitos locais, assim como ampliamos nosso conhecimento com o mundo. Um homem nascido em qualquer cidade da Inglaterra, dividida em paróquias, naturalmente irá associar-se melhor com seus co-paroquianos (pois em muitos casos terão interesses comuns) e o distinguirá com o título de *vizinho*; se o encontrar a poucas milhas do lar, ele porá de lado o conceito estreito de rua e o cumprimentará pelo nome de *concidadão*; se viajar para fora do país e o encontrar em outro, esquecerá as divisões menores de rua e cidade e o chamará de *conterrâneo* ou *patrício*; mas, se em alguma de suas excursões ao estrangeiro eles se encontrarem na França, ou em qualquer outra parte da Europa, suas recordações locais serão ampliadas para aquela de *ingleses*. E, por justa igualdade de raciocínio, todos os europeus encontrando-se na América, ou em qualquer outra parte do globo, são *conterrâneos*, pois a Inglaterra, a Holanda, a Alemanha, ou a Suécia, quando comparadas ao todo, assumem o mesmo lugar, em maior escala, do que as divisões de rua, cidade e país o fazem nas menores; as distinções são limitadas demais para as mentes continentais. Nem sequer a terça parte dos habitantes desta província são de ascendência inglesa. Por esse motivo eu reprovo e classificação de país materno ou paterno aplicada à Inglaterra, chamando-a de falsa, egoísta, estreita e não generosa<sup>120</sup>.

Os argumentos no sentido da urgência da independência elencados por Paine não se restringiam, porém, a este caráter identitário. O autor apelava à lógica da natureza, apontando que havia “algo de muito absurdo em supor que um continente deva ser perpetuamente governado por uma ilha. Em nenhum exemplo a natureza fez o satélite maior do que seu planeta primário<sup>121</sup>”; à força e a experiência do exército, “o maior corpo de homens armados e disciplinados do que qualquer poder sob os céus<sup>122</sup>”; às riquezas naturais capazes de produzir navios de guerra e armamentos sem depender de nenhum tipo de importação de matéria prima, uma vez que “Nosso ferro é superior àquele de outros países. Nossas pequenas armas são iguais a qualquer outras do mundo. Podemos fundir canhões a nosso gosto. Pólvora e salitre nós produzimos diariamente<sup>123</sup>”; entre outros motivos, dos quais, o que mais chama atenção é a defesa da ideia da excepcionalidade da geografia americana comparada aos outros países:

---

<sup>119</sup> Ibid.

<sup>120</sup> Ibid.

<sup>121</sup> Thomas Paine, *Senso Comum*, [1776] (1982), p.29.

<sup>122</sup> Ibid., p.36.

<sup>123</sup> Ibid., p.40.

A construção naval é o maior orgulho da América, e, com o passar do tempo, ela superará a todo mundo. Os maiores impérios do Oriente são, na sua maioria, países situados no interior, e, por conseguinte, estão excluídos da possibilidade de rivalizar conosco. A África se encontra em estado de barbarismo; e nenhum poder na Europa tem tamanha extensão de costa ou um suprimento interno de material tão grande. Onde a natureza proporcionou uma coisa, retirou outra; apenas para a América ela foi liberal em ambos os aspectos. O vasto império da Rússia está quase todo isolado do mar, motivo pelo qual suas infindáveis florestas, alcatrão e cordame são apenas artigos de comércio<sup>124</sup>.

Como se vê, para além de um propagandista interessado, os argumentos que construíram a noção de “América” de Paine tinham bases reais. Suas excepcionalidades, a potencialidade da exploração da natureza, a força dos seus combatentes experimentados no recente conflito da Guerra dos Sete Anos, a multiplicidade na origem daqueles que habitavam as treze colônias – embora, neste sentido, a motivação por “liberdade religiosa” seja uma idealização conveniente - forjaram de modo coerente o que Paine chamou de “doutrina da independência”. Isso fazia sentido para ele porque, como notamos, desde os seus primeiros textos na Pensilvânia, o autor de *Common Sense* nunca pensou as províncias de modo isolado, o que era, ao mesmo tempo, acurado, porque se amparava na existência de um Congresso Continental que deliberava conjuntamente sobre os destinos do enfrentamento das treze colônias contra a metrópole, mas basicamente simplista, porque o argumento não considerava os distintos projetos e as diversas correlações de forças envolvidas naquele conflito. No entanto, isso não deve ser entendido simplesmente como produto de uma compreensão desavisada.

Porque, se como dissemos, sua noção de América em *Common Sense* era coerente com aquela que demonstrou desde os primeiros textos na Filadélfia, sua opção por ressaltá-la no panfleto independentista fazia sentido também para apresentar uma série de argumentos que visavam atuar em debates coloniais. Suas ideias são lançadas sempre no sentido de responder a noções bem estabelecidas no contexto, e neste sentido, realçar a força da autossuficiência americana em diversos eixos analíticos acabava sendo um artifício de toda a obra. A questão, afinal, não era analisar minuciosamente as nuances das diferenças entre as colônias, mas compreender em que sentido elas formavam uma nação – e como toda construção de ideias nacionais, esta também é repleta de contradições. No entanto, o que é importante compreender é que não era o eventual

---

<sup>124</sup> Ibid., p.39.

desconhecimento das diferenças e das peculiaridades coloniais que impedia que Paine os reconhecesse. O que a leitura de *Common Sense* nos mostra é que os interesses particulares das colônias são considerados, na verdade, um empecilho que afetava a unidade continental. Este ponto não ocupa espaço central na obra, mas aparece com força e nitidez em algumas passagens, sinalizando um ponto que, sem o qual, não se compreende efetivamente o panfleto: a ideia de que a independência só fazia sentido se fosse estabelecido um governo continental.

O estabelecimento do governo continental como resultado do processo de independência, segundo Paine, é que seria capaz de “preservar a paz do continente e preservá-lo das guerras civis<sup>125</sup>”. Este argumento se levantava no sentido de que a reconciliação com a Grã-Bretanha não traria paz e estabilidade, mas, pelo contrário, sublevações específicas que terminariam por colocar as colônias em guerra entre si, processo cujas consequências “poderiam ser muito mais fatais que toda a malignidade da Bretanha<sup>126</sup>”. O medo do confronto armado entre as colônias aparece também quando Paine ressalta o poderio “americano”, um desencadeamento analítico que termina por elaborar uma ideia de equilíbrio de poder entre os Estados independentes: para ele, as forças armadas continentais acabavam de atingir “o ponto máximo da força, no qual nenhuma colônia sozinha é capaz de sustentar a si mesma, e o todo, quando unido, pode conseguir o necessário<sup>127</sup>”.

A ideia de que um governo continental teria a legitimidade e capacidade real de arbitrar eventuais querelas entre os diferentes interesses dos estados independentes é retomada mais adiante. Primeiro, com a reivindicação de uma contenda específica como exemplo - “A discórdia entre a Pensilvânia e Connecticut, com respeito a algumas terras demarcadas, mostra a insignificância de um governo britânico e prova inteiramente que nada senão a autoridade continental pode resolver problemas continentais<sup>128</sup>”. Depois com uma previsão, ao argumentar contra aqueles que julgavam cedo demais para tornarem-se independentes devido à imaturidade das colônias, defendia que, no futuro, com uma natural evolução comercial e populacional, haveria maior possibilidade de confusão: “Colônia se voltaria contra colônia. Cada uma delas desdenharia da ajuda da outra, se fosse capaz, e embora os orgulhosos e os tolos pudessem orgulhar-se de suas

---

<sup>125</sup> Ibid., p.32.

<sup>126</sup> Ibid.

<sup>127</sup> Ibid., p.36.

<sup>128</sup> Ibid., p.41.

pequenas diferenças, os sábios lamentariam que a união não tivesse sido formada antes<sup>129</sup>”.

Por isso, quando Thomas Paine se arrisca em escrever o seu rascunho de governo, há duas preocupações centrais que mobilizam seus esforços: a primeira, como vimos anteriormente, era a defesa da capacidade deliberativa presente nos comitês, ampliando a questão da autodeterminação popular no processo. A outra era equilibrar a representação das treze colônias no governo continental. No ponto alto desta elaboração conciliatória, ele sugere que o presidente do Congresso seja eleito por sorteio, de modo que, todos os estados independentes tivessem um presidente do Congresso Continental antes que uma das colônias pudesse ter o segundo:

Que cada colônia seja dividida em seis, oito ou dez distritos convenientes, cada distrito devendo enviar um número apropriado de delegados ao Congresso, de modo que cada colônia enviaria um mínimo de trinta. O número total no Congresso será de no mínimo 390. Cada Congresso deve reunir-se e escolher um presidente pelo método seguinte. Quando os delegados se reunirem, que uma colônia seja escolhida em meio às outras treze por sorteio, depois do que, todo o Congresso escolherá (por votação) um presidente em meio aos delegados daquela província. No Congresso seguinte, que uma colônia seja sorteada apenas entre doze, omitindo-se aquela de onde o presidente tenha sido escolhido no Congresso anterior, e assim procedendo-se até que todas as treze tenham tido sua rotação apropriada. E, para que nada senão o satisfatoriamente justo possa se transformar em lei, não menos de três quintos do Congresso serão necessários para se obter a maioria. Aquele que promover discórdia num governo tão igualmente constituído como este não hesitaria em unir-se a Lúcifer em sua revolta.

Este argumento só pode ser subvalorizado se a leitura partir de pressupostos anacrônicos – por exemplo, considerar a união continental como um dado, o que só é uma realidade a partir da década seguinte. Falar em uma espécie de pacto continental nacional em 1776 e criar um discurso comum para tão diversas experiências coloniais era produto de uma formulação original precisamente porque era imprecisa, como os onze anos e todas as querelas que separaram a Independência do estabelecimento da República em 1787 ajudaram a demonstrar. Em outro sentido, apostar na autodeterminação da *‘lower sort’*, certamente não era majoritário sequer entre os radicalizados independentistas, como os desdobramentos políticos da década seguinte deixariam claro. Nos argumentos de Thomas Paine, o governo continental e a república – compreendida, ali, como um governo

---

<sup>129</sup> Ibid.

aceito e escolhido pela ampla base popular de habitantes coloniais – eram condições basilares para a independência – o primeiro, sem o qual a independência não se sustentaria, a segunda, ela mesma, o motivo da necessidade da separação. Eram ideias dissonantes do ambiente político da época, como a primeira frase da introdução do panfleto fazia questão de avisar:

Talvez os sentimentos contidos nas páginas seguintes *ainda* não estejam suficientemente em moda para granjear-lhes os favores gerais; o hábito antigo de não considerar uma coisa *errada* empresta-lhe uma aparência superficial de estar *certa*, e dá origem, de início, a um descomunal grito em defesa do costume. No entanto o tumulto logo diminui a intensidade. O tempo faz mais convertidos que a razão<sup>130</sup>.

Mais do que um recurso argumentativo, a afirmação que abre *Common Sense* expressava um caráter de seu conteúdo que não pode ser ignorado: o fato de que, efetivamente, Paine discursava a partir de premissas que não estavam exatamente consolidadas nas treze colônias americanas. Na verdade, com exceção da Pensilvânia, que é de onde – e para onde - ele escreve, é difícil encontrar um ambiente político em que essas premissas tivessem força para desencadear ações de tomada de poder efetivo – e, como vimos, mesmo na radicalizada Filadélfia, a disputa pelo poder foi bastante acirrada. Além disso, a sua própria noção de América é mais condizente com o que na década seguinte se tornaram os Estados Unidos do que propriamente o continente americano existente em seu tempo.

Sobre isso, o trabalho da historiadora estadunidense Trish Loughran (2007, p.60-130) é indispensável. Loughran (2007, p.62-83) lista uma série de elementos para sustentar a ideia de que a América idealizada por Paine não correspondia à experiência real das treze colônias: em vez do organizado e promissor continente, o que havia era uma série de mundos distintos, na maior parte das vezes desconexos entre si, cujas relações eram estabelecidas de modo mais incerto e indireto do que a formulação do panfleto sugeria. Sem conexões devidamente organizadas por estradas, canais ou estruturas institucionais, a América de Paine provavelmente se erguia da existência do Congresso Continental, uma instituição recém-criada pela elite representada nos governos provinciais de cada colônia para reunir esforços e tentar responder conjuntamente à crise com a Grã-Bretanha. Pensando nos próprios termos definidos pelo autor em *Common Sense*, dificilmente aquele congresso poderia ser considerado uma expressão

---

<sup>130</sup> Ibid., p.7.

representativa fidedigna da população de suas colônias, e menos ainda, do “povo americano”, noção abstrata que reúne dois termos inexatos.

Por conta disso, a autora critica com vigor e fundamentos convincentes a historiografia estadunidense que incorporou as impressões do próprio Paine sobre a recepção da obra nas colônias afim de sustentar o caráter “nacional” da independência e, a partir de um estudo pormenorizado da difusão do panfleto, notou que são exageradamente superdimensionados os números de vendas defendidos pelo autor - que costumava se orgulhar das mais de 100.000 de cópias vendidas de *Common Sense*. Loughran (2007, p.61-62) defende que o livro é um dos “mais mistificados objetos no museu da História Americana” precisamente porque a maior parte dos estudiosos do período prefere ignorar sua dimensão local e material e focar numa “narrativa americana” da independência. Para a historiadora, isso serviu para apresentar uma ideia de consenso continental para o projeto independentista, obscurecendo a real correlação de forças no período e sinalizando para uma inevitabilidade da união entre as ex-colônias para a formação dos Estados Unidos como desdobramento da independência. A pesquisa de Loughran nos é particularmente cara porque mostra como a interpretação anacrônica da obra, ainda hoje majoritária não só na historiografia sobre os Estados Unidos, mas nos próprios estudos sobre Paine, acaba por ignorar pontos importantes que seus textos abordam – inclusive dimensões geográficas, mas sobretudo as relações entre política e classe, forjando uma a ideia de homogeneidade que acaba por confundir todo o caráter do processo.

Isso não significa dizer que a obra de Paine tenha experimentado um alcance normal para o período, ou, ainda, que ela tenha sido escrita exclusivamente para o debate da Pensilvânia. O que a historiadora faz é situá-lo em bases condizentes com a realidade – e esse movimento apresenta uma face mais cuidadosamente delineada da difusão dos ideais políticos contidos no panfleto. Partindo da estratégia expositiva de situar um parâmetro, Loughran (2007, p.70-71) lembra dos dois maiores sucessos editoriais relativamente contemporâneos a *Common Sense*, um célebre discurso de Jonathan Shipley, que contou com 12 edições e as famosas cartas de John Dickison, que tiveram sete (enquanto isso, o texto de janeiro de 1776 de Paine teve incríveis 25 edições na época). Segundo a autora, pesaram para isso, o fato da primeira edição do texto ter encontrado as prateleiras da Filadélfia no mesmo dia em que o discurso do rei rejeitando as demandas dos colonos chegou à cidade e a decorrente troca de farpas na imprensa da Pensilvânia entre o autor e o seu primeiro editor, Robert Bell, pelos direitos da reprodução

do texto, o que acabou por atizar a curiosidade sobre o escrito republicano. Aliás, um outro dado que ressalta dimensão local do debate é que a ampla maioria das impressões se deu na própria Filadélfia, onde 16 edições foram à prensa – as outras nove se dividiriam entre New York, Connecticut, Massachussetts, Rhode Island e New Hampshire, colônias onde a elite política já ocupava o lado independentista no Congresso Continental. Enquanto isso, habitantes das províncias consideradas do campo “dependente” na época, como New Jersey, Delaware e Maryland, só tomavam contato com a obra se fossem trazidas de outro lugar. A exceção, claro, era a Pensilvânia, e ali sim, a obra de Thomas Paine foi importante referência para a disseminação de ideias independentistas em um lugar onde, como vimos, a elite política resistia pela manutenção dos vínculos.

Lendo diários de leitores da obra, anúncios de jornais e mapeando com rigor a realidade do mercado editorial colonial do final do século XVIII, Loughran (2007, p.70-83) mostra inclusive como as dificuldades práticas acarretadas pela guerra – como a escassez de papel ou o desmonte de prensas em alguns locais – inviabilizariam uma ampla circulação da obra nas bases festejadas pelo próprio Paine e reivindicada pela historiografia sobre a época, e conclui que embora seja impossível rastrear precisamente quantas cópias foram vendidas ou mesmo lidas, os números estariam muito abaixo da centena de milhares. Mais importante que isso, a autora defende que sua circulação colonial teve mais a ver com o trabalho individualizado de setores interessados na independência que fizeram a obra chegar a alguns ambientes para alguns debates do que propriamente a ideia geralmente propagada de um argumento radical que mudou o rumo do debate.

Para Trish Loughran (2007, p.78-95), *Common Sense* materializou um discurso radical independentista que era conveniente para alguns partidários da separação – e ela lista alguns, como Samuel Adams, Benjamin Rush, Benjamin Franklin, David Rittenhouse e James Wilson, grupo de, em suas palavras, radicais *whigs insiders* que viam na difusão do panfleto a possibilidade de expressar um projeto audacioso sem comprometer seus vínculos em suas comunidades particulares. Sua tese é que apenas um *outsider* poderia ter escrito aquele panfleto (tanto em função de sua visão de mundo, sem laços subjetivos de pertencimento com nenhuma província, quanto por seus vínculos, sem laços estruturados com nenhum grupo de poder). Embora se trate de uma análise correta, ela precisa ser devidamente demarcada, uma vez que, no subtexto, acaba por sugerir certa subordinação de Paine a um grupo político certamente melhor situado socialmente do que ele, uma ideia que ganha peso ainda maior em função dos desdobramentos e tomadas de



posição do autor na década seguinte, como veremos no próximo capítulo. Uma elaboração similar a essa – inclusive citando os mesmos personagens - foi primeiro e melhor organizada por Eric Foner (1976, p.74), que listou Rush, Franklin, Rittenhouse e Sam Adams entre os que leram *Common Sense* antes do panfleto ter ido à prensa de Robert Bell. No entanto, como aponta o historiador, embora tenha havido uma ou outra sugestão acatada, Paine era inteiramente responsável pelo conteúdo do escrito, sendo inclusive arrojado o suficiente para ignorar o aviso de Benjamin Rush de que seria prudente evitar a utilização dos então polêmicos termos independência e república, e ter na verdade escrito todo panfleto centrado nestas duas chaves argumentativas.

De fato, as formulações de Paine poderiam ser, em alguma medida, convenientes aos que advogavam pela independência, mas apenas até certo ponto. As propostas colocadas em *Common Sense* associavam a independência a uma ideia republicana de autodeterminação popular que dificilmente encontraria coro entre as elites políticas das colônias que já defendiam a separação. Além disso, suas fabulações “americanas” apostando na construção de um governo continental eram tão apartadas das disputas reais colocadas pela experiência colonial que não podiam sequer serem consideradas nas discussões daqueles que de fato desenhariam o modelo institucional que emergiria da independência.

Assumidamente encantada pelo conteúdo de *Common Sense* – texto que recebeu junto às correspondências enviadas pelo marido, o delegado independentista de Massachussetts John Adams - Abigail Adams escreveu uma carta perguntando ao companheiro como os homens do Congresso Continental haviam recebido os sentimentos organizados no explosivo panfleto<sup>131</sup>. A resposta de John à esposa é uma referência importante porque nos ajuda a situar as formulações de Paine e notar que, mesmo entre os mais convictos independentistas reunidos para deliberação dos assuntos coloniais, as ideias do autor foram recebidas com certa resistência:

Você perguntou o que estão pensando de “Common Sense”. Homens sensatos pensam que há neste panfleto alguns caprichos, alguns sofismas, algumas formulações ardilosas dirigidas a noções supersticiosas, alguns ataques afiados por sobre as paixões. Mas todos concordam que há um enorme bom senso apresentado em um estilo claro, simples, conciso e nervoso. Seus sentimentos sobre as habilidades da América, e a grande dificuldade de reconciliação com a

---

<sup>131</sup> Abigail Adams, Saturday Evening, 2 March, 1776, Familiar Letters of John Adams and his wife Abigail Adams, during the revolution, With a Memoir of Mrs. Adams, ed. Charles Francis Adams, New York, 1876, p.136-137.

Grã-Bretanha, são, de modo geral, aprovados. Mas suas noções e planos para o governo continental não são muito aplaudidos. Na verdade, esse escritor tem uma mão melhor para derrubar do que para construir. Tem sido muito propagado pelo continente que eu escrevi esse panfleto. No entanto, ao mesmo tempo em que eu não poderia ter escrito nada em um estilo tão viril e contundente, eu me orgulho em dizer que, caso tivesse empreendido a tarefa, eu teria me saído como um arquiteto mais respeitável. Esse escritor parece ter ideias muito inadequadas sobre o que é apropriado e necessário para se formar constituições para as colônias individualmente, bem como para o grande modelo da união para todas<sup>132</sup>.

É importante lembrar que a simples publicação de uma folha escrita declarando independência em 4 de julho de 1776 não garantia por si, a vitória do projeto independentista. A Guerra estava declarada, a Grã-Bretanha era ainda o grande império a ser derrotado e seguia disposta a aniquilar a rebelião, contando com diversos aliados distribuídos entre os estados independentes, os municinando com informações e trabalhando para o restabelecimento do velho sistema colonial. Neste ponto, o objetivo central de *Common Sense*, a separação na prática da Grã-Bretanha, só poderia ser considerado de fato bem-sucedido após a vitória armada no confronto. No entanto, queremos atentar para outra questão da época que a ideia manifesta na carta de John Adams escrita à sua esposa nos ajuda a reconstituir. O movimento independentista reuniu forças e interesses distintos, e nem bem se colocara a tarefa de construção de um novo sistema político nas colônias e entre as colônias, as divisões já começaram a surgir.

O fato de Adams considerar Thomas Paine hábil para destruir e um pouco respeitável arquiteto é uma importante expressão das divisões que nem bem estabelecida a independência, apareceram no interior do movimento independentista, bem como um símbolo de uma percepção. A elite reunida no Congresso Continental tinha um lugar específico para os radicais: a parceria na destruição, e não na construção do novo, o que mostra que a crítica não era, simplesmente, uma discussão constitucional, mas trazia na base os princípios. Neste caso, ainda que Paine pudesse manifestar em seu projeto de republicanism um desejo dos *out-of-door* empenhados na causa revolucionária, é prudente lembrar que a vasta maioria dos dirigentes independentistas pertenciam à elite econômica das colônias insurretas e durante todo o processo, tratou com muita cautela as ideias de reformar politicamente o sistema de poder de onde emergiram. A Pensilvânia, que, como vimos, experimentou um processo revolucionário em suas bases políticas, era

---

<sup>132</sup> John Adams, Philadelphia, 19 March, 1776, Familiar Letters of John Adams and his wife Abigail Adams, during the revolution, With a Memoir of Mrs. Adams, ed. Charles Francis Adams, New York, 1876, p.145.

uma exceção. Cada ex-colônia tinha sua elite política estabelecida, com projetos muito distintos de sociedade daquele republicanismo cantado por Paine. No próximo capítulo, trataremos deste complexo processo que terminou na formação dos Estados Unidos da América.

## II

### Os fundadores de um novo Mundo Independente

“Sou *um lavrador dos pensamentos*, e toda a minha colheita eu distribuo”, Thomas Paine em carta a Henry Laurens em 1778.

“Eu tenho o orgulho honesto de pensar e me colocar entre os fundadores de um novo Mundo Independente” Thomas Paine em carta a Robert Morris, em fevereiro de 1782.

“Sua paixão leva à fama, não à riqueza[...]. Sua fama pelos seus escritos será imortal”, carta de Nathaniel Green a Thomas Paine, em novembro de 1782.

Dois dos maiores personagens da chamada “Revolução Americana”, Thomas Jefferson e John Adams polarizaram o debate político dos Estados Unidos em seu tempo, representando projetos e rumos distintos para a nova república na transição do século XVIII para o XIX. Importantes aliados independentistas na década de 1770, Jefferson, fazendeiro da Virgínia, e Adams, advogado de Massachusetts, se afastaram a partir da década de 1790, quando disputaram por duas ocasiões o cargo de presidente da república: em 1796, John Adams, como federalista, venceu e se tornou o segundo presidente dos EUA e, em 1800, Jefferson, como democrata-republicano, deu o troco e se tornou o terceiro a ocupar o posto de máximo mandatário do novo país. Com processos acirrados que frequentemente se desdobraram em graves ofensas pessoais, os dois eram, basicamente, rivais políticos e, por isso, notar que, depois de que ambos se afastaram da vida pública, eles tenham conseguido retomar um amigável contato, é muito interessante – especialmente porque esta relação foi devidamente documentada em uma série de 158 cartas, 109 de Adams para Jefferson e 49 de Jefferson para Adams, iniciada em 1812 e interrompida em abril de 1826, cerca de dois meses antes da emblemática e simbólica morte de ambos no mesmo dia, em 4 de julho. Os temas das cartas eram diversos e, como dois senhores de idade avançada, os ex-presidentes não raras vezes se dedicavam a compartilhar notícias dos falecidos conhecidos, da vida dos filhos e netos e, claro, atualizações sobre suas condições de saúde. A questão é que, por terem se dedicado tanto tempo ao mais alto escalão da vida pública – e, ao mesmo tempo, por pautarem suas intervenções por um alto cuidado intelectual - essa comum pauta de diálogo entre idosos

resvalava em personagens e publicações memoráveis de seu tempo. Deste modo, os escritos frequentemente se enveredavam para as memórias dos eventos do passado, as leituras e interpretações sobre eles, e para as impressões sobre as contendas locais ou mundiais das décadas de 1810 e 1820, sobre as quais eram muito bem informados.

Nas cartas, a Revolução de 1776 e a organização nacional a partir da Constituição de 1787 já faziam parte de um passado que se não era exatamente remoto, era mais ou menos distante. Isso porque, à época, a resistência colonial que virou independência já compunha parte de um quadro na parede da memória longínquo o suficiente para que se produzisse sobre ele, com certa eficácia, narrativas idealizadas, fantasiosas, imprecisas ou mesmo mentirosas. No entanto, ao mesmo tempo, as testemunhas oculares, os personagens da história, ainda estavam vivos para problematizá-las e ambicionar, com legitimidade, contar a história real dos eventos. Vitoriosos, cada qual ao seu modo, e com ciência de que suas trajetórias políticas lhes garantiram a preservação do estatuto de relevância para a memória sobre a criação da nação, Adams e Jefferson se mostravam, ainda que incomodados, resignados pelo modo como se construíam os discursos sobre o processo, ao ponto até de irônica e bem-humoradamente ridicularizá-los. É perto deste tom que Adams escreve, de seu refúgio em Quincy, Massachusetts, em 30 de julho de 1815, para Jefferson:

Quem escreverá a história da revolução americana? Quem pode escrevê-la? Quem será capaz de escrevê-la? Os mais essenciais documentos, os debates e deliberações no Congresso de 1774 a 1783 estavam todos em segredo, e agora perdidos para sempre. O Sr. Dickinson imprimiu um discurso, o qual ele disse ter feito no Congresso contra a Declaração de Independência; mas ele me parece muito diferente daquele que você e eu ouvimos. O Dr. Witherspoon publicou discursos que ele escreveu antecipadamente e discursou de memória, como fez com seus Sermões. Mas esses, eu acredito, foram os únicos discursos que estiveram comprometidos com a escrita. Os Oradores, enquanto eu estive no Congresso de 1774 a 1778, pareceram, para mim, quase sempre espontâneos, e eu nunca ouvi de ninguém comprometido em escrevê-los antes ou depois de discursar. Essas questões surgiram para mim, por meio de um *review*, no *Analectic Magazine* de maio de 1815, publicado na Filadélfia, página 385, do “*Storia della Guerra Americana*” de Chevalier Botta. Os *reviewers* nos informam que essa é a melhor história da revolução que já foi escrita. Esse Clássico Italiano seguiu o exemplo de historiadores Gregos e Romanos, por discursos redigidos, de seus Generais e Oradores. Os *Reviewers* traduziram um de Mr. R. H. Lee em favor da declaração de Independência. É uma esplêndida peça de oratória; o quão fiel, você pode julgar. Eu gostaria de saber seus sentimentos e opiniões em relação a essa publicação.

Alguma futura Miss Porter<sup>133</sup>, poderá, mais adiante, escrever um reluzente romance do que se passou no Congresso durante o Conclave, como ela fez em seu *Scottish Chiefs*<sup>134</sup>.

Respondendo do palácio de Monticello, no interior da Virgínia, de onde administrava suas *plantations* – primeiro de tabaco, e depois de trigo – e onde repousaria até o final de sua vida, Thomas Jefferson escrevia a Adams depois de acumular algumas cartas do advogado de Massachusetts, o que lhe obrigava a condensar vários assuntos numa só missiva. Deste modo, na mesma peça em que se punha a responder a indagação sobre a assim chamada Revolução Americana, o fazendeiro também sugeria referências sobre a história da Revolução Francesa - Adams estava particularmente interessado na figura de Armand-Gaston Camus, e Jefferson indicava com efusivos elogios o livro de Emmanuel de Toulangeon e, ainda, analisava a campanha europeia seguida da segunda abdicação de Napoleão.

Especificamente sobre a carta de Adams referente às idealizações e fantasias que as formulações sobre a década de 1770-1780 traziam, Jefferson aceitava a problematização colocada por John Adams e ia além, defendendo a ideia de que ninguém jamais poderia escrever a verdadeira história da Revolução Americana:

Sobre o assunto da história da revolução Americana, você perguntou Quem a escreverá? Quem poderá escrevê-la? E quem será capaz de escrevê-la? Ninguém; exceto meramente seus fatos externos. Todos seus conselhos, projetos e discussões foram conduzidos pelo Congresso com as portas fechadas, e nenhum membro, até onde eu sei, fez anotações deles. Eles, que foram a vida e a alma da história, devem ser para sempre esquecidos. Botta, como você observa, colocou suas próprias especulações e raciocínios na boca de pessoas que ele nomeia, mas quem, eu e você sabemos, nunca fizeram aqueles discursos. Nisso, ele seguiu o exemplo dos antigos, que fizeram seus grandes homens proferirem longos discursos, quase todos no mesmo estilo, e precisamente no estilo do próprio autor. De todo modo, é uma boa obra, mais criteriosa, mais pura, mais clássica e mais verdadeira do que a diatribe partidária de Marshall. Sua maior falha é ter tomado muito dele. Eu possuo a obra, e frequentemente recorro a consideráveis partes do livro, embora nunca tenha lido integralmente. No entanto, um muito rigoroso e bem informado vizinho meu leu com muita atenção e falou muito bem dele. Eu disse que nenhum membro do velho Congresso,

---

<sup>133</sup> Nota nossa: John Adams se refere à escritora Jane Porter, que cinco anos antes publicara o *Scottish Chiefs* (1810), um romance histórico que narra de modo heroico a trajetória de William Wallace.

<sup>134</sup> John Adams to Thomas Jefferson, 30 July 1815, Founders Online, National Archives, last modified March 30, 2017, <http://founders.archives.gov/documents/Jefferson/03-08-02-0507>. [Original source: The Papers of Thomas Jefferson, Retirement Series, vol. 8, 1 October 1814 to 31 August 1815, ed. J. Jefferson Looney. Princeton: Princeton University Press, 2011, pp. 625–626.]

pelo que eu soubesse, fizera notas sobre as discussões<sup>135</sup>. Eu não sabia dos discursos que você mencionou de Dickinson e Witherspoon. Mas em relação às questões de Independência e dos dois artigos da Confederação a respeito de impostos e votação eu fiz minutas dos principais pontos dos argumentos. Sobre a primeira, eu anotei todos conjuntamente, sem atribuir aos oradores seus respectivos argumentos; basicamente como os sumários compilados dos raciocínios no parlamento a favor e contra uma medida, de Hume. Sobre os últimos, eu estabeleci os principais argumentos usados por cada orador. Mas o conjunto de minhas anotações sobre a questão da independência não ocupa mais do que cinco páginas, como essa carta; e sobre as outras questões, duas dessas folhas. Elas nunca foram comunicadas a ninguém<sup>136</sup>.

Esta correspondência é interessante em diversas direções, das quais queremos sublinhar ao menos uma percepção para o desenvolvimento de nossa análise: se de um lado, o debate de ambos problematizava o modo de se produzir História no século XVIII questionando como erro de origem a confiabilidade das fontes, Adams e Jefferson acabavam também por mostrar a sua própria visão de História. Quando eles questionaram a capacidade de se produzir uma história fidedigna da “Revolução Americana” sem o conhecimento dos debates e deliberações de seus congressistas, acabaram por ressaltar uma própria visão do que foi “a vida e a alma da história”: o que se discutiu e decidiu às portas fechadas pela elite independentista presente no Congresso Continental. Os que não tiveram acesso a tais deliberações tinham apenas a limitada visão de seus “fatos externos”.

Esta percepção pode ser pensada em sua realidade específica: inscritos em seu próprio tempo e a partir de suas próprias experiências, faz sentido que os dois personagens pensassem a História por estas bases. Foram homens, afinal, que habilidosamente trafegaram pelas instâncias representativas coloniais e, depois, salões institucionais da nova república e, também, das velhas e novas sociedades, republicanas ou monarquistas, que, pela Europa, nas décadas seguintes à Revolução, os receberam como dois grandes americanos. Nos cargos executivos em distintos níveis, na diplomacia e nas casas legislativas, eles tomaram uma série de decisões que tiveram consequências fundamentais para a política da época e, sem dúvida, influenciaram no rumo dos processos de um modo tão decisivo que não é exagero considerar que os debates e as decisões nas instâncias de

---

<sup>135</sup> Nota nossa: Mais adiante na mesma carta, Thomas Jefferson faz uma menção honrosa ao trabalho cuidadoso nas notas sobre os debates constitucionais de 1788 de James Madison, “o mais competente deste tipo já feito”.

<sup>136</sup> Thomas Jefferson to John Adams, 10 August 1815, Founders Online, National Archives, last modified March 30, 2017, <http://founders.archives.gov/documents/Jefferson/03-08-02-0533>. [Original source: The Papers of Thomas Jefferson, Retirement Series, vol. 8, 1 October 1814 to 31 August 1815, ed. J. Jefferson Looney. Princeton: Princeton University Press, 2011, pp. 656–659.]

onde saíram tais deliberações forjaram, efetivamente, as primeiras décadas do novo país, os Estados Unidos da América. Se é, portanto, coerente com a síntese final da Revolução que Adams e Jefferson pensassem nestas bases em 1815, é também a expressão de um tipo de poder. Como veremos ao longo deste capítulo, para que os senhores ex-presidentes pudessem pensar desse modo quatro décadas depois da guerra da independência, a própria Revolução precisou ser enfrentada.

Cerca de quatro décadas antes de Adams e Jefferson vaticinarem a impossibilidade de que alguém um dia pudesse escrever a real história da “Revolução Americana”, Thomas Paine tomara para si esta tarefa. Na mesma carta em que informava ao padrinho Benjamin Franklin, na época na Europa, de sua nomeação para secretário no Comitê de Relações Estrangeiras do Congresso Continental, em 20 de junho de 1777, o autor de *Common Sense* e, agora, também dos três primeiros textos de Crise Americana – nos quais relatava detalhes da guerra da independência depois de acompanhar o exército continental na campanha em New Jersey - dizia: “Eu pretendo, no próximo inverno, começar o meu primeiro volume da Revolução da América<sup>137</sup>”. É este o primeiro registro em que é possível rastrear o projeto de Paine, embora, nesta própria carta, ele aponte que já havia falado a Franklin sobre a ambição de escrever tal história no inverno anterior, ou seja, provavelmente no final de 1776, pouco mais de seis meses após a Declaração de Independência. Da conversa, deduz-se, a partir das solicitações de Paine, que Franklin se dispusera a ajudá-lo na coleta de documentos para a realização da peça. O autor parecia interessado em utilizar a presença atual e a experiência passada de Franklin na Europa para que ele ajudasse a trazer fontes britânicas para a sua pesquisa, bem como colaborar com impressões e reflexões para o desenvolvimento do trabalho. Em julho do mesmo ano, possivelmente ansioso pela ausência de resposta, ele renovaria o pedido para que Franklin enviasse algumas fontes para seu projeto: “Reviews, as revistas *Gentlemen* e *Universal* e os *Parliamentary Registers* de 74, 75 e 76[...] com quaisquer outras peças se você puder me fazer a gentileza<sup>138</sup>”.

Os desdobramentos do conflito com a Grã-Bretanha, sobretudo no momento, com as incumbências como um funcionário do Continente em guerra, acabaram atrasando o projeto de Paine e em outubro de 1778 ele ainda planejava começar a escrever, “em breve”, seu primeiro volume sobre a História da Revolução. No entanto, embora não

---

<sup>137</sup> Thomas Paine, To Honorable Benjamin Franklin L.L.D., Philadelphia, June 20 [1777], 1945 (II), p.1132-1133.

<sup>138</sup> Thomas Paine, To Honorable Benjamin Franklin LL.D, Philadelphia, July 9th [1777], 1945 (II), p.1135.



tivesse ainda efetivamente iniciado a redação de seu primeiro volume, àquela altura Paine já trabalhava a partir de uma peculiar hipótese. Outra vez escrevendo a Franklin, desta vez para parabenizá-lo pela nomeação ao posto de ministro plenipotenciário, o inglês a apresentou:

Como eu desejo apresentar a História dessa Revolução a mais completa o possível, eu estou disposto a iniciá-la muito em breve, e ficaria feliz em consultá-lo primeiro, porque os *reais motivos* do Rei Britânico no início da Guerra vão constituir uma parte política considerável. Eu estou suficientemente convencido que eles desejavam por uma querela e pretendiam anexar a América à Coroa da Inglaterra como um país conquistado. Eles não tinham nenhuma dúvida da vitória e esperavam pelo que eles pudessem chamar de Rebelião, mas nós não temos, deste lado do oceano, provas suficientes disso atualmente<sup>139</sup>.

Não há nenhuma menção na correspondência entre ambos no período que remeta ao recebimento do material pedido por Paine. Na única alusão próxima a isso, uma carta de maio daquele ano<sup>140</sup>, o autor avisava Franklin que ainda não havia recebido os panfletos que seu neto, William Temple Franklin, havia de algum modo lhe mencionado. O intervalo de cerca de um mês entre esta carta e a publicação do sétimo número de Crise Americana parece ter dado a Paine confiança e disposição para divulgar sua hipótese - agora como uma tese defendida com a intensidade que lhe era peculiar. A principal fonte sobre a política britânica citada ao longo do texto é a Gazeta de Londres<sup>141</sup>, apresentada com um veículo de desinformação, que acabava por confundir o público inglês sobre o conflito na América. Foi baseado nesta percepção que Paine escreveu o Crise Americana Número VII “ao povo da Inglaterra”, com o intuito de fornecer a versão não viciada dos fatos sobre a contenda, repetindo e detalhando a ideia que compartilhara na citada carta do mês anterior:

O irromper das hostilidades abriu uma nova suspeita na política da América: julgada muito rara naquela época, desde então tem sido provada como estando muito certa. Ao que me refiro é: “Uma determinação fixa e secreta do gabinete britânico para anexar a América à Coroa da Inglaterra como país conquistado”. Se isto for tomado como objetivo, então toda a linha de conduta seguida pelo ministério, embora precipitada na sua origem e ruínoza em suas consequências é, assim

---

<sup>139</sup>Thomas Paine To Benjamin Franklin, Philadelphia, October 24th, [1778], 1945 (II), p.1153-1154.

<sup>140</sup> Ver em: Thomas Paine to the Honorable Benjamin Franklin, Esqr, Yorktown, May 16th, [1778], 1945 (II), p.1152.

<sup>141</sup> É curioso notar que este jornal sequer havia sido solicitado por ele ao veterano político americano que aparentemente se comprometera a municiá-lo com fontes. É possível apenas conjecturar, sem provas, que possivelmente eram exemplares da Gazeta de Londres os panfletos enviados por William Temple Franklin que Paine cita na carta de maio.

mesmo, uniforme e coerente em suas partes. Aplica-se a todos os casos e resolve todas as dificuldades. Mas, se a taxação, ou qualquer outra coisa for tomada em seu lugar, então não há proporção entre o objeto e o preço. Nada senão todo o solo e propriedade do país pode ser colocado como equivalente possível contra os milhões gastos pelo ministério. Imposto algum lançado à América poderia ser capaz de pagá-lo. Uma renda de dois milhões de libras esterlinas anuais não seria capaz de compensar pela importância e juros acumulados sobre a mesma em vinte anos<sup>142</sup>.

Desse modo, é possível notar que, se Paine queria dedicar em sua História da Revolução Americana uma parte política considerável aos “reais motivos” do Rei, no Crise Americana VII ele apresentava os argumentos da tese em questão. Segundo ele, muitas daquelas observações ali apresentadas eram novas e, as que não eram, ele tentou aprimorá-las. *Common Sense* e outros números de A Crise já circulavam pela Grã-Bretanha, e, a julgar pela própria redação deste número, o autor planejava divulgar a sua interpretação sobre a guerra na Inglaterra, atuando no debate político sobre a América na sede do império, um movimento arrojado<sup>143</sup>. A base de sua interpretação partia de um problema: Thomas Paine detectara uma incongruência entre os esforços empregados na campanha e os possíveis lucros que eventualmente a imposição da vontade real nas colônias americanas pudesse trazer. O inglês revolucionário defendia a ideia de que os dirigentes britânicos não quiseram se aproveitar das relações possíveis de desenvolvimento comercial a partir de uma parceria equilibrada que se aproveitasse das potencialidades de florescimento colonial porque seus aliados e dependentes tinham interesses ambiciosos. Para ele, o modo de satisfazê-los era na verdade reconquistar as colônias, destruindo o arranjo até então estabelecido:

A reconciliação não parece ter sido nunca o desejo ou o objetivo da administração, pois consideravam a conquista certa e infalível, e, sob tal persuasão, procuraram impelir os americanos para aquilo que poderiam chamar de rebelião geral, a fim de poder depois esmagá-los de armas nas mãos, colher os ricos produtos de um confisco geral, e silenciá-los para sempre. Os dependentes da corte são numerosos demais para que a Inglaterra possa prover por eles. O mercado para o saque nas Índias Orientais estava esgotado, e a prodigalidade do governo requeria a abertura de uma nova mina, e tal mina não poderia ser outra senão a América, conquistada e dada por perdida. Não tinham

---

<sup>142</sup> Thomas Paine, Crise Americana VII, [1778], 1982, p.144.

<sup>143</sup> Aliás, é reducionista dizer que essa atuação se dedicava somente à causa americana. As implicações analíticas do autor às ambições que ele acusava ter o ministério e a casa real nesta empreitada chegavam inclusive à correlação de forças políticas inglesas no período. A “agenda” reformadora da política inglesa se tornaria central em sua produção intelectual, porém, apenas na década de 1790, em Direitos do Homem, texto que será analisado no próximo capítulo.

parte alguma onde ir. Todos os canais estavam secos, e a extravagância, com a sede de um beberão, pedia suprimentos<sup>144</sup>.

O caso aqui não é propriamente submeter a tese de Paine a um escrutínio, mas atentar para o desenvolvimento de sua própria teoria sobre a “História da Revolução Americana”. O que é possível notar é a pressa por divulgar a sua interpretação sobre os motivos do confronto entre metrópole e colônia em um panfleto sucinto e não no previsto primeiro volume de sua peça, como sugerira a Benjamin Franklin. É possível perceber essa medida de distintas maneiras, embora não tenhamos conseguido rastrear nenhuma prova que sustente qualquer interpretação de modo contundente. Para nós, parece coerente compreender que o seu envolvimento na defesa da legitimidade “americana” no confronto foi chave em todas as suas publicações, e aceitar que ele provavelmente acreditava que seu texto poderia influenciar o debate quando chegasse em Londres. Neste sentido, o que Thomas Paine fez foi, ao apresentar uma tese que julgava correta e nova, usar seu conhecimento da contenda para tentar influenciar nas interpretações imediatas dela em andamento. Entender isso não significa dizer que ele tenha eventualmente fantasiado a realidade em favor da sua causa e pelo que se nota a partir das correspondências com Franklin, ele efetivamente acreditava na ideia que divulgara.

Sua ambição de escrever a História da Revolução ganharia um estímulo indireto meses depois, em função de um desdobramento de sua atuação como panfletário e funcionário público no processo revolucionário. Entre o final de 1778 e o início de 1779, após se exaltar e revelar segredos públicos no debate na imprensa em uma arena com um desonesto operador comercial e emissário da América independente na Europa que tentava especular com os negócios da guerra, Thomas Paine acabou dispensado de seu serviço no Comitê de Relações Exteriores. Em seu comunicado lido no Congresso, Paine argumentava que aceitava que a Casa o dispensasse, mas que rejeitava ser censurado publicamente sem ser devidamente ouvido. O inglês insistia que precisava que sua reputação fosse devidamente preservada, não só porque ele merecia, uma vez que não havia feito nada de errado, mas também porque era seu “desígnio prover os Estados Unidos com uma História da Revolução<sup>145</sup>” e, como historiador empenhado em tal tarefa, precisava de sua respeitabilidade intacta.

---

<sup>144</sup> Id.

<sup>145</sup> Thomas Paine, To the Honorable Congress of the United States, Philadelphia, April 3rd, [1779], 1945 (II), p.1172-1173.

Meses depois, sem o emprego no Congresso Continental, Paine se viu numa difícil situação social: “Eu acho que eu tenho o direito de montar um cavalo que seja meu, mas atualmente não posso sequer bancar o aluguel de um, uma situação que eu nunca experimentei antes<sup>146</sup>”, relatava a Henry Laurens, então presidente do Congresso Continental, representante de South Carolina, com quem estabelecera cordial relação. Desde que chegara à América, Paine ocupara cargos em que seu incontestável talento para a redação desempenhara algum papel e, por isso, a saída que pensou para garantir sua subsistência era, pela primeira vez, arrecadar alguma verba para si de seus escritos já que, até então, doara os ganhos das vendas de seus textos para que o Congresso utilizasse no financiamento da guerra, um montante cujo valor é impossível de rastrear<sup>147</sup>: “eu só conheço um tipo de vida para a qual eu me encaixe: a do pensamento, e, claro, da escrita<sup>148</sup>”, afirmava a Laurens, antes de informá-lo de seus planos e solicitar uma reunião onde provavelmente pediria ajuda para colocá-lo em prática. A questão chave do investimento parecia ser um empréstimo que lhe possibilitasse importar papel da Europa, o que acabou não se realizando.

A ambição editorial de Paine era reorganizar todos seus escritos, começando por *Common Sense*, de janeiro de 1776, e terminando em julho de 1778, data de seus textos sobre os tratados de paz e os direitos da pesca em Terra Nova. O autor foi bastante específico em sua ideia: queria publicá-los em dois volumes, no formato *octavo*<sup>149</sup>, com notas, e vendê-los por assinatura – e ele dizia não ter dúvidas de que haveria uma ampla adesão. Depois de terminar este trabalho, ele daria continuidade à sua obra autoral escrevendo e publicando, pelo mesmo sistema de assinatura, a História da Revolução, um trabalho que ele mesmo considerava muito mais complexo e praticamente inviável sem a assistência necessária:

Este empreendimento vai demandar tão assombrosa despesa, e levará tanto tempo, que ao menos que os Estados individualmente prestem para tal alguma assistência, dificilmente algum homem poderia se dispor a levá-lo adiante. Algum tipo de história até pode ser facilmente executada, composta por eventos diários e assuntos insignificantes que perderiam sua importância em poucos anos. Mas uma história respeitável não pode sequer começar ao menos que os segredos do outro lado do oceano possam ser obtidos, uma vez que a primeira parte é tão

---

<sup>146</sup> Thomas Paine To The Honorable Henry Laurens, Philadelphia, September 14, [1779], 1945 (II), p.1178-1179.

<sup>147</sup> Sobretudo em relação ao *Common Sense*, sua obra mais disseminada. Sobre a tiragem incerta que inviabilizaria tal cálculo, ver capítulo 1.

<sup>148</sup> Id.

<sup>149</sup> Técnica editorial tradicional que consistia em dobrar o papel três vezes para se produzir oito folhas.

entrelaçada com as políticas da Inglaterra que aquilo que será o último a se obter deve ser o ponto de partida – e esse simples exemplo é suficiente para mostrar que nenhuma história pode ser feita por algum tempo. Minha intenção, se eu a empreender, é dispô-la em três volumes de tamanho quarto<sup>150</sup> e publicar, a partir do início, um a cada ano, e depois fazer um resumo numa linguagem simples e agradável para um livro escolar. Todas as histórias das guerras antigas que são usadas para esse propósito não promovem reflexões morais, mas, como a *Beggars Opera*, transformam o vilão agradável no herói. Outra coisa que irá estender a realização de uma história é a falta de chapas<sup>151</sup>, que só podem ser feitas na Europa, para aquela parte da história dedicada a ilustrar a descrição de lugares ou pessoas que serão sempre imperfeitas sem elas<sup>152</sup>.

Outra vez, o que é possível perceber a partir das noções apresentadas pelo autor sobre a História da Revolução, para além de suas rigorosas exigências para o que poderia ser considerada uma produção historiográfica séria, é a sua preocupação em explicar a contenda a partir dos interesses britânicos. Isso dimensiona o princípio do movimento colonial independentista numa perspectiva reativa. Com o pressuposto que se colocava, ficava ainda mais difícil mapear com certeza a partir de seus escritos o que ele considerava os eventos diários e insignificantes que logo seriam esquecidos e o que ele julgava grandes fatos históricos importantes para a compreensão da Revolução. Por variados motivos, entre eles, estas dificuldades apontadas acima, o autor nunca pôde efetivamente levar até o fim o seu empreendimento. De fato, curiosamente, quando, depois de vencida a guerra, o Congresso Continental lhe propôs o cargo de historiador continental, por questões particulares que exploraremos na segunda metade deste capítulo, Paine recusou a tarefa. Sem seus três volumes planejados, nossas fontes para compreender como o autor almejava contar a “História da Revolução Americana”, são suas cartas e seus textos de debate, e dentre os quais, uma peça nos parece particularmente relevante.

Em 1781, Thomas Paine recebeu, pelas mãos de Robert Morris<sup>153</sup>, um exemplar de *The Revolution of America by The Abbé Raynal, author of the Philosophical and Political History of the Establishments and Commerce of the European in Both Indies*<sup>154</sup>.

---

<sup>150</sup> Nota nossa: técnica editorial tradicional que consistia em dobrar o papel duas vezes para se produzir quatro folhas.

<sup>151</sup> Nota nossa: Thomas Paine usa o termo *plates*, mencionando um tipo de técnica gráfica usada para a ilustração.

<sup>152</sup> Id, p.1179.

<sup>153</sup> Em novembro de 1781 ele escreveu ao “financista da Revolução” agradecendo pelo envio da obra. Ver em Thomas Paine To Honorable Robert Morris, Esq., Nov. 26th, [1781] 1945 (II), p.1201.

<sup>154</sup> A obra foi publicada incompleta, antes em inglês, em Londres e depois reproduzida na Filadélfia. Curiosamente, é a tradução desta obra, e não da original francesa, *Tableau et révolutions des colonies anglaises e l'Amérique septentrionale*, que foi publicada no Brasil pela Editora do Arquivo Nacional em

Tratava-se de um texto que trazia, de partida, um peso: nem sequer encerrada a guerra da independência, a “História da Revolução Americana” já chegava à Europa, e depois, claro, aos novos Estados independentes. E mais: chegava escrita pela pena de um autêntico quadro do movimento iluminista francês, Guillaume Thomas François Raynal, autor da História Filosófica e Política das Possessões e do Comércio dos Europeus nas Duas Índias, uma peça que se tornaria clássica sobre as sociedades coloniais.

Abade que rompera com sua formação jesuíta para ocupar as fileiras da filosofia da razão, Raynal fazia parte de um grupo amplo e relativamente difuso de pensadores franceses que se irmanavam, em diferentes tons e perspectivas, em uma compreensão de mundo que antagonizava com as noções tradicionais da política, economia e religião na sociedade francesa. Parceiro editorial do mais famoso enciclopedista de seu tempo, Diderot, e companheiro de salões de discussão iluminista de intelectuais como D’Alembert e Turgot, Raynal sofrera, assim como outros nomes conhecidos do movimento, com a repressão e a censura, tendo seus livros queimados e proibidos. Essa escalada autoritária o colocou em confronto declarado contra o poder instituído na França de seu tempo e chegou a obrigá-lo ao exílio. Estima-se que seu texto clássico sobre as “duas índias” tenha sido reimpresso pelo menos 30 vezes no período que vai do seu lançamento, em 1772, até a queda da Bastilha, em 1789, uma trajetória que explica porque Paine se referiu a ele como “um autor de tão notável reputação como o Abade Raynal<sup>155</sup>”.

A imagem de Raynal sobre o que chamou de “Revolução Americana” era, ao mesmo tempo, entusiasmada e reticente. Entusiasmada porque o francês via, na radicalização das ideias colocadas em prática pelos revolucionários, uma continuidade coerente da tradição da liberdade inglesa, cujo arranjo constitucional era celebrado como uma referência para os povos que almejavam as reformas nas monarquias europeias da época<sup>156</sup>. Sua empolgação, porém, esbarrava nas diversas dificuldades que ele sinalizava para o estabelecimento do novo governo, além de um problema que era objetivamente ideológico: a estranha aliança da tirânica França, portadora das velhas tradições que perseguira a ele e aos seus pares enciclopedistas de proposições reformadoras, com um

---

1993. Foi a esta versão “pirata” que Paine teve acesso e não a autorizada pelo autor, em francês e, por isso, será ela a analisada nesta tese.

<sup>155</sup> Thomas Paine, Letter to the Abbé Raynal (on the Affairs of North America: in wich the Mistakes in the Abbes Account of the Revolution of America are Corrected and Cleared up), [1782] 1945 (II), p.215. As referências das informações sobre a trajetória de Raynal como parte do iluminismo francês são Mcmillin (2010) e Garrard (2013).

<sup>156</sup> Tratamos demoradamente de como os valores da “liberdade inglesa” informavam inclusive os radicais independentistas na América na década de 1770 no início do primeiro capítulo desta tese.

movimento que ambicionava começar o mundo de novo. Para produzir sua interpretação, o abade partia do cenário pós-guerra da década de 1760 e os primeiros esforços de taxaçaõ das colônias vindas desde a metrópole e chegava até em questões do início da década de 1780 (de um lado, as disputas colocadas na correlaçãõ de forças europeias, explorando as motivações e as contradições colocadas no quadro de relações diplomáticas ao redor do apoio à independência das colônias americanas, de outro, as dificuldades existentes para a centralizaçaõ destas em um governo americano). Neste sentido, como notou Paine, sua obra era mais um grande panorama sintético com comentários do que propriamente a produçaõ de uma História, embora, em vários momentos, ele tenha tentado, com pouco rigor, organizar uma exposiçaõ dos eventos de modo a construir sua narraçaõ linear com base historiográfica.

A história da independência de Raynal partiu de um marco geralmente aceito ainda hoje pela historiografia sobre o período: o final da Guerra dos Sete Anos e as iniciativas de taxaçaõ às colônias. Segundo o iluminista francês, era a necessidade de sustentar a estrutura de poder imperial que fizera com que a metrópole impusesse às colônias britânicas na América os novos acordos tributários. Para o autor, na mesma medida em que o triunfo trouxera admiraçaõ e glória, também trazia significativos custos operacionais tanto para a manutençaõ da segurança perante a ameaça que representava a uniãõ das Casa Bourbon de toda a Europa, quanto para explorar as potencialidades das conquistas. Por isso, o abade explicava que embora o império houvesse crescido em prestígio e tamanho com a vitória na Guerra dos Sete Anos, a Grã-Bretanha tinha de lidar com uma pesada dívida em seus fundos públicos em somas aplicadas por estrangeiros cuja amortizaçaõ dos juros já lhe tomava parte significativa do orçamento: “os lucros de seu comércio com todas as partes do globo não se elevavam a mais de 56 milhões por ano, e desta balança era necessário tirar 35 milhões para o pagamento dos juros<sup>157</sup>”.

Havia, no entanto, segundo o filósofo, a histórica tradiçaõ da liberdade britânica que complicaria essa estratégia imperial. A base desta compreensãõ que se imporia sobre o avanço da metrópole contra as colônias era baseada, na interpretaçaõ de Raynal, em um arranjo político do final do século XIII e que se tornaria um costume: o direito de que o inglês só poderia ser taxado mediante seu consentimento. “Este direito, que deveria ser de todos os povos por ser fundado sobre o código eterno da razãõ, remontava, em sua

---

<sup>157</sup> Guillaume Thomas François Raynal, *A Revoluçaõ na América*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1993, p.59.

origem, ao reinado de Eduardo I. Desde essa época, o inglês jamais o perdeu de vista<sup>158</sup>”. Para Raynal, no século XVII, ao reorganizar seu pacto social, a nação inglesa se reerguera reafirmando este direito, ainda que tenha sido necessário, para tanto, que o processo revolucionário em 1688 levasse à substituição de um rei. Para o abade, “este direito foi solenemente reconhecido no célebre ato em que se viu a liberdade, com a própria mão que expulsava um rei déspota, traçar as condições do contrato entre a nação e o novo soberano que acabava de escolher<sup>159</sup>”. O filósofo acreditava que os ingleses que cruzaram o oceano para colonizar a América levavam consigo tal visão de mundo e, na independência, coerentemente, submeteram a metrópole a partir de seus próprios pressupostos. “Esses princípios, nascidos na Europa e particularmente na Inglaterra, foram transplantados para a América através da filosofia. Utilizava-se contra a Metrópole as suas próprias luzes<sup>160</sup>”.

No argumento de Raynal, a histórica tradição insubmissa dos povos ingleses, quando estendida aos americanos, se tornava fundamento para um tipo ainda mais amplo de liberdade. O autor afirmava que “os princípios de tolerância e liberdade estabelecidos nas colônias inglesas haviam criado um povo diferente dos demais<sup>161</sup>”. Aprendida e herdada pelos pais, que derramaram sangue para conquistá-la, o sentimento de ser livre ganharia, no raciocínio do iluminista francês, ainda maior impulso na experiência real na terra distante, numa idealização tão bela quanto imprecisa:

Dispersos num imenso continente, livres como a natureza que os cerca, entre os rochedos, as montanhas, as vastas planícies de seus desertos, à beira dessas florestas onde tudo é ainda selvagem e onde nada faz lembrar nem a servidão, nem a tirania do homem, eles parecem receber de todos os objetos físicos as lições da liberdade e da independência. Além do mais, esse povo, quase todo dedicado à agricultura e ao comércio, a trabalhos úteis que elevam e fortificam a alma formando hábitos simples, tão afastado, até o momento, da riqueza quanto da pobreza, não pode ainda ser corrompido nem pelo excesso de luxo, nem pelo excesso de necessidades<sup>162</sup>.

Na interpretação de Raynal, a Revolução Americana começava com a resistência à taxa britânica e se acelerava pela ineficiência e os erros de condução do ministério que não soube lidar com a insatisfação de modo adequado, se mostrando incapaz de tomar

---

<sup>158</sup> Id., p.63.

<sup>159</sup> Ibid.

<sup>160</sup> Ibid., p.72.

<sup>161</sup> Id., p.67.

<sup>162</sup> Ibid., p.64.



qualquer decisão que poderia ter sido mais eficiente. Segundo o autor, as brigas internas por facções de poder no Parlamento enfraqueceram as tomadas de decisão, tendo impossibilitado tanto um meio-termo entre os direitos desejados e as taxas exigidas, quanto a imposição da repressão de modo mais efetivo. Sem admitir demandas, de um lado, ou reprimir adequadamente o estado de rebelião do outro, o ministério não resolveu a contenda de nenhum modo, e, ao mesmo tempo, continuou a empurrar as colônias para a radicalização.

É com o intuito de explicar esse momento em que a resistência se radicalizava que Raynal recorreu ao *Common Sense*, de Thomas Paine. O francês tratava o texto como fonte, no sentido de ilustrar os desejos coloniais no momento de ruptura com o antigo governo. Segundo o filósofo, o texto servira para “dar energia aos espíritos. Foi este o efeito que produziu uma obra intitulada O Senso Comum<sup>163</sup>”. O iluminista, que se referia ao texto de Paine como “o célebre escrito”, gastou um capítulo todo a sumarizar o panfleto, defendendo que fora a obra do revolucionário inglês que agira sobre os sentimentos dos americanos e os estimularam à independência: para o abade, depois de terem contato com o texto, “Os cidadãos tímidos, que até então haviam hesitado, decidiram-se enfim por esta grande cisão<sup>164</sup>”.

Nesse ponto, há de se fazer duas observações sobre a estratégia de exposição de Raynal: o abade tinha, como modo de redação de suas peças, o costume de repetir ideias de outros autores, ora citando-os adequadamente, ora os incorporando, ecoando ideias e palavras dos outros como se fossem suas sem citá-los<sup>165</sup>. Com Paine, o abade recorrera às duas práticas: o citou textualmente e o incorporou, um ato que mereceu a reprovação expressa do revolucionário inglês, que cuidou de denunciá-lo na parte final de seu

---

<sup>163</sup> Id, p.107.

<sup>164</sup> Id, p.97-98. Apesar de pouco rigorosa historicamente, esta compreensão da influência decisiva do panfleto na atuação dos homens no processo revolucionário sobreviveu aos séculos e ainda é, por diferentes motivos, hegemônica na historiografia sobre a Revolução, uma tese dura e convincentemente criticada por Loughran (2007). Tratamos do que significou *Common Sense* no contexto do movimento revolucionário de 1776 no primeiro capítulo deste trabalho.

<sup>165</sup> Luciano Raposo e Oswaldo Munteal, os organizadores da edição brasileira de 1993 de *A Revolução na América* e responsáveis pelo belo prefácio que abre a obra, explicam sua prática do seguinte modo: “Na elaboração de sua obra, Raynal desempenha um papel misto de autor e empresário, uma vez que encomenda (e remunera) trechos e contribuições a seus colaboradores, entre os quais Pechmeja, Valadier, Lagrange, o médico Dubreuil e outros, além de naturalmente do próprio Diderot. De outra parte, redige passagens transpondo, quase indiretamente, ideias recolhidas em obras contemporâneas, como faz em *Senso Comum* de Thomas Paine, *Recherches philosophiques sur les américains* de Pauw ou *Homme moral* de Levesque. E mescla Voltaire, Helvétius, Holbach e Rousseau, plagiando todos à mão solta”; além disso, segundo Raposo e Munteal, Diderot teria escrito partes do texto respondido por Paine, ver em RAYNAL (1993, prefácio). Aparentemente, Paine desconhecia esta prática do abade.

texto<sup>166</sup>. Além disso, é importante apontar que o filósofo não era inteiramente responsável por todo o conteúdo de suas obras, embora as assinasse. Muitas vezes ele atuava como um organizador, contratando autores para realizarem pesquisas para comporem seus volumes – o mais célebre destes era Diderot. A julgar pela sua reação, Paine não tinha conhecimento destas estratégias editoriais de Raynal, tendo, de um lado, respondido filosófica e intelectualmente ao autor direta e pessoalmente, e, de outro, cobrado de modo público o crédito pelo que fora elaborado por ele.

Do ponto de vista do conteúdo do escrito, é possível captar, em meio às sínteses dispersamente colocadas, algumas importantes reflexões. Ainda que isso não ocupasse o centro de sua argumentação, é perceptível que, de algum modo, Raynal compreendia a Revolução em duas fases complementares: o primeiro momento, impetuoso, animado, cujo personagem revolucionário era a multidão em armas, vitoriosa em duras batalhas, entusiasmada pelo radicalismo de *Common Sense* e pela longa e insubmissa tradição dos valores da liberdade inglesa. O segundo, em seu argumento, correspondia ao que ele considerava uma espécie de lógica da história das repúblicas, quando a multidão saía de cena, e entrava em ação a elite política e intelectual do movimento revolucionário, formada por homens preparados para a função de liderar. Alguns desses personagens, Raynal citava nominalmente: “Hancock, Franklin, os dois Adams foram os maiores atores dessa interessante cena, mas não foram os únicos. A posteridade conhecerá a todos<sup>167</sup>”:

Ao consultar a história das repúblicas, ver-se-á que a multidão tem quase sempre a impetuosidade e o calor do primeiro momento, mas que apenas entre um pequeno número de homens, escolhidos e feitos para servirem de chefes, é que residem essas resoluções constantes e vigorosas que caminham de um passo firme e seguro em direção a um grande fim, não se desviam nunca, e combatem com teimosia as desgraças, a fortuna e os homens<sup>168</sup>.

Partes complementares de um justo e heroico movimento revolucionário, a multidão rebelde, primeiro, e depois as deliberações dos grandes líderes no Congresso Continental produziram, na narrativa histórica da “Revolução Americana” do abade

---

<sup>166</sup> Paine afirmava que havia no trabalho de Raynal uma parte importante em que ele citava *Common Sense* e resumia partes de seu conteúdo, mas que em outros momentos, ele incorporava trechos de sua obra como se fossem elaborações próprias, sem creditar a devida autoria. Para que não restassem dúvidas, Paine citou, em uma nota de rodapé, os trechos de sua obra e os do texto de Raynal, onde se nota, efetivamente, paráfrases e cópias de pelo menos dois longos parágrafos e duas taxativas frases. Ver em Thomas Paine, *Letter to the Abbé Raynal*, [1782] 1945 (II), p.251-252.

<sup>167</sup> Guillaume Thomas François Raynal, *Op. cit.*, p.98.

<sup>168</sup> *Id.*, p.102.

Raynal, a pátria da liberdade – num movimento analítico que não só incorporava textualmente as fabulações fundacionais do continente como nação “americana” expressos no panfleto rebelde de Paine, mas as premissas de sua construção discursiva – tema debatido na segunda parte do primeiro capítulo desta tese. Fazia mais sentido, afinal, olhar da Europa para a América e imaginá-la como a nação propagada em *Common Sense*. Distante, o iluminista se abraçava à ilusão resignada de um paraíso que não teria a oportunidade de conhecer:

Terra heroica, minha idade avançada não me permite te visitar. Jamais me verei em meio aos respeitáveis personagens de teu areópago; jamais assistirei às deliberações do teu congresso. Morrerei sem ter visto a morada da tolerância, dos costumes, das leis, da virtude e da liberdade. Uma terra franca e sagrada não cobrirá minhas cinzas. Mas eu o teria desejado, e minhas últimas palavras serão votos dirigidos aos céus pela tua prosperidade<sup>169</sup>.

É admirável - embora seja também em algum sentido uma incoerência - que, apesar do tamanho entusiasmo demonstrado com a Revolução na América, o abade deixasse escapar em sua formulação um atento e acurado ceticismo em relação a algumas das questões basilares do processo. Das problematizações sugeridas, quase todas de modo muito sucinto, perdidas na lógica coerente da argumentação do texto que caminhava na direção acima descrita, três eixos de preocupações sobre temas que se mostraram decisivos merecem atenção. O primeiro deles merece ser realçado porque tem relação com um ponto importante da situação econômica dos estados independentes: a crise da escassez de moeda do final da década de 1770, já depois da Independência<sup>170</sup>, quando as ex-colônias estruturavam, separadamente, suas formas de governo, um ponto que se tornaria chave para o debate político naquele período. Os caminhos que a elite independentista escolheu para lidar com as crises econômicas da época serão tratadas mais adiante neste capítulo.

Há também outro problema que o autor aponta de passagem que é igualmente central para a compreensão do período e que, ademais, contraria sua própria imagem idealizada de uma grande e libertária nação americana: a ideia de que existiam divergências sediciosas, políticas, territoriais e culturais colocadas. Lembrava o abade: “Seus limites respectivos não estão fixados; uma grande rivalidade reina entre o norte e

---

<sup>169</sup>Id., p.98.

<sup>170</sup> Id., p.110-113.

o sul; os princípios políticos variam de um rio a outro<sup>171</sup>”, e insistia: “percebem-se grandes animosidades entre os habitantes de uma cidade, entre os membros de uma família; cada qual quer afastar de si o pesado fardo das despesas e das dívidas públicas<sup>172</sup>”.

Por fim, o terceiro problema apontado pelo filósofo iluminista que nos parece oportuno elencar se refere à aliança que mudou a correlação de forças na guerra da independência, aquela entre a monarquia francesa e a nova república americana. Era, efetivamente, uma contradição que se colocava para o discurso estruturado em *Common Sense*, a da América como a pátria da liberdade, cujos pressupostos Raynal aceitava, incorporava e disseminava em sua imagem da “Revolução Americana”.

Como vimos no primeiro capítulo, de maneira arrojada, Paine encontrara uma chave analítica para desconstruir os pilares da Constituição inglesa e denunciá-la como falsa no sentido de garantir a liberdade, embora fosse aquela celebrada em toda a Europa como o mais avançado arranjo social para frear a tirania. Era no mínimo incongruente ideologicamente que esta liberdade tivesse se tornado possível precisamente em função de uma parceria com a dinastia Bourbon, a mesma que perseguia Raynal e outros entusiastas da liberdade política no continente europeu, e isso, embora não tenha sido o foco da análise do abade, não poderia deixar de ser, ao menos, notado:

Finalmente a filosofia, cujo sentimento é o desejo de ver todos os governos justos e todos os povos felizes, lançando um olhar sobre esta aliança de uma monarquia com um povo que defende a liberdade e procura os motivos, vê claramente que a felicidade da humanidade não tem nenhuma participação nisso. Acredita que se o amor pela justiça tivesse decidido a corte de Versalhes, ela teria determinado, no primeiro artigo de sua convenção com a América, que *todos os povos oprimidos tinham o direito de lutar contra os seus opressores*. Mas esta máxima que forma uma das leis da Inglaterra, e que um rei da Hungria, ao subir ao trono, ousou transformar em uma das constituições do Estado; que Trajano, um dos maiores príncipes que reinou sobre a Terra, adotou quando, na presença do povo romano reunido, disse ao primeiro-oficial do império: *entrego-te esta espada para defender-me se eu for justo, para combater-me e punir-me se for um tirano*, esta máxima é demasiado estranha aos nossos governos fracos e corrompidos, onde o dever é sofrer, e onde o oprimido deve rezear o sentimento da sua desgraça, por medo de ser punido por ela como por um crime<sup>173</sup>.

De qualquer modo, em que se pesem estas percepções dissonantes, é inegável que o teor majoritário da peça do abade Raynal era de celebração do movimento

---

<sup>171</sup> Id., p.132.

<sup>172</sup> Id.

<sup>173</sup> Id., p.124-125.

revolucionário americano, apresentando-o ao público europeu como uma experiência admirável de um povo afeito à liberdade com o afã de aprimorá-la. Isso não empolgou Thomas Paine, que decidiu redigir uma longa resposta à peça do escritor francês, uma carta aberta que se tornou o seu texto de maior fôlego produzido entre a chamada Revolução Americana e a Francesa. A *Letter to the Abbe Raynal, on the Affairs of North America: in wich the Mistakes in the Abbes Account of the Revolution of America are Corrected and Cleared up* foi à prensa na Filadélfia em 1782. Segundo Paine, o texto tinha como intuito oferecer aos interessados pelo tema uma versão americana para as questões ali colocadas, e ambicionava circular tanto pelos novos Estados independentes, onde a obra do abade já havia sido editada, quanto no Velho Mundo<sup>174</sup>.

O autor de *Common Sense* acusava a obra de incoerente e pouco consistente e, no geral, confusa, porque não marcava precisamente o que propunha defender. Incomodava ao inglês o fato de que o filósofo iluminista perdesse a mão ao elogiar coisas irrelevantes do processo enquanto não reconhecia seus verdadeiros méritos: “Ele deu fama onde não era merecido, e a negou onde ela deveria de estar por justiça<sup>175</sup>”. Retomando a ideia das dificuldades colocadas em seu tempo para que se pudesse levar adiante a redação da “História da Revolução Americana”, Paine não tentou oferecer uma ideia sua sobre o conflito, mas desautorizar boa parte das chaves que Raynal utilizara para construir a sua síntese historiográfica. Esta resposta dá importantes pistas sobre algumas das percepções do autor sobre o que significava o processo revolucionário que ajudara a incitar e que, à época, lutava para assegurar:

É ainda muito cedo para se escrever a história da Revolução, e aquele que tentar fazê-lo precipitadamente, irá, inevitavelmente, confundir personagens e circunstâncias e incorrer ao erro e à dificuldade. Coisas, como pessoas, são raramente entendidas corretamente à primeira vista. Mas o Abade está errado até no fundamento de sua obra; Isto é, ele compreendeu mal e deturpou as causas que produziram a ruptura entre a Inglaterra e suas então colônias, o que as levaram, passo a passo, de modo não estudado e não planejado no caso da América, à revolução, que tem atraído interesse e atenção da Europa<sup>176</sup>.

Naquele momento, aparentemente, Thomas Paine via como uma ambição futura a composição de seus volumes sobre a Revolução Americana. Embora a vitória se

---

<sup>174</sup> Como veremos na segunda parte deste capítulo, a Carta fez parte de um processo muito particular da trajetória de Paine no período, e as relações que ele estabeleceu na época, bem como os interesses que visava atender exerceram influência determinante no conteúdo de seu escrito.

<sup>175</sup> Thomas Paine, *Letter to the Abbé Raynal*, [1782] 1945 (II), p.215.

<sup>176</sup> Id.

avizinhasse, a guerra ainda estava em andamento, o que tornava praticamente impossível que ele conseguisse ter acesso à documentação que julgava fundamental para explicar o início da rebelião que, como vimos anteriormente, demandava tráfego na Grã-Bretanha – e sem isso, sua última impressão era de que não seria possível sequer iniciar a redação. No entanto, sua experiência pessoal desde que saltara à cena pública com relevância em janeiro de 1776 lhe dera acesso a informações sobre a guerra da independência que o tornavam mais do que apto a corrigir simplificações e equívocos vindos do distante iluminista francês.

Especificamente sobre os tópicos que compunham a História sumarizada por Raynal, o panfletário inglês tinha inclusive informações testemunhais em relação a pelo menos dois pontos da maior relevância: a narração de alguns dos combates da guerra da independência, uma vez que havia servido no exército continental e documentado na série de panfletos de *A Crise* uma cronologia relativamente pormenorizada da campanha; e o quadro de forças e relações diplomáticas instituído no Congresso Continental após a Declaração de Independência, entre elas as frustradas negociações de paz com a Grã-Bretanha e a incômoda aliança com a França, já que atuara como secretário do Comitê de Relações Exteriores. Paine estava, portanto, em condições de demandar rigor do filósofo, e evidentemente, quando, em seu texto, traçou as minúcias dos eventos associados a estas temáticas, incisivamente criticou o autor, que, segundo ele, tirara conclusões a partir de informações equivocadas em diversos momentos.

Autodeclarado historiador, ainda que sem formação ou obras com base historiográfica que embasassem essa ambição pessoal, e autoproclamado o responsável por escrever a História da Revolução Americana, ainda que o início de tal projeto fosse inviabilizado momentaneamente pela própria hipótese que queria sustentar, Thomas Paine se empenhava, nesta obra, em questionar a capacidade historiográfica do autor de uma das obras de História mais influentes de seu tempo<sup>177</sup>. O mais admirável é que o fazia com razão:

Ainda que o Abade possua e exiba grande talento, e seja um mestre do estilo e da linguagem, ele não parece prestar igual atenção ao ofício de historiador. Seus fatos são friamente e descuidadamente apresentados. Eles nem informam e nem interessam o leitor. Muitos deles são errôneos, e a maior parte deles é imperfeita e obscura. É, sem dúvida, um adorno e uma adição útil à história, acompanhá-la de máximas e reflexões. Elas proporcionam também uma agradável mudança ao estilo, e um modo mais diversificado de expressão; mas é

---

<sup>177</sup> A acima mencionada História das Duas Índias, de 1772.

absolutamente necessário que a raiz de onde elas nascem, ou a base sobre a qual elas se levantam, mereçam especial atenção, o que não acontece nesta obra<sup>178</sup>.

Ao organizar sua resposta, Thomas Paine aceitava como ponto de partida o pós-Guerra dos Sete Anos estabelecido por Raynal e ainda hoje predominante na historiografia do tema, mas problematizava a ideia de que fora especificamente motivada pela resistência à taxaço sem consentimento, aquele pilar tradicional da liberdade inglesa apontado pelo francês. Sua visão era que os impostos não eram o problema central, mas uma expressão, uma decorrência, do modelo político tirânico que a Grã-Bretanha preparara, após a vitória na guerra, para as suas colônias americanas<sup>179</sup>. Por isso, mais importante para ele do que as leis tributárias que vinham desde a metrópole fora o *Declaratory Act* de 1766. Paine compreendia a lei como uma resposta britânica à derrota de sua primeira investida de taxaço às colônias a partir da retirada do *Stamp Act* de 1765. A questão central colocada a partir daquele ato autoritário era que a Coroa e o Gabinete avisavam que, embora recuassem naquele presente momento, se asseguravam ao direito de atuar na América em todos os casos que julgassem necessário. Paine considerava que essa medida anulava as cartas constitucionais que garantiam proteção aos colonos:

Se o *Stamp Act* era uma usurpação dos mais preciosos e sagrados direitos dos Americanos, o *Declaratory Act* os deixaram sem direito algum; e continha as sementes crescidas do mais despótico governo já exercido no mundo. Ele relegava à América o mais baixo estado de vassalagem; porque ele demandava uma incondicional submissão em tudo, ou como a lei expressava, *seja em qual caso for*: e o que torna esta lei ainda mais ofensiva é que ela parece ter sido aprovada como um ato de misericórdia; em verdade pode-se dizer que as ternas misericórdias dos perversos são cruéis<sup>180</sup>.

Segundo o autor, a resistência não era, portanto, especificamente contra os impostos, mas contra tirania que inviabilizava a capacidade de consenso e autogoverno colonial, uma vez que a Grã-Bretanha, por meio do Coroa e do Gabinete, avançava contra

---

<sup>178</sup> Id., p.221-222.

<sup>179</sup> Uma vez que Paine não elaborou nenhuma impressão nova sobre os interesses da Grã-Bretanha na guerra, sustentando sua impressão anteriormente citada em outros textos e já debatida neste capítulo, não nos dedicaremos pormenorizadamente à sua resposta a Raynal neste assunto. Em linhas gerais, o que o revolucionário retoma na carta é sua ideia de que havia era uma estratégia vinda desde a metrópole de radicalizar a resistência e possibilitar que, a partir da guerra, as colônias fossem anexadas ao império por conquista, transformando seus aliados em *lords* e *landlords* para lucrar com as terras e os negócios nas colônias da América Britânica. Paine praticamente repete neste texto a ideia de que a Coroa e seus aliados esperavam a rebelião, e até mesmo a declaração de Independência, uma vez que essas medidas legitimariam suas investidas. Para o autor, a única coisa que eles não contavam era com a derrota no embate.

<sup>180</sup> Id., p.217.

as suas colônias com um projeto de poder despótico. Numa argumentação original, Thomas Paine criticava as bases das medidas problematizando a partir da chave ideológica amparada pela monarquia constitucional, uma vez que, em tese, neste modelo de governo, os reis se submetiam às leis para garantir a liberdade dos súditos - era este, afinal, o pilar do arranjo constitucional da celebrada liberdade inglesa. Para o autor, a autoridade sintetizada pela *Declaratory Act* no direito do Parlamento ao arbítrio nas questões coloniais *seja em qual caso for* significava exatamente o contrário: a lei, em vez de frear a tirania, a implementava.

É natureza da lei requerer obediência, mas essa demanda servidão; e a condição de um Americano, a partir de seu funcionamento, não é a de um súdito, mas de um vassalo. Tirania tem sido frequentemente estabelecida sem lei e muitas vezes contra a lei, mas na história da humanidade não se produziu outro caso no qual ela tenha sido estabelecida pela lei. É um audacioso ultraje ao governo civil<sup>181</sup>.

Como vimos no primeiro capítulo desta tese, quando reivindicava o governo republicano como opção à monarquia constitucional inglesa em *Common Sense*, em 1776, Paine tinha na base de seu argumento a ideia de que, num governo civil, a Lei substituiria a figura do Rei. Na resposta ao abade Raynal, seis anos depois, ele defendia que, após a Guerra dos Sete Anos, a Grã-Bretanha transformara a lei, ao estender seu controle às colônias por meio dos *Acts* à revelia de suas cartas constitucionais, em parte de seu aparato tirânico para reprimir as colônias estabelecidas na América Britânica – e nesse sentido, o Parlamento acompanhava a Coroa e seu Ministério para levar adiante as medidas. Que a imposição de seu controle viesse por meio da tributação, primeiro dos selos, depois do chá, era expressão de seu projeto, e não o próprio projeto em si e, por isso, para o autor, era importante entender a rebelião não exatamente como uma resistência contra os impostos ou as medidas tributárias como um todo, mas uma defesa contra a submissão perante o governo.

A esta discussão, outra se impõe: tal percepção implicitamente sugere que, antes da tentativa autoritária e despótica da Grã-Bretanha de submeter as colônias ao seu domínio durante a década de 1760, elas exerciam, em seus modos de organização política, um grau significativo de autonomia. Isso faz certo sentido, e é importante que tenhamos esta noção em mente para sofisticar a compreensão do processo da Revolução, superando esquemas simplistas, como a transição da monarquia para a república ou, da tirania para

---

<sup>181</sup> Id.



a liberdade, da alienação para a participação, da aristocracia para a democracia, do autoritarismo para o governo civil.

De qualquer modo, não é o caso aqui de explorar as nuances dos muito variados sistemas políticos de deliberações coloniais pré-1764, até porque, como vimos no primeiro capítulo, é impossível pensar as treze colônias que depois se rebelaram e se transformaram nos Estados Unidos de modo homogêneo. Sobretudo porque, embora sinalize em sua interpretação esse pressuposto, é preciso deixar claro que Thomas Paine tomou cuidado para situar o processo político e social que levou à Revolução Americana como mais do que um movimento de restauração das antigas instituições coloniais e dos velhos arranjos sociais que precederam a guerra da independência. Era, afinal, como explicara em seu texto famoso, e que naquele momento ganhava os salões europeus incorporado por um iluminista reconhecido, a chance de começar o mundo de novo. “É em vão procurar precedentes entre as revoluções de eras antigas, para encontrar, por comparação, as causas dessas<sup>182</sup>”, insistia, e apontava que a Revolução que acontecia ali era absolutamente diferente de tudo:

A nascente, o progresso, o objetivo, as consequências, ou ainda, os homens, seus hábitos de pensamento, todas as circunstâncias do país são diferentes. Aquelas das outras nações são, em geral, pouco mais do que a história de suas querelas. Elas não são marcadas por nenhuma característica importante nos anais dos acontecimentos; misturados à massa dos assuntos gerais, elas ocupam nada além de uma página comum; e enquanto o chefe do grupo político vitorioso ascendeu ao poder, a multidão saqueada retirou-se e entristeceu-se. Poucas, pouquíssimas foram acompanhadas de reformas, fossem no governo, fossem nas maneiras; muitas delas com a mais consumada libertinagem. Triunfo de um lado, e miséria de outro, foram os únicos eventos<sup>183</sup>.

A excepcionalidade da Revolução Americana é também a base de seu argumento em defesa da contraditória aliança com a França que incomodara Raynal. Tomando uma dupla-linha de argumentação, em parte pragmática e em parte idealista, Thomas Paine afirmava que não deveriam ser os motivos que produziram a aliança o objeto da análise, mas as consequências que ela propiciara. Pragmático, o autor defendia não haver problemas no tratado porque as duas nações encontraram vantagens na parceria estabelecida: a França porque conseguia enfraquecer um inimigo histórico, diminuindo o poder da Grã-Bretanha, e a América porque conseguiria levar adiante a sua vitória. Além

---

<sup>182</sup> Id., p.220.

<sup>183</sup> Id.

disso, sustentava que não era incomum a aliança entre a França e outras repúblicas, como a Suíça, que não deixou de ser republicana porque tinha um tratado com os Bourbon.

Em outro sentido, Paine cuidava também de florear o pacto, acusando de preconceito os sentimentos que antes impossibilitavam a existência de uma aliança entre a América e um antigo inimigo da Inglaterra. Festejando o que considerava uma libertação dos sentimentos reducionistas, o autor se empolgava: “talvez nunca tenha havido uma aliança em uma base mais ampla do que essa entre América e França<sup>184</sup>”. Ele ainda sinalizava que o auxílio da França para a independência propiciara uma verdadeira revolução social no continente: “nosso estilo e nosso modo de pensamento passou por uma revolução mais extraordinária do que a revolução política do país. Nós vemos com outros olhos; nós ouvimos com outros ouvidos; e pensamos com outros pensamentos<sup>185</sup>”. Por isso, explicava:

Na medida em que a independência da América se tornou contemplada e compreendida, as suas vantagens locais para os atores imediatos, e os seus numerosos benefícios para a humanidade pareceu crescer a cada dia; e nós vimos não apenas um bem temporário para a presente raça, mas um bem contínuo para toda a posteridade; esses motivos, portanto, somados a aqueles motivos que os precederam, se tornaram os motivos do lado da América, que a levaram a propor e aceitar o Tratado da Aliança, como o melhor e mais eficaz método de estender e assegurar a felicidade<sup>186</sup>.

Assim como dissemos antes que era impossível rastrear o que Paine considerava atos corriqueiros e eventos memoráveis do processo, é igualmente inviável conjecturar sobre quais seriam esses elementos que, ao seu ver, tornavam a Revolução Americana especial e incomparável com processos anteriores. Em sua redação, o autor sinalizava uma divisão entre consequências revolucionárias “políticas” e “de comportamento”. Com relação à primeira, que em tese poderia ser mais facilmente detectável, faz pouco sentido pensá-las ainda em 1782, um período pré-constitucional, em que boa parte das instituições espalhadas nos treze estados recém-independentes trazia grande herança das anteriores, inclusive conservando parte significativa das suas elites políticas do período colonial. A exceção, cujo complexo e peculiar processo explicamos no primeiro capítulo, foi o caso da Pensilvânia. Essa busca se torna ainda mais artilosa se a ambição for tentar entender o que o autor considerava revolucionário nas transformações comportamentais - dos

---

<sup>184</sup> Id., p.243.

<sup>185</sup> Id.

<sup>186</sup> Id., p.238.

modos de pensar, ouvir e falar. No máximo, o que é possível coletar de suas impressões são as conclusões captáveis daquilo que sua formulação negara aos outros processos. Nessa operação, extrai-se de sua argumentação sua ideia de que a história da Revolução Americana era mais do que a história de suas querelas, marcadas por características relevantes para os anais dos acontecimentos, uma página incomum da história, um processo político efetivamente reformador que não se restringia a garantir as benesses aos aliados do grupo vitorioso. No entanto, os motivos pelos quais considerava a sua nascente, seu progresso, seu objetivo, suas consequências, seus homens, seus hábitos, as circunstâncias do país, diferentes das revoluções do passado, os seus volumes da História da Revolução Americana nunca vieram a público para explicar.

O que há, porém, é uma novidade na construção argumentativa do autor que não deve ser ignorada porque nos ajuda a entender sua trajetória no processo da Revolução. No momento do debate com Raynal, o que se nota a partir das percepções, do modo de escrita, das fontes, das estratégias argumentativas, do ponto de partida, dos debates que almejava explorar, é que o Thomas Paine da Carta ao abade era um Paine comprometido com o governo continental, um *insider*, por assim dizer. Se em *Common Sense*, como vimos, seus pressupostos são de alguém efetivamente *out-of-door*, este tinha fontes exclusivas, informações confidenciais, e estava empenhado em defender as decisões dos encaminhamentos na guerra contra a Grã-Bretanha, algumas vezes inclusive com argumentos não exatamente coerentes com sua postura rebelde de 1776.

Como mostramos no primeiro capítulo desta tese, Thomas Paine ganhara notoriedade no cenário colonial revolucionário a partir das radicais elaborações de *Common Sense*. Essas ideias dialogavam, naquele período, com a ambição dos *out-of-door* da Pensilvânia, movimento de radicais que pressionaram e, por fim, derrubaram a elite colonial do controle da Assembleia, e se dispuseram a levar adiante um modo de organização social cujo poder fosse efetivamente amparado no autogoverno, ainda que mediado pela representação. *Common Sense* tinha autonomia em relação ao movimento, era mais autoral do que propriamente um manifesto, mas ainda assim, foi rapidamente compreendido pela elite então estabelecida como parte da mesma ameaça. O projeto mais bem-acabado desse grupo havia sido organizado na Constituição de 1776 da Pensilvânia, que tão logo fora elaborada, recebeu severos ataques da antiga aristocracia que permaneceu na Filadélfia, mas também de grupos independentistas enriquecidos que viam no projeto uma ameaça.

A visão organizada pelo autor em *Common Sense*, obra que agora ecoava nos salões europeus como expressão de todo o movimento independentista, era muito mais específica e localizada no movimento radical da Pensilvânia do que uma ideia geral que mobilizara os treze estados à independência. Entusiasta da ideia de pensar a América como uma só, Paine teria de lidar com uma realidade que confrontaria precisamente os dois pilares fundamentais de sua mais famosa obra. O republicanismo radical e o nacionalismo americano, já a partir do final da década de 1770, pelas distintas correlações de forças nos demais estados recém-independentes e os desdobramentos sociais da guerra, se mostraram projetos rivais.

A partir dessa questão, é possível afirmar que há uma trágica ironia em seu debate com o abade Raynal porque ele se dá precisamente naquele período em que a União e a centralização de “poder nacional” limitava a capacidade de autogoverno da maioria daqueles que se empenharam na guerra da independência. Enquanto Paine assentava as bases do debate sobre a Revolução com um importante personagem do iluminismo francês, e se permitia aos caprichos de sofisticar a elaboração e o rigor da exposição, atentando para a excepcionalidade da liberdade americana, era justamente o caráter libertário e transformador do movimento revolucionário que sofria os mais severos golpes.

Quando se tornaram opostas as ideias de republicanismo radical e da centralidade americana, Paine, que pensava os dois como parte do mesmo argumento político independentista, se viu numa difícil encruzilhada cujo o resultado ainda hoje é intrigante. O final da guerra da independência e a situação social que se encontrava no início da década de 1780 acabaram por transformar a postura do autor, que procurou guarida nos braços dos homens mais poderosos do “governo continental”, emprestando sua pena a o que havia de mais elitista e conservador no contexto. No momento em que “a vida e a alma” da Revolução, para usar o termo de Jefferson, se tornavam seus eventos intramuros e a deliberação das enriquecidas elites coloniais, e na medida em que a *lower sort* perdia sua força para levar adiante os seus anseios, Paine, indiscutivelmente o grande autor do radicalismo de 1776, se enfileirava ao lado daqueles que mais temiam que o mundo começasse de novo. A segunda parte deste capítulo vai mostrar como Thomas Paine se tornou este *insider* “continental” e como sua interpretação sobre a Revolução Americana expressa na resposta a Raynal exprimiu esta nova condição.

\*\*\*

A imagem da contenda entre a colônia oprimida no caminho de forjar um tipo especial de liberdade contra a metrópole aristocrática opressora, cujos termos o próprio Raynal incorporava de Paine, obscurecia, já em 1782, uma outra História da Revolução Americana que se desenvolvia no interior de suas fronteiras. Enquanto a elite enriquecida encontrava na centralização nacional e no controle elitista das instituições decisórias o modo de levar adiante o seu projeto de sociedade americana, as maiorias sociais experimentaram a estranha sensação de serem oprimidos pelo próprio sistema político que ajudaram a forjar. Na segunda parte deste capítulo, vamos mostrar como Thomas Paine, de modo contraditório com a sua trajetória política, tomou o partido dos interesses defendidos pela elite na complexa trama de relações estabelecidas no pós-Independência. Esse processo acabou por excluir os setores populares radicalizados de 1776 da arena política, uma derrota que garantiu a hegemonia conservadora e oligárquica na direção dos Estados Unidos pelo menos até a década de 1790.

Para recuperar essa trajetória, partiremos de um de seus momentos mais simbólicos e, também, um dos mais dramáticos: o assim chamado *Fort Wilson Riot*. Compreenderemos, a seguir, este evento como um episódio ilustrativo da correlação de forças da Pensilvânia revolucionária porque ele, de modo sintético, reuniu, na mesma tarde, as mais importantes forças sociais que disputavam o poder no Estado. A reconstrução deste evento nos ajuda, com o recurso da digressão, a sinalizar as motivações, os interesses e as alianças dos grupos que aspiravam ditar os rumos da *Commonwealth*. Essa importante manifestação na Pensilvânia independente ocorrida em 4 de outubro de 1779, levada adiante pela milícia da Filadélfia, no ritmo dos acontecimentos de uma única tarde, se transformaria numa batalha de guerra civil, colocando frente a frente americanos independentistas que defendiam lados diferentes dos projetos de sociedade então colocados.

Em princípio, a motivação dessa manifestação poderia ser mais facilmente compreendida a partir da lógica da imagem da guerra da independência geralmente conhecida: os inimigos contra quem os soldados ambicionavam levar consequências eram os *tories* “leais” ao rei. Eles haviam apoiado a campanha britânica que levou à ocupação da Filadélfia entre 1777-1778, um episódio importante da guerra que nos ajuda a perceber a forte presença de aliados britânicos insatisfeitos com os rumos do novo governo independente mesmo em uma cidade que se tornara capital do esforço independentista continental. Em 1779, um ano depois da retirada inglesa, vários destes ainda permaneciam

na cidade e mesmo os que haviam partido em fuga junto com os britânicos, deixaram para trás posses, esposas e filhos.

Como mostrou Countrymen (1985, p.148), a “lealdade” ao império contra a Revolução poderia se mostrar e ser sentida de diferentes modos. Fosse a partir da resistência de um escravo que fugiu e lutou contra o ex-dono pelas promessas de liberdade garantida pelos ingleses; fosse por um pequeno agricultor, que não compartilhava dos interesses dos grandes senhores de terra onde a revolução era capitaneada por eles, caso sobretudo, mas não só, das colônias do Sul. Casos desse tipo auxiliam a apresentar um quadro cuja atuação das classes populares no processo foi mais complexa do que um esquema pode sugerir. Com relação à elite endinheirada, também é impossível trabalhar com generalizações. Se parte dela foi independentista em diversos locais, interessada em lucrar com o processo, em outros, os homens ricos atuaram com a intenção de frear o ímpeto dos radicais revolucionários. Neste último caso, o historiador lembra dos *leais* mercadores que controlavam os portos e que fizeram muito dinheiro com movimentações de importação e exportação intimamente ligadas aos negócios com comerciantes da Grã-Bretanha e das suas demais colônias, lucrativa relação que a Revolução certamente ameaçava. Outro caso flagrante nesse sentido foi o da elite *quaker* da Pensilvânia, que no auge da tensão pré-revolucionária reivindicou a doutrina religiosa da não-violência para exigir obediência à Inglaterra, o que foi recebido com duras críticas pelo movimento radical, cuja melhor resposta fora provavelmente a de Thomas Paine: “não vivemos em um mundo de anjos<sup>187</sup>” e “a não ser que o mundo todo faça o mesmo, o assunto acaba, eu pego meu mosquete e agradeço aos céus por tê-lo posto em minhas mãos<sup>188</sup>”.

No final de setembro, provavelmente no dia 27, a milícia da Filadélfia se reuniu na *Burn's Tavern* e deliberou que fossem exiladas as esposas e crianças daqueles que haviam fugido junto com os britânicos, com a alegação de que elas estavam abastecendo uma rede de informações para os inimigos. A ideia era levar adiante uma decisão geralmente aceita, mas que a elite política do Estado independente não cuidara de executar, uma lógica de pensamento similar aos dos *out-of-door* no período anterior à tomada do poder. No entanto, esta medida encontraria uma barreira nas próprias fileiras radicalizadas da milícia, uma vez que o oficial escolhido pelos próprios soldados para liderá-los nesta execução de plano, Charles Wilson Peale, um líder entre os

---

<sup>187</sup> Thomas Paine, Thoughts on Defensive War, Pennsylvania Magazine, July [1775], 1945 (II), p.52. Sobre isso, ver De Paula (2017).

<sup>188</sup> Idem, p.53.

“constitucionalistas”, não concordou com a decisão e se esforçou em convencê-los a mudar de ideia, alegando as dificuldades e os perigos da empreitada. A julgar pela não realização da operação de exílio das esposas e crianças, Peale parece ter sido bem-sucedido em seu intento, que não terminara, porém, por frear o ímpeto dos soldados. O comitê organizado por eles marcou para a manhã do dia 4 de outubro outra reunião, clamando pela participação de todos os membros da milícia. Nessa nova investida, atendendo ao chamado da direção, um bom número de homens compareceu na reunião onde depois de uma discussão, decidiu-se pelo exílio de quatro ricos *tories* da Pensilvânia: John Drinker, Buckridge Sims, Thomas Story, Matthew Johns, além do pintor considerado traidor, Joseph Wirt. Novamente desencorajada por seus oficiais, desta vez a operação foi levada adiante pelos soldados da milícia, que decidiram seguir até a casa de cada um dos homens que deveriam ser expulsos da Pensilvânia independente<sup>189</sup>.

Não era, certamente, uma trivialidade, que cerca de duzentos homens organizados em milícia que participaram de confrontos armados na guerra da independência caminhassem pela cidade com habitantes presos a fim de deportá-los ou expô-los ao ridículo, num exercício de força punitiva expiatória em relação à recente ocupação da Filadélfia. Ainda assim, essa imagem compõe parte de uma lógica relativamente compreensível na interpretação mais conhecida da guerra da independência, eternizada pelos manuais e pela historiografia mais tradicional, aquela que opõe objetivamente no centro da narrativa a ideia da metrópole tirana contra a colônia insurreta. No entanto, havia um elemento que, ao mesmo tempo que radicalizava a ambição dos revolucionários da milícia por punição, também embaçava as diferenças entre os *tories* e a elite independentista enriquecida da cidade: a noção de que havia homens lucrando durante e em função da guerra. E foi precisamente esta percepção que transformou a repulsa aos *tories* de 4 de outubro de 1779 em uma batalha de guerra civil.

Como vimos no final do primeiro capítulo, quando os radicais *out-of-door* tomaram o poder na Pensilvânia em 1776 e conseguiram esboçar a sua própria

---

<sup>189</sup> As informações que compuseram este parágrafo estão disponíveis em Rosswurm (1987) e Alexander (1974). Até onde esta pesquisa conseguiu rastrear, foram estes os dois autores que se dedicaram a estudar o *Fort Wilson Riot* mais dedicadamente, com riqueza de detalhes e rigor historiográfico. No sentido geral e nas grandes questões colocadas pelo evento, a posição de ambos é bastante próxima, mas, ainda assim, algumas divergências em pontos específicos aparecem. Na narração exposta neste parágrafo propriamente dita, Rosswurm afirma que os nomes dos cinco que deveriam ser exilados já estavam disponíveis na véspera, enquanto Alexander trabalha com a ideia de que havia um documento que não resistiu ao tempo, uma *handbill*, que fora elaborada no próprio dia 4 onde constava três dos cinco nomes. De qualquer modo, nossa redação preferiu não entrar em pontos de eventuais problematizações uma vez que, ao nosso ver, as discordâncias não prejudicam o cerne do evento que queremos ressaltar em nossa análise.

Constituição, eles criaram as bases para a disputa de poder no Estado, tirando das tradicionais oligarquias *quaker* e proprietária o domínio sobre a Assembleia. Isso não significa dizer que eles derrotaram toda a elite colonial, que lucrava com os negócios com a Inglaterra e se via satisfeita com os vínculos estabelecidos. No Estado independente, as forças e alianças se transformaram, e mal a Constituição da *Commonwealth* foi divulgada, já havia resistência entre os setores mais tradicionais, daqueles que não deixaram a província com a derrota política, e mesmo parte relevante dos independentistas e ascendentes que formavam o grupo de mais ricos. De acordo com Countryman (1985), a independência reuniu muitas forças sociais que tinham projetos distintos de sociedade, em coalizões pautadas por interesses pessoais, de classe e regionais, e tão logo ela foi conquistada, as primeiras cisões já passaram a ser percebidas. Isso significa reconhecer que havia muito pouco em comum entre os independentistas além de uma ideia básica de que as colônias deveriam ser independentes da Grã-Bretanha e, desse modo, que seu sistema de governo não poderia ser monárquico, mas republicano.

Aqui uma reflexão se faz necessária. Uma vez que ramos prestigiosos da historiografia da segunda metade do século XX e início do XXI, bem como áreas específicas da filosofia e da ciência política, venham se esforçando em explorar os chamados republicanismos nos processos políticos europeus e americanos do século XV em diante e explorar eventuais continuidades e rupturas<sup>190</sup>, é nossa parte dizer que essa discussão com relação a este contexto aqui estudado traz algumas sinuosidades. Com relação especificamente ao debate colocado na Pensilvânia, é muito difícil encontrar alguma coerência sobre o “republicanismo” disposto nos projetos então colocados em disputa. Nem sequer o parâmetro estabelecido pelos revolucionários americanos acima descrito por Countryman é exatamente adequado porque havia uma certa noção a partir do arranjo inglês, defendida inclusive por Thomas Paine, que a monarquia constitucional tinha “traços republicanos”, e eram precisamente estes que garantiam a liberdade.

---

<sup>190</sup> O debate proposto a partir da década de 1970 sobre “republicanismos”, que tem como eixo de abordagem as relações entre a “História” e “Teoria Política”, ainda hoje recebe entusiasmada atenção na Academia, sobretudo de pesquisadores especializados nos estudos da Política Moderna. Não é nossa intenção dedicarmo-nos a esta discussão, sobre a qual uma série de pesquisadores já se debruça há tempos. A menção aqui se fez necessária tão somente no sentido de dizer que especificamente no contexto e no autor aqui estudados, buscar linhas argumentativas filiando-se nesta ou naquela “tradição” delimitada do que quisermos nomear “republicanismo” pode enfraquecer a compreensão de um processo sinuoso e repleto de contradições e indeterminações. Neste ponto, nossa percepção deste debate se alinha com a crítica estabelecida por Ellen M. Wood ao longo de sua trajetória de pesquisas na Teoria Política, especialmente organizadas em *Citizen to Lords* e *Liberty and Property* (ver WOOD, 2008; 2012).



Na Revolução Americana, a república poderia significar, como em *Common Sense*, a radicalização da participação popular nos processos decisórios, um governo do povo, para o povo e pelo povo, ou precisamente, o seu contrário. Em função disso, temos tentado, ao longo desta tese, ao adjetivar o termo “republicanismo radical” de Paine, atentar para a insuficiência desta palavra solta para explicar os projetos políticos colocados no processo. Isso porque, se de um lado é impossível ler *Common Sense* sem sublinhar o seu entusiasmo pelas ideias de república, de outro, é inconsequente aproximar as ideias ali propostas ao projeto republicano que se tornou hegemônico na década de 1780. Pensamos o republicanismo colocado naquele período como um pressuposto apresentado pela conjuntura. Não fazia sentido que os conservadores ambicionassem o estabelecimento de uma monarquia na Pensilvânia ou, menos ainda, nos Estados Unidos, fosse por linhagem, fosse por restauração do controle britânico. República, como oposição à monarquia, era, portanto, uma premissa, não um valor. O seu conteúdo cambiava de grupo de interesse para grupo de interesse, uma vez que cada um destes usava a mesma palavra para defender coisas absolutamente distintas.

O maior exemplo para explicar esse problema talvez seja a *Republican Society*, fundada no início de 1779, que trazia em seu projeto um “republicanismo” mais parecido com o que dominaria os Estados Unidos em suas duas primeiras décadas de independência. O grupo, que reuniu 82 homens da elite da Pensilvânia independente em seu lançamento, era composto por alguns líderes vinculados às oligarquias *quaker* e proprietária do passado e por um grupo de mercadores que experimentara ascensão social relativamente recente e não parara de lucrar mesmo depois da tomada de poder pelos radicais de 1776. Nesse grupo, as lideranças modernas eram hegemônicas, a exemplo do mercador e especulador financeiro Robert Morris e do advogado James Wilson, embora fosse Richard Bache, o genro de Benjamin Franklin, o líder formal da facção.

Para se ter uma ideia do caráter de classe do grupo, de acordo com Rappaport (1996, p.125), oito dos nove homens mais ricos do Estado faziam parte da sociedade que viu, a partir de 1779, a necessidade de enfrentar de modo declarado e organizado o caráter popular da Constituição da Pensilvânia<sup>191</sup>. Como assentiu o biógrafo de Morris, Rappleye (2010, p.192), que tem animada simpatia pelo papel desempenhado pelo financista na Revolução, a escolha do nome do grupo fora estratégica – as palavras que ele usa, na verdade, são até menos sutis, “*artfully*” e “*cynically*” - uma vez que reivindicava a noção

---

<sup>191</sup> Sobre seu caráter popular, ver parte final do capítulo 1.

de república para sugerir que os moderados também partiam desse pressuposto estabelecido pela política da época. A lógica da argumentação colocada era acusar a radical e popular Constituição de 1776 de tirânica precisamente por suas garantias de poder popular, representação e autogoverno.

Desse modo, nota-se que a disputa política que se desenhava na Pensilvânia de 1779 não só não pode ser compreendida pela chave explicativa colônia contra metrópole, como também torna mais complexa noções duais geralmente aceitas, como república contra tirania ou aristocracia ou monarquia. A elite “republicana” que afrontava o arcabouço constitucional desenhado pelos radicais de 1776 era também “americana”, ainda que suas posições e práticas sociais, ou, ainda, os seus modelos de negócio e suas ambições pelo lucro durante a guerra os aproximassem mais daqueles *tories* já exilados em New York, Canadá ou na Grã-Bretanha. Assim, estavam mais próximos desses *tories* do que propriamente da aliança social entre os pequenos lavradores do interior e os artesãos e mecânicos da cidade, grupos sociais que permitiram a tomada da Assembleia três anos antes. Isso talvez explique porque, no início da tarde de 4 de outubro, quando a milícia atravessou a cidade para buscar em casa os ricos *tories* que visavam exilar, os homens da *Republican Society* não se animaram pelo entusiasmo dos soldados independentistas expulsarem inimigos de uma guerra que sequer havia sido vencida, mas, na verdade, temeram pela própria segurança.

Essa parte do episódio não foi devidamente explicada à época, e, dois séculos e meio depois, não há elementos ou documentos irrefutáveis que sustentem uma explicação definitiva sobre o rumo dos eventos. Há, porém, alguns pontos de contato na interpretação daqueles que mais dedicadamente estudaram o ocorrido: tanto Alexander (1974), quanto Rosswurm (1987), baseados em diários e relatos que resistiram ao tempo, explicam que um general respeitado pela milícia, Thomas Mifflin, que pouco tempo antes se associara à “sociedade republicana”, procurou, em meio à travessia, o então líder da manifestação, capitão Ephraim Faulkner, para saber qual seria o trajeto e os intentos dos soldados. Não há nada que comprove que ele tenha ouvido qualquer resposta que sinalizasse uma investida contra a casa de James Wilson, cena do conflito de mais tarde (os relatos, em geral, dizem o contrário, que os soldados da milícia disseram não planejar atacar casa alguma). Outro fato que ambos historiadores resgatam deste diálogo entre Mifflin e Faulkner é que, em meio à conversa, um outro membro da milícia, não se sabe por quais motivos, empurrou o general com o mosquete.

A ação que se seguiu não tem explicação nítida. Pode ter sido porque circularam boatos de que Wilson estaria na lista de exilados, ou porque a lista foi compreendida pelos ricos da cidade como uma caçada aos homens enriquecidos com os negócios da guerra, ou, ainda, em função do tratamento violento que recebeu na manifestação. Fato é que Mifflin, acuado pelos boatos ou pelas informações, depois da confusão, se reuniu com outros membros enriquecidos da Pensilvânia, entre eles James Wilson, e, armados, organizaram uma defesa para uma eventual investida da milícia, solicitando também proteção à *First Troop Philadelphia City War Cavalry* (guarda da cidade formada pelos filhos dos membros mais ricos da Filadélfia e que atuava de modo independente da milícia) e ao adversário político “constitucionalista” Joseph Reed (presidente do Conselho Executivo da Pensilvânia, maior cargo político do estado à época).

A questão a ser explicitada na análise desse evento é que as elites tinham motivos para temer uma investida popular liderada pela milícia que lutava contra os britânicos pela independência. Não era exatamente por motivos “morais” que os soldados se opunham tão veementemente aos mercadores e comerciantes que lucravam com a guerra, mas porque a consequência de seu sucesso comercial era a penúria para os mais pobres agricultores, mecânicos e artesãos da Pensilvânia. Além da percepção de que os mercadores e comerciantes eram simpáticos aos *tories* porque não se empenhavam na guerra como faziam os mais pobres, havia o fato de que eles controlavam o comércio, a entrada e saída de produtos, bem como o preço de suas mercadorias.

Naquele contexto, a exportação de produtos que pudessem ser considerados necessários à população, bem como o aumento dos preços, eram percebidas como atitudes de traição, uma vez que sinalizava que os comerciantes e mercadores colocavam suas oportunidades de lucro acima dos interesses da Revolução. Em meio a esse campo minado de percepções, havia a questão do financiamento da guerra, com a impressão de papéis de dinheiro e títulos, estratégia que levou à inflação. De acordo com Foner (1976, p.161), no início da guerra, os preços de alimentos permaneceram estáveis, enquanto os que subiam eram os de chá, melão e rum, tendência que se inverteria a partir de 1778, quando o preço de farinha, trigo e milho dispararam nos armazéns. O historiador afirma que, em 1779, a inflação estava tão incontrolável que, de um mês para outro, os preços chegaram a aumentar 45%, um movimento que não era contextual, mas formava parte de uma lógica tendencial: em 1779, os preços eram sete vezes maiores que os de 1777.

Dentre as estratégias de enfrentamento político encontradas pelos mais pobres para lidar com este problema estiveram o controle de preços, a organização de comitês e

as constantes denúncias dos aproveitadores da guerra, muitas vezes *tories*, mas as vezes mesmo representantes políticos no Congresso Continental, submetidos a investigações. Especificamente nesse debate que é imediatamente anterior à tarde de 4 de outubro de 1779, Thomas Paine esteve sempre ao lado da Constituição de 1776, o que significava, naquele contexto, a carta que expressava a correlação de forças do momento mais radical da Revolução. Como adequadamente apontou Battistini (2008, p.145), sua querela com o operador comercial que terminara com sua demissão da secretaria do Comitê de Relações Exteriores foi travada precisamente nesses termos, ao denunciar o oportunismo daquele em lucrar com as negociações de compras de guerra e pode ser compreendido como parte dessa lógica de resistência.

Portanto, essa não era uma discussão abstrata sobre doutrinas ou valores filosóficos gerais, mas sobre relações de poder político bem delimitadas e, no embate, lembra bem Rappleye (2010, p.182-184), Paine levantou suspeições sobre as negociatas ao redor do principal responsável por lidar com as compras de guerra no Comitê Secreto criado para operações “classificadas” sobre a guerra, o delegado da Pensilvânia no II Congresso Continental, Robert Morris. A situação se tornou constrangedora a tal ponto que obrigou Morris, o mesmo homem que em 1779 lideraria a *Republican Society*, a vir a público explicar os negócios que tinha com o especulador acusado criticado por Paine.

É a partir desse ambiente de conflito entre os distintos interesses de classes no contexto da Revolução Americana que Thomas Paine escreveu, na primavera de 1778, a Henry Laurens, então presidente do Congresso Continental. Quando a elite independentista, ainda em guerra, rascunhava um modo de governo representativo baseado na busca do equilíbrio das forças de cada Estado em um governo central interestatal, Paine se preocupava em situar o debate sobre a formação do novo sistema político a partir de uma perspectiva de posição social, ou, em suas próprias palavras, “*classes and merits*”. Nas mesmas bases que marcara seu radicalismo de 1776, Paine defendia que o novo sistema de governo representativo deveria levar em conta a relevância social de cada classe, e essa se dava não pela sua riqueza, ou por seu prestígio, mas por sua importância no modo de organização da produção e manutenção das necessidades básicas e da promoção das comodidades da vida. No final, ao notar que em seu esquema, não havia espaço para a sua profissão, reafirmava o seu compromisso com o movimento popular, criando uma alcunha romântica:

A primeira classe útil de cidadãos são os *lavradores* e agricultores. Esses podem ser considerados cidadãos de primeira necessidade, porque todas as coisas vêm originariamente da terra. Depois desses, estão as várias *orders* de manufatureiros e mecânicos de todos os tipos. Esses se diferem da primeira classe no fato de que contribuem mais com a comodidade do que com as primeiras necessidades da vida. Em seguida estão aqueles chamados mercadores e comerciantes. Esses são convenientes, mas não importantes. Eles não produzem nada por conta própria como as primeiras duas classes, e empregam seu tempo negociando uma coisa por outra e vivendo de seus lucros. Talvez você diga que nessa classificação de cidadãos, eu não deixei nenhum espaço para mim; eu não sou um lavrador, um mecânico, um mercador ou mesmo um comerciante. Eu acredito, no entanto, que eu pertencço à primeira classe. Sou um *lavrador dos pensamentos*, e toda a minha colheita eu distribuo<sup>192</sup>.

A *Republican Society*, que fora criada precisamente para organizar e dar coerência programática ao interesse dos ricos da Pensilvânia, via na regulação popular de seus negócios, fosse nos comitês de controle de preços ou nas investigações às quais eles submetiam os mercadores, garantidos pela Constituição, o maior entrave para a segurança de seus lucros. Pouco mais de seis meses depois da sua criação, ela conseguiria um importante sucesso: ainda sem capacidade de destronar os “constitucionalistas”, os ricos mercadores e comerciantes pressionaram e boicotaram as medidas estabelecidas pelo comitê, que não conseguiam, de fato, serem efetivas para garantir a regulação do mercado. Advogando ser um enfrentamento ao direito à propriedade, os “republicanos” se opuseram à ideia de controle de preços como se esta fosse uma tirania e conseguiram, em setembro, que o comitê que atuava na regulação fosse suspenso. Eric Foner (1976, p.169-74) afirma que mesmo Paine, como vimos, inegavelmente até então alinhado com o interesse dos mais pobres, estava convencido de que o controle de preços não era a medida mais adequada. Quando saíram às ruas semanas depois para exilar os inimigos listados como traidores ou conspiradores, os soldados da milícia tinham essa derrota muito recente na memória: *tories* ou independentistas, os ricos tinham interesses muito parecidos entre si, e muito diferentes dos da maioria da população. Para piorar, naquela tarde, os homens da elite estavam armados e dispostos a enfrentar, ainda que por medo e em posição de defesa, os soldados da milícia da Pensilvânia, expressão popular da Revolução de 1776.

James Wilson tinha ainda um motivo especial para temer a perseguição da milícia. O advogado “republicano” atuara como uma referência intelectual contra a Constituição de 1776 na imprensa e na política e pressionara junto com seus parceiros da *Republican*

---

<sup>192</sup> Thomas Paine, To Henry Laurens, Spring [1778], 1945 (II), p.1142.

*Society* de modo decisivo para a extinção do Comitê que controlava os preços. Além disso, como afirmam Rappleye (2010, p.204-205) e Foner (1976, p.176), Wilson emprestara seu celebrado talento no Direito – que mais tarde o levaria à Suprema Corte - para defender, um ano antes, dois *tories* acusados de ambicionarem lucrar de modo injusto durante a guerra. Sabendo disso, é mais fácil compreender porque foi na casa de Wilson que se reuniram os ricos “republicanos” da Pensilvânia, aguardando a investida da milícia ao lado dos companheiros de classe.

Para transformar a sua casa no “Fort Wilson”, o advogado mandou sua mulher grávida e seus filhos para a casa de familiares de Robert Morris, e chamou uma série de aliados com certa experiência militar para compor o grupo de cerca de 30 homens armados prontos para uma eventual defesa. Recuperando extensa documentação com relatos da época, o historiador Page Smith (1954, p.182-183) conseguiu listar, entre eles, o coronel Stephen Chambers, oficial da milícia e membro Supremo Conselho Executivo da Pensilvânia, William Thompson, que fora comandante de um batalhão no condado de Cumberland, Mark Bird, cunhado de James Wilson que liderou um batalhão no condado de Berks, o coronel Sharp Delany, um amigo pessoal de George Washington que, naquele momento, cumpria mandato como delegado na Assembleia da Pensilvânia e o capitão George Campbell, um oficial do exército continental que perdera um braço na batalha de Staten Island, em agosto de 1777. Dos nomes da lista dos que “defenderam” o “Fort” recuperada por Smith, porém, os que chamam mais atenção são os pesos pesados da *Republican Society*, George Clymer, Thomas Mifflin, Robert Morris e, o “anfitrião”, James Wilson.

Ainda que não fosse o intento original da milícia atacar a casa de James Wilson, o cenário estava desenhado para a escaramuça. Tornou-se debate já à época, e é o tipo de problema que o tempo não ajudou a explicar, a questão sobre de quem teria partido a iniciativa do combate. Tanto Alexander (1974) como Rosswurm (1987) concordam que não há indícios de que a ideia de atacar a casa de Wilson fora premeditada. Segundo Rosswurm (1987, pos.2732), a marcha – que depois de capturar os que queria exilar avançava pela cidade – representava, na verdade, uma expressão de poder da milícia, que, naquela tarde, tentava mostrar ser capaz de agir por conta própria, levando adiante consequências aos que se colocassem contra os seus anseios. Os dois historiadores recuperam relatos da época que explicaram que o ataque só teria acontecido depois que o capitão Campbell saíra na janela, ou a provocar ou a atirar contra os soldados, logo depois

que estes, aos moldes de quem festejava uma vitória militar no século XVIII, empolgaram-se com três *cheers* muito próximos à casa de Wilson.

De qualquer modo, um ponto em que os estudiosos concordam é a impossibilidade de saber exatamente como o ataque começou e quem atirou primeiro. O fato é que Campbell, ou por sua provocação ou por seus disparos, se tornou a primeira vítima do *Fort Wilson Riot*, alvejado pelos soldados na primeira série de tiros contra a casa do advogado. A batalha durou cerca de dez minutos, sem que a milícia conseguisse invadir a morada dos “republicanos”, num confronto que causou mortos e feridos (aqui, os números também são imprecisos, mas as narrações sobre o evento costumam indicar algo entre três a sete mortos, e de 17 a 19 feridos, com maiores perdas para o lado da milícia). A batalha foi interrompida pela chegada do presidente do Conselho Executivo da Pensilvânia, o constitucionalista Joseph Reed, que acompanhado da aristocrática *First Troop Philadelphia City War Cavalry* e alguns soldados do exército continental, irrompeu à cena exigindo a prisão de todos os que estavam armados. Estes cumpriram parcialmente a ordem, prendendo apenas soldados da milícia.

Doze dias depois, Thomas Paine escreveria, no *Pennsylvania Packet*, dando sua interpretação sobre o fato, que ele chamou de “protesto do lado de fora da casa de Wilson”. Buscando encontrar uma argumentação de consenso após o confronto e os tenos dias seguintes à batalha, ele criticava os dois lados da contenda para terminar encontrando uma síntese que organizasse um argumento de coesão, e não de conflito, na relação entre as classes que disputavam poder no Estado. Era uma disputa entre amigos, chegou a argumentar. Para isso, celebrava duas medidas que foram aprovadas na sequência do ocorrido, a primeira tinha relação com o apoio às famílias das vítimas do embate na casa de Wilson, e a segunda provavelmente fazia menção às propostas de distribuição de farinha para os setores que mais padeciam na crise. No texto, é possível encontrar coerência com as ideias que organizara desde sua radicalização de 1775 em diante e a crítica que fazia à postura dos *gentlemen* reunidos no “Fort” no 4 de outubro. Defendendo o argumento de que não havia “o menor sinal para concluir que qualquer um que foi até lá tivesse a menor razão para estar apreensivo com sua própria segurança<sup>193</sup>”, Paine ironizava Wilson, segundo ele, aquele “que nunca se armou quando o país estava

---

<sup>193</sup> Thomas Paine, Response to the Riot Outside James Wilson’s House. *Pennsylvania Packet*, October [1779], 1995, p.220.

em perigo” e se organizava agora para trazer perigo à cidade numa atitude descrita como: “inconstitucional e inamistosa, um desrespeito às leis do Estado e à paz na cidade<sup>194</sup>”.

No entanto, ao mesmo tempo que notamos a manutenção da postura crítica aos *gentlemen* pouco envolvidos nos esforços de guerra, uma tendência em sua produção precedente, e a reafirmação do compromisso com a Constituição, o incidente na casa de James Wilson marca, pelo menos na trilha que esta pesquisa conseguiu rastrear, uma novidade na postura de Paine em relação à capacidade popular de agir politicamente. Ao mesmo tempo em que o autor considerou a marcha e a tentativa de exílio como um ato bem-intencionado de soldados incitados por amplo apoio popular a uma investida que expressava “um apego à causa de um país ferido<sup>195</sup>”, a medida carecia, ao seu ver, de uma autorização, um consenso oficial, coisa que só poderia vir da política *indoor*.

Deste modo, Thomas Paine, pela primeira vez, se afastava de suas ideias mais radicais de 1776. Se antes, o autor ganhara notoriedade expressando a possibilidade dos *out-of-door* de governar e elaborando uma argumentação cuja síntese se amparava numa demanda radical por um republicanismo popular, agora, ele esboçava uma explicação que conferia pouca autonomia aos soldados da milícia: “aqueles cujo talento é para agir, raramente são muito devotados ao *deliberate thinking*<sup>196</sup>”, uma frase que sintetizava, numa só expressão, o afastamento entre os “constitucionalistas” radicais e a base que os tornara líderes na Pensilvânia. Assim, naquele contexto, especificamente, o autor de *Common Sense* aproximava a sua interpretação à dos “constitucionalistas” como Peale, que concordavam com os méritos, mas não apoiavam, por motivos políticos diversos, as ações da milícia.

Como vimos, embora pudesse haver espontaneidade e paixões na atuação dos soldados, ela não era inconsequente do ponto de vista político, mas, ao contrário, tinha uma orientação clara: o desejo por autonomia. A investida da milícia significava, na verdade, que a liderança daqueles que defendiam a Constituição de 1776 não estava sendo

---

<sup>194</sup> Id.

<sup>195</sup> Id., p.219.

<sup>196</sup> Id. Com a tentativa de ser mais fiel ao que o autor tentava expor, optamos por não traduzir a expressão utilizada por Paine, “*deliberate thinking*”, um termo usado na época geralmente para descrever o modo de pensar racional e organizadamente. Situada no contexto, a afirmação é bastante relevante. O autor de *Common Sense* defendia, num momento em que as classes populares entravam em embate com os ricos independentistas, que estes o faziam impulsionados pelo desejo por ação, uma vez que, por serem homens da prática, não eram capazes de pensar racionalmente. Essa separação entre formulação e ação se aproximava mais com a noção predominante entre os aristocratas da época do que com tudo que Paine defendeu ao longo do processo revolucionário. Era a versão de Paine para a afirmação de John Adams sobre ele mesmo: bom para destruir, ruim como arquiteto.



capaz de satisfazer as necessidades de sua base social. Foi a atitude, ou, digamos, a ponderação, dos “constitucionalistas” que afastou sua base. Foi legitimamente em nome da população que sofria com a severa carestia decorrente das consequências da guerra, que chegavam às camadas populares com maior gravidade do que os setores médios e a elite mercantil, que a milícia marchou.

A estranha tarde daquele 4 de outubro terminava de um jeito inesperado. O líder constitucionalista, representando a *Commonwealth*, erguida com os mosquetes dos setores populares radicalizados em 1776, invadia uma cena de confronto armado entre os pobres da milícia contra os ricos da cidade acompanhado por uma força militar com trejeitos aristocráticos ligada à elite. Mais do que simplesmente indicar a traição, isso sinalizava o fim de um período. O episódio do “*Fort Wilson Riot*”, que ganhou esse nome apesar de nem a casa de Wilson ser um forte, nem a marcha da milícia um simples protesto, serve como uma espécie de marco do afastamento das lideranças políticas “constitucionalistas” da base que permitiu que eles enfrentassem as oligarquias *quaker* e proprietária no passado, e assegurassem suas posições apesar da sede de poder das novas forças do pós-independência, ali organizadas ao redor do *Republican Party*.

É importante deixar claro, um afastamento de dupla-direção: naquela tarde, os “constitucionalistas” se enfileiraram ao lado da oposição para reprimir um movimento popular, mas, precisamente porque os soldados levaram adiante suas deliberações apesar de não gozarem de apoio daqueles que, em tese, eram seus representantes políticos. Em uma análise perigosa porque incorpora a diferença entre pensar e ação sugerida por Paine, o historiador Eric Foner (1976, p.178) afirma que o evento pode ser pensado como a maior virada da história do radicalismo popular da cidade, separando o que ele chama de a liderança radical da “*artisan-intelligentsia*” das atividades de massa dos setores de trabalhadores mais pobres.

Não há respostas simples para a compreensão desse processo, mas o brilhante trabalho do historiador Terry Bouton (2007, p.64-65) toca naquilo que, ao nosso ver, pode ser a questão fundamental. Como explica o autor, progressivamente, o grupo *out-of-door*, que fora majoritariamente responsável por organizar a Constituição de 1776, fosse por frustração pelas incumbências do novo cargo, fosse porque o contexto lhes propiciara a possibilidade da ocupação de postos militares, foi se afastando da Assembleia. Em seu lugar, ascendeu uma série de “constitucionalistas” menos entusiasmados com a participação popular do que os formuladores da Carta de 1776, em sua maioria ligada ao que Rosswurm (1987) chama de *middling sort*, espécie de setores médios do contexto.

Além disso, Bouton sinaliza também para um movimento de suavização na postura dos representantes, que na prática *indoor*, tinham de lidar com experiências e problemas diferentes daqueles dos tempos de comitê, e, na nova posição, muitas vezes o dissenso causado por demandas populares se mostrou como empecilho para os interesses do governo.

No entanto, não era só isso que estava em questão. Não deve ser desprezado o fato de que a emergência social de pequenos mercadores, agricultores bem-sucedidos ou mesmo artesãos que ganharam contratos governamentais para suprir o exército, criou, entre independentistas que se radicalizaram em 1776, um sentimento antipopular não só na prática política, mas nos modos e convívios sociais. Um sinal de que as forças sociais ao redor da Constituição eram mais frágeis naquele momento era precisamente a dificuldade que os comitês tiveram para levar adiante suas medidas de controle do mercado. A milícia não saiu às ruas por uma irracional sede de violência, mas porque tentava tomar para si a capacidade de deliberar em um assunto que a elite política seguira em outra direção.

Ainda que os soldados da milícia tenham conseguido, com a pressão exercida naquela tarde, como comentou Paine, a satisfação de algumas de suas necessidades básicas nos primeiros dias após a batalha, o episódio não marcou o triunfo de suas pautas. Um sistema de filantropia foi desenhado, mas insuficiente para lidar com a crescente carestia, que piorava como decorrência das medidas escolhidas para lidar com os custos da guerra, uma vez que elas privilegiavam a elite especuladora financeira. Esse processo de suavização pode ter garantido alguma estabilidade e sobrevivência para os “constitucionalistas” nas disputas com o grupo de Morris, mas o afastamento de sua base social e a aproximação nas práticas com os opositores da Constituição enfraqueceram ano a ano sua força política, até serem devidamente atropelados pelo projeto da elite. Se naquela tarde, os líderes da *Republican Society* se viram acuados, com trinta homens contra cerca de 200, salvos por um inimigo político, na década de 1780 foram eles que partiram ao ataque e, de modo bem-sucedido, destruíram arranjo político cujo poder estava mais acessível às camadas desprivilegiadas da população dentre aqueles construídos pelo movimento revolucionário independentista nas ex-colônias britânicas.

É dramático notar que quatro dessas figuras – dentre aquelas três dezenas de homens da elite da Pensilvânia que se afugentaram no “Fort Wilson” - comporiam, oito anos depois, a metade da delegação da Pensilvânia que assinou a “mais perfeita união” garantida pela Constituição de 1787 dos Estados Unidos da América: James Wilson,

Thomas Mifflin, George Clymer e Robert Morris. Estavam eles, portanto, entre aqueles sobre quem Adams e Jefferson discutiam nas cartas citadas no início deste capítulo, os que haviam sido “a vida e a alma” da revolução. Esses quatro são considerados hoje, como parte da mitologia que cerca o período, celebráveis “pais fundadores”. Enquanto isso, sobre a milícia restam, ainda que brilhantes, poucos estudos que visam recuperar sua trajetória<sup>197</sup>. A história da Revolução Americana se tornou a história dos seus homens de elite porque eles tiveram a capacidade de impor o seu projeto contra a maioria social que empunhara armas para enfrentar a Grã-Bretanha. De toda a América independente, nenhum homem teve papel mais decisivo para esse triunfo oligárquico do que o especulador financeiro Robert Morris.

O “financista da Revolução”, Robert Morris, já era, na década de 1760, um rico mercador da Filadélfia que acompanhava com reticência a radicalização do movimento colonial que, em breve, se tornaria independentista. Apesar disso, como não era propriamente ligado a nenhuma das duas oligarquias estabelecidas, tinha bom trânsito entre aqueles que queriam derrubar os *quakers* e os proprietários mais inclinados aos interesses britânicos. Ainda assim, sua riqueza se erguia a partir de uma série de importações e exportações, negociações triangulares entre a metrópole, a Pensilvânia, e as outras colônias, e por isso, as medidas populares de boicote comercial ao longo do processo foram sempre muito perigosas para seus ganhos. Em outro sentido, como explica o historiador Robert E. Wright (2008, p.61), os controles comerciais impostos pela Grã-Bretanha aos mercadores da colônia se mostraram, várias vezes, um impeditivo para o fluir dos negócios locais. Entre estes estavam os deste financista, como também os de outros comerciantes do mesmo porte. Aliás, pode-se encontrar inclusive um exemplo desta ingerência vinda de Londres com relação ao próprio Robert Morris, quando o Gabinete britânico impediu que ele levasse adiante o plano que desenhara com Thomas Willing, de quem fora aprendiz, de abrir um banco comercial na província, aos moldes dos que já se desenhavam na Europa há algum tempo<sup>198</sup>.

---

<sup>197</sup> Daquelas que nossa pesquisa conseguiu rastrear, a melhor obra já escrita sobre o tema nos parece ser *Arms, country and class: The Philadelphia Militia and the “Lower Sort” during the American Revolution, 1775-1783*, do historiador marxista estadunidense Steve Rosswurm (1987).

<sup>198</sup> Segundo Bodenhorn (2003, p.125-126), Robert Morris, em parceria com outros ricos mercadores da Pensilvânia, chegou a submeter, em 1763, uma proposta no *Privy Council* para a criação de um banco na colônia, mas sem obter êxito. Dois anos depois, com a implementação do *Britain’s Currency Act*, as esperanças da criação de um banco colonial foram devidamente sepultadas. Neste sentido, a ideia de que o banco tenha sido uma medida para os tempos de guerra precisa ser situada. Se é verdade que só houve consenso para a sua criação, e nos termos em que foi criado, em função das necessidades da guerra, a

Desse modo, é necessário compreender sua atuação como “independentista” com certa ponderação. Morris tinha tanto a ganhar quanto a perder com a Revolução e, por isso, não era exatamente um patriota revolucionário, mas um comerciante astuto. Talento para os negócios e para a política, mostrou, durante a década de 1770, grande habilidade para se situar ao lado oportuno do rumo dos acontecimentos e faturar com eles, fosse operando nas transações comerciais, fosse se situando próximo aos grupos de poder que pareciam mais promissores em cada contexto. Como explica o historiador Terry Bouton (2007, p.71), quando o movimento pela independência passou a atuar organizadamente, ele conseguiu se tornar o responsável pelo Comitê Secreto de Comércio, que controlava os gastos de guerra, usando a posição por diversas vezes em seu próprio interesse – chegando inclusive a usar a facilidade do cargo para transportar cargas privadas sem taxa para a Europa e as Índias Ocidentais. Suas estratégias de lucro foram criticadas e denunciadas diversas vezes – inclusive por Paine, como mencionamos anteriormente - e sua figura, na Pensilvânia, perante os setores populares, se tornou sinônimo daquilo que a população pobre envolvida na guerra mais desprezava. No entanto, o fato de ter se tornado um alvo dos radicais e de seus comitês, não impediu o seu sucesso comercial. Esta proximidade com as operações comerciais em tempos de guerra lhe transformara, ao final da década, provavelmente no homem mais rico da América, e certamente um dos mais influentes de todo o “continente”.

Essa influência se materializaria em poder deliberativo efetivo em 1781, quando em uma crise financeira, tanto a Confederação “Nacional” em guerra quanto o Estado da Pensilvânia recorreram ao seu socorro para financiar o governo. O Congresso Continental foi além e, de forma unânime<sup>199</sup>, nomeou Robert Morris para superintendente de finanças, função que lhe permitiria decidir sobre as questões de impressão de moeda, coleta de impostos, arrecadação para guerra e o direito de apontar ou dispensar oficiais ligados a qualquer agência de coleta ou gasto monetário do governo. Isso permitiu Bouton (2007, p.72) concluir que ele aglutinou tamanha capacidade deliberativa que nunca houve autoridade monetária comparável àquela desempenhada por ele naquele posto em toda história dos Estados Unidos. Seu biógrafo, Rappleye (2010, p.240), é igualmente superlativo, e afirma que a historiografia costuma tratar esta posição como equivalente à

---

ambição deste empreendimento como uma fonte de lucro já existia, para Morris e aliados, há pelo menos duas décadas.

<sup>199</sup> Rappleye (2010, p.240-241) lembra, porém, das abstenções de Samuel Adams e Artemis Ward, delegados de Massachusetts.

que se organizaria, depois, ao redor da Secretaria do Tesouro, o que não corresponde à relevância do cargo à época. Isso porque, argumenta o autor, Morris tinha, em um contexto de regime unicameral que o apoiara unanimemente, poder em todos os aspectos de governança da administração continental, com exceção à posição do exército no campo de batalha. Mais adiante, lembra o biógrafo, a Constituição guardaria o conjunto de funções ali desempenhadas por ele precisamente para o presidente dos Estados Unidos.

Com todo este poder que lhe fora investido, Robert Morris pôde, finalmente, colocar em ação o antigo projeto da fundação de seu banco comercial, de acordo com Rappleye (2010, p.249-250), apenas três dias após assumir o cargo. Essa iniciativa, definitivamente marcada pelo seu estilo de *enterprise*, era a mais importante de sua arriscada estratégia financeira de lucrar enquanto tentava recuperar a economia “continental”. À crise generalizada, cuja maior expressão era a hiperinflação, se somava o robusto custo dos esforços de guerra, que podem ser compreendidos em dois grupos orçamentários: o primeiro dedicado ao pagamento da dívida com os soldados; o segundo com relação aos fornecedores de materiais diversos necessários para o confronto, como armamentos, comida, munição, uniformes, entre outras coisas. O argumento de Morris, como explica, ainda que sem problematizá-lo, Doerflinger (1986, p.297), se organizava nas seguintes premissas: os problemas centrais da desvalorização do papel-moeda e a escassez de crédito poderiam ser resolvidos se as instituições governamentais empoderassem os empreendedores privados para gerir o capital, reunidos em um banco privado que incorporasse recursos públicos e privados, inclusive dinheiro de seu próprio bolso. O banco, independente e gerido pelos seus acionistas, poderia, desse modo, financiar empréstimos tanto para o governo quanto para empresas privadas, pessoas comuns, e, também, ao imprimir suas notas, substituir a desgastada moeda corrente com uma que tivesse base mais sólida.

A questão é que Robert Morris encontrou poucos investidores dispostos a colocar capital no projeto. Segundo Bouton (2007, p.78), a quantia reunida para começar os trabalhos, de \$ 400 mil, era considerada, pelo próprio superintendente, insuficiente para resolver tanto o financiamento do governo, quanto o da economia “continental”, o que não impediu que o *Bank of North America* fosse colocado em funcionamento, avalizado via *charter*<sup>200</sup> aprovada pela Assembleia da Pensilvânia e depois pelo Congresso

---

<sup>200</sup> Entende-se por *charter* um estatuto legal autorizador, uma espécie alvará de funcionamento para a instituição privada assegurado pelo governo. Como o banco operaria a partir da Pensilvânia e, uma vez que

Continental. Doerflinger (1986, p.297) aponta que, ao todo, 193 pessoas adquiriram ações do banco, mas boa parte delas apenas uma ou duas fatias, o que não representa, no conjunto, somas relevantes para o valor final capitalizado. Na verdade, explica o historiador, a maior parte dos recursos alocados pelo capital privado se concentrava basicamente em quatro magnatas, todos eles envolvidos nos negócios de enriquecimento com o financiamento da guerra: William Bingham, os sócios Jeremiah Wadsworth e John Barker Church, e ele, claro, que fora responsável por organizar o banco, Robert Morris. O problema é que mesmo com a entrada de dinheiro dos enriquecidos financistas, o montante arrecadado pelo banco não passou de \$ 146 mil, uma quantia irrisória para o tamanho da necessidade para o qual fora proposto. Desse modo, como ironiza Bouton (2007, p.78-79), a “privatização”, ou, digamos, a organização de um sistema independente do considerado degradado arranjo financeiro “continental”, fora garantido por recursos que já pertenciam precisamente à Confederação, por doação ou empréstimo vindo da França, um montante de \$ 246 mil.

Como vimos, o representante da Confederação para aqueles assuntos era Robert Morris, que era também, ao mesmo tempo, não só o idealizador e a pessoa mais influente nas deliberações do banco, mas também, um dos seus principais acionistas. Morris tinha, literalmente, tudo sob controle. Se aglutinava total força deliberativa na organização financeira do “continente”, no banco não era menos poderoso. De acordo com Rappleye (2010, p.302-304), para colocar o projeto em andamento, ele estruturou o primeiro conselho de administração da instituição com antigos aliados comerciais e políticos, e, para presidente, nomeou Thomas Willing, seu velho parceiro comercial. Não é, portanto, de se surpreender, conhecendo o projeto político dos “republicanos” da Pensilvânia e o modo como se organizou o *Bank of North America*, que sua disponibilidade de financiamento da economia se restringiria especificamente às necessidades dos ricos mercadores. De acordo com Bouton (2007, p.79-80), o que o arranjo de financiamento de Morris promoveu foi a destruição do antigo sistema governamental de crédito que, apesar de suas limitações, conseguia atender a uma variedade maior de grupos sociais, enquanto o novo banco centrava seus recursos de crédito quase que exclusivamente para os enriquecidos comerciantes.

De qualquer modo, com sucessos e fracassos no ponto de vista da gestão da economia governamental, do ponto de vista do empreendimento, o investimento no banco

---

os Artigos da Confederação não dispunham legislação sobre instituição bancária, Robert Morris optou por garantir primeiro a autorização local.

se mostrou vantajoso para Morris e os parceiros. Segundo afirma Bodenhorn (2003, p.127), ele devolveu aos acionistas 8.75% de lucro em 1782, 14.5% em 1783 e 13.5% em 1784. O novo arranjo se apresentava, por fim, como a institucionalização daquela prática detestada pelos setores populares que atuaram na revolução, o de lucrar com os negócios da guerra. A proposta de uma economia que atuava “independente” do controle dos governos, livre das pressões sociais e que estabelecia uma engrenagem para agir em favor dos já ricos mercadores era basicamente o contrário do que as expectativas e desejos que mobilizaram a população mais pobre que apoiou a Revolução.

O confronto no *Fort Wilson Riot* se deu no período entre o momento em que Paine se afastava da secretaria de Relações Exteriores do Congresso Continental por conta das acusações na imprensa contra os operadores comerciais dos negócios secretos da guerra e a sua nomeação como secretário da Assembleia da Pensilvânia por seus aliados “constitucionalistas”, onde permaneceu até o final de 1780<sup>201</sup>. Eram instituições distintas em diversos sentidos. A primeira, embora de maior alcance, afinal, compreendia representação e deliberações por todas as treze colônias independentes, era mais incipiente. Seus Artigos da Confederação significavam um importante avanço para o estabelecimento de um novo arranjo para o período posterior à quebra de vínculos com a Grã-Bretanha, mas não imprimia ainda uma força centralizadora como pode se supor, anacronicamente, em virtude do processo que ocorreria nos anos seguintes<sup>202</sup>.

A Assembleia da Pensilvânia, no sentido oposto, apesar das inúmeras inovações que propunha, tinha mais capacidade de deliberação na realidade objetiva do Estado independente. No que se disputava também, havia diferenças substantivas. O Congresso cuidava do exército continental, do financiamento da guerra, mas, também, do duro e complexo equilíbrio de interesses entre as elites dos Estados, muitas vezes conflituosos entre si. De qualquer modo, havia ali uma hegemonia dos seus homens mais ricos, com a ampla maioria dos postos concentrada nas mãos dos independentistas mais abastados de cada ex-colônia, o que os unia na dimensão de como se organizarem para frear o controle popular do rumo dos acontecimentos, o que foi fundamental para a centralização organizada na segunda metade da década de 1780. A Pensilvânia, como vimos, trazia especificidades porque a correlação de forças que permitiu a Revolução empoderara as

---

<sup>201</sup> Nossa referência para essa afirmação é o próprio Paine - ver em *Dissertations on Government; The Affairs of the Bank. And Paper Money, February* [1786] 1945 (II), p.383.

<sup>202</sup> Como explica Countryman (1985, p.179-180), é possível pensar a Confederação organizada pelos Artigos antes da Constituição como uma espécie de instituição que organizava aliança entre repúblicas soberanas – sem a possibilidade de taxar ou deliberar questões políticas diversas.

classes populares, e sua Assembleia exprimia, portanto, um corte social na disputa pelos rumos de suas políticas internas. Em função de suas associações pessoais e predileções políticas, além de, claro, o seu talento para escrever demonstrado em *Common Sense* e nos textos redigidos quando acompanhara George Washington, Paine se tornara um tipo peculiar de *insider* em ambas as casas.

Peculiar porque isso acabou por se desenvolver em contradições inconciliáveis. Em 1776, *Common Sense* foi um brilhante modo de associar sua dimensão local específica com a continental. No panfleto, o autor, ainda desconhecido e irrelevante, encontrou não só o equilíbrio, mas uma conexão entre o discurso popular que queria a transformação da Pensilvânia e a construção de um “projeto nacional”, pensando em um só sentido a independência. Notar que sem independência não haveria seu desejado tipo de república radical e popular não chega a ser um raciocínio digno de nota, mas a outra direção desse argumento era incontornável, e, mais de dois séculos depois, quase sempre ignorada: sem a república, radical e popular, não haveria independência. Nesse raciocínio, uma construção própria do “espírito de 1776” da Pensilvânia, os inimigos dos interesses populares eram os *tories*, mas quase todos eles estavam ligados à elite econômica da colônia.

Paine, ao fabular a ideia da “terra da liberdade”, aproximou a resistência popular do “continente” ao porvir glorioso americano. Era, claro, um mito fundador nacional que, como só poderia ser como tal, se constituía repleto de incongruências e invenções. Esse tipo de percepção captava e, ao mesmo tempo, informava, tanto os interesses da elite independentista, que queria dirigir sem os entraves da metrópole, mas também os dos setores populares, que estiveram afastados das lógicas de poder colonial desde sempre. Não é simplesmente dizer que uma vez que se derrotava o inimigo comum, a disputa interna na América acirrava as contradições. É mais complexo que isso: os conflitos entre as distintas camadas sociais se travaram ao mesmo tempo em que o inimigo comum ocupava cidades, atravessava fronteiras e avançava sobre os diversos territórios das ex-colônias. Como vimos no primeiro capítulo, a elite independentista precisou do movimento radical da Filadélfia em 1776, mas os delegados do Congresso Continental – mesmo os seus mais radicais líderes - tinham projetos absolutamente distintos de sociedade do que o dos agricultores do interior e os trabalhadores manuais das cidades na Pensilvânia. Assim, o fato de que a Constituição de 1776 tenha se tornado a de caráter mais popular de todas as outras erguidas entre os novos estados independentes é a melhor expressão de suas diferenças.



A julgar pelas suas decisões e sua produção textual nos anos seguintes à independência, é possível dizer que Thomas Paine conseguiu se equilibrar nesta improvável parceria de 1776 entre a elite independentista e o movimento radical por mais tempo que ela durou na prática. As formulações de autores da filosofia política muitas vezes trazem uma autonomia em relação à realidade material objetiva, uma vez que seu intuito não é necessariamente exprimir a realidade, mas, eventualmente, de algum modo, atuar sobre ela, como, claro, era o caso de Paine. São afinal, elaborações pessoais, com debates escolhidos pelos interesses que cercavam sua *agenda*: sua compreensão da correlação de forças, a “posição” de onde escrevia, seus aliados imediatos, seus inimigos declarados, e, sim, seus valores políticos. Todas essas nuances tornam a noção de “contexto” tão mais abrangente e multifacetada que faz mais sentido a chamarmos de “história”.

Socialmente, a aliança expressa nas formulações de Paine durou pouco tempo, e, tão logo a Constituição da Pensilvânia se tornou um documento, havia resistência contra ela entre pares que estavam envolvidos na guerra da independência. A partir de 1779, a *Republican Society* atacaria suas bases de modo organizado. De que modo Paine conseguiu trafegar dos dois lados, não como um formulador intelectual distante amparado por sofisticados argumentos intelectuais com imenso potencial de contradição, mas efetivamente como um funcionário da rudimentar burocracia “americana”, sem parecer um oportunista? Sendo coerente com a base de sua formulação no panfleto famoso: advogando a América gloriosa e o republicanismo radical, sem jamais compreendê-los como contraditórios. Se fosse possível dividi-lo em dois, seria coerente afirmar que, no “espaço” Continental, Paine era o devotado escritor e ativista político que animava os “espíritos” a defender a “pátria” naqueles tempos que provavam as almas dos homens, ainda que narrasse a história de um país que sequer existia, concentrando no inimigo do horizonte o que havia de unidade nacional, criando sua “América” de fora para dentro e, neste caminho, ignorando a elite americana que arquitetava contra a liberdade de sua maioria social. Ao mesmo tempo, no espaço local, Paine era aquele que reconhecia a capacidade dos mais pobres da Pensilvânia de levarem adiante seu projeto político, o da expansão e do acesso às deliberações da Assembleia, fosse podendo votar, fosse a partir de leis e garantias sociais que superavam o que havia de mais moderno e “livre” na época, a Constituição inglesa.

O problema é que não se divide ninguém em dois, e as contradições invariavelmente se tornariam decisivas. Como falar, afinal, dos inimigos *tories*, tão úteis

nas argumentações no sentido “continental”, se estes eram amigos dos seus aliados independentistas nas suas realidades locais, de onde nasciam seus poderes e suas riquezas?; como explicar que a França, terra onde a dinastia Bourbon governava, inegavelmente de modo mais repressor do que o Parlamento e a Coroa da Grã-Bretanha, era agora a principal aliada da “terra da liberdade” no caminho para construção de um novo tipo de sociedade que garantia o acesso político às camadas populares?; como defender a autodeterminação e, ao mesmo tempo, a centralização de uma nação forte, ainda que os Estados independentes tivessem trajetórias, projetos e interesses muito diferentes entre si? Ao final da guerra, Paine concluiria, ao se ver desamparado pelo rumo dos acontecimentos da nova nação que se organizava, que ficara no meio do caminho: “O Estado [a Pensilvânia] sempre me considerou um homem continental, e é provável que o continente pensou em mim como um homem do Estado [da Pensilvânia]<sup>203</sup>”.

Fato é que Thomas Paine nunca pensara a “terra da liberdade” de modo restrito ao movimento da Filadélfia de onde ele emergiu. Quando os rebeldes da Pensilvânia investiram contra a Assembleia e chamaram a constituinte popular, ele, que havia estimulado a tomada do poder, apoiou a empreitada e seu resultado final, mas à distância, porque já havia partido para a guerra ao lado de Roberdeau onde emprestaria sua pena à causa revolucionária “continental” ao lado dos batalhões do exército na série de textos de *A Crise*. Essa proximidade com os comandantes do exército, além do talento e dedicação à causa, lhe rendera o emprego de secretário no Comitê de Relações Exteriores, que era sua fonte de renda - segundo Paine um salário pequeno, “apenas \$800 por ano<sup>204</sup>”. Naquele momento, o autor já havia deixado seu trabalho na imprensa, e como se gabou algumas vezes, o dinheiro arrecado de suas peças havia sido doado ao exército continental.

Essa era uma diferença basal sua com relação aos autores considerados referência para o período: Franklin, Jefferson, Adams, Dickinson, Wilson, Jay, Madison, todos tinham os rendimentos oriundos de seus negócios, muitas vezes enormemente lucrativos,

---

<sup>203</sup> Thomas Paine, *To a Committee of the Continental Congress*, October [1783] 1945 (II), p.1241.

<sup>204</sup> Paine afirma esse valor em uma petição escrita à *House of Representatives* em 1808. Ver em *To the Committee of Claims of the House of Representatives*, February [1808] 1945 (II), p.1492. Neste documento, Paine explica ainda que, após deixar o Comitê, antes de se juntar à Assembleia, ele trabalharia para Owen Biddle, numa função modesta que apenas lhe garantia que não se atolasse em dívidas. O escritor já havia mencionado isso pelo menos duas vezes: a primeira em uma carta escrita a George Washington em 1781 – ver em *To His Excellency General Washington*, November [1781] 1945 (II), p.1202, e a segunda em petição ao Congresso Continental em 1783 – ver em *To a Committee of the Continental Congress*, October [1783] 1945 (II), p.1226. Esse foi provavelmente o segundo emprego “privado” de Paine na América – o primeiro, o posto de editor na *Pennsylvania Magazine*.

fossem plantações, comércio de terras, ou finanças. Paine chegara na América sem posses, e, o envolvimento na causa o tornara também dependente daquilo que conseguia ganhar nos cargos que ocupava nas instituições políticas. Como vimos anteriormente, só mediante a carestia que experimentou na década de 1780 que ele tentou, em vão, organizar um sistema de publicações para conseguir algum dinheiro a partir da comercialização editorial de seus textos.

O autor nunca foi fazendeiro, dono de comércio, e, em sua primeira década na América, morou sempre de aluguel, não tendo sequer o próprio cavalo. Em dado momento, não reunia nem mesmo dinheiro para alugá-lo, como vimos na primeira metade deste capítulo. Se a proximidade com a elite “continental” lhe rendera o emprego no Congresso, quando, ao seu melhor estilo radical “de 1776”, Paine denunciou os aproveitadores de guerra, seus melhores amigos dali o abandonaram e, acusado de não-confiável por ter revelado segredos de governo, entregou o cargo – o único que permaneceu ao seu lado foi Henry Laurens<sup>205</sup> -, ainda que o motivo pelo qual revelara informações classificadas era a desonestidade de um operador ligado a Robert Morris. Entre o final de 1779 e o início de 1780, foram os “constitucionalistas” da Pensilvânia que o socorreram do desemprego, aproveitando da maioria conquistada eleitoralmente para indicá-lo para um cargo na Assembleia: “sem nenhum requerimento, ou mesmo conhecimento de minha parte<sup>206</sup>”, assegurava o autor.

Nessa época, Paine relataria mais adiante a Robert Morris<sup>207</sup>, enquanto trabalhava com os “constitucionalistas”, tentava viabilizar o estabelecimento de um jornal na Filadélfia – já havia, segundo ele, comprado vinte resmas para iniciar o projeto – o que pode sinalizar que ele desistira da antiga ideia de organizar os seus escritos e publicá-los por assinatura. O autor contava que inclusive encomendara mais cinquenta resmas de St. Eustace, via Sr. Izard (provavelmente Ralph Izard, rico mercador de South Carolina, delegado do Congresso Continental) para colocar o periódico para funcionar, mas que teve de cancelar o pedido em virtude de uma nova missão que lhe chamava de volta para a causa “continental”.

O responsável pelo retorno de Paine à linha de frente da guerra de independência foi o coronel John Laurens. No final de 1780, os delegados do Congresso Continental

---

<sup>205</sup> É o próprio Thomas Paine que faz essa afirmação em março de 1782. Ver em *To the public*, Freeman’s Journal, March [1782], 1945 (II), p.186. Na época, Laurens chegou a ser acusado de fornecer informações privilegiadas a Paine para ajudá-lo no debate.

<sup>206</sup> Thomas Paine, *To a Committee of the Continental Congress*, October [1783] 1945 (II), p.1230.

<sup>207</sup> Ver em *To Robert Morris*, ESQ, February [1782] 1945 (II), p.1208.

apontaram o filho de Henry para uma difícil missão: viajar até a França para atuar ao lado de Benjamin Franklin na solicitação junto aos aliados de um acréscimo na ajuda militar e financeira para a guerra, em função da então calamitosa situação das contas dos Estados independentes e da Confederação. Como conta o seu biógrafo, Gregory Massey (2000), a rica família de South Carolina havia propiciado para John a educação na Europa, onde ele tomara contato com um certo tipo de republicanismo. De lá, voltara com ideias radicais para a época, como a libertação dos escravos e as ferrenhas críticas à monarquia. Para se ter uma ideia do ambiente por onde circulou no Velho Continente, ele teve contato entusiasmado com *Common Sense* ainda em Londres, onde estudava em 1776, antes de voltar para a América e atuar como um soldado destemido, e inconsequente, durante a Revolução, o que lhe levaria à morte em combate em 1782.

Admirador dos conhecimentos de Paine e ciente da relação de lealdade que o escritor preservava com seu pai, que naquele momento havia sido capturado e se encontrava preso na Inglaterra, Laurens convidou o autor para acompanhá-lo como secretário na jornada, uma vez que, embora dominasse os assuntos militares, não se considerava familiarizado com questões políticas. O problema é que, por ter ainda inúmeros inimigos no Congresso, o panfletário quis evitar que sua presença na comitiva oficial fosse inviabilizada e preferiu partir como um acompanhante não oficial, um acordo particular entre ele e o coronel sulista onde este arcaria com seus gastos<sup>208</sup>. É difícil mensurar como (ou mesmo se) Paine atuou em tais negociações, mas é um consenso historiográfico que o reforço conquistado pela comitiva liderada por Laurens seria decisivo no cerco de Yorktown, episódio que marcou a rendição de Cornwallis e encaminhou a vitória dos Estados independentes na guerra.

Se a missão foi fundamental para o triunfo “americano”, para a trajetória política de Thomas Paine ela teve um peso igualmente importante em função de suas consequências. Foi sua primeira viagem à França, e seu primeiro retorno à Europa desde que atravessara o oceano como um anônimo para arriscar a sorte na América. A recepção no Velho Mundo lhe convencera de que os tempos de irrelevância haviam ficado para trás. De passagem pela cidade portuária de Lorient, escreveu contando ao doutor James Hutchinson que fora elogiado pelo comandante da cidade em virtude do espírito de seus

---

<sup>208</sup> Paine fala sobre esse acordo privado entre ele e John Laurens pelo menos em dois momentos rastreados por nossa pesquisa: primeiro, na carta acima citada de Robert Morris em 1782 – ver em To Robert Morris, ESQ, February [1782] 1945 (II), p.1208; e depois em sua explosiva carta aberta a George Washington de 1796 - Ver em Letter to George Washington, July [1796] 1945 (II), p.720.

escritos, e que não se sentia um estrangeiro no país: “as pessoas me conhecem aqui quase como me conhecem na América<sup>209</sup>”. O tratamento e reconhecimento que tivera contato no além-mar podem explicar, ao menos em alguma medida, porque desde o seu retorno à Pensilvânia ele passou a reivindicar aos homens mais poderosos do “continente” amparo em função dos seus serviços prestados: “Quase todo mundo sabe, não só neste país, mas na Europa, que eu tenho estado ao seu serviço, e, no limite do que o interesse do coração pode carregar um homem, eu compartilhei com ele no pior de sua sina<sup>210</sup>”, afirmou a George Washington apenas um mês após a famosa batalha vencida com o auxílio conquistado na França, num raciocínio que se repetiria outras vezes, ressaltando sua fama de escritor na Europa, “onde não sou e nem posso agora passar despercebido<sup>211</sup>”.

Paine se dizia incomodado porque, embora se sentisse “entre os fundadores de um novo Mundo Independente<sup>212</sup>”, percebia estar sendo esquecido pelos homens que deliberavam na organização dos Estados independentes naquele momento que a guerra estava prestes a ser vencida e cobrava seu lugar como tal. Paine não estava falando sobre prestígio, reconhecimento, mas de alguma medida que resolvesse sua situação social, esta talvez a consequência mais relevante para sua trajetória pessoal da sua viagem à França. Ela se tornara responsável pelo seu mais recente desequilíbrio financeiro, e, no retorno à Pensilvânia, por sua carestia. Segundo relatou meses após voltar<sup>213</sup>, ele havia gasto suas reservas econômicas pagando custos básicos de viagens que, em tese, deveriam ser garantidos por Laurens. Este, por sua vez, dedicado aos compromissos de guerra e afoito para voltar ao campo de batalha, não conseguira cumprir o acordo privado entre as partes. Como vimos, o final da década de 1770 e o início da década de 1780 marcou uma severa crise econômica nos Estados independentes, o que agravava a condição pessoal do autor, e a morte do coronel em combate em 1782 certamente não tornou as coisas mais simples.

A insegurança social não era uma novidade para Paine. Fora em busca de uma melhor condição de vida que trocara o centro do império pela Filadélfia em 1775, e apesar

---

<sup>209</sup> Thomas Paine, To James Hutchinson, March [1781] 1945 (II), p.1191. Essa é a única documentação disponível sobre suas impressões e relatos de viagem da experiência na França. A escassez de documentos sobre isso leva os estudiosos de Paine que trataram o período a recuperarem o diário de Elkanah Watson, que teria servido de tradutor do escritor em Lorient, Nantes e Paris durante a viagem, para tentar encontrar mais alguns detalhes desta passagem. Os relatos recuperados, no entanto, são mais focados nas percepções do comerciante sobre a personalidade arrogante e a higiene pessoal de Paine. Para ter contato com uma narrativa organizada a partir dessas bases, a melhor opção é a biografia de Elkanah, de Bangs (2015, p.65-68).

<sup>210</sup> Thomas Paine, To His Excellency General Washington, November [1781] 1945 (II), p.1202.

<sup>211</sup> Thomas Paine, To a Committee of the Continental Congress, October [1783] 1945 (II), p.1227.

<sup>212</sup> Ver em To Robert Morris, ESQ, February [1782] 1945 (II), p.1207.

<sup>213</sup> Id., p.1208.

de ter garantido alguns empregos e subempregos ao longo de sua jornada como militante revolucionário, sua condição nunca foi marcada pela estabilidade. Ao contrário, afirmava o escritor, em relato após seu retorno: “minha situação desde a época em que me tornei um homem público tem sido excessivamente inconveniente<sup>214</sup>”. Porém, desde que regressara da França e festejara a vitória do exército continental em Yorktown, o escritor julgava que o momento era outro. O país rumava para a prosperidade, e ele tinha certeza que havia atuado de modo decisivo para que as coisas chegassem naquela promissora situação:

Enquanto era o destino de todos sofrer, eu animadamente sofri com eles, mas, agora que o objetivo do país está perto de ser alcançado e suas circunstâncias caminham para a prosperidade, eu me sinto deixado em uma muito desagradável situação. No entanto, eu estou totalmente perdido em o que atribuir isso; onde eu vou, eu encontro respeito, e todos a quem conheço me tratam com amizade; todos se juntam em censurar a negligência e culpar uns aos outros, de modo que a civilidade deles me desarma na mesma medida em que suas condutas me angustiam. Mas nessa situação eu não posso continuar, e como eu não tenho nenhuma inclinação em antagonizar com o país ou de contar a história de sua negligência, é meu desígnio partir para a Europa - ou para França ou para a Holanda. Eu tenho fama literária e tenho certeza que eu não experimentarei pior sorte do que a que tive aqui<sup>215</sup>.

Ao nosso ver, compreender sua situação nesse momento é central para entender suas posições e pontos de partida nos textos que escreveria entre a batalha de Yorktown, no final de 1781, e o ano de 1787, quando Thomas Paine deixou a América para encontrar uma outra memorável trajetória na França e na Inglaterra. Entre estes está o texto analisado na primeira parte deste capítulo, a resposta ao abade Raynal. Não é só porque tratava-se do final da guerra com o reconhecimento britânico da independência das ex-colônias rebeldes, celebrado oficialmente no Tratado de Paris de 1783, mas porque tanto o movimento independentista, quanto Thomas Paine, experienciavam novidades importantes em suas trajetórias naquele momento.

No sentido político “continental”, a independência caminhava para ser efetivamente conquistada no momento em que as elites se organizavam de modo a garantir o controle social interno no rumo dos acontecimentos da revolução, freando, em cada contexto específico ao seu modo, a potencialidade de as camadas mais pobres decidirem sobre a organização institucional que ali se fundava. Essa é uma outra história que, como vimos, se desenvolvia durante a batalha contra a antiga metrópole. No caso

---

<sup>214</sup> Id., p.1206.

<sup>215</sup> Thomas Paine, To His Excellency General Washington, November [1781] 1945 (II), p.1204.

peçoal de Paine, a vitória na batalha que sinalizou o triunfo na guerra se dava no momento imediatamente posterior ao seu retorno da Europa, viagem que, como vimos, representava, tanto o momento no qual o autor se sentira reconhecido no exterior como um representante intelectual dos valores da Revolução Americana quanto o local onde o escritor gastara suas reservas financeiras, lhe impondo, na volta à Pensilvânia, uma difícil situação social.

Nesse cenário, não tardaria para que Paine percebesse que a América independente garantida à elite “continental” era muito diferente daquela reservada a ele. Sobre isso, escrevia em junho de 1783 a Elias Boudinot, o presidente do Congresso Continental na época: “O caso é diferente comigo em comparação aos outros. Para além do geral princípio do direito, e seus próprios privilégios, eles tinham estados e fortunas para defender, e tendo passado a guerra, eles agora os têm para desfrutar<sup>216</sup>”. Insistindo que se sentia abandonado pelos outros “fundadores”, continuava: “Eles estão em casa em todos os sentidos da palavra. Já comigo, é o contrário. Eu não tive nenhuma outra motivação senão o princípio, e agora não tenho nada mais a desfrutar<sup>217</sup>”. Dois meses depois, o autor deixava clara a sua reivindicação: havia emprestado o seu talento unicamente por “princípios” por tempo demais, e chegava a hora de que isso lhe garantisse, ao menos, a segurança social: “a dívida que eu tenho comigo mesmo exige de mim que agora eu preste alguma atenção nos meios de vida<sup>218</sup>”.

De 1781 a 1785, Paine, que usara a pena de modo tão feroz contra a elite colonial há menos de uma década – de acordo com ele, em nome de seus ideais - desta vez buscava apoio da elite “continental” para resolver sua situação pessoal. De modo geral, os personagens em questão procurados pelo autor defendiam projetos de sociedade muito distintos daquele propagandeado por ele até o final dos anos de 1770. Aliás, em alguns casos, se tratavam inclusive de antigos inimigos políticos. Para se ter uma ideia de quem estamos falando, se ficarmos restrito apenas às cartas e petições disponibilizadas na documentação organizada por Philip Foner em 1945<sup>219</sup>, temos acesso, referente a este

---

<sup>216</sup> Thomas Paine, To his Excellency Elias Boudinot, President of Congresso, June, [1783] 1945 (II), p.1217.

<sup>217</sup> Id.

<sup>218</sup> Thomas Paine, To a Committee of the Continental Congress, October [1783] 1945 (II), p.1238. A expressão exata utilizada pelo autor é “*means of living*”.

<sup>219</sup> A documentação disponível neste sentido pode ser ainda mais ampla. Como mostram Matthew Hamilton (2009, p.100-115) e John Keane (1995, p.250-254), as cartas de Paine disponibilizadas por Philip Foner em sua organização das obras completas, referência principal desta tese, são apenas alguns dos documentos referentes a este pedido de socorro do autor à elite “continental”, uma vez que não só Paine atuou em seu nome para fazer tais solicitações. Hamilton e Keane recuperam a investida de George Washington nas

contexto, a mensagens com apelos ao comandante do exército continental, George Washington, ao elitista banqueiro da *Republican Society*, e *persona non grata* entre os radicais da Filadélfia, Robert Morris, ao mercador Elias Boudinot, presidente do Congresso Continental em 1783 e aos federalistas nova-iorquinos Lewis Morris e James Duane. O último havia inclusive apoiado, em 1776, a conciliação com a Grã-Bretanha em parceria com o histórico *torie* Joseph Galloway, mesma época em que o radicalizado Paine entusiasmava a Filadélfia pela separação. Além deles, o autor arriscou também algumas petições endereçadas diretamente ao Congresso Continental. Em uma delas, em 1785, estipulou inclusive o valor de \$ 6.000 que julgava ser o preço adequado pelo ressarcimento de seus gastos pessoais nos onze anos que servira à causa americana<sup>220</sup>. O seu argumento para a série de reivindicações rastreadas na documentação a qual tivemos acesso está sintetizado nesta fala:

Na medida em que o progresso da guerra continuava, eu provavelmente obtinha alguma satisfação da ideia de estar entre os fundadores de um Novo Império erguido por sobre os princípios da liberdade e da liberalidade<sup>221</sup>. No entanto, grande como o Império é, e afortunado que seja em suas circunstâncias, isso não me garante um lar, e eu tenho, ao mesmo tempo, o prazer e a preocupação em ver que eu gastei oito anos do auge da minha vida em levar alegria a aqueles que, em contrapartida, parecem não se importar com a minha. [...] Negócios [*Trade*] eu não entendo. Terra, eu não tenho nenhuma [...]. Eu me exilei de um País sem transformar o outro em um lar; e eu não posso deixar de as vezes me perguntar: o que eu sou além de um refugiado<sup>222</sup>?

---

assembleias estaduais para que estas organizassem recursos financeiros para recompensar o autor de *Common Sense* – no caso da Virgínia, por exemplo, a iniciativa foi apoiada por Thomas Jefferson, com quem o autor aparentemente não se correspondeu neste período especificamente. Destes pedidos, se desenvolveram petições e respostas específicas de delegados em diferentes casas estaduais, além de outros personagens políticos daquele momento. Alguns dos documentos referentes a esta questão estão disponíveis em distintas coleções já digitalizadas, mas não é exagero imaginar que boa parte deles esteja em rolos de documentação em arquivos ainda não explorados ou que não tenham sido preservados.

<sup>220</sup> Ver em Thomas Paine, *To the Congress of the United States, September [1785]* 1945 (II), p.1252.

<sup>221</sup> Nota nossa: Thomas Paine recorreria frequentemente ao termo *liberality*, que deve ser pensado a partir de seus escritos de modo muito cauteloso. Paine não usa falsos correlatos, como as palavras “liberalismo” ou “libertarianismo”, que no século XIX ganhariam sentidos muito distintos deste de “liberalidade” adotado em seus escritos. Para tentar sintetizar seu significado aqui numa só frase, parece oportuno situar tal utilização como uma espécie de valorosa busca de atingir a felicidade a partir da maximização da liberdade e da generosidade, pensadas de modo amplo e expansivo a toda sociedade. Em nosso debate, não faz nenhum sentido situar “liberalidade” a partir de alguma premissa, ou direcioná-la para chaves que não estavam colocadas em questão de modo organizado ou delimitado como mais adiante se apresentaria, como sugerir que haveria ali noções de “liberalidade” “econômica”, “política”, “institucional”, “republicana”, “negativa”, “positiva”, todas estas chaves oriundas de debates impostos de fora para dentro da história do autor e, por isso, anacrônicas.

<sup>222</sup> Thomas Paine, *To a Committee of the Continental Congress, October [1783]* 1945 (II), p.1228.



Responder à pergunta colocada por Paine é uma tarefa complexa, mas evidentemente considerar-se um refugiado era mais um recurso de forte apelo narrativo do que propriamente uma expressão fidedigna de sua posição social. Trata-se de um tema de difícil abordagem porque nenhuma afirmação rigorosa pode ser feita de modo conclusivo. Parece coerente afirmar que Thomas Paine jamais obtivera o reconhecimento material adequado ao estatuto de “fundador de um novo mundo independente” que julgava merecer. O fato de que o revolucionário tenha escolhido voltar para a Europa ainda antes da implementação da Constituição de 1787 sinaliza que, de algum modo, na segunda metade da década de 1780, ele não estava plenamente satisfeito com o lugar reservado a ele na nova nação que se organizava. Essa é uma linha interpretativa que se reforçaria em função de seu afastamento do núcleo formulador de qualquer facção relevante da política estadunidense no século XIX, quando retornaria ao país. Nesse sentido, o maior símbolo do possível ocaso de Paine seria o episódio de 1806 em que lhe fora negado o direito de votar para o Congresso por não ser considerado americano<sup>223</sup>. Em outra direção, se tomarmos como base as demandas que o próprio autor organizou em cartas, apelos e petições de 1781 a 1785, associando o reconhecimento pelos seus préstimos revolucionários à compensação financeira, é difícil dizer que Paine tenha sido ignorado. Embora não tenha sido integralmente atendido em suas demandas, o escritor recebeu sim recursos e abrigo tanto de Morris e Washington, os dois homens mais poderosos da América Independente na época, quanto de outros grupos bem situados politicamente na década de 1780.

O que é possível afirmar é que nenhum dos caminhos de argumentação se explica sem matizes e não nos parece uma abordagem suficientemente minuciosa explicar este momento por essas bases tão abruptas, seja na chave da ingratidão “americana” com Paine, seja no que seria o seu contrário, a existência de um reconhecimento por parte da elite dos novos Estados em relação aos esforços do autor na conquista da independência. Faz sentido entender a atuação política de Paine naquele período como uma parceria, na qual tanto ele quanto diferentes forças políticas atuantes no “continente”, motivados pelos interesses colocados em cada questão – mais específicos do que doutrinários - se fizeram valer do que o outro tinha para oferecer. Como vimos, a questão que mobilizava Paine no momento era urgente: os seus “meios de vida”, ou, em outras palavras, como prosperar no novo mundo independente sem ser dono de riqueza, sem operar no comércio ou ter

---

<sup>223</sup> Thomas Paine fala sobre isso em carta a James Madison de 1807. Ver em To James Madison, May [1807] 1945 (II), p.1486.

porções de terra para a plantação. O escritor, em sua própria definição, um “*lavrador dos pensamentos*”, que, em tempos de guerra, optou por distribuí-los, decidiu, em paz, negociá-los, fosse a partir da satisfação dos interesses de seus contratantes em peças futuras, fosse cobrando a conta pelos serviços passados.

Desse primeiro tipo, foram dois os acordos firmados entre Paine e forças políticas interessadas em sustentar e influenciar sua pena para debates específicos que lhes eram oportunos. Ambos datam precisamente do período imediatamente posterior ao início de sua série de apelos após regressar da Europa, e eles duraram provavelmente até a primeira metade de 1783, quando Morris deixou o posto de superintendente de finanças. O primeiro, tratou-se de um acordo entre o republicano radical com Chevalier de La Luzerne, Ministro da Monarquia Francesa para os assuntos referentes aos Estados Unidos, que julgou útil contratar o autor para escrever alguns artigos em defesa da aliança entre os países na guerra de independência, um trato que rendeu ao revolucionário pouco mais de \$ 1.000<sup>224</sup>. O outro se tornou mais conhecido porque marcou a improvável aliança de um radical de 1776 com o elitista Robert Morris, um arranjo costurado por George Washington que valeria a Thomas Paine \$ 800 “para escrever nos jornais em apoio às medidas do Congresso e de seus Ministros” e “preparar as mentes do povo para tais restrições, taxas e impostos<sup>225</sup>”, rendimentos pagos pelo Congresso Continental em segredo para o autor, com anuência e conhecimento apenas de um pequeno grupo da elite que geria a Confederação<sup>226</sup>.

Depois disso, com o final da guerra confirmado pelo Tratado de Paris de 1783, Paine, com ajuda dos amigos poderosos, voltou seus apelos abertos às instituições Estaduais e o Congresso Continental para cobrar reconhecimento material pelos serviços prestados à causa americana. O que buscava desta vez era uma recompensa pelo que já havia feito, não um novo contrato que o remunerasse para fazer algo, o que o próprio autor deixou evidente quando, convidado pelo Congresso para assumir o posto de historiador oficial da América como modo de atender suas reivindicações, recusou a

---

<sup>224</sup> Sobre isso, ver Keane (1995, p.576, nota 25), Aldridge (1984, p.270) e Hawke (1992, p.114-136).

<sup>225</sup> Robert Morris, *Diplomatic Correspondence*, February [1782] 1830, p.95-96.

<sup>226</sup> Além de Robert Morris e George Washington, Robert Livingston, o secretário de Relações Exteriores e Gouverneur Morris, um rico mercador que trabalhava com Robert Morris nas finanças “continentais”, foram os que participaram das reuniões que definiram o papel secreto de Paine. Sobre este acordo, ver o biógrafo de Paine mais dedicado à sua atuação como radical na Pensilvânia, Eric Foner (1976, p.189-192) e o biógrafo de Robert Morris, Charles Rappleye (2010, p.309-312). Vale a pena também recorrer ao menos entusiasmado biógrafo de Thomas Paine do século XX, David Freeman Hawke (1992, p.122-136), que dedicou um capítulo todo de sua obra para esses dois acordos, intitulado “*Servo Subsidiado*”.

oferta<sup>227</sup>. Nestes termos, Paine recebeu três importantes “homenagens” pela dedicação à causa revolucionária: da Assembleia da Pensilvânia, 500 *pounds*<sup>228</sup>, do Senado de Nova Iorque, uma fazenda de 300 acres em New Rochelle<sup>229</sup> e do Congresso Continental, \$ 3.000 – metade do que havia sugerido<sup>230</sup>.

Compreender como se estabeleceu esta relação é importante porque seus textos escritos no período estiveram implicados a esta agenda. Isso significa basicamente que o autor escrevia do ponto de vista daqueles que advogavam um governo central forte com todas as consequências que aquela posição poderia trazer, tanto no sentido social quanto político relativo às outras forças que advogavam um poder mais localizado<sup>231</sup>. Não é o caso de escandalizar sobre a submissão do autor aos poderes que se estabeleceram como dominantes no processo da Revolução, mas sobretudo de entender as premissas e seus pontos de partida quando empreendeu uma série de debates no período. Escrever como este *insider* - ora contratado, ora subsidiado, ora em campanha por compensação - não resultou o tempo todo em contradições e mudanças de posição do autor nos textos escritos no período para debate nos jornais e literatura política, como uma leitura mais apressada pode sugerir. Ao contrário, é até prudente ressaltar que, no debate entre a força de um governo central e aqueles que advogavam uma maior capacidade deliberativa dos Estados, Paine foi coerente<sup>232</sup> ao que já havia defendido em *Common Sense*, em 1776.

---

<sup>227</sup> Sua recusa nestes termos está documentada em To a Committee of the Continental Congress, October [1783] 1945 (II), p.1239-1242.

<sup>228</sup> De acordo com David Freeman Hawke (1992, p.146), o valor foi tratado em 1785 como uma “recompensa temporária” a Thomas Paine, mas, depois, quando o Congresso Continental definiu o montante que ele receberia, a campanha por ressarcimento por seus serviços se encerrou e aquele valor acabou por ser o definitivo.

<sup>229</sup> De acordo com John Keane (1995, p.251), a propriedade fora confiscada de um rico *torie* que fugira para o Canadá na derrota dos britânicos. Como as correspondências que restaram da época disponíveis na coletânea de Philip Foner (1945) trazem apelos de Paine aos políticos nova-iorquinos James Duane e Lewis Morris na véspera da entrega da fazenda, os biógrafos têm, de modo compreensível e coerente, atribuído este fato à influência destes.

<sup>230</sup> Essas informações estão disponíveis em Hawke (1992, p.146), Keane (1995, p.253), Hamilton (2009, p.107) e Foner (1976, p.192).

<sup>231</sup> É sintomático, neste sentido, que o Estado da Virgínia tenha negado a pagar uma pensão a Thomas Paine apesar dos esforços de George Washington e Thomas Jefferson, inegavelmente as duas grandes figuras políticas revolucionárias oriundas daquele Estado, porque adequadamente julgava o autor um homem a serviço do continente contra as ambições virginianas. Em outra medida, Nova Iorque, que apoiou os interesses do autor, era um Estado cuja predominância política federalista dava a Paine um estatuto de maior aceitação. O caso da Pensilvânia era diferente, afinal, tratava-se de um lugar que contara com seus serviços, e com históricos aliados no controle. Não há evidências sobre pensões nas demais dez casas estaduais, menos ainda na separatista Vermont. Sobre isso, ver Hamilton (2009), Keane (1995) e Hawke (1992).

<sup>232</sup> Neste sentido, as Letters to Rhode Island (I-VI), [1782-1783] 1945 (II), p.334-366, são provavelmente o exemplo mais claro de uma parceria que reuniu os valores políticos desde antes defendidos por Paine e o interesse de Washington e Morris. E convém ressaltar ainda que antes de estar sendo pago por Washington e Morris a serviço da agenda continental, Paine já havia escrito Public Good [1780] 1945 (II), p.303, contra as reivindicações da Virgínia de terras a Oeste. E como vimos anteriormente, na correlação de forças que

Em que a medida essa posição lhe trouxe uma menor margem de autonomia e sofisticação analítica, e eventualmente colaborou para que surgissem, em seus escritos dessa época, aquilo que consideramos importantes omissões ou mesmo contradições com as ideias de suas produções mais radicais anteriores, nos parece um problema de difícil solução. A julgar por suas cartas no período, Thomas Paine não parece ter perdido o controle do que queria fazer mesmo quando sua pena trabalhava sob encomenda. Fosse se esgueirando, fosse tomando à frente nos debates, decidiu como organizaria seus escritos, onde empregaria energia e, inclusive, chegou ao limite de optar por não assinar textos quando julgou conveniente<sup>233</sup>.

De todo modo, o que nos parece mais prudente analiticamente é aceitar que o que há de mudança fundamental é a perspectiva de onde escrevia. Neste sentido, há poucas dúvidas sobre o fato de que, neste período, ele abriu mão dos elementos do republicanismo radical de 1776 que marcava sua produção e acentuou a sua preocupação “nacional”, incorporando a ela a percepção da elite “continental” centralizadora. Isso fez com que sua produção ecoasse a agenda mais conservadora do período<sup>234</sup>. É símbolo desta época uma frase proferida entre os novos amigos, *ex-tories* e futuros federalistas de Nova Iorque, na qual este Paine de 1784 chegou a atacar seus antigos amigos constitucionalistas como quiméricos: “é a tragédia de alguns *whigs*[...] esperar mais do que pode ou deve ser feito<sup>235</sup>”. Um brado conservador que certamente soaria como um disparate para o Paine de 1776, que não esperava menos do que começar o mundo de novo, e para o Paine de 1791-92, que advogaria precisamente o direito de cada geração superar os limites colocados pela tradição com relação às mudanças que poderiam ou deveriam ser feitas.

Dessas diversas frentes de debate abertas por ele no período, optamos por explorar neste capítulo aquela que recebeu maior dedicação de sua parte: a disputa pelo significado da Revolução Americana, que teve na peça escrita em 1782 contra o abade Raynal o seu escrito mais denso e cuidadoso. Como afirmamos anteriormente, e tentamos sustentar na

---

se exprimiu no *Fort Wilson Riot* Paine já sinalizava ceticismo em função à agenda de controle político e econômico das maiorias sociais da Pensilvânia.

<sup>233</sup> Isso ocorreu na série de cartas de Rhode Island, quando assinou como “Um amigo de Rhode Island e da União”. Depois, explicou ao superintendente que o contratara, Robert Morris, que fizera assim porque não queria atrair a atenção de outros Estados à discussão, o que imaginava que aconteceria se emprestasse a sua assinatura conhecida no “continente” - ver em To Robert Morris, November [1782] 1945 (II), p.1213.

<sup>234</sup> Entre a agenda conservadora do período abraçada por Paine em sua produção no período estava a centralização do governo “continental”, o livre funcionamento dos bancos e a derrota do controle popular dos preços, o aumento da taxação organizada desde o Congresso Continental, o controle “continental” das terras a Oeste, entre outras questões. Sobre essa agenda, ver Countryman (1985) e Bouton (2007).

<sup>235</sup> Thomas Paine, To the General Lewis Morris, February [1784] 1945 (II), p.1247.

segunda parte deste capítulo, trata-se de uma peça escrita desde o poder que se consolidava na América no período. Isso não significa dizer que Paine tenha sido um dirigente deste processo, mas sim reconhecer que o escritor atuou de modo associado a determinados grupos com interesses específicos ali situados. Precisamente em 1782, o autor produziu, na resposta ao iluminista francês, um discurso “americano” para ecoar na Europa e no “continente” adequada à autoimagem que o Congresso Continental e a aliada França gostariam de exibir. A sua proximidade com o grupo estabelecido no poder “americano” independentista nos ajuda a entender os motivos pelos quais seu texto não expôs as contradições sociais e políticas internas que já ocupavam espaço central no debate desde onde ele escrevia e que eram de seu pleno conhecimento. A sua associação ao embaixador francês explica porque sua argumentação contra a monarquia, que foi tão central em 1776, dava lugar à incoerência e à relativização pouco convincente quando tentou explicava a parceria da “terra da liberdade” com a Dinastia Bourbon.

Edward Larkin (2005, p.96-97), que fez um diligente e raro trabalho de reconstituição do ambiente em que a carta a Raynal foi escrita, adequadamente, notou a suavização do autor naquele texto em relação aos anteriores, ressaltando como prova a ausência na obra da discussão sobre os regimes políticos. No entanto, suas hipóteses para explicar a mudança, embora elegantes, nos parecem frágeis: ele propõe que ou Paine suavizou o discurso para não ferir a sensibilidade da audiência francesa, ou entendeu que entre os reformadores europeus a ideia da mudança de governo já estava subentendida e não carecia de pormenorizações. Ao nosso ver, o problema está no pressuposto de que este texto tenha sido parte de uma tradição revolucionária que se desenvolveria ao longo daquela década no Velho Mundo.

Pelo contrário, esta peça só pode colateralmente ser colocada como parte do movimento reformador que se transformaria em revolucionário no final do século XVIII e início do XIX na Europa. Era, afinal, subsidiada pela monarquia Bourbon, cujos representantes na América naquele período eram aliados de Paine. Além disso, em sua própria redação, o autor tem bastante cuidado para tratar de questões estruturais de política, como o próprio Larkin notou. No geral, é uma obra de resposta à uma ideia imprecisa da chamada “Revolução Americana” de Raynal e se tem, como base, algo que pode ser considerado revolucionário, a força argumentativa se dilui em meio a divagações pouco incisivas. É menos uma propaganda revolucionária que um hino à libertação americana dos britânicos. Como veremos no próximo capítulo, quando em 1791 e 1792, Paine escreveu, finalmente, o seu primeiro texto centralmente dedicado ao movimento

transformador das instituições no Velho Mundo, esta Carta ao abade Raynal (assim como *Common Sense* e outros escritos menores de sua autoria) acabou sendo reeditada, destinada a compor parte de sua “bibliografia” a ser vendida nas bancas britânicas. Esse debate, porém, demoraria uma década para ter esse sentido, e certamente não estava colocado para Paine no início da década de 1780.

De fato, a América revolucionada era mais interessante para Paine na fabulação construída por ele mesmo do que em sua própria experiência real. Ainda que de fato a independência tenha sido conquistada e o sistema político monarquista-colonial tenha sido substituído por uma república, muito pouco dos princípios que haviam sido propostos em *Common Sense* puderam ser encontrados na Constituição de 1787. Efetivamente, a implementação da Constituição foi a conclusão de um movimento contrarrevolucionário que sepultou as potencialidades de autodeterminação dos *out-of-door* que se levantaram contra a tirania britânica. Anos depois, quando trocou a pacata fazenda em New Rochelle pela efervescente Paris e, mais tarde, pela grande metrópole de Londres, Thomas Paine foi recebido como “o americano”, um fundador do novo mundo independente. Permaneceu absorto nesta própria autoimagem de criador de uma terra da liberdade e, mesmo quando ousou advogar princípios muito mais radicais do que aqueles que forjaram a república então estabelecida do outro lado do Atlântico, reivindicou o exemplo da Revolução Americana sem ousar distinguir o que ela poderia ter sido do que efetivamente ela se tornara.

### III

#### Os Direitos do Homem

“Não fomos preparados e fixados de modo a que sejamos recheados, como pássaros embalsamados de museus, com farelos e trapos e pedaços miseráveis de papel sujo sobre os direitos do homem”, Edmund Burke, em Reflexões, em 1790.

“Atingi um alto nível em matéria de literatura política, o mais difícil dos gêneros em que se possa ter êxito e competência, os quais a aristocracia com todos os seus recursos, não tem sido capaz de atingir ou rivalizar”, Thomas Paine, na segunda parte de Direitos do Homem, em 1792.

“Devagar e sempre<sup>236</sup>”. Assim Thomas Jefferson percebia, de Nova Iorque, o curso da Revolução Francesa entre o final de junho e início de julho de 1790. Vivera os últimos cinco anos de sua vida como representante “americano” em Paris e conhecia pelas entranhas as intrigas políticas francesas, o que fazia dele, desde que retornara à América, uma importante fonte de informações sobre o cenário convulsionado da tradicional monarquia, aliada fundamental na recém conquistada vitória da guerra da independência. Amigo pessoal do Marquês de Lafayette desde quando este não era mais do que um jovem oficial protegido de George Washington na guerra revolucionária contra a Grã-Bretanha, Jefferson acompanhou de perto a ascensão daquele nobre que se aproximava do Terceiro Estado ao posto de líder poderoso da Revolução Francesa, tendo inclusive, como afirma Unger (2002, p.233), trabalhado ao seu lado na redação do primeiro esboço da Declaração dos Direitos do Homem e dos Cidadãos em junho de 1789 (ela seria aprovada, com mudanças, em agosto).

O que Jefferson concebia por este ritmo, em sua percepção seguro e constante, não é tão simples hoje de se reconstituir. Além disso, o conhecimento que temos do

---

<sup>236</sup> Na verdade, político virginiano utilizou expressões diferentes que se sintetizam nesta expressão. A Thomas Mann Randolph Jr., disse: “*The Revolution in France is still going on slowly and surely*”. A Francis Eppes, disse: “*The Revolution in France goes on with a slow but steady step*”. Ver em From Thomas Jefferson to Thomas Mann Randolph, Jr., 20 June 1790, Founders Online, National Archives, last modified June 29, 2017, <http://founders.archives.gov/documents/Jefferson/01-16-02-0314>. [Original source: The Papers of Thomas Jefferson, vol. 16, 30 November 1789–4 July 1790, ed. Julian P. Boyd. Princeton: Princeton University Press, 1961, p. 540–541 e Thomas Jefferson to Francis Eppes New York, July, [1790], in: The Writings of Thomas Jefferson collected and edited by Paul Leicester Ford, Vol. V (1788-1792), G.P. Putnam’s Sons, New York, 1785, p.193-195.

processo que se daria na sequência atrapalha uma leitura mais precisa do ambiente político francês menos de um ano após a Queda da Bastilha. Era, em seus próprios termos, “um ritmo firme: encontrando, claro, ocasionais dificuldades e perigos, mas nós não esperamos que seja confortável transformar o despotismo em liberdade<sup>237</sup>”. Zeloso, Jefferson dizia a Lafayette que temia menos pelo resultado final da Revolução do que pela segurança do amigo e, superando o marco dos apelos pessoais, recorria ao espírito público do nobre francês para que ele tomasse cuidado: “estou persuadido de que se ela [a nação francesa] lhe perder, isso lhe custaria oceanos de sangue e anos de confusão e anarquia<sup>238</sup>”.

A preocupação de Thomas Jefferson ajuda a desenhar um quadro mais preciso dos rumos do primeiro ano da Revolução Francesa. Fora recentemente, afinal, o representante do governo republicano “americano” na França, e gozava, nos círculos iluministas europeus, do prestígio de haver sido o principal responsável pelas *verdades auto-evidentes* da Declaração da Independência da década anterior. Era coerente que apoiasse a radicalização dos direitos ao estendê-los ao Homem geral e abstratamente, e a proximidade com o nobre francês lhe permitiu emprestar sua reconhecidamente elegante redação ao rascunho do que se tornaria a Declaração francesa. No entanto, isso tudo muito dificilmente pode ser considerado como um apoio irrestrito à radicalização que se impunha pela participação popular no processo revolucionário.

Naquele contexto, Lafayette se tornou um líder revolucionário aclamado pelas classes mais baixas não exatamente por expressar suas demandas, mas por atuar como um mediador entre os interesses populares, os do Terceiro Estado transformado em Assembleia Nacional, os do alto escalão de poder aristocrático, os dos ministros e o do próprio Luís XVI. Em 1789, não obstante os esforços nas articulações políticas entre diversos interesses colocados e toda habilidade política da elite francesa, mais de uma vez o futuro do processo foi decidido das portas para a fora, em disputas que se desenvolveram em confrontos armados com participação popular. Nos dois momentos mais conhecidos do ano 1 da Revolução, o marquês se tornou um protagonista quase heroico: a queda da Bastilha e a investida contra o Palácio de Versalhes em outubro. Esta última, aliás, foi mencionada por Jefferson quando dizia temer pela vida do amigo (e,

---

<sup>237</sup> From Thomas Jefferson to Lafayette, 2 April 1790,” *Founders Online*, National Archives, last modified June 29, 2017, <http://founders.archives.gov/documents/Jefferson/01-16-02-0163>. [Original source: *The Papers of Thomas Jefferson*, vol. 16, 30 November 1789–4 July 1790, ed. Julian P. Boyd. Princeton: Princeton University Press, 1961, pp. 292–293.

<sup>238</sup> *Id.*



consequentemente, pelo equilíbrio na transição revolucionária francesa): “Na verdade, eu espero que você nunca mais presencie outro 5 e 6 de outubro. Se cuide, meu querido amigo<sup>239</sup>”, desejava, sinalizando que o papel de mediador entre a anarquia e o despotismo tinha um forte caráter de incerteza e perigo.

A razão do poder de Lafayette estava precisamente em situar-se, e equilibrar-se, no meio do caminho entre o interesse dos que queriam conservar e a vontade de destruição que se impunha irresistível num cenário de crise do regime. Três meses antes da carta escrita por Jefferson, o próprio Lafayette havia se dedicado a apresentar o quadro da Revolução ao seu velho padrinho, no momento, ocupante do posto de primeiro presidente da República dos Estados Unidos da América, George Washington, nos seguintes termos: “Nossa Revolução segue tão bem quanto é possível em uma Nação que adquiriu a liberdade de uma só vez, e ainda está sujeita a confundir licenciosidade com liberdade<sup>240</sup>”. Na visão do francês, de um lado, estava a Assembleia, repleta de ódio pelo que ele chamava de “Antigo Sistema” e carente de qualquer experiência em organizar um novo governo com bases constitucionais, e do outro, estavam os ministros que, coagidos pela pressão do momento, lamentavam a perda de capacidade operacional e temiam utilizar o poder que lhes restara, o que acabava em um imbróglio de difícil solução que resultava em inoperância, com as bases do velho regime destruídas e pouco do novo arranjo constituído. A isso, ele acrescentava a presença de dois “partidos”, ambos “fomentando problemas”, o contrarrevolucionário aristocrata e a facção que desejava o fim do Império com a destruição de toda a autoridade estabelecida. As dificuldades elencadas, porém, não lhe impediam de festejar os triunfos conquistados e Lafayette julgava ter, em março de 1790, motivos para se orgulhar em meio a um cenário tão turbulento. “Nós fizemos uma admirável e quase inacreditável destruição de todos os abusos e preconceitos que tudo que não é diretamente útil ou que não vem do povo foi nivelado<sup>241</sup>”. O líder ainda reivindicava a experiência americana, que depois de treze anos da Independência se

---

<sup>239</sup> Ibid.

<sup>240</sup> To George Washington from Lafayette, 17 March 1790,” *Founders Online*, National Archives, last modified June 29, 2017, <http://founders.archives.gov/documents/Washington/05-05-02-0159>. [Original source: *The Papers of George Washington*, Presidential Series, vol. 5, 16 January 1790–30 June 1790, ed. Dorothy Twohig, Mark A. Mastromarino, and Jack D. Warren. Charlottesville: University Press of Virginia, 1996, pp. 241–243.

<sup>241</sup> Id. A expressão utilizada é *levelled*, uma palavra que remonta aos movimentos radicais britânicos do século XVII, que queria dizer ruptura com hierarquias sociais promovendo um nivelamento. Os abusos e preconceitos em questão têm a ver com a superioridade aristocrática perante outras classes sociais. No entanto, dificilmente poderá ser encontrada alguma continuidade coerente entre o projeto de Lafayette e dos *levellers* britânicos a não ser por associação anacrônica, sendo necessária tal explicação tão somente por tratar-se de uma palavra que de certa forma perdeu seu sentido político-social nos últimos séculos.

organizara constitucionalmente, para dizer que o país precisamente exatamente de um governo e, em alguns anos, uma Convenção “para corrigir alguns defeitos que agora não são percebidos por homens que acabaram de escapar da aristocracia e do despotismo<sup>242</sup>”.

Embora tenha sido festejada como uma importante expressão da novidade nos modos de se organizar politicamente nas últimas décadas do século XVIII – como vimos, por exemplo, nas palavras de Raynal no capítulo anterior - a influência dos Estados Unidos no processo político francês é um tema que precisa ser tratado com menor mitificação. Como nação nova, regrada por uma nova constituição que enfrentava dificuldades para ser até mesmo aceita dentro do país, e ainda estruturando formalmente seus novos arranjos tanto no que tangia às operações comerciais quanto nas questões militares, situada, ademais, do outro lado do Atlântico, ela não poderia atuar de qualquer forma efetiva nos desdobramentos revolucionários de uma potência militar e econômica como a França. Sua influência só pode ser considerada, na verdade, se tomarmos como base a imagem que se produzia a partir de sua experiência, e de que modo esta poderia ser apropriada por aqueles que efetivamente tinham capacidade de influenciar na Revolução. Ainda assim, o que pode escapar à nossa compreensão é que buscar os Estados Unidos como referência não era necessariamente uma expressão revolucionária – e ainda que fosse, isso variava muito de acordo com a intensidade da mudança proposta por aqueles que invocavam a sua experiência.

A França havia apoiado os colonos britânicos em busca de sua independência como um modo de minar a força dos rivais vizinhos, e de certa forma, o sucesso do estabelecimento da nova nação era também uma demonstração da capacidade de influência internacional da monarquia francesa. Além disso, o que pautou ideologicamente a maior parte dos líderes do que se tornou a Revolução do outro lado do Atlântico foi uma espécie de moderação de inspiração aristocrata na política. Aliás, uma característica marcante da formação daquela “Nação” de Estados independentes na primeira década após Declaração de Independência foi a condução elitista dos negócios públicos, o que resultou na consolidação de um arranjo que visava controlar o ímpeto de autogoverno das classes populares em suas realidades locais específicas e construir um governo central forte com caráter de classe. Nesse sentido, ainda que não se releve o peso da novidade formal, a república independente na América que fora britânica tinha um governo dos ricos pelos ricos, e o projeto de poder federalista finalmente vitorioso em

---

<sup>242</sup> Id.

1787 parecia muito mais com o dos nobres e aristocratas contrarrevolucionários na França do que com o daqueles que tinham o ímpeto de transformar.

Para ilustrar o que queremos aqui sustentar, recorremos às impressões de um diplomata francês, Éléonor François Élie de Moustier. Nobre aliado de Luís XVI e ex-embaixador da França nos Estados Unidos até outubro de 1789, o *Chevalier* de Moustier, escandalizado com a *Fête de la Fédération* marcada para celebrar o primeiro aniversário da Queda da Bastilha, escreveu a Washington que sua estadia na América lhe propiciara “particulares motivos de estima pelos princípios que lá são predominantes”. Em oposição a tais valores, o nobre via o que se passava na França: “O exemplo oferecido hoje pelo meu país prova que quando nos desviamos desses princípios, mergulhamos fundo e mais fundo em um perigoso labirinto”<sup>243</sup>. Dois dias antes da festa que atraiu gente de toda França para celebrar o novo pacto nacional no *Champ-de-Mars*, o ex-embaixador invejava a moderação americana para maldizer a Revolução, sugerindo adaptar as bases do republicanismo americano em seu país: “os meios, sem dúvida, não podem ser os mesmos em todo lugar, mas em todos os casos, justiça, ordem, moderação, generosidade devem servir como base para os meios secundários, aqueles que as circunstâncias, o tempo e os lugares tornam distintos”<sup>244</sup>. Quatro meses antes das Reflexões de Burke, Moustier antecipava alguns de seus argumentos para atacar contra os filósofos: “hoje, a filosofia garante novas máscaras para a ambição e a intriga” e disparava: “A França está, neste momento, em completa anarquia – Enquanto isso, estamos nos preparando com intoxicação para um banquete, que deve ser o símbolo da reunião de todos os cidadãos”<sup>245</sup>.

De todo modo, neste ponto, não parece exagero afirmar que politicamente, ou seja, na capacidade de organizar-se com base social e levar adiante um projeto de poder, o Marquês de Lafayette parece haver sido aquele que melhor conseguiu obter algum sucesso em conectar Independência na América Britânica como uma Revolução e a sua Revolução Francesa. Militar francês que lutou ao lado de Washington na Guerra da Independência e de importante presença revolucionária na Assembleia Nacional e nos episódios emblemáticos de 1789, Lafayette insistiu em realçar a continuidade entre os

---

<sup>243</sup> To George Washington from Moustier, 12 July 1790,” *Founders Online*, National Archives, last modified June 29, 2017, <http://founders.archives.gov/documents/Washington/05-06-02-0031>. [Original source: *The Papers of George Washington*, Presidential Series, vol. 6, 1 July 1790–30 November 1790, ed. Mark A. Mastromarino. Charlottesville: University Press of Virginia, 1996, pp. 74–76.

<sup>244</sup> Id.

<sup>245</sup> Ibid.

dois processos. Essa iniciativa pode ser sintetizada numa peculiar ação simbólica daquele ano, quando, após mandar demolir a Bastilha, enviou “a chave principal daquela fortaleza do despotismo” como um presente a George Washington, “um tributo que eu presto como um filho ao meu Pai Adotivo, como um *aide de camp* ao meu General, como um missionário da liberdade ao seu patriarca<sup>246</sup>”. Para cruzar o Atlântico com o libertário símbolo, Lafayette confiou a missão a um amigo que tinha em comum com Washington desde as fileiras do exército “continental”, um escritor político que passara os últimos tempos em Paris circulando nas sociedades científicas iluministas tentando emplacar a construção de uma ponte metálica que havia projetado, Thomas Paine.

“Quando ele me disse o presente que pretendia lhe dar, meu coração saltou de Alegria<sup>247</sup>”. O panfletário inglês adotado pela América revolucionária desde o final de 1774 não só não viu dificuldades em encontrar continuidade entre as experiências recentes na América e na França como ficou particularmente entusiasmado com a missão de transportar a chave da Bastilha para o presidente dos Estados Unidos precisamente por isso: “Que os princípios da América abriram a Bastilha não é passível de dúvida, e desse modo, a Chave segue para o lugar certo<sup>248</sup>”, escreveu de Londres, em maio de 1790, a Washington, se orgulhando de haver sido a pessoa a quem Lafayette confiou para transmitir o que ele chamou de “troféu dos Espólios do Despotismo e os primeiros frutos maduros dos princípios Americanos transplantados para a Europa ao seu grande Mestre e Patrão<sup>249</sup>”. Paine também informava, na correspondência, que não conseguiria ele mesmo cumprir a tarefa de levar a chave para a América, mas que arranjava um modo de despachá-la. Permaneceu na Europa e, dois meses depois, como conta Unger (2002, p.266), estava de volta a Paris para, ao lado de um comandante naval da guerra da independência, John Paul Jones, desfilar escorado na bandeira dos Estados Unidos naquele banquete cidadão que tanto ofendia Moustier, a *Fête de la Fédération*, preparada por Bailly e Lafayette.

A *Fête de la Fédération* é uma referência importante porque expressou, a partir de um evento grandioso, o tipo de pacto social que tentou se constituir na França como síntese da crise que experimentava o regime no final da década de 1780. Ainda que, como hoje podemos saber, a Revolução tenha seguido um curso distinto daquele que o ritual ali

---

<sup>246</sup> Ibid. A peça até hoje está guardada em *Mount Vernon*, antiga casa transformada em museu do comandante americano na Virgínia.

<sup>247</sup> Thomas Paine, To his Excellency George Washington, London, May [1790] 1945 (II), p.1303.

<sup>248</sup> Id.

<sup>249</sup> Ibid.

encenado tentava estabelecer, tinha peso a imagem de Lafayette encarnando a França da Guarda Nacional, da Assembleia, do pacto federativo, cavalgando em seu lendário cavalo branco, Jean LeBlanc, submetendo-se, e com ele, toda uma multidão e, essencialmente, a nobreza na figura do próprio Rei, a um juramento. Outorgar a Luís XVI “o mais belo de todos os títulos, o chefe da França e o rei de um povo livre<sup>250</sup>” só foi forte simbolicamente porque teve a eficácia de refletir o arranjo considerado adequado ao *ritmo* da Revolução entre 1789-1791. Esse período compreende o discurso de Richard Price contra quem Burke escreve, as reflexões do político inglês e a primeira parte de Os Direitos do Homem de Thomas Paine, três dos textos que serão debatidos neste capítulo. Nosso intuito aqui é limpar os caminhos para a compreensão desse debate tentando nos afastar, no limite de nossas capacidades, dos eventuais anacronismos que a análise dos textos como discursos políticos podem ensejar. Ao nosso ver, o mais convidativo pode ter a ver precisamente com a posição do Rei no processo da Revolução.

Do ponto de vista político, não é irrelevante notar que Paine, nos anos que antecederam a redação de Direitos do Homem, estava aparentemente alinhado com o novo pacto que tinha Lafayette como líder e que, naquele momento, parecia ter o controle do *ritmo* da Revolução. Falar de ritmo não significa aceitar a ideia de uma linearidade constante. É mais adequado pensar em passadas que não eram exatamente uniformes e sempre coerentes em uma só direção, como as narrativas posteriores aos eventos daquele período podem sugerir. De todo modo, essa síntese experimentada nos primeiros anos de Revolução que causava boas impressões em Paine trazia alguns pressupostos programáticos: a busca por um arranjo que avançasse na supressão dos privilégios sociais, a estruturação de uma forma de representação política mais ampla, e, fundamentalmente, a mudança da origem da legitimidade do poder do Rei (a ideia era que esta fosse fundada na soberania nacional).

Não baseamos a associação de Paine a este projeto apenas nas evidências que demonstram sua proximidade com Lafayette, ou porque ele, curiosamente, participara de

---

<sup>250</sup> Esta citação de Lafayette está disponível na biografia escrita por Unger (2002, p.263-269), onde também consta a narração do evento acima citado. Em tese de doutorado dedicada a compreender a dimensão histórica e simbólica das efemérides num recorte temático mais amplo, recentemente defendida na UFRGS, Rodrigo Bonaldo (2014, p.23-27) tratou, num breve prólogo, da Festa da Federação. Sua abordagem e seu interesse de análise seguem em uma direção diferente da nossa, o que não nos impede de reivindicá-la como uma boa referência para se compreender o ambiente político então colocado. Embora o autor não tenha se dedicado – e não era mesmo seu propósito – a mapear quais as disputas políticas específicas estavam colocadas na celebração, sua conclusão é muito feliz: “A Festa da Federação não é mais do que um início – mesmo um dos muito possíveis – não da harmonia, mas do conflito entre diferentes experiências comemorativas, as quais produzem e demandam diferentes expectativas, traduzidas em formas diversas de lembrar e de esquecer”.

dois momentos tão simbólicos de 1789 e 1790 – fosse indiretamente, como transmissor da chave da Bastilha demolida, fosse diretamente, como representante do novo Estado independente na gloriosa *Fête*. Tratava-se de uma adesão ideológica, coerente com o desenvolvimento das suas formulações dos últimos tempos. Provavelmente de Paris, semanas antes de partir para Londres entre agosto e setembro de 1787, Thomas Paine escreveu um relativamente longo tratado que tinha como pano de fundo as relações entre nações europeias na esteira da crise na Holanda, no qual disparou contra o novato ministro inglês Pitt e refletiu sobre as transformações políticas que começavam a se produzir na França. Ali, o autor se animava com as assembleias provinciais francesas que, segundo ele, já resolviam a questão da representação de um modo melhor do que o Parlamento inglês. No texto, o autor sinalizava para as possibilidades que se apresentariam caso a Monarquia francesa se aproveitasse das vontades de mudança que inflamavam a nação, promovendo uma união inovadora entre a tradição soberana monárquica e o projeto nacional do povo francês, para acentuar sua força como potência internacional:

É um assunto muito bem conhecido para todo homem que esteve recentemente na França, que uma mudança muito extraordinária vem se operando nas mentes do povo da nação. Um espírito que tornará a França muito formidável sempre que seu governo aproveitar a afortunada oportunidade de duplicar sua força ao aliar, se isso puder assim ser expresso (pois é difícil expressar uma nova ideia por velhos termos), a majestade da soberania com a majestade da nação: pois de todas as alianças, essa é infinitamente a mais forte e mais segura de ser confiada, porque o interesse então formado, e operando contra inimigos externos, nunca poderá ser dividido<sup>251</sup>.

Tratava-se de uma “nova ideia”, e por isso, não faz nenhum sentido imaginar que Paine reconhecia no desenrolar da Revolução Francesa uma emulação dos ideais expressos pelo arranjo estabelecido na monarquia “constitucional” inglesa. Como vimos no primeiro capítulo, o revolucionário em *Common Sense* julgava o arranjo britânico incoerente e pouco capaz de levar liberdade ao país e até ali não sinalizara em nenhum texto haver mudado de opinião a este respeito. Nesse panfleto especificamente, Paine escrevia para os ingleses e estava particularmente interessado em mostrar, ao elogiar um exemplo vizinho, os limites de sua antiga pátria-mãe. Por isso, a leitura deste panfleto e de boa parte dos textos deste período, não pode perder de vista que, outra vez, o autor

---

<sup>251</sup> Thomas Paine, *Prospects on the Rubicon: or an investigation into the causes and consequences of the politics to be agitated at the next meeting of Parliament, August [1787]* 1945 (II), p.633-634.

mirava em seus velhos inimigos - o seu alvo predileto de sempre - a Coroa e o Gabinete britânico.

De todo modo, como essa sua argumentação nos dá acesso às suas impressões sobre a crise do outro lado do Canal, o texto apresenta um quadro importante de sua percepção quando o situamos no processo da Revolução. Tomando contato com essas palavras, não parece incoerente afirmar que, dois anos e meio depois, a *Fête* de Lafayette encenou precisamente o tipo de arranjo que em 1787 ele julgava auspicioso para a França. Tratava-se de uma síntese de poder que tentava emergir-se de um pacto – uma ideia nova, reivindicando-se com velhos termos - entre a monarquia e a nação, sendo Luís XVI o rei do povo livre, uma construção que soa como um oxímoro agora que conhecemos o destino do monarca, mas que, às vésperas de escrever a primeira parte de *Direitos do Homem*, aparecia como um - pelo menos aceitável - projeto de liberdade abraçado por Thomas Paine no mesmo texto em que dizia defender “a causa do pobre, dos manufactureiros, dos negociantes, dos lavradores, de todos aqueles sobre os quais o verdadeiro fardo dos impostos caem – e, acima de tudo [...] a causa da humanidade<sup>252</sup>”. Isso significa dizer, portanto, que a presença do monarca não inviabilizava o projeto abraçado por Paine, mas, ao contrário, o potencializava.

Os eventos que ocorreram entre a redação desse texto, em 1787, e a redação da carta a Washington informando da homenagem de Lafayette, em 1790, ou seja, todas as transformações legais, a caça aos privilégios, os confiscos, a demolição da Bastilha e a famosa marcha popular a Versalhes, certamente impuseram a Paine a necessidade de que ele refinasse e transformasse sua percepção em diversos sentidos, afinal, aquela “mudança muito extraordinária” se tornara, em seus próprios termos, uma “Revolução”. Não obstante, ainda assim, a sua percepção sobre a presença do Rei se mantinha intacta: o soberano não era uma barreira no caminho das transformações, mas, ao contrário, um de seus líderes, como é possível perceber a partir de sua sugestão ao presidente dos Estados Unidos:

Peço licença para sugerir à Vossa Excelência a justeza de congratular o Rei e a Rainha da França (por eles terem sido nossos amigos) e a Assembleia Nacional pelo feliz exemplo que eles estão dando à Europa. Você verá pelo discurso do Rei [...] que ele se orgulha de estar na dianteira da Revolução, e eu estou certo que tal congratulação será bem recebida e terá um bom efeito<sup>253</sup>.

---

<sup>252</sup> Id, p.632.

<sup>253</sup> Thomas Paine, To his Excellency George Washington, London, May [1790] 1945 (II), p.1303.

Era, como ele mesmo expressava, “uma ideia nova” em seu acidentado desenvolvimento de ideias políticas, se tomarmos como base sua trajetória de 1775 até ali. Escrito para impulsionar o movimento independentista e desautorizar aqueles que advogavam a permanência dos vínculos com a Grã-Bretanha, *Common Sense* trazia em seu discurso uma radical destruição das bases ideológicas sobre as quais se erguia o arranjo político inglês, país reconhecido, à época, como aquele mais capaz de garantir a liberdade aos seus cidadãos. Seis anos depois, quando arriscou, na carta ao abade Raynal, explicar porque a aliança com a França não era incoerente, Paine jamais saiu em defesa da monarquia, tendo tergiversado sem muito êxito para sustentar que ter a ajuda dos Bourbon não ofendia os princípios revolucionários da terra da liberdade. É verdade que Thomas Paine já havia argumentado que desprezava o arranjo político inglês não simplesmente porque julgava a monarquia britânica um regime abominável, mas porque ele potencializava a manutenção dos poderes da elite nobre, da corrupção, do controle da influência a partir das pensões, do oportunismo. Ainda assim, pelo menos até onde esta pesquisa conseguiu rastrear, até ali ele não havia se posicionado de modo a compreender a monarquia como aceitável em algum aspecto. A crise francesa trazia essa novidade.

Quando falamos do desenvolvimento de suas ideias políticas, é importante compreendê-lo não como uma linha evolutiva em sentido positivo, mas como uma trajetória irregular repleta de nuances. Paine, embora tenha buscado sustentar certa coerência analítica por toda sua carreira como escritor, não era um intelectual trancafiado em uma biblioteca, explorando analiticamente todas as possibilidades e submetendo suas teorias a constantes críticas e lapidações. Aliás, na filosofia política, quem o é? Como um escritor político, esteve inserido em diversos contextos muito específicos e seus textos foram dedicados a debates claramente demarcados – e em seu caso, há uma vantagem para seus estudiosos em relação aos de alguns outros filósofos, uma vez que tais delimitações estavam expressas quase sempre sem rodeios na redação de seus textos. Nesse sentido, tentar encontrar as continuidades e rupturas de suas elaborações teóricas é apenas parte do caminho para a compreensão de sua produção intelectual. É preciso compreender a correlação de forças de quando e de onde escrevia, e como seus textos eram não só *expressões* da sua atuação política, ou de um grupo político, de uma facção, mas eram, eles mesmos, *sua própria* atuação política, seu exercício de poder a partir das armas que mobilizava para o embate – suas palavras, seu prestígio, a força de seus argumentos, a capacidade de disseminação de seu texto a partir das ferramentas gráficas e da circulação pública então disponíveis.



Discorremos neste sentido porque julgamos importante ter isso em mente para que não deixemos passar o que há de mais relevante neste processo: se é verdade que do ponto de vista dos princípios, do vocabulário, das discussões teóricas, das reivindicações históricas, os debates e valores da Pensilvânia da década de 70 e do eixo Paris-Londres de 90 são relativamente próximos e dialogam frequentemente entre si, Paine definitivamente não ocupava a mesma posição nos dois ambientes – que eram, ainda, muito diferentes um do outro. Se lá como cá, reivindicava falar em nome dos artesãos e da *lower sort*, o Paine do debate inglês sobre a Revolução Francesa não pode ser confundido com o inglês recém-chegado sem propriedades e com nenhuma relação estabelecida até se tornar editor de um semanário na Filadélfia, ou com o panfletário independentista que não tinha dinheiro sequer para alugar o seu cavalo durante a guerra contra os britânicos. Ademais, sua origem social de filho de fabricante de espartilhos do interior inglês, com carreira degradante no posto de fiscal do excise que migrou para a América em busca de uma vida melhor é um dado relevante de sua biografia, que certamente influenciou em suas ações e predileções políticas, mas que não deve obscurecer o fato de que na década de 1790 europeia, Paine ocupava outro lugar nas disputas políticas então desenhadas.

Embora não fosse formalmente um embaixador da nova república no Velho Continente, Paine encarnava, e assim, representava, o sucesso da Revolução Americana. Mais que isso: era uma figura bem relacionada tanto com a alta cúpula dos Estados Unidos, como com personagens influentes da política francesa e inglesa, com bom trânsito em todos estes ambientes. “Como participei na Revolução e na política deste país, eu não sou um personagem desconhecido no mundo político<sup>254</sup>”, refletia a cerca de si mesmo meses antes de trocar New Rochelle por Paris em 1787.

Paine não supervalorizara sua relevância, que se acentuaria com o desenrolar dos acontecimentos não só porque *Common Sense* já era uma obra relativamente bem disseminada pelo Velho Continente – o que o tornara, no mínimo, uma figura polêmica na Grã-Bretanha e conhecida na literatura iluminista, disseminado, inclusive, a partir pena de Raynal - mas pelas próprias relações pessoais que a política a ele propiciara. Jefferson e Lafayette, os dois homens com quem efetivamente estabelecera relação nos Estados Unidos antes de partir para a França ocupavam posições de destaque e garantiram que ele

---

<sup>254</sup> Thomas Paine, To His Excellency Benjamin Franklin, March, [1787], 1945 (II), p.1260-1261.

puddesse circular em ambientes prestigiosos, se relacionando com figuras eminentes da ciência e da política parisiense.

Além disso, em Londres, no final da década de 1780, foi recebido por membros da oposição *whig* de modo bastante amigável, figuras que haviam ostentado, nas últimas décadas, os mais altos cargos da política inglesa. Desde que deixara a América, o fizera por interesses pessoais, marcadamente a possibilidade de levar adiante sua carreira como inventor e escritor. No entanto, Paine não era simplesmente um projetista de pontes e escritor político recém-chegado do Novo Mundo Independente: era o autor de *Common Sense*, o amigo de Washington, Lafayette, Franklin, Jefferson. Era o grande revolucionário americano e, não só era percebido como tal, mas se fazia valer disso para se situar na França e na Grã-Bretanha.

A julgar pela sua extensa correspondência à época, sua investida pela construção da ponte que havia projetado tomou muito de sua energia e pautou muito de suas relações neste período, e, não raras vezes, vemos em suas cartas um empenho maior em relatar como seguiam seus esforços nesse sentido do que propriamente um interesse em comentar os rumos políticos de França e Grã-Bretanha. Essa perspectiva justifica porque seus biógrafos se dedicam tão demoradamente aos seus esforços como inventor precisamente no momento em que importantes crises nos arranjos de poder que desenhavam o Velho Continente sinalizavam a emergência de transformações radicais. A questão é que, mesmo quando mais empenhadamente Paine se esforçou para levar adiante seu projeto de se tornar um homem da ciência prática – como seu padrinho, Benjamin Franklin – a política sempre fora seu cartão de visitas.

O revolucionário garantia trânsito entre as autoridades não pelos seus talentos como inventor – embora haja um consenso de que seus projetos eram sim, meritórios – mas por ser o talentoso autor político que desafiou a Coroa e o Gabinete inglês e defendeu o republicanismo na América e chegava, vitorioso, ao Velho Continente, como um *insider* da nova república, ainda que sem um cargo formal. Por isso, faz pouco sentido separar o Paine aspirante a cientista prático do político e, mesmo que seu projeto de vida caminhasse no sentido de construir uma reputação que superasse o terreno da polêmica panfletária pública, ele era, afinal, Thomas Paine.

“Tenho o prazer de apertar as mãos do autor de *Common Sense*<sup>255</sup>?”, entusiasmou-se, ao vê-lo, Lord Stanhope, o secretário geral da *Revolution Society*<sup>256</sup>, numa reação que explica um pouco como Paine foi recebido em Londres pela ala mais, digamos, radical dos *whigs* ainda antes de escrever Direitos do Homem. Havia também boa vontade entre os *whigs* de longa trajetória política menos devotados às ideias libertárias do panfleto de 1776, como era o caso de Edmund Burke, que, anos antes de escrever as suas Reflexões, chegou a se orgulhar de ter Paine como conviva: “Estou agora indo jantar com o Duque de Portland, em companhia do grande americano Paine, que eu levarei comigo<sup>257</sup>”, relatou sobre um encontro onde estaria também presente William Cavendish-Bentinck, que recentemente havia ocupado o posto de Primeiro Ministro britânico<sup>258</sup>.

De acordo com Fennessy (1963, p.45), Paine chegou a Burke apresentado por uma carta de recomendação de seu antigo amigo, Henry Laurens, e o político inglês acabou por introduzi-lo ao círculo *whig* do qual fazia parte<sup>259</sup>. Se Hawke (1992, p.190) e Vincent (1989, p.142-143) têm alguma razão – e é provável que tenham – ao afirmarem que o interesse dos velhos *whigs* em Paine era baseado em um esforço de reestabelecer relações com a América para, ainda que indiretamente, reestruturar laços comerciais que haviam sido severamente prejudicados pela independência, convém prudência para não

---

<sup>255</sup> Foi o próprio Paine que relatou ter ouvido esta frase a um destinatário americano. Ver To Anonymous, London, April [1790] 1945 (II), p.1300. Trata-se de uma carta que resistiu ao tempo, mas que foi compilada sem uma organização que pudesse ajudar a rastrear o seu destinatário – nas Obras Completas, Philip Foner (1945) lista documentos desta natureza como “*To Anonymous*”.

<sup>256</sup> Foi em um evento desta Society que Richard Price fez o discurso que mereceu resposta de Edmund Burke sobre a Revolução Francesa. Em suas Reflexões, o político inglês dedica diversas passagens a desautorizar a *Revolution Society*. Em um dos momentos mais virulentos de sua argumentação, Burke (1982, p.107) sustentou a irrelevância do grupo nos seguintes termos: “A vaidade, a agitação, a petulância e o espírito de intriga de alguns insignificantes grupos de conspiradores, que buscam dissimular sua falta de importância pela algazarra e pelo barulho, pelos elogios exacerbados e pela citação mútua, fá-los imaginar que a negligência desdenhosa que demonstramos por suas habilidades é sinal de aquiescência a suas opiniões. Nada disso, senhor, asseguro-lhe. Porque meia dúzia de gafanhotos sob uma samambaia faz o campo tinir com seu inoportuno zumbido, ao passado que milhares de cabeças de gado repousando à sombra do carvalho inglês ruminam em silêncio, por favor, não vá imaginar que aqueles que fazem barulho são os únicos habitantes do campo; ou que logicamente são maiores em número; ou, ainda, que signifiquem mais do que um pequeno grupo de insetos efêmeros, secos, magros, saltitantes, espalhafatosos e inoportunos”.

<sup>257</sup> Essa carta está disponível nas “memórias” de Burke organizadas ainda no século XIX por Sir James Prior (1826, p.123), e tem sido frequentemente reivindicada por diversos estudiosos do debate Burke-Paine. James Prior afirma que esta carta fora dirigida a John Wilkes, mas de acordo com Fennessy (1963, p.45), ela provavelmente tinha como destinatário French Laurence.

<sup>258</sup> Como veremos adiante, o Duque de Portland, William Cavendish-Bentinck, foi o nome acordado entre o Lord North e James Fox para ocupar o posto máximo reservado ao Parlamento britânico durante a crise institucional que se acentuou com a perda da América em 1783. O governo desta coalizão teria vida curta e uma articulação de George III com o jovem Pitt derrubaria a frente, empurrando Duque de Portland, Edmund Burke e Fox para a oposição.

<sup>259</sup> Nomes de proa que naquele momento compunham a oposição ao governo de Pitt como, além do duque de Portland, James Fox, Lord Fitzwilliams, Sir George Staunton, entre outros.

supervalorizar a capacidade de influência de Paine nas negociações de mercado que o novo país tentava desenhar naquele período no Velho Continente.

Com relação ao círculo *whig*, na verdade, sua vasta correspondência com Jefferson – seu principal canal de contato com a América no período - serviu menos para tratar de qualquer assunto relacionado ao mercado e mais para municiar o embaixador dos Estados Unidos em Paris com informações sobre os bastidores da política inglesa<sup>260</sup>. Por mais que nos debrucemos em seus esforços para construir sua ponte, e nos dediquemos a conjecturar quais os interesses dos experientes políticos britânicos com relação a Thomas Paine, o que é realmente possível afirmar é que essas relações parecem ter sido mesmo relevantes efetivamente para a sua carreira como escritor político, uma vez que foi a partir de tais conversas que o autor aprimorou sua compreensão com relação às entranhas políticas britânicas e refinou sua interpretação das forças e dos projetos em disputa na Inglaterra, o que certamente reforçou os argumentos de Direitos do Homem.

Um ponto fundamental para se entender o debate que se acirrou na Grã-Bretanha a partir da Revolução Francesa, que tem no texto de Paine um capítulo importante, é que, naquele momento, assim como a França, a Inglaterra também passava por um período político notavelmente turbulento. Como explica Boyd Hilton (2006, p.66), no início da década de 1780, a derrota na guerra na América causara uma incontornável crise no governo de Lord North, que foi, na escalada de imposições que se transformaram em guerra contra os colonos americanos, um fiel escudeiro dos desejos do Rei, apesar das severas críticas que cresciam por parte da oposição *whig* ao longo do conflito. Em 1782, Lord Rockingham, padrinho político de Burke, se uniu a outro quadro da oposição, Charles James Fox, para derrubar, no Parlamento, a maioria que sustentava North e encerrou numa manobra política o governo apoiado por George III. A morte de Rockingham poucos meses depois, no entanto, enfraqueceu o governo *whig* e a solução imediatamente encontrada, Lord Shelburn, não conseguiu manter o grupo unido na esteira da derrota na América. Foi neste quadro de crise que se gestou um improvável pacto entre o líder da oposição, Fox, e o antigo líder North, dois inimigos políticos durante toda a guerra na América, e levou o Duque de Portland ao posto de primeiro-ministro na curta coalizão que governou a Grã-Bretanha de abril a dezembro de 1783. O acordo perderia sua base no Parlamento pela grande impopularidade que causou a união de fações rivais

---

<sup>260</sup> É provavelmente em função do teor destas cartas que Hawke (1992, p.188) até exagera ao afirmar que Paine “serviu de modo não-oficial como um ministro da América na Grã-Bretanha, um posto que ele ocupou pelos quase dois anos em que permaneceu lá”.

e pela atuação decisiva de George III nos bastidores, que derrotou os adversários que tentavam minar seu poder ao impulsionar o jovem Pitt ao posto primeiro-ministro, cargo que ocupou até a primeira década do século XIX.

Pitt, o jovem, era filho do grande William Pitt, o Conde de Chatham, figura do mais alto relevo da política britânica do século XVIII, um dos líderes mais importantes da Casa dos Comuns na década de 1760 e 1770 e que havia falecido em 1778. Alçado ao centro da política em um momento de notável crise de legitimidade da estrutura política britânica, “o jovem” aparentava ser uma novidade modernizadora, ou, para usar o termo de Paine, “*um tipo virginal*<sup>261</sup>” – o que significava, basicamente, estar apartado das intrigas partidárias que dominaram o Parlamento e o Gabinete e causaram a crise em voga. Richard Price, no sermão que causou a ira de Edmund Burke, lembrou que havia sido a esperança reformadora das instâncias representativas, segundo ele, a “lamentação fundamental” britânica, que propiciara a rápida ascensão de Pitt ao posto de Primeiro Ministro: “Na época da guerra Americana, associações foram formadas para esse propósito em Londres e em outras partes do reino; e mesmo o nosso atual ministro tem, desde a guerra, dirigido a isso um esforço que fez dele favorito de muitos entre nós<sup>262</sup>”.

Em 1791, em Direitos do Homem, quando já ficara notório que Pitt atuava em favor dos Lordes e em parceria com a Coroa, Paine associaria seu projeto de reforma à institucionalização da corrupção e em 1792, na explosiva segunda parte do panfleto, criticaria o que ele chamou de decadência moral do ministro. No fim de 1789, Richard Price apenas lamentava que aquele ímpeto por mudança houvesse desaparecido e previa: “é provável que continue assim, e que nada seja feito para que possamos obter essa benção, até que uma grande calamidade novamente alarme nossos medos, ou até que algum grande abuso de poder novamente provoque ressentimento<sup>263</sup>”. No fim, em uma clara provocação reivindicando a experiência do país vizinho, o pastor dissidente concluiu: “ou, talvez, até que a aquisição de uma pura e equilibrada representação por outros países (enquanto nós somos ridicularizados nas sombras) acenda nossa vergonha<sup>264</sup>”.

Paine tinha seu próprio modo de interpretar a velha grande calamidade que alarmara tantos medos. Em uma refinada argumentação em trecho pouco citado da

---

<sup>261</sup> Thomas Paine, Direitos do Homem II, [1792] 2005, p.239.

<sup>262</sup> Richard Price, Um Discurso sobre o amor ao nosso país, Novembro [1789] 2017, p.157.

<sup>263</sup> Id.

<sup>264</sup> Ibid.

primeira parte dos Direitos do Homem, ele sintetizou a disputa em quatro parágrafos<sup>265</sup>, defendendo a ideia de que, ao término da “guerra americana”, havia uma querela política basilar em questão: “o conflito entre os direitos e aquilo que era chamado de prerrogativas<sup>266</sup>”, o que significava basicamente que estavam em disputa os direitos do homem e o direito do Rei de governar. Era a derrota na América que causava um sério dano à imagem da Corte, e a ascensão de uma força que se impusesse no Parlamento e ousasse submeter o rei à sua vontade poderia ser a expressão de uma transformação importante na política inglesa<sup>267</sup>.

No entanto, a coalizão que reuniu os “campeões parlamentares a favor e contra a prerrogativa”, no caso, North e Fox, em vez de celebrar uma coesão a partir da causa popular, promoveu foi uma “execração comum contra ambos”. Insatisfeita pela incoerência e pela traição dos ideais de parte a parte, se tornando flagrante o oportunismo, a população teria aberto mão de libertar-se da tirania e preferido se unir em ódio aos políticos. “A indignação na coalizão afastou tão efetivamente a indignação contra a corte a ponto de extingui-la”. Paine explicava que a destruição do governo do Duque de Portland, que encabeçava a coalizão de Fox e North, apoiada por Burke, não resultou em qualquer transformação que enfrentasse os motivos pelos quais a crise começou: não houve “qualquer mudança de princípios da parte da corte, as mesmas pessoas que haviam reprovado seu despotismo, a ele se uniram para se vingarem no Parlamento da coalizão”. Sua conclusão foi que o saldo final desta oportunidade perdida fora trágico para os partidários da liberdade porque o processo acabou por reerguer a imagem então desgastada do Rei: “A dissolução do Parlamento da coalizão, na medida que proporcionava os recursos para gratificação do ressentimento da nação, não podia deixar de ser popular, e doravante surgiu a popularidade da corte<sup>268</sup>”.

---

<sup>265</sup> Ver em Thomas Paine, *Direitos do Homem*, [1791] 2005, p.112-113.

<sup>266</sup> *Id.*, p.112.

<sup>267</sup> Aqui, vale uma ressalva importante que reafirma a ideia de que Paine não reconhecia na Monarquia Constitucional inglesa um arranjo que garantia a liberdade – o que reforça o caráter de inovação no desenvolvimento de suas ideias que há em sua percepção sobre a Revolução Francesa. Como mostramos no primeiro capítulo, Paine não acreditava na excepcionalidade da liberdade inglesa como herança da Revolução de 1688 – e que havia, no sistema político inglês, uma estrutura de poder em que o Rei se submetia ao Parlamento. O despotismo de George III não era exatamente uma exceção – ao seu ver, ele era resultado do arranjo de poder inglês e sede igual por autoritarismo não se manifestou em seus dois predecessores porque George I e II temiam pela presença dos rivais Stuart no horizonte. Deste modo, ele acreditava que a desastrada condução dos negócios americanos que causara indignação nos ingleses dera aos partidários dos direitos uma oportunidade importante para avançar em seu projeto. Paine não comenta a tentativa dos *whigs* ao redor de Rockingham, o primeiro grupo que efetivamente avançou a tomar o poder, mas exclusivamente dos efeitos nefastos da tentativa de coalizão entre o grupo de North e Fox.

<sup>268</sup> *Ibid.* Mais adiante, Paine ([1792], 2005, p.239) seria ainda mais incisivo na sua crítica à coalizão: “Quando chegaram as notícias da coalizão, ainda que não representassem para mim motivo de qualquer

O desprezo exposto tanto na primeira quanto na segunda parte de *Direitos do Homem* pelo modo de conduzir a política por parte dos *whigs*<sup>269</sup> britânicos não era novo. Paine nutria um desprezo de longa data pelos membros do Parlamento inglês, e, embora, evidentemente, considerasse como adversários nas Casas os nobres que defendiam abertamente os interesses mais próximos a George III, nunca demonstrou muito cuidado em diferenciar parlamentares para evitar eventuais generalizações. Este desprezo o acompanhou até mesmo quando teve a oportunidade de circular entre eles no final da década de 1780 e início da de 1790, como se nota pela carta que escreveu a Jefferson contando do encontro com Burke e o ex-primeiro-ministro, quando afirmou ter notado que a oposição tinha uma visão “tão deturpada em alguns aspectos - como a Política Continental - quanto a do Ministério<sup>270</sup>”. Ainda assim, pelo que se nota de suas impressões sobre a política inglesa do período imediatamente anterior à Revolução Francesa, ele se alinhava ao heterogêneo grupo porque estes se uniam em oposição a Pitt.

O novo primeiro-ministro já havia sido criticado publicamente por Paine em 1787 por ser o “jovem e inexperiente” que apresentara um “projeto frívolo e ridículo<sup>271</sup>” para reduzir a dívida nacional e seria apresentado na primeira parte de *Direitos do Homem* como alguém que “se tornou publicamente conhecido através de uma proposta para reforma do Parlamento, que na sua implantação teria redundado numa justificação pública da corrupção<sup>272</sup>”. Nas construções de argumento propostas por Paine nas últimas décadas, embora em situações e debates distintos, Pitt, na melhor das hipóteses, não representava mais do que a continuidade do que fora North durante a Guerra da América: a expressão do Parlamento que agia em parceria com o Rei em um governo aristocrático, situado na prerrogativa, não na liberdade.

---

preocupação como cidadão americano, eu as senti como homem. Continham em si mesmas algo que chocava, por ridicularizarem publicamente a decência, senão os próprios princípios. Tratava-se de imprudência de Lord North e de falta de firmeza do Sr. Fox”.

<sup>269</sup> Embora na América, o termo *whig* tivesse uma conotação mais radical de enfrentamento à Coroa, uma vez que era a partir dele que se identificavam aqueles que queriam combater os *tories* traidores durante a guerra, na Grã-Bretanha seu uso remontava a uma tradição mais distante e abrangente, incorporando ramos diversos de atuação política. De modo geral, é possível diferenciá-los dos políticos mais ligados à nobreza pela percepção de que o governo tinha no Parlamento seu eixo mais relevante, como produto da Revolução Gloriosa de 1688, que permitiu que houvesse um arranjo capaz de frear a capacidade da monarquia de governar tiranicamente. Isso pode ser considerado apenas em tese, porque, na prática, muitas vezes os debates mostravam que nem mesmos essas bases estavam devidamente assentadas como pressupostos *whigs* na Inglaterra do final do século XVIII.

<sup>270</sup> Thomas Paine, To Thomas Jefferson, London, September [1788] 1945 (II), p. 1270.

<sup>271</sup> Thomas Paine, Prospects on the Rubicon: or an investigation into the causes and consequences of the politics to be agitated at the next meeting of Parliament, August [1787] 1945 (II), p.646 e 642, respectivamente.

<sup>272</sup> Thomas Paine, *Direitos do Homem*, [1791] 2005, p.113.

No entanto, uma peculiar situação na segunda metade de 1788 embaralharia essas chaves de compreensão, e estabeleceria alguns eixos para o debate clássico sobre os direitos dos anos seguintes: a doença que acometeu George III. Em dezembro daquele ano, de Londres, Paine, explicava a “embaraçosa questão” em carta a Thomas Jefferson da seguinte maneira: “que o Rei está louco é, agora, notícia velha. Ele continua no mesmo estado, e o Parlamento está agora trabalhando para apontar um Regente”. Segundo o escritor, o debate que agitava a Casa dos Comuns e a dos Lordes era sobre “Se o Príncipe de Gales tem, em si, o direito pela sucessão durante a incapacidade de seu pai, ou se o direito deve derivar do Parlamento”. Sem desenvolver seu argumento em qualquer direção, terminava os informes com o panorama então colocado “A expectativa é que haja uma mudança no Ministério, no que eu acredito determinadamente. O Duque de Portland e seus amigos muito provavelmente entrarão<sup>273</sup>”.

Ao atualizar uma amiga na América sobre sua vida na Inglaterra, Paine dizia acompanhar aquele “alvorço” de perto, em “uma proximidade íntima com os cabeças da oposição – o Duque de Portland, o Sr. Fox e o Sr. Burke<sup>274</sup>”. O governo Pitt já não primava pela estabilidade. A oposição que lhe enfrentava era poderosa comercialmente e influente politicamente, o cenário internacional tinha inúmeros desdobramentos que demandavam tomadas de decisões críticas por parte do Gabinete, as colônias americanas haviam sido perdidas e as orientais passavam por severas crises políticas. Ter de lidar com o Rei, seu principal aliado, com surtos de loucura certamente não simplificava suas tarefas. A oposição, neste caso especificamente liderada por Fox, achou oportuno aproveitar a situação para minar Pitt e articulou com o filho do Rei, o príncipe de Gales, para coroá-lo na impossibilidade de governar o monarca vivo – e assim, conseqüentemente, estabelecer uma nova correlação de forças no Parlamento que teria, como óbvia consequência, a derrota do jovem Primeiro-Ministro. Ele, por sua vez, atuou por atrasar o processo prolongando o debate, estratégia que se mostrou bem-sucedida com a recuperação da saúde do Rei meses depois, uma reviravolta que acabou por derrotar, outra vez, o impulso da oposição.

O problema é que, no meio disso, se estabeleceu uma crise com elementos contraditórios: o ministro “inventado” pelo Rei defendeu, como saída para evitar a investida de Fox e o príncipe, a supremacia do Parlamento e Fox, um histórico *whig* que

---

<sup>273</sup> Thomas Paine, To Thomas Jefferson, London, December [1788] 1945 (II), p.1273.

<sup>274</sup> Thomas Paine, To Kitty Nicholson Few, London, January [1789], 1945 (II), p. 1276.



construía a carreira contra a prerrogativa e em favor do poder das casas parlamentares, reivindicou a soberania monárquica da sucessão hereditária. Nessa época, Thomas Walker, um dos *Walker Brothers* de Rotherham, empresário envolvido na construção da ponte de Paine, chegou a se empolgar em correspondência com o escritor elogiando Pitt por reivindicar e apoiar os Direitos do Povo, entusiasmo censurado pelo autor: “divirjo excessivamente de você nessa opinião, e acho a conduta da oposição muito mais próxima aos princípios da Constituição, do que foi a conduta do Ministério<sup>275</sup>”. Paine via na atitude de Pitt um modo de fortalecer os Lordes e a si mesmo<sup>276</sup>, não os Direitos do Povo. Como defendera desde a década de 1770, lembrava Walker que não considerava o Parlamento como um legítimo representante da Nação: “O Parlamento não é composto por duas casas, uma das quais é hereditária, e sobre a qual o povo não tem controle, tampouco direito de elegê-la, e a outra casa de representantes de apenas uma pequena parte da Nação?<sup>277</sup>”. Em um exercício argumentativo cuja complexidade se acentuava pela grande contradição colocada pela disputa em questão – era, afinal, um republicano inglês a defender um futuro Rei contra o Parlamento - Paine explicava: “é uma ideia comum em todos os países que tomar Poder do Príncipe é dar liberdade ao povo, mas a conduta do Sr. Pitt é quase o contrário disso. Ele toma o poder de uma parte do governo para dar a outra<sup>278</sup>”.

A reação popular favorável a Pitt, compreendendo sua atuação na crise da regência como uma expansão dos direitos, causou particular incômodo em Thomas Paine, como mais adiante ele admitiria em Direitos do Homem: “Nunca, no curso de minha observação, o logro foi praticado com mais sucesso, nem uma nação mais completamente

---

<sup>275</sup> Thomas Paine, To Thomas Walker ESQ, February [1789] 1945 (II), p.1279. É importante notar que Paine reivindica a Constituição perante a crise da regência colocando apontando que a saída sugerida pelos *whigs* era a mais constitucional – o que não significa assentir ser aquela que ele filosoficamente julgava adequada. Como a saída encontrada por Pitt para atrasar o processo foi solicitar uma extensa análise constitucional, os termos do debate então colocados eram estes e, em tese, quanto mais “constitucional”, mais legítimo. Na mesma carta, mais adiante, Paine retomaria uma crítica à Constituição inglesa sugerindo inclusive que se o sistema podia ser mudado sem uma Convenção, o arranjo inglês não poderia ser sequer considerado constitucional – argumento recuperado em Direitos do Homem (Op. Cit., p.115): “Um membro diz ser *isto* uma Constituição, ao passo que um outro diz ser *aquilo* uma Constituição – hoje é uma coisa, e amanhã alguma outra coisa – enquanto a manutenção do debate demonstra que não há Constituição alguma. Constituição agora é o jargão hipócrita do *Parlamento*, sintonizando-se aos ouvidos da nação”.

<sup>276</sup> Em dado momento da carta a Walker (Id, p.1280), Thomas Paine chega a sugerir que Pitt só se esforçava em parar a regência para ter acesso ao dinheiro oriundo da *Civil List* britânica reservada ao Rei – algo em torno de 400 a 500 mil *pounds*. “Essa é a chave de todo negócio, e foi por isso, e não pelos Direitos do povo que ele preparou os Direitos do Parlamento, porque era apenas por estes meios que o espólio poderia ser dividido”. Paine (op. Cit., p.115) retomou esse mesmo argumento em Direitos do Homem, desta vez dobrando a quantia em questão: “Em poucas palavras, a questão da Regência era uma questão de um milhão ao ano, do que apropriava o departamento executivo, e o Sr. Pitt não podia ter ele próprio qualquer controle dessa soma sem estabelecer a supremacia do Parlamento”.

<sup>277</sup> Thomas Paine, To Thomas Walker ESQ, February [1789] 1945 (II), p.1279.

<sup>278</sup> Id, p.1280.

enganada<sup>279</sup>”. Segundo o autor em seu texto célebre, “O impulso geral da nação foi acertado, mas operou sem reflexão<sup>280</sup>” – um modo literário ameno para dizer o que desabafara a Jefferson durante a crise: “a verdade é que as pessoas são tolas. Elas não têm discernimento entre princípios e consequências<sup>281</sup>”. A Jefferson, Paine afirmara que a única saída que justificaria o apoio popular seria se Pitt houvesse proposto uma Convenção Nacional no período da insanidade de George III, mas, em vez disso, ele, ao justificar o poder da nação no Parlamento, reafirmou e fortaleceu a aristocracia de duas Casas que expressavam a representação desigual do arranjo político britânico. Em *Direitos do Homem*, ele desenvolveu este argumento sobre o que considerava o Parlamento na Grã-Bretanha: “Trata-se de uma aristocracia hereditária, que assume e afirma direitos e autoridade inalienáveis, irrevogáveis, inteiramente independentes da nação<sup>282</sup>” e concluiu que “Houve aprovação da oposição feita ao direito estabelecido pelo Sr. Fox, sem se perceber que o Sr. Pitt sustentava um outro direito irrevogável mais distante da nação e que a esta fazia oposição<sup>283</sup>”.

A recuperação de George III, já em 1789, encerrou a crise da regência, mas se enganou quem imaginava que seu retorno sepultaria o debate sobre a origem da legitimidade do poder, que estivera, desde a crise americana, no horizonte, mas que voltara escancarado pelas manobras de Fox e Pitt quando o rei enlouqueceu. Embora o restabelecimento do monarca tenha sido relativamente festejado, a questão da prerrogativa versus soberania do povo voltava com vigor, desta vez abastecida pelas notícias das transformações institucionais que continuavam a chegar da França. Foi neste ambiente político, discursando do púlpito da *Old Jewry*, em reunião da *Revolution Society* de comemoração do centésimo primeiro aniversário da Revolução de 1688, que Richard Price fez o seu famoso e provocativo sermão.

O ponto central de seu discurso era a origem do poder na Grã-Bretanha e, para discorrer sobre isso, com uma habilidade admirável, ele conectou o passado fundador do arranjo político então colocado com um tema central do noticiário político inglês da época: a volta do monarca depois do período de seu afastamento causado por motivo de saúde. O religioso aproveitou do assunto bastante conhecido para desenvolver uma

---

<sup>279</sup> Thomas Paine, *Direitos do Homem*, [1791] 2005, p. 113.

<sup>280</sup> Id., p.114.

<sup>281</sup> Thomas Paine, *To Thomas Jefferson*, February/March [1789] 1945 (II), p.1282.

<sup>282</sup> Thomas Paine, *Direitos do Homem*, [1791] 2005, p.114.

<sup>283</sup> Id.

reflexão mais ampla, que retomava o que significara, ao seu ver, a Revolução de 1688. Price se dizia incomodado com os “últimos discursos ao rei, sobre a sua recuperação da severa doença que lhe fora infligida por Deus” precisamente porque os aduladores mais desempenhavam um papel de manada subserviente do que “de cidadãos valorosos e iluminados que até regozijam com um amado soberano, mas, que, ao mesmo tempo, têm consciência de que o poder a ele investido deriva deles<sup>284</sup>”. Segundo Price, se ele tivesse que oferecer uma palavra em celebração à recuperação de George III, faria “em um estilo muito diferente da maioria dos discursos<sup>285</sup>”:

Eu regozijo, senhor, em sua recuperação. Agradeço a Deus por sua bondade com você. Lhe honro, não só como meu rei, mas como quase o único rei legítimo no mundo, por ser o único que tem sua coroa por escolha de seu povo. Que você possa desfrutar de toda felicidade possível. Que Deus lhe mostre a tolice daquelas efusões de adulação que você está recebendo agora, e lhe proteja contra seus efeitos. Que você seja guiado por uma justa compreensão da natureza de sua situação, e que seja dotado de sabedoria, para que sua recuperação seja uma bênção para esses reinos e que se comprometa a considerar-se mais como um servo do que um soberano do seu povo<sup>286</sup>.

“Um dos homens de melhor coração vivo<sup>287</sup>”, com 66 anos na época do discurso, Richard Price era um pastor e ativista importante da causa não-conformista do protestantismo britânico, posição que lhe colocava em contato frequente com os homens mais poderosos da política do império<sup>288</sup>. Ademais, publicava, circulava e se correspondia com personalidades dos ambientes filosóficos e científicos do iluminismo europeu, ocupando um posto máximo de respeito neste sentido, a posição de membro da prestigiosa academia científica *Royal Society* de Londres, onde era conhecido como “escritor, economista político e clérigo”<sup>289</sup>. Apesar de seu estatuto social superlativo, é importante

---

<sup>284</sup> Richard Price, Um Discurso sobre o amor ao nosso país, Novembro [1789] 2017, p.152.

<sup>285</sup> Id.

<sup>286</sup> Ibid., p.153.

<sup>287</sup> Como a ele se referiu o autor de Direitos do Homem – ver em Thomas Paine, Os Direitos do Homem, [1791] 2005, p.26.

<sup>288</sup> Estava entre seus correspondentes, por exemplo, o velho Pitt - Lorde Chatham, com quem concordava em relação aos assuntos da liberdade religiosa. Aliás, na versão publicada do Sermão, Price (Op. Cit., p. 156) anexou um trecho de uma carta que recebera do pai do primeiro-ministro em que este se declarava em favor da chamada “Tolerância”. Deste modo, o pastor lamentava que a postura de Pitt, o jovem, fosse tão diferente: “Tais sentimentos, nestes tempos, não podem honrar a qualquer homem, menos ainda o filho do antigo Lord Chatham”.

<sup>289</sup> Com estas caracterizações seu nome vinha acompanhado no Certificado de Nomeação de Benjamin Franklin, tendo sido Price uma das pessoas que o indicaram ao posto de membro. Ver Certificate of Nomination to the Royal Society, 17 May 1759,” *Founders Online*, National Archives, last modified June 29, 2017, <http://founders.archives.gov/documents/Franklin/01-08-02-0095>. [Original source: *The Papers of Benjamin Franklin*, vol. 8, April 1, 1758, through December 31, 1759, ed. Leonard W. Labaree. New

ressaltar que Price não tinha força para desempenhar qualquer papel de liderança na oposição *whig* – na verdade, nas tramas da política inglesa, estava subordinado à liderança de Lorde Shelburne, que inclusive o convidara para ser o seu secretário pessoal quando, com a morte de Rockingham, foi alçado de modo inesperado ao cargo de líder do Ministério – oferta recusada pelo religioso. Price pertenceu, além da *Revolution Society*, a outros dois agrupamentos políticos no período, o primeiro, aquele chamado de *Bowood Circle*, um informal círculo intelectual que fazia menção a quem habitava na órbita da casa de Shelburne, em Bowood, e o *The Club of Honest Whigs*, cuja própria reivindicação de honestidade como adjetivo de diferenciação perante os outros *whigs* do período sinaliza interesse em construir uma oposição a Pitt afastada do núcleo que controlava o partido na época, Burke, o Duque de Portland e Fox<sup>290</sup>.

Price reconhecia a celebrada excepcionalidade da liberdade inglesa – julgava George III, afinal, como quase o único rei legítimo do mundo – porque a soberania de seu monarca se fundava no que ele considerava um governo civil, no qual, “o rei não é mais do que o primeiro servo do público, criado por ele, mantido por ele, e responsável perante ele: e toda a homenagem celebrada a ele se justifica por sua relação com o público<sup>291</sup>”. Na sua interpretação, a figura do monarca era sagrada porque encarnava a soberania popular: “Sua sacralidade é a sacralidade da comunidade. Sua autoridade é a autoridade da comunidade; e o termo *majestade*, que é usualmente aplicado a ele, é referido não a sua *própria* majestade, mas à *majestade do povo*<sup>292</sup>”.

Segundo Richard Price, fora a Revolução de 1688 a responsável pelo estabelecimento deste governo civil, e a ocasião festiva deveria servir para que os princípios que propiciaram a vitória revolucionária não fossem esquecidos, dentre os quais ele destacava três: “o direito à liberdade de consciência em assuntos religiosos”; “o direito a resistir ao poder quando se abusa dele”; e “o direito de escolher nossos próprios governantes; de cassá-los por má conduta, e o de estabelecermos um governo nós mesmos<sup>293</sup>”:

---

Haven and London: Yale University Press, 1965, pp. 356–360. Em seu livro mais famoso, Thompson (2004, p.26) lembra que, como escritor político, Price havia tido grande sucesso com seu livro escrito no final da guerra da América, que vendera 60.000 exemplares, “Observações sobre a Liberdade Civil”.

<sup>290</sup> O cargo de “secretário privado” era o mesmo que Burke ocupara, no início de sua carreira na alta política londrina, a serviço do Lorde Rockingham. As informações sobre a oferta de Shelburne a Price estão disponíveis em Brooks (1929, p.23). Com relação aos grupos do qual Richard Price fazia parte, nossa referência é Taylor (2010, p.88-96).

<sup>291</sup> Richard Price, Op. Cit., p.152.

<sup>292</sup> Id.

<sup>293</sup> Ibid., p.155.

A Revolução foi fundada sobre estes três princípios, mais especificamente o último. Se não fosse verdade que a liberdade de consciência é um direito sagrado; que o abuso de poder justifica a resistência; e que a autoridade civil é uma delegação do povo – se isso não fosse um fato, eu digo, a Revolução não seria uma afirmação, mas um ataque aos direitos; não uma REVOLUÇÃO, mas uma REBELIÃO. Guardem em seu peito essa convicção, e ajam de acordo com sua influência; detestando as odiosas doutrinas da obediência passiva, não-resistência, e o direito divino dos reis – doutrinas que se continuassem atuando neste país, iriam nos transformar, a esta altura, em escravos desgraçados – doutrinas que implicam que Deus fez a espécie humana para ser oprimida e saqueada; uma blasfêmia contra ele, e um não menor insulto ao senso comum<sup>294</sup>.

Por afirmar que eram estas as bases do governo civil britânico estabelecidas na Revolução de 1688, Richard Price via nas transformações dos últimos anos um desenvolvimento da liberdade inglesa propiciado pela disseminação daqueles princípios estabelecidos pela Revolução Gloriosa e, por isso, encontrava uma continuidade revolucionária entre a Inglaterra do século XVII, a instituição da república na América e a Revolução Francesa. Segundo o pastor, o “período agitado” que o mundo então experimentava era particularmente “auspicioso” para “os amigos da liberdade” – e a julgar pelo seu discurso, o religioso considerava papel importante para isso o trabalho dos escritores iluministas, que, ao seu ver, impediam que os velhos poderes mantivessem o mundo na escuridão: “O seu trabalho não tem sido em vão [...] Observem que a luz que vocês dispararam, depois de libertar a América, refletiu-se na França, e lá acendeu-se uma chama que reduziu o despotismo a cinzas, e acalentou e iluminou a Europa!<sup>295</sup>”. Price advogava o duplo compromisso, de se preservar as conquistas garantidas pelo processo revolucionário do século anterior, e de avançar nas tarefas libertárias que ainda não haviam sido resolvidas<sup>296</sup>. De todo modo, sua síntese do período era, mais do que esperçada, jubilosa:

---

<sup>294</sup> Ibid.

<sup>295</sup> Ibid.

<sup>296</sup> Embora festivo, o sermão tinha o intuito de apontar as pautas que, ao seu ver, deveriam ser abraçadas pelos partidários da *Society*. Como um eminente defensor da causa dos dissidentes, ou seja, dos religiosos que não se enquadravam nos pressupostos da igreja oficial, lembrava que a questão da liberdade religiosa em suas prerrogativas civis ainda não havia sido bem solucionada. Neste ponto, Price (Op. Cit., p.155) afirmou: “ao mesmo tempo em que a Revolução foi uma grande obra, não foi uma obra perfeita; e que nem tudo que era necessário para colocar o reino em segurança e total posse das bênçãos da liberdade foi conquistado. Em particular, vocês devem lembrar, que a tolerância então obtida era imperfeita”. Para o pastor, ainda existiam leis em vigor que se aplicadas poderiam ferir a liberdade religiosa, afetando os templos e os pastores da igreja não oficial. Nesta mesma linha temática, lembrava também das chamadas *Test Laws*, que impediam que dissidentes ocupassem cargos civis e militares. Além da militância em favor

Que período agitado é esse! Eu sou grato por ter vivido para ver isso; e eu quase posso dizer, *Senhor, deixes agora que teu servo partas em paz, pois meus olhos já viram tua salvação*. Eu vivi para ver uma difusão de conhecimento que enfraqueceu a superstição e o erro. – Eu vivi para ver os direitos do homem melhor compreendidos do que nunca; e nações suspirarem por liberdade, quando parecia que haviam esquecido que ela existia. Vivi para ver trinta milhões de pessoas, indignadas e resolutas, repelindo a escravidão, e demandando liberdade com uma voz incontornável; e seu rei conduzido em triunfo, e um monarca arbitrário rendido diante de seus súditos. Após haver compartilhado dos benefícios de uma revolução, me foi permitido ser testemunha de duas outras revoluções, ambas gloriosas. E agora, eu vejo o ardor da liberdade contagiosa e irresistível; o início de uma reforma geral nos assuntos humanos; o domínio dos reis substituído pelo domínio das leis, e o domínio dos padres dando lugar ao domínio da razão e da consciência<sup>297</sup>.

No final de dezembro de 1789, Edmund Burke se incomodava ao perceber o sucesso na disseminação da versão impressa do sermão de Richard Price<sup>298</sup>. Segundo o historiador irlandês Richard Bourke (2015, p.682), o líder *whig* já não nutria grande simpatia pelo clérigo dissidente. O considerava um perigoso associado de Shelburne, que, ao seu ver, depois de (com a participação de Burke, lembremos) ter sua carreira política desmoronada, tentava causar algum impacto bancando agitadores. Para ele, era o caso de Price que, ao seu ver, ao tentar conectar a Revolução Francesa com a Gloriosa de 1688, se afastava da interpretação histórica *whig* para introduzir uma nova narrativa.

Um ano depois, em suas Reflexões, Burke acusaria como uma tática daquele grupo para “acostumar seus clubes a considerarem tal princípio como um axioma indiscutível. De início, será apenas uma teoria, preservada na eloquência sacra, e guardada para posterior uso<sup>299</sup>”. A argumentação, que parece quase paranoica, pode até soar visionária se julgarmos a trajetória do movimento a partir da percepção de Thompson (2004, p.36), que afirmava ser a história dissidente “composta de choques, cismas, mutações; muitas vezes sentem-se nela os germes adormecidos do radicalismo político, prontos para germinar logo que semeados num contexto social promissor e favorável”.

De todo modo, ainda que aceitemos a ideia de que a preocupação de Burke se fundava na preservação da Constituição e do arranjo político estabelecido por 1688 contra

---

desta causa, havia uma questão mais ampla, a “desigualdade da representação”, segundo Price (Op. Cit., 157), “a mais importante questão do imperfeito estado no qual a Revolução deixou nossa constituição”.

<sup>297</sup> Ibid., 159-160.

<sup>298</sup> De acordo com Richard Bourke (2015, p.682), que fez um minucioso estudo sobre a atuação política de Burke, em seu diário, o autor registrou, em 30 de dezembro de 1789, que havia muita gente com o texto de Price nas mãos.

<sup>299</sup> Edmund Burke, Reflexões sobre a Revolução em França, [1790] 1982, p.56.

um projeto lentamente fermentado de radicalismo transformador, é ainda um problema analítico compreender o que fez com que o autor chamasse para si a responsabilidade de levantar-se de modo tão dedicado contra isso. Embora o político representasse uma figura da elite parlamentar britânica, não era exatamente o seu grupo que estava no alvo de qualquer ameaça igualitarista que aparecesse no horizonte. Pelo contrário, parte da oposição *whig* se entusiasmava com as novidades francesas precisamente porque elas poderiam impulsionar os seus projetos de transformação na Grã-Bretanha. Ademais, havia motivos para que os partidários da liberdade e da expansão dos direitos considerassem Burke “um amigo da espécie humana<sup>300</sup>”, ou um partidário “da causa da liberdade civil ou religiosa<sup>301</sup>”. Não era certamente um radical revolucionário, mas o modo como se engajou em contrariar a justificação do poder proposta por Richard Price era uma novidade com relação às suas posições até ali demonstradas<sup>302</sup>.

A questão central aqui parece ser, portanto, explicar como se configurou esse novo quadro. Ao nosso ver, o melhor jeito de situá-lo é compreender que nunca houve uma só interpretação do que havia sido 1688 e conseqüentemente, como se explicava o arranjo político que se erguera desde então. Mesmo dentro do grupo *whig*, a interpretação da origem do poder estava bem distante de ser homogênea. Segundo Richard Bourke (2015, p.682), já na década de 1770, por exemplo, quando de modo coeso os *whigs* criticavam a atuação do Ministério na crise com os colonos da América, haviam divergências manifestas por Edmund Burke entre o que defendiam Price e Lorde Rockingham - naquele momento, o líder político do grupo do qual Burke fazia parte. Cada nova conjuntura apresentou uma nova correlação de forças e naquele contexto especificamente, o que os unia parecia mais importante do que aquilo que os afastava. Desde o início da década de 1780, foram outras diversas conjunturas, e em cada uma, as forças políticas

---

<sup>300</sup> Thomas Paine, *Direitos do Homem*, [1791] 2005, p.21. Paine se referia especificamente à atuação de Burke em favor dos colonos durante a guerra da independência.

<sup>301</sup> Joseph Priestley, *Letters to the Right Honourable Edmund Burke, Occasioned on the Revolution in France*, Birmingham, [1791], 1831 (Vol. XXII, edited by George Shallfield), p.72. Priestley também lembrava da atuação do parlamentar em favor da liberdade na América e também por sua boa vontade com a causa dos Dissidentes.

<sup>302</sup> A defesa dos direitos dos colonos americanos e dos dissidentes religiosos não foram casos isolados da militância, digamos, “libertária”, de Burke na época. Particularmente interessado na atuação do país como força imperial, tinha severas críticas com relação à atuação britânica na Índia, tendo capitaneado o pedido de *impeachment* do então Governador Warren Hastings e construído parte importante de suas alegações a partir da denúncia do modelo de colonização autoritário e desregrado levado adiante por ele e pela Companhia das Índias. Além disso, também havia discursado seguidas vezes contra o comércio de escravos. Evidentemente, cada uma destas pautas deve ser devidamente situada nas próprias contendas internas da política britânica do período, mas queremos, ao reivindicá-las, ressaltar as afirmações de Paine e Priestley como coerentes com a trajetória de Burke. O político *whig* dificilmente poderia ser considerado um devotado defensor da monarquia e da aristocracia.

atuaram de modo a tentar levar adiante seus projetos, fazendo suas escolhas e angariando os apoios interessados cada um ao seu modo.

Nas últimas duas décadas, um período que podemos demarcar entre a Guerra Americana e a Queda da Bastilha, Price e Burke assistiram reviravoltas grandiosas na política britânica. Juntos, criticaram a condução da guerra americana e, como fruto deste processo, Rockingham, o padrinho político de Burke, chegou ao posto máximo do Gabinete e inesperadamente faleceu pouco tempo depois. O seu substituto fora Shelburne, aliado de Price e dos outros não-conformistas, que sem conseguir unir o grupo que estabelecera Rockingham ao seu redor, fora atropelado pela improvável parceria North-Fox, que teve em Edmund Burke um apoiador, uma manobra severamente criticada pelos Dissidentes na época<sup>303</sup>. Esta, como nos ensinou Paine, em vez de unir os polos opostos em favor de uma coesão nacional, os uniu em rancor pelo oportunismo e possibilitou a recuperação da monarquia e a ascensão do jovem Pitt. Além destes desdobramentos que tiveram consequências na configuração do Gabinete e das formações políticas, outros debates tomaram a atenção pública no período (houve, por exemplo, o da crise do rei louco, o do processo *impeachment* do Governador da Índia, o das leis de restrição aos não-conformistas, entre outros).

Com isso, queremos afirmar que de 1775 a 1789, Price e Burke, embora *whigs*, não ficaram sempre do mesmo lado – e, mesmo quando ficaram, dificilmente o fizeram pelos mesmos motivos ou porque atendessem à mesma *agenda*. Nesse caso, o que cada um achava de 1688 era um princípio que podia ou não ser reivindicado, desde que fosse adequado para abastecer o argumento em favor da causa que vislumbrava advogar. O passo que a *Revolution Society*, ou Price, Priestley, outros dissidentes, alguns dos *Honest Whigs*, deram fora o de interpretar a Revolução Francesa como uma continuidade da Revolução de 1688, o que acabou por radicalizar um processo de longa duração de expansão da pauta não-conformista para a arena política reformista<sup>304</sup>. Com Reflexões, Burke se valia de um arsenal argumentativo que o assemelhava, de fato, à interpretação

---

<sup>303</sup> Em suas respostas às reflexões de Burke, Priestley lembrou do episódio porque, segundo ele, havia uma narrativa se disseminando na época dando conta de que a mudança de postura do político britânico se dera como um ressentimento com a postura dos dissidentes pelo tratamento que ele havia recebido por ter apoiado a coalizão. “A união do Sr. Burke e de seus amigos com o Lord North, com quem eles haviam estabelecido uma violenta oposição durante toda a guerra Americana, causou sim horror nos Dissidentes, mas não só nos Dissidentes (pois o choque afetou a maior parte da nação)”, ver em Joseph Priestley (Op. Cit., p.73).

<sup>304</sup> Foi Taylor (2010, p.95) que percebeu como Burke compreendeu essa novidade como uma ameaça, superando, ao nosso ver, a principal referência sobre a qual se apoia a sua pesquisa, que é o trabalho de Richey (1973-74).



*torie* da política<sup>305</sup>, utilizando-o para combater uma ameaça que ganhava força dentro da própria ala *whig*, escolhendo em que espectro se situaria na nova conjuntura que se avizinhava entre seus pares. Dito isso, cabe atentar que, embora certamente pudesse até pressentir, Burke dificilmente poderia prever com exatidão que os acontecimentos da década de 1790 trariam outros sujeitos políticos à cena, o que o empurraria de vez para o conservadorismo. Como um debate interno do partido *whig*<sup>306</sup>, com uma redação grandiloquente, mesclando o recurso ao exagero quase irreverente com uma erudição bem medida, escreveu uma obra que se tornou clássica.

O livro *Reflexões sobre a Revolução na França* de Burke foi lançado no final de 1790 e partia de uma resposta acusatória ao sermão de Richard Price para, a partir dela, alongar-se numa discussão minuciosamente crítica dos desdobramentos da transformação que a nação vizinha experimentava naquele momento, período cujo *ritmo* revolucionário tentamos reconstituir anteriormente. Edmund Burke não só não se empolgava com a ideia de aproximar os valores da monarquia constitucional britânica estabelecidos pela Revolução de 1688 com o governo da Assembleia Nacional francesa, como ia além, atacando como se constituíam os próprios valores dos Direitos do Homem, princípios pelos quais as transformações radicais se justificavam. O político inglês via a crise francesa de um modo menos baseado em ideologia, e mais centrado na disputa por poder de grupos econômicos. Para ser mais específico, na investida dos interesses do capital especulativo volátil ou, em seus próprios termos, “os interesses monetários”, contra o velho sistema fundiário francês:

A enorme dívida da França fez aparecer, sem que fosse percebido, um grande interesse pelo dinheiro, e com ele, um grande poder. Os antigos usos e costumes desse reino sempre tornaram difíceis a circulação da propriedade e a conversibilidade da terra em capital e de capital em propriedade. As propriedades familiares na França são mais extensas do que na Inglaterra e muito mais severamente regulamentadas – o “just retractus”, a grande massa de propriedades fundiárias que pertencem à Coroa e que um princípio do direito francês tornou inalienável, as vastas propriedades das comunidades religiosas – tudo isso fez com que na França, os interesses fundiários e os interesses monetários ficassem separados e opostos, os detentores desses dois tipos de riqueza muito

---

<sup>305</sup> É bastante coerente a acusação de Priestley, quando afirma que o que a obra de Burke faz é reivindicar antigos princípios da obediência e não-resistência, “peculiares aos Tories e aos amigos do poder arbitrário, como aqueles que foram ecoados dos púlpitos do partido da alta igreja, nos reinos dos Stuarts, e da Rainha Anne”. O radical dissidente ia além e emendava sua crítica com uma provocação: “Deixem, no entanto, que eles sejam produzidos novamente, e vamos ver de que modo eles serão tratados pelo bom senso e o espírito do homem-inglês de nossos dias”. Ver em Joseph Priestley (Op. Cit., p.74).

<sup>306</sup> O historiador Richard Bourke (2015, p.682) inclusive recupera uma carta de Burke de 1791 para o Earl Fitzwilliam onde ele afirmava que desejava que seu livro estivesse ao serviço do público e de seu partido.

menos dispostos a se unirem, contrariamente ao que se dá aqui na Inglaterra<sup>307</sup>.

Burke desenhou um quadro social francês do período que antecede a Revolução apresentando, de um lado, a velha aristocracia fundiária em franca decadência financeira em função do “luxo ostentatório, as genealogias sem fortuna e os títulos vazios de muitos membros da nobreza<sup>308</sup>”, e do outro, os ricos sem nobreza, que “suportavam com impaciência uma inferioridade cujos fundamentos não reconheciam<sup>309</sup>”. Uma alternativa que em tese poderia celebrar a união das duas classes, e que segundo o político inglês foi frequentemente experimentada, fora a união por laços de casamento, uma vez que o arranjo propiciaria à classe monetária a distinção, e aos já distintos por nascimento, a garantia à vida luxuosa que marcava a posição. No entanto, Burke acreditava que o arranjo não saíra como se esperava: “a riqueza que salvava a família da ruína passou a manchá-la e fazê-la perder o seu brilho”, enquanto os ricos continuavam sua aspiração por uma posição prestigiosa não por titulação, mas por sua própria riqueza. Na elaboração do parlamentar britânico, essas eram as bases sociais do conflito, uma investida dos interesses monetários para “se vingarem do desprezo dado pelos seus rivais orgulhosos e para elevar sua riqueza ao nível e ao prestígio que eles consideravam natural que ela tivesse. Procuraram atingir a nobreza pela Coroa e pela Igreja<sup>310</sup>”.

A questão é que, nos argumentos do autor, o interesse monetário francês não atuava sozinho naquele conflito. A base social que agitava o processo e promovia o cenário caótico que, naquele texto, Burke inflamava em repudiar, era composta pelas camadas sociais mais pobres. A aliança entre os miseráveis e os interesses monetários contra a nobreza fundiária era, ao seu ver, uma novidade na correlação de forças do período, não exatamente pela disposição que estes demonstravam nas manifestações episódicas, mas porque no período que antecederia a Revolução, eles nutriam desprezo pelos homens cuja propriedade era o dinheiro, porque achavam que “essa forma de propriedade estava relacionada com sua miséria e que ela se agravava<sup>311</sup>”.

Para o parlamentar britânico, havia um grupo social responsável por essa mudança de mentalidade: os escritores políticos, que nos últimos tempos haviam perdido a guarida

---

<sup>307</sup> Id. p.125.

<sup>308</sup> Ibid.

<sup>309</sup> Ibid., p.125-126.

<sup>310</sup> Ibid.

<sup>311</sup> Ibid.

da Coroa<sup>312</sup> e se unido aos interesses dos mais ricos. Exaltando como valor a preocupação com os pobres e humildes de um lado, e, do outro, ridicularizando com sátiras a Corte e o Clero, eles teriam exercido determinante influência sobre o que o autor chama de “espírito público”, conectando os ensejos populares à pauta programática dos endinheirados. Numa síntese, o velho *whig* acusava: “Eles se tornaram demagogos e desempenharam a função de elo entre as disposições hostis dos detentores do capital e a agitação desesperada dos miseráveis<sup>313</sup>”.

Na leitura de Edmund Burke, portanto, a aliança entre o desespero que se transformava em turba e a ganância dos ricos sem linhagem vinha abastecida pelas letras dos escritores políticos, que entoavam valores abstratos e exigiam inovações, expressando total desprezo às tradições e experiências do passado: “estão a explorar uma mina que explodirá de uma só vez com todos os exemplos da antiguidade, todos os precedentes, todas as cartas e todos os atos parlamentares. Eles têm “os direitos do homem<sup>314</sup>”. Na construção de sua tese, o experiente político britânico ia no sentido inverso, advogando a necessidade de que, mesmo nas crises, a tarefa do homem de Estado era manter os arranjos estabelecidos e em casos de última necessidade, transformar moderadamente, mas apenas no sentido de atualizar eventuais deficiências, aprimorando os sistemas existentes.

No caso para o conflito colocado entre os “comuns” franceses e aristocracia fundiária, causada, em sua percepção, pela aspiração de *status social* do grupo ascendente, Burke chegou até mesmo a sugerir, ainda que muito sinteticamente, uma solução adequada a partir de suas premissas. Recorrendo ao exemplo das patentes militares, uma vez que apenas os nobres tinham acesso aos mais altos postos de oficiais, ele sugeriu o estabelecimento de uma “Constituição baseada em Ordens”, deixando um espaço para uma instituição aos moldes da Casa dos Comuns, da qual era parlamentar: uma Assembleia permanente, onde os homens ricos sem títulos tivessem um poder efetivo “poderia abolir aquelas distinções que fossem mais irritantes<sup>315</sup>”.

---

<sup>312</sup> Neste ponto, vale a lembrança de uma nota de rodapé no texto de Paine contra o abade Raynal na qual ele cita a França de Luís XIV – além da Rússia que lhe era contemporânea - como exemplos do modo como um governo deveria tratar os homens das letras. Ver em Letter to the Abbé Raynal (on the Affairs of North America: in wich the Mistakes in the Abbes Account of the Revolution of America are Corrected and Cleared up), [1782] 1945 (II), p. 213.

<sup>313</sup> Ibid., p.127.

<sup>314</sup> Ibid., p.88.

<sup>315</sup> Ibid., p.145.

No ponto alto de sua defesa da tradição contra a inovação, porém, Burke deixou de lado a argumentação sóbria do estadista racional e a substituiu pela de um indignado adulator, com uma excitação muito provavelmente calculada a fim de escandalizar o leitor e associar o movimento revolucionário francês e suas deliberações aos episódios de fúria violenta da multidão. É neste pouco comum tom para um *whig* que Burke narrou e comentou as jornadas de 5 e 6 de outubro de Versalhes - quando “um bando de rufiões e assassinos [...] precipitou-se na câmara da Rainha e perfurou, a golpes de baioneta e punhal, o leito de onde a perseguida apenas tivera tempo de fugir, semi-nua<sup>316</sup>”, um dos episódios mais conhecidos da Revolução Francesa:

Faz dezesseis ou dezessete anos que vi a Rainha da França, então Delfina, em Versalhes; e certamente, jamais desceu à terra, que ela parecia nem tocar, alguma visão mais deliciosa. Vi-a logo acima do horizonte, decorando e alegrando a esfera elevada na qual começava a se mover – cintilante como uma estrela da manhã, cheia de vida, de esplendor e de alegria. Ah! Que Revolução! E que coração precisaria ter para contemplar sem ficar comovido tanta elevação e tanta queda! Quando poderia imaginar que, enquanto acumulava protestos de veneração e de amor entusiástico, distante e respeitoso, ela seria obrigada a esconder em seu seio o antídoto agudo contra a desonra! Quando poderia imaginar que veria tais desgraças ocorrerem-lhe numa nação de homens galantes, numa nação de homens de honra e de cavalheiros! Julgava que dez mil espadas pulariam de suas bainhas para vingar até mesmo um olhar que ameaçasse insultá-la – Mas a idade do cavalheirismo já passou. – Sucedeu-a aquela dos sofistas, dos economistas, dos calculadores; e a glória da Europa está extinta para sempre. Não veremos nunca mais as manifestações de generosa lealdade à classe dos indivíduos e ao sexo, de submissão orgulhosa, de obediência digna, de subordinação do coração, que, até na servidão, conservava vivo o elevado espírito da liberdade. Foram-se a graça natural da existência, a defesa desinteressada da nação, o berço dos sentimentos viris e de empreendimentos heroicos! Foram-se a delicadeza dos princípios e a castidade da honra, que faziam sentir como ferida a mácula, que inspiravam a coragem ao mitigar crueldade, que enobreciam tudo quanto tocavam, e sob cujo domínio e vício perdia toda a força de seu mal, ao destituir-se, ao mesmo tempo, de toda vulgaridade<sup>317</sup>.

O estilo da narração do episódio em questão é notavelmente dissonante do restante da obra e não fora lançado no calor da hora, por um defensor apaixonado da monarquia que se revoltava com (as suas interpretações de) os últimos acontecimentos. Tratava-se, de fato, de um *whig* que era ciente que o tom empregado era distinto de suas intervenções habituais – como se nota pela advertência que ele mesmo fizera no final das reflexões,

---

<sup>316</sup> Ibid., p.97.

<sup>317</sup> Ibid., p. 100.

quando se definiu como “um homem que nunca foi o instrumento do poder nem bajulador dos poderosos e que não gostaria que um de seus últimos atos viesse desmentir toda sua vida<sup>318</sup>”. Outro ponto que sinaliza que não se tratava de uma irrupção impensada, como poderiam ser os panfletos que se digladiavam nas páginas dos semanários da época, era o fôlego e o esmero do autor no preparo do manuscrito. “Seu livro é um tomo de insultos, que não apresenta a escusa de um impulso momentâneo, mas nutrido no decurso de um período de dez meses<sup>319</sup>”, acusaria adequadamente Paine um ano depois, atentando para o fato de que a leitura de Burke do episódio estava repleta de propositais imprecisões.

A questão, porém, é perceber em que se desdobraria sua narração lamentosa do final da “era do cavalheirismo”, e o próprio Burke nos mostrou o caminho: “É a paz da minha pátria que está no centro de minhas preocupações<sup>320</sup>”, admitia e depois sublinhava com uma metáfora pouco inspirada: “Quando a casa de nosso vizinho pega fogo, é recomendável que tomemos precauções para proteger a nossa, pois é melhor aumentar as discussões por excesso de precaução, que se deixar arruinar por excesso de confiança<sup>321</sup>”. Desse modo, ainda que pudesse eventualmente estar severamente impressionado com o destino da monarquia francesa, a questão era aproximar a pauta reformadora reivindicada por Price à fúria irracional de uma turba revolucionária sanguinária<sup>322</sup>, e isolá-la: “as orgias dianas de tebanos e trácios ocorridas na França e aplaudidas apenas em *Old Jewry* geram entusiasmo profético nos espíritos de pouquíssimas pessoas deste reino<sup>323</sup>”. Não

---

<sup>318</sup> Ibid., p.222.

<sup>319</sup> Thomas Paine, *Direitos do Homem*, [1791] 2005, p.43. Além disso, mais adiante, argumentando sobre as questões que Burke se esquivara de debater, Paine (op. Cit., p.79) ainda lembraria que “o livro do Sr. Burke esteve mais de oito meses nas mãos do seu autor e adquiriu as proporções de um volume de trezentas e sessenta e seis páginas”. Um ano antes, em carta a destinatário desconhecido, Paine havia relatado que se encontrara com um livreiro de Londres que relatara que o livro de Burke estava na prensa e que o político havia revisado algumas páginas diversas vezes – “seis, sete, e uma delas nove vezes!”. Paine acompanhava com ansiedade o percurso gráfico da obra porque se comprometera, como um desígnio que atribuíra a si mesmo, a respondê-la assim que teve notícia de que Burke criticaria a Revolução Francesa num texto de fôlego, e a demora da publicação chegou a fazê-lo pensar que Burke havia desistido do projeto. Ver em *To Anonymous*, London, April [1790] 1945 (II), p.1300-1302.

<sup>320</sup> Ibid., p.51.

<sup>321</sup> Ibid., p.52.

<sup>322</sup> Além da impensável imagem de uma rainha seminua desesperada a fugir de uma invasão de miseráveis em seu palácio, munida de um antídoto escondido entre os seios que propiciasse a ela o suicídio antes de ser violentada, Burke (Op. Cit., p.97) também ressaltou, sobre o episódio em Versalhes, no “mais esplêndido palácio do mundo”, “membros espalhados e cadáveres mutilados”, e soldados da guarda real sendo “levados a cepo e decapitados no grande pátio do palácio” com as cabeças “fincadas em lanças que tomaram a frente do cortejo, enquanto os prisioneiros reais as seguiam lentamente, no meio de gritos horroresos, urros assustadores, danças frenéticas, injúrias infames e todas as indizíveis abominações das fúrias do inferno na forma abusada da mais vil das mulheres”.

<sup>323</sup> Ibid, p.97-98. Trata-se, evidentemente, de uma afirmação política de deslegitimação da *Revolution Society*, definida por ele como irrelevante e que pode ser contraditada pela própria iniciativa do autor que gastou tempo e fôlego literário para desautorizar o sermão do Dr. Price e os direitos do homem.

porque Burke temesse pela violência e pela emulação dos episódios grotescos por ele narrados no livro, mas porque acreditava que a agenda transformadora implícita nos direitos do homem poderia animar pautas reformadoras na política britânica. Burke disse isso textualmente, defendendo que as noções políticas do “esquema dessa filosofia bárbara<sup>324</sup>” levava ao “desprezo absoluto por todas as instituições antigas quando se lhes apresenta como opositoras à maneira atual de conceber as coisas, ou à direção das inclinações de hoje. Temo que este desprezo se estabeleça entre nós<sup>325</sup>”.

A questão não era, portanto, sobre a Assembleia Nacional, Luís XVI ou mesmo Maria Antonieta, mas sobre a Câmara dos Comuns, a Câmara dos Lordes, a tão desejada reforma representativa, a reconfiguração do partido *whig* distante do Gabinete, a igreja oficial e seu episcopado. A disseminação do sermão de Price, a propaganda da Revolução Francesa em Londres exaltada pela *Revolution Society*, a radicalização da pauta dos protestantes não-conformistas, a troca pública de elogios entre esta Sociedade e a Assembleia Nacional francesa, eram eventos que Burke aparentemente visualizava como uma série coerente de desdobramentos de um movimento interessado em transformar-se num projeto britânico que tinha como base os temidos direitos do homem. Insistindo no perigo que representava a importação dos valores revolucionários vizinhos para a Inglaterra, Burke chegou a fazer um exercício de transposição, apontando as transformações ocorridas na França a partir de seus equivalentes britânicos, enumerando perguntas retóricas que tinham o intuito de demonstrar como era absurdo espelhar-se no exemplo do outro lado do Canal:

Os cavalheiros da Sociedade da Revolução, tão apressados em suas congratulações, parecem ser fortemente da opinião de que há algum esquema político relativo a este país, para o qual tais procedimentos possam demonstrar-se de alguma forma úteis [...]. Qual é essa causa da liberdade, e quais são os esforços em sua direção dos quais o exemplo da França é tão singularmente auspicioso? Deve ser nossa monarquia aniquilada com todas as leis, todos os tribunais e todas as antigas corporações do reino? Devem ser todos os marcos do país eliminados em favor de uma constituição geométrica e aritmética? A Câmara dos

---

<sup>324</sup> Assim Burke (op. Cit., p.101) define esse “novo esquema de coisas”: “onde “o rei é apenas um homem; uma rainha, uma mulher; uma mulher, um animal, e não um de ordem muito elevada. [...]. Regicídio, parricídio e sacrilégio são apenas ficções da superstição, que corrompem a jurisprudência ao destruir sua simplicidade. O assassinato de um rei, de uma rainha, de um bispo ou de um pai são apenas homicídios comuns; e se o povo, por acaso, ganha com eles, tornam-se uma espécie de homicídio perdoável [...]. Nesse “esquema dessa filosofia bárbara, fruto de corações frios e de inteligências turvas – filosofia tão destituída de sabedoria sólida quanto de bom gosto e de elegância – as leis não devem ser sustentadas senão pelos seus horrores, e pela importância que as suas próprias especulações ou os seus interesses privados permitem a cada cidadão atribuir-lhes”.

<sup>325</sup> Ibid., 63.

Lordes declarada inútil mediante votação? Abolido o episcopado? As terras da Igreja vendidas a judeus e vis traficantes, ou doadas, em suborno, a repúblicas municipais recentemente inventadas a fim de assegurar sua participação no sacrilégio? Deve-se proclamar por lei que todos os impostos são vexatórios e reduzir a renda pública a uma contribuição ou a presentes patrióticos? Substituir impostos sobre a terra ou sobre o malte por fivelas de sapato de prata com vistas ao sustento do poderio naval deste reino? Confundir todas as ordens, classes e distinções, de modo a transformar, através da anarquia universal aliada à valência nacional, três ou quatro mil democracias em oitenta e três, e organizá-las todas em uma única por meio de um poder de abstração desconhecido? Para essa finalidade sublime, deve-se desencaminhar o exército de sua disciplina e de sua fidelidade, em primeiro lugar, através de todo o tipo de libertinagem, e, em segundo, pelo terrível precedente de um donativo sob a forma de aumento de soldo? Deve-se provocar os padres contra os bispos, seduzindo-os com a ilusória esperança de um quinhão do espólio da sua própria Ordem? Deve-se convencer os cidadãos de Londres a desistir de sua lealdade, alimentando-os às custas dos outros súditos? Fazer substituir por um papel compulsório a moeda legal deste reino? Empregar o que restar do estoque pilhado da renda pública no insensato projeto de manter dois exércitos, um para vigiar e combater o outro<sup>326</sup>?

Contra esta suposta *agenda*, Edmund Burke reivindicava a força da tradição britânica, e a manutenção das bases que estruturaram o seu admirado arranjo político que, assim como Richard Price, ele também remontava a 1688. No entanto, o parlamentar britânico ia no sentido oposto: argumentava que o pastor dissidente se enganara em sua visão sobre o que fora a Revolução Gloriosa. Mais que discordar, o político negava integralmente os pressupostos estipulados pelo religioso em seu famoso sermão proferido no púlpito da *Old Jewry* pelo centésimo primeiro aniversário da abdicação de James II. Se o discurso do dissidente se erguia a partir de três premissas gerais, Burke rejeitava todas elas.

Sobre o direito de escolher o próprio governante, afirmava que o que ocorrera fora precisamente o contrário: “A Revolução não nos deu o direito de eleger nossos reis, e mesmo que se suponha que o tenhamos possuído antes, a nação inglesa, por ocasião da Revolução, renunciou solenemente a ele, por ela e por todos os seus descendentes<sup>327</sup>”.

---

<sup>326</sup> Ibid., p.85.

<sup>327</sup> Ibid., p.59-60. Segundo Burke (Op. Cit., p.58), “Se houve um tempo favorável ao estabelecimento do princípio segundo o qual a legitimidade do rei advém de sua eleição pelo povo, este tempo foi, sem dúvida, o momento da Revolução. O fato de ele não ter sido estabelecido nesta época, é a prova cabal de que a nação inglesa era de opinião que ele nunca deveria ser estabelecido. Não há ninguém tão ignorante de nossa história a ponto de não saber que a maioria dos dois partidos no Parlamento estava tão pouco disposta a estabelecer algo de semelhante a este princípio, que, de início, ela decidiu colocar a coroa vacante, não sobre a cabeça do Príncipe de Orange, mas sobre a da sua mulher, Maria, filha do Rei Jaime, a primogênita de seus filhos, reconhecida, indubitavelmente, como sua filha” – a tradução aqui utilizada optou pela tradução do nome do rei, Jaime, que ao longo desta tese, foi tratado em nosso texto como James II.

Sobre o direito resistir a um governo indigno, sustentou que o ato que resultou na abdicação do Rei James foi “reservado e de circunstância<sup>328</sup>” e que “não há nenhum governo que possa subsistir, ainda que por um instante, se fosse possível derrubá-lo por algo tão elástico e tão mal definido quanto a opinião que se possa ter a respeito de sua indignidade<sup>329</sup>”. Por fim, sobre o direito popular de estabelecer um sistema de governo, bradou: “A simples ideia de fabricar um novo governo é suficiente para nos encher de repulsa e horror. Desejávamos, quando da Revolução, e desejamos ainda derivar do passado tudo o que possuímos, como uma herança legada pelos nossos antepassados<sup>330</sup>”.

Em uma passagem que remetia à Guerra Civil, Burke sugeriu que Price havia confundido a linhagem revolucionária que queria reivindicar. Em vez de 1688, a *Revolution Society* se espelhava em uma experiência menos gloriosa do século anterior: o traumático conflito que levava um rei britânico à execução quarenta anos antes daquela chamada “gloriosa” justamente porque substituíra o monarca sem promover um banho sangue. “Se diferencia apenas em lugar e tempo, mas que concorda perfeitamente com o espírito e a carta do êxtase de 1648, os fabricantes de governos, o bando heroico dos que depõem monarcas, os eleitores de soberanos, os líderes triunfantes de um rei<sup>331</sup>”. Para o autor, aquele discurso proferido na *Old Jewry* trazia um estilo que não se ouvia nos púlpitos britânicos desde 1648, “quando um predecessor do Dr. Price, o Reverendo Hugh Peters, fez ressoar na própria capela do rei em *Saint James*, um sermão sobre a honra e o privilégio dos Santos<sup>332</sup>”. O parlamentar *whig* ironizava dizendo que Price supervalorizava sua própria época ao ignorar que o século anterior também obtivera triunfos similares aos que o não-conformista agora celebrava:

e alguns dos grandes oradores daquele período compartilharam-no tão ardorosamente como esses cavalheiros compartilham hoje o triunfo da

---

<sup>328</sup> Ibid., p.64. Como atentamos na nota anterior, Jaime II trata-se da tradução do nome do rei, James II.

<sup>329</sup> Ibid., p.65. Burke (IDEM) defendeu que na Revolução, a acusação contra James II era muito mais substantiva do que este pressuposto frágil pode sugerir: “Eles o acusaram de nada menos do que de ter tido o firme propósito, confirmado por uma série de atos de flagrante ilegalidade, de subverter a *Igreja* e o *Estado* protestantes, bem como as indiscutíveis leis e liberdades que constituem o seu *fundamento*; eles o acusaram de ter rompido o contrato *original* estabelecido entre o rei e o povo. Isto é bem mais que *indignidade*”.

<sup>330</sup> Ibid., p.67. Para Burke (Op. Cit., p.67-68), a Revolução de 1688 não fora uma revolução reformadora, mas sim uma resistência que tentava conservar liberdades tradicionais que remontavam à Carta Magna. “Sobre o velho tronco de nossa herança, tivemos cuidado em não enxertar nenhuma muda estranha à natureza da árvore primitiva. Todas as reformas que fizemos até hoje foram realizadas a partir de referências ao passado; e espero, ou melhor, estou convencido de que todas as reformas que possamos realizar no futuro estão cuidadosamente construídas sobre precedentes análogos, sobre a autoridade, sobre a experiência”.

<sup>331</sup> Ibid., p.94.

<sup>332</sup> Ibid., p.54. Burke cita ainda um trecho do sermão: “com louvores a Deus em suas bocas, e uma espada com duas lâminas em suas mãos, deveriam executar o julgamento dos pagãos e o castigo do povo, aprisionar os *reis* e colocar seus *nobres* sob ferros”.



França. [...] Consta o depoimento de que quando o Rei Carlos foi trazido a Londres para ser julgado, o apóstolo da Liberdade de então conduziu o triunfo. “Eu vi”, disse a testemunha, “Sua Majestade numa carruagem de seis cavalos e Peters galopando triunfante antes do Rei”. O Doutor Price, quando fala como se tivesse feito uma descoberta, segue apenas um precedente; pois, logo no começo do julgamento do Rei, seu precursor, o próprio Doutor Peters, disse, ao concluir uma longa prece na capela real de Whitehall (lugar que havia triunfantemente escolhido): “Tenho rogado e pregado há vinte anos; e agora posso dizer como o velho Simão: *Senhor, deixai partir em paz este vosso servo, pois meus olhos viram a vossa Salvação!*”. Peters não colheu os frutos de sua prece: não partiu tão cedo como queria, nem em paz. Tornou-se (e espero que o mesmo não aconteça aos seus imitadores que podem ainda estar neste país) uma vítima do próprio triunfo que liderou como Pontífice<sup>333</sup>.

Encontrar em Hugh Peters, importante aliado político de Oliver Cromwell na Guerra Civil, um antepassado político de Richard Price era mais uma provocação do que uma reflexão séria. Pior ainda era lembrar do desfecho da trajetória política do revolucionário do século XVII, que fora executado e esquartejado por alta traição no período da Restauração. Sua série de argumentos, estes sensivelmente menos honestos do que o todo da obra, que, à parte os exageros estilísticos, é de uma monumental coerência, compunha o arcabouço argumentativo que sustentava a tese central de Burke: os direitos do homem não eram uma novidade alvissareira para a promoção da liberdade, como um aprimoramento, uma evolução do que se estabeleceu a partir de 1688. O parlamentar *whig* negava à Revolução Francesa qualquer semelhança com a liberdade garantida pela celebrada Constituição inglesa, e a aproximava com a experiência política que menor orgulho despertava naquele período na agitada e frequentemente disputada memória política britânica. Apelando para outra metáfora – dessa vez, uma mais inspirada – Edmund Burke explicou que em sua trajetória política, escolhia se posicionar como alguém que “quando a estabilidade do navio sobre o qual navega é colocada em perigo por um excesso de peso em um dos seus lados, está sempre disposto a levar o pequeno peso que representam suas razões para o lado oposto a fim de reestabelecer equilíbrio<sup>334</sup>”. Se a atuação dos não-conformistas dissidentes e outros *whigs* empolgados pelas transformações na França, sendo o sermão do Dr. Price o seu ponto mais agudo, fizera desestabilizar o navio de Burke, ela seria pequena diante da tormenta que se formava.

---

<sup>333</sup> Ibid., p.93. A obra aqui utilizada optou por traduzir o nome do Rei Charles I por Carlos. Nesta tese, optamos pelo nome original.

<sup>334</sup> Ibid., p.222.

\*\*\*

Quando saiu o livro de Burke, em 1790, Richard Price estava em Paris, onde foi bem recebido pela Assembleia Nacional francesa. Quando voltou à Inglaterra e teve tempo para respondê-lo, não cuidou de apresentar uma réplica pormenorizada, de fôlego. Optando em ser sucinto, ridicularizou o parlamentar britânico num pequeno prefácio à quarta edição de seu Sermão. Dizia não poder esperar muito “de uma pessoa tão desvairada com paixão por reivindicações hereditárias e distinções aristocráticas”, que se colocava abertamente contra a ideia de direitos populares e a filosofia de formar governos, e que, era até mesmo capaz de lamentar “que a era do cavalheirismo passou e de acreditar que os insultos oferecidos por uma turba à Rainha da França extinguíram para sempre a glória da Europa<sup>335</sup>”. Além disso, também rapidamente, cuidou de delimitar suas impressões sobre os eventos da Revolução Francesa para que ele não fosse compreendido inadequadamente e, em um esforço por afastar-se das narrativas horrendas sobre as jornadas de outubro que já naquele período circulavam por toda a Europa, rejeitou ter celebrado a invasão ao Palácio de Versalhes:

Essas palavras ocasionaram uma comparação (pelo sr. Burke em suas Reflexões sobre a Revolução na França) de mim com Hugh Peters, atentando com uma observação que assim como ele, eu *posso não morrer em paz*, e ele me descreveu, p.99, etc., como um bárbaro encantado com sangue, profanando a Escritura, e exultante com relação aos distúrbios e à matança em Versalhes no dia 6 de Outubro do ano passado. Eu espero que haja crédito quando, em resposta a esta repugnante deturpação e ameaça, eu assegurar ao público que os eventos aos quais eu me referi nessas palavras não foram aqueles do dia 6 de outubro, mas apenas os de 14 de julho e seus dias subsequentes, quando, após a conquista da Bastilha, o Rei da França solicitou a proteção da Assembleia Nacional e, por seu próprio desejo, foi conduzido [...] para se apresentar ao seu povo como o restaurador de sua liberdade<sup>336</sup>.

O empenhado militante da causa dissidente em Birmigham, intelectual de notável talento literário, pastor não-conformista e cientista experimental, Joseph Priestley, também se incomodou com o “particular prazer” demonstrado por Burke ao comparar o seu aliado Richard Price com Hugh Peters, “que se expressou com respeito à morte do rei

---

<sup>335</sup> Richard Price, *A Discourse on the love of our country* (Prefácio à quarta edição), em Price: *Political Writings*, Cambridge University Press: New York, 1991, p.177.

<sup>336</sup> Id., p.176-177.

Charles na mesma linguagem usada pelo Dr. Price com respeito à gloriosa projeção de coisas que se abriram a nós pela recente Revolução na França<sup>337</sup>”. Julgava um absurdo a iniciativa porque acreditava que se tratavam de personagens muito distintos. Tinha pelo seu conviva o máximo respeito, o tendo em conta como um virtuoso e reconhecido amigo da liberdade, enquanto considerava o antigo um tirano, bufão, repleto de vícios. Por isso defendia que, embora estes pudessem usar palavras parecidas para descrever momentos relevantes da história, eram muito diferentes um do outro: “sem dúvida, um rosto muito belo pode, às vezes, ter algumas características que se assemelham a um muito feio<sup>338</sup>”. O desenvolvimento da ideia de Priestley, porém, seguia em outra direção: se aproveitando do debate aberto pela estratégica reivindicação da figura do século passado, o pastor recuperou suas impressões sobre a Guerra Civil da década de 1640 e, sem realçar algum eventual heroísmo de Hugh Peters, celebrou como um triunfo o dia da decapitação de Charles I:

De acordo com você, esse Hugh Peters cavalgou numa espécie de triunfo ao trazer o rei Charles prisioneiro a Londres, e ele pode ter triunfado de uma maneira imprópria e indecente; mas, na minha opinião, havia motivo suficiente para triunfo. O 30 de janeiro foi (para usar uma frase do almirante Keppel) um dia de orgulho para a Inglaterra, assim como o 14 de julho para a França, e ele será assim lembrado para toda a posteridade dos homens livres. Que todos os tiranos leiam a história de ambos e tremam. Os bons príncipes vão lê-la sem nenhuma emoção desagradável<sup>339</sup>.

Havia certo arrojo no argumento de Priestley. Embora rejeitasse a imagem de Peters associada a Price, ele aceitava a proposição - no argumento colocado por Burke como uma acusação – de que haveria uma continuidade entre a Guerra Civil de 1640 e a Revolução Francesa, situando ambas – e entre elas, claro, a de 1688 – como parte de um mesmo processo. A julgar pelo contexto então colocado, havia pouco em comum entre os três eventos além de uma questão óbvia: a forte imagem da submissão do Rei que permeou os três processos. No primeiro, certamente o mais radical até então, ocorrera a execução pública de Charles I e a imposição de um governo pelo Parlamento; na segunda, a deposição de um monarca, James II, e a substituição por outro que governaria submetido à *Bill of Rights*; e o terceiro, até aquele momento, estava marcado pelo compromisso de Luís XVI em governar a partir da soberania estabelecida pela Assembleia Nacional, que

---

<sup>337</sup> Ver Priestley (Op. Cit., p.182).

<sup>338</sup> Id.

<sup>339</sup> Ibid., p.183.

impunha uma agenda de ruptura de uma série de privilégios e avançava contra as propriedades fundiárias da Igreja.

Em paz, ao contrário de Hugh Peters, Richard Price morreria ainda em 1791, aos 68 anos. Ainda que uma última vitória política lhe fora negada, quando em 1790, os dissidentes sucumbiram em nova investida contra as *Test Laws* no Parlamento, partiu satisfeito por ter presenciado os “tempos auspiciosos”, afinal, vivera “para ver os direitos do homem melhor compreendidos do que nunca<sup>340</sup>”. Os não-conformistas que ficaram, no entanto, passariam maus bocados: menos de três meses depois do funeral de Price, uma multidão de Birmingham, em defesa “da Igreja e do Rei”, revoltada com a realização de um jantar de comemoração do segundo aniversário da queda da Bastilha, avançou contra a reunião e, depois, contra casa de outros dissidentes, entre estes, Priestley, que teve sua biblioteca e seu laboratório queimados, numa série de ataques que durou quatro dias – do dia 14 ao 17 de julho. Dois dias depois do término das hostilidades, o *Times* de Londres culpou os Dissidentes de Birmingham pela audácia de terem promovido o jantar da Bastilha, acusando-os de envenenar a mente das classes mais pobres com noções da demolição da Coroa e do estabelecimento dos Direitos do Homem, o que, de acordo com o jornal, havia destruído a liberdade real na França<sup>341</sup>.

Nesta mesma época, a tensão a partir das diferentes percepções sobre os valores estabelecidos pela declaração dos direitos francesa chegou também ao Parlamento para rachar de vez o partido *whig*. Quando em março de 1791, o jovem Pitt levou aos Comuns a proposta do Rei de dividir o Canadá em duas províncias, *Upper e Lower Canada*, e apresentou um sistema político e de representação que visava modernizar relações

---

<sup>340</sup> Richard Price, Um Discurso sobre o amor ao nosso país, Novembro [1789] 2017, p.159-160.

<sup>341</sup> Em Formação da Classe Operária Inglesa, Thompson (2004, p.26) faz menção à destruição do laboratório de Priestley. Foi Jonathan Atherton (2012, p.115) quem trouxe a informação sobre a leitura do *Times* de Londres. Atherton dedicou toda uma tese de doutorado para compreender este complexo episódio. Percebido de modo muito confuso na época, tendo se desdobrado em leituras apressadas na imprensa, e inadequações abastecidas pelas forças políticas em disputa na época, os *Riots* são ainda pouco compreendidos pela historiografia atual. Evidentemente, pela nossa incapacidade e pelo seu próprio escopo, esta tese não ousará emitir qualquer juízo com relação às especificidades da contenda, remetendo apenas sobre aquilo que é mais factual do evento, baseando-nos na excepcional pesquisa de Atherton. Com ele, aprendemos e julgamos importante realçar que embora já na época o jantar tenha sido atribuído a uma investida revolucionária dos Dissidentes de Birmingham, ele contou com a presença de uma série de anglicanos e mesmo religiosos dissidentes que muito dificilmente poderiam ser considerados perigosos para o regime, e, por isso, é importante não exagerar na radicalização da pauta não-conformista para reformista ou focar exclusivamente na dimensão religiosa do conflito. É importante compreendê-lo como um dos primeiros e, ainda assim, mais violentos – e também mais importantes - eventos de uma série de episódios que demonstraram a violenta reação *loyalist* na década de 1790. Na mesma linha deste evento está aquele em que, aos gritos de “Igreja e Rei”, uma turba sitiou a casa de Thomas Hardy, onde estava a sua esposa grávida. Como consequência do choque da invasão, a mulher do Hardy morreria, trágica jornada relatada no primeiro capítulo do livro de Thompson (Op. Cit., p.17).

estabelecidas pela *Quebec Bill* da década de 1760, Burke aproveitou-se do debate que se desenrolaria pelos meses seguintes para outra vez maldizer aqueles valores. Sua argumentação era coerente, afinal, defendia que se estes fossem os princípios na Grã-Bretanha, não faria sentido que aquele país governasse um povo de um lugar tão distante. Era uma provocação direta contra o então principal líder *whig*, Charles James Fox, que semanas antes, em uma sessão da Casa dos Comuns que não contou com a participação de Burke, utilizara a tribuna para animadamente elogiar a recém promulgada Constituição Francesa: “o mais estupendo e glorioso edifício de liberdade que já foi levantado sob os alicerces da integridade humana em qualquer tempo ou país”.

Para o Canadá, Fox advogava um conjunto de medidas que permitisse que os próprios colonos tivessem capacidade deliberativa porque julgava que o único modo capaz de preservar colônias distantes era permitir que elas governassem a si mesmas, uma posição que não era nova e reafirmava premissas do debate da Guerra Americana. Edmund Burke, porém, estava mais interessado em responder ao discurso anterior do “honorável amigo”, e seguindo sua cruzada contra os direitos do homem no interior do partido *whig*, insistiu em escandalizar-se com a posição do velho aliado com relação à Revolução Francesa. Essa crítica se tornou discussão áspera, cujo ponto máximo foi a ameaça de Fox de abandonar o Parlamento e voltar apenas quando o que estivesse em discussão fosse a *Quebec Bill*, um debate que agitou o noticiário político inglês e marcou a ruptura entre os dois velhos aliados, escancarando a fissura que o novo contexto causava no interior do partido<sup>342</sup>.

O sermão jubiloso de Price, a escalada da plataforma reformista dos não-conformistas, o audacioso revisionismo histórico de Priestley, o jantar da Bastilha de Birmingham, as posições de Fox no Parlamento, todas essas expressões, hoje consideradas manifestações relevantes do radicalismo inglês do final do século XVIII, pareceram menores quando comparadas a um panfleto lançado em meio aquele já conturbado ambiente político. Levado à prensa em fevereiro de 1791 e disseminado ao

---

<sup>342</sup> As informações da discussão parlamentar são todas baseadas nos relatórios disponíveis no quarto volume da coletânea dos discursos de Charles James Fox na Casa dos Comuns, que compreende os debates do autor no Parlamento de 1789 a 1792. Concernente com o modo como se organizavam as publicações deste tipo na época, os discursos são apresentados de modo a articulá-los com debate colocado. Desse modo, não devem ser compreendidos como transcrições fielmente disponibilizadas, mas como uma espécie de relatório que resumizava e situava os argumentos mais relevantes de cada questão. Ver em *Speeches of the Right Honourable Charles James Fox (In Six Volumes)*, Vol. IV, London, 1815, p.210 para a provocação de Burke; p. 200 para a citação com referência ao entusiasmo de Fox com relação à Constituição Francesa, feita, na publicação, com o recurso da paráfrase; p.202 para a ideia de Fox do autogoverno das colônias distantes; e p.216 para a ameaça de Fox de deixar o Parlamento caso Burke quisesse discutir a Revolução Francesa em vez do assunto em pauta.

longo de todo ano, aquilo que hoje considera-se a primeira parte de Direitos do Homem de Thomas Paine surgia como “o mais sedicioso panfleto já visto<sup>343</sup>”. Com um desprezo de longa data pelo modo como se estruturava a política na Grã-Bretanha – no mínimo desde 1776, quando, em *Common Sense*, disparou contra a excepcionalidade da liberdade inglesa; sem nenhum interesse em agradar os homens situados no centro do poder britânico - Pitt, George III, os *tories*, os lordes, o Gabinete; sem qualquer compromisso com a estabilidade institucional ou com a responsabilidade partidária - não ocupava nenhum cargo oficial e, em que se pese a boa convivência com o círculo *whig*, não comprometera-se a nenhuma atuação que lhe demandasse qualquer tipo de decoro; e, por fim, com diversos aliados e amigos do outro lado do Canal em um momento em que eles levavam adiante uma grande e audaciosa Revolução, Paine reencontrava-se com seu velho radicalismo, silenciado por si mesmo desde o início da década de 1780. Tão entusiasmado quanto em 1776, mas quinze anos mais vivido, trazendo da América uma longa experiência como escritor político e municiado por fontes do mais alto escalão da política francesa e britânica do período, atribuiu a si mesmo a tarefa de responder Burke no momento em que tivera a notícia que o parlamentar trabalhava em uma crítica à Revolução Francesa. Quando o fez, escreveu uma peça monumental.

A estratégia de exposição escolhida por Thomas Paine em seu panfleto de 1791 foi a de organizar os seus argumentos se valendo de pontos propostos por Edmund Burke em suas Reflexões, com o intuito de enumerá-los e refutá-los. Como a obra do parlamentar britânico se dispusera a apresentar suas impressões a partir da exploração analítica de uma série de assuntos não exatamente lineares, a réplica do revolucionário acabou por experimentar lógica semelhante. De todo modo, assim como percebia-se que o valor central da tese de Burke era defesa da estabilidade e da tradição contra a inovação, na obra de Paine há também um fio condutor muito bem estabelecido: o exato oposto, ou

---

<sup>343</sup> Quem se referiu assim ao Direitos do Homem de Paine foi Horace Walpole, escritor e político *whig*, e filho mais novo do grande Robert Walpole, um dos homens mais importantes da política britânica da primeira metade do século XVIII (sua atuação foi tão superlativa que Robert acabou por se tornar o primeiro membro do Gabinete a ser chamado de Primeiro Ministro, como se daria dali em diante com os chefes do Ministério). Seu filho é mais lembrado por sua carreira como escritor. A definição de Direitos do Homem citada no texto está disponível em Horace Walpole, To Mary Berry, May [1791], Horace Walpole Correspondence (Yale Digital Collection), Vol. 11 (48 vols., ed. by W.S. Lewis), p.260. Um mês antes, à mesma correspondente, o jovem Walpole já havia reclamado do panfleto deste americano que defendia doutrinas radicais de “nivelamento” (*levelling*) e se expressava com um linguajar tão vulgar que “você pensa que ele quer degradar a linguagem tanto quanto quer degradar o governo” – ver em Horace Walpole, To Marry Berry, April [1791], Horace Walpole Correspondence (Yale Digital Collection), Vol. 11 (48 vols., ed. by WS Lewis), p.239. O governo de Robert Walpole seria atacado de passagem por Paine (Op. Cit., [1792]2005, p.171) na segunda parte dos Direitos do Homem, de 1792 - segundo o autor, sua atuação no Gabinete não merecia outra designação senão a de “legislação despótica”.

seja, a defesa da inovação contra a tradição. Erguido sob o princípio de que cada geração de homens tinha o direito de renovar e revolucionar os parâmetros de organização social e governamental do modo que julgasse adequado e conveniente, Os Direitos do Homem de Paine era uma celebração da transformação social como um princípio político. Julgava a tese de Burke “a favor da autoridade dos mortos sobre os direitos e a liberdade dos vivos”, e contra isso, argumentava “a favor dos direitos dos *vivos*, e contra terem sua vontade afastada, serem controlados e reprimidos pela pretensa autoridade escrita dos mortos<sup>344</sup>”. Era um princípio que, de saída, demolia a base da discussão colocada e levava o debate para um rumo inteiramente novo. Para começar, Paine não via nenhum sentido em disputar a memória de 1688:

Nunca houve, nunca haverá e nunca poderá haver um Parlamento, ou qualquer representação de homens, ou qualquer linhagem de homens em qualquer país que detenha o direito ou o poder de obrigar e controlar a posteridade até “o fim do tempo”, ou de determinar para sempre como o mundo será governado, ou quem governará; e, portanto, todas essas cláusulas, leis ou declarações pelas quais os seus autores tentam fazer o que não têm nem o direito nem o poder de fazer, nem o poder de implantar, são em si mesmas nulas e sem efeito. Toda época e geração devem ser tão livres para agirem por si mesmas em todos os casos quanto as épocas e gerações que as precederam. A vaidade e presunção de governar além do túmulo constituem a mais grotesca e insolente de todas as tiranias[...]. Toda geração é, e tem que ser competente em relação a todos os propósitos requeridos por aquilo que é nela ensejado. São os vivos e não os mortos que devem ser abrigados. Quando o ser humano deixa de existir, seu poder e suas necessidades deixam de existir com ele; e não tendo mais qualquer participação nos interesses deste mundo, não tem mais qualquer autoridade quanto a nortear quais serão os governantes deste mundo, ou como o governo deste será organizado ou administrado<sup>345</sup>.

Por não aceitar a premissa colocada pelo debate, Paine criou uma outra chave analítica para explicar a origem do arranjo político britânico, o que demandou que ele esboçasse – ainda que sem minuciar – uma revisão histórica da origem do poder no país. Desde 1776, defendia que não havia nada de meritório na gênese da monarquia inglesa: “um bastardo francês desembarcando em meio a um grupo de bandidos armados, estabelecendo a si mesmo como o rei da Inglaterra contra a vontade dos nativos, em termos exatos pode ser classificado de um iniciador grandemente torpe e desprezível<sup>346</sup>”.

---

<sup>344</sup> Thomas Paine, *Direitos do Homem*, [1791] 2005, p.28.

<sup>345</sup> Id.

<sup>346</sup> Thomas Paine, *O Senso Comum*, [1776], 1982, p.20. Naquela discussão, Paine se valia dessa revisão histórica para defender a separação americana da Inglaterra, numa argumentação dedicada a desqualificar a própria instituição da monarquia. Em 1791, suas palavras são menos contra os princípios monárquicos e

Quinze anos depois, recuperava aquela compreensão da origem do poder britânico para explicar que “Os governos emergem ou *do povo* ou *sobre o povo*. O governo inglês é um destes que resultaram de uma conquista e não de uma sociedade; por conseguinte, surgiu sobre o povo”, uma condição que, segundo ele, não se alterara apesar das inúmeras mudanças e das diferentes situações que se impuseram ao longo dos séculos subsequentes, o que fazia com que o autor afirmasse que “desde a época de Guilherme, o Conquistador, o país jamais reformou a si mesmo<sup>347</sup>”. Para desenvolver essa ideia, Paine disparava contra todo o sistema político britânico vigente, numa série de contundentes afirmações. Para ele, as duas câmaras britânicas eram expressões deste tipo de poder: “nasceram do que é chamado de *Coroa* em virtude de patente ou favor – e não com base nos direitos inerentes do povo”, e seus parlamentares representavam a “abjeção dos *boroughs* apodrecidos” e “as cidades aristocráticas de carta patente<sup>348</sup>”.

Desse modo, sustentava que a relação estabelecida entre as Câmaras inglesas e o rei se assemelhava à vassalagem dos conquistados perante os seus conquistadores. Para Paine, essa perspectiva não sucumbiu nem quando o Parlamento expulsou um rei e buscou em William e Mary os novos monarcas em 1688 e afirmou, em uma declaração institucional, que com humildade e fidelidade se *submeteriam* à nova monarquia. “*Submissão* é inteiramente um termo de vassalos, que repugna à dignidade da liberdade”, um “eco da linguagem utilizada na Conquista<sup>349</sup>”.

Para Paine, 1688 não era mais do que outro capítulo na longa trajetória de usurpação que marcou toda a história política britânica, desde Guilherme, o Conquistador, até o então monarca, George III. O Parlamento, longe de atuar de modo autônomo, em busca de soberania nacional – e sua comparação foi sempre com a revolucionária Assembleia Nacional na França – optava constantemente por cortejar o poder a fim de ocupar os espaços que o pacto social erguido da conquista lhes reservara. Por isso, o autor

---

mais contra o estabelecimento do poder monárquico britânico, o que pode ser explicado pelo interesse em defender a tentativa naquele período revolucionário na França de estabelecer Luís XVI como parte do sistema político. Em *Direitos do Homem* (p.103), Paine lembrava de Guilherme, o Conquistador, em termos semelhantes, para provocar Burke: “Por mais arduamente que o Sr. Burke tenha trabalhado no projeto de lei da Regência e da sucessão hereditária há dois anos, e por mais que tenha vasculhado em busca de precedentes, ainda assim não foi suficientemente ousado para apresentar Guilherme da Normandia e dizer: *Eis aquele que encabeça a lista, eis a fonte da honra; o filho de uma prostituta e o saqueador da nação inglesa*”.

<sup>347</sup> Thomas Paine, *Direitos do Homem*, [1791], 2005, p.58. Paine (Op. Cit., p.56) defendia haver três categorias de origem do poder dos governos: i) fundados na superstição; ii) fundados no poder dos conquistadores; iii) fundados no interesse comum da sociedade e nos direitos do homem.

<sup>348</sup> Id., p.76-77.

<sup>349</sup> Id., p.77.



se negava a fazer comparações da Revolução de 1688 com a Revolução Americana ou com a Francesa, precisamente o que havia feito Price no sermão que deu início a este debate. A primeira reafirmava as bases de um governo erguido a partir da conquista, as duas recentes baseavam sua legitimidade nos interesses da comunidade e nos direitos do homem:

Como a avaliação de todas as coisas é feita por comparação, a revolução de 1688, não obstante em virtude das circunstâncias possa ter sido exaltada além de seu valor, encontrará o seu nível. Já se acha minguante, eclipsada pela órbita engrandecedora da razão e as revoluções luminosas da América e da França. Em menos de um século irá, bem como os esforços do Sr. Burke, “para a catacumba familiar de todos os Capuletos”. E a humanidade então mal acreditará que um país que se classifica como livre mandaria buscar na Holanda um homem, e o teria investido de poder propositadamente para reduzir a si mesma ao temor diante dele, e lhe daria quase mil libras esterlinas por ano para a permissão de se submeter à sua posteridade, como escravos e escravas, para sempre<sup>350</sup>.

Em sua leitura sobre o processo revolucionário francês, Thomas Paine chamava atenção para a diferenciação que ali se estabelecera entre pessoas e princípios. Em seu entendimento, a revolução baseada nos direitos do homem se diferia das outras experiências europeias anteriores porque fora levada adiante não contra a figura de Luís XVI, mas contra todo um sistema de despotismo. Por isso, ele julgava não só compreensível, mas “uma das suas mais elevadas honras<sup>351</sup>”, o fato de que a Revolução tenha se dado em um contexto no qual o rei não era um tirano.

O autor compreendia o sistema despótico de modo mais amplo: “O despotismo possui seu padrão em toda parte. Todo cargo e departamento possuem seu despotismo, fundado no costume e no uso. Todo lugar tem sua Bastilha, e toda Bastilha seu déspota<sup>352</sup>”. Em uma refinada argumentação sobre como o autoritarismo se manifestava em múltiplas dimensões, Paine explicava que os princípios doutrinários que justificavam o poder do rei se disseminavam e garantiam a reprodução permanente da tirania. Ao seu ver, ela não cessava simplesmente pela presença de um monarca justo no trono, porque “o despotismo hereditário original residente na pessoa do rei divide-se e subdivide-se em mil configurações e formas, até finalmente o seu todo atuar por delegação<sup>353</sup>”.

---

<sup>350</sup> Id., p.77-78.

<sup>351</sup> Ibid., p.35.

<sup>352</sup> Ibid., p.34.

<sup>353</sup> Ibid.

Paine mencionava como esses despotismos que se construía independentes, o parlamentar, o clerical, o “sistema feudal” (este tipo atuando localmente), além do que ele chamou de “despotismo administrativo” (este último com capacidade e abrangência para ser sentido em toda a França). Desse modo, concluía: “Havia, se posso assim me expressar, mil despotismos a serem *reformados* em França, que tinham se desenvolvido sob o despotismo hereditário do monarca, e se tornaram tão enraizados a ponto de serem, em grande medida, independentes dele<sup>354</sup>”.

Não só neste discurso, mas ao longo de toda obra, Paine demonstrou grande familiaridade com os assuntos políticos franceses. Sua relação com membros ligados ao poder no país remontava à América, quando fora patrocinado para escrever em favor da aliança entre a monarquia e a república na Guerra contra a Inglaterra, acordo costurado pelo representante francês para os novos estados independentes, Chevalier de la Luzerne, como vimos no capítulo anterior. Não é um dado desprezível de sua biografia que quando ele decidiu voltar para a Europa com o afã de viabilizar a construção de sua ponte, tenha optado por Paris. Na capital francesa, tinha como principais contatos o comandante Lafayette e o representante dos Estados Unidos no país, Thomas Jefferson, os dois amigos que trazia da Revolução Americana, o primeiro com quem servira no exército continental, o segundo um fazendeiro e brilhante pensador que ocupara um dos assentos da Virgínia no Congresso Continental. Na medida em que a Revolução avançava, crescia o prestígio e a influência do velho colega francês e, em 1791, ano em que Paine publicou os Direitos do Homem, Lafayette era o mais poderoso líder da Assembleia Nacional, frequentemente citado, festejado ou ofendido, mas bastante conhecido no ambiente político inglês. Ao ponto em que defender a Revolução Francesa em Londres passava também por defender a atuação da Assembleia, da Guarda Nacional, e do próprio Lafayette<sup>355</sup>.

---

<sup>354</sup> Ibid., p.34.

<sup>355</sup> Paine (Ibid., p.39-40) chegou inclusive a reivindicar Lafayette como fonte de suas informações para explicar como se deu a sua elevação à posição de vice-presidente da Assembleia e a primeira apresentação da declaração dos direitos do homem, ainda incompleta, na Assembleia Nacional: “O arcebispo de Viena era, na ocasião, o presidente da Assembleia Nacional – uma pessoa demasiado idosa para suportar o cenário que alguns dias ou algumas horas poderiam trazer em seu bojo. Era necessário um homem mais ativo e detentor de coragem mais ousada e a Assembleia Nacional elegeu (na figura de um vice-presidente, pois o arcebispo ainda era o presidente) M. de la Fayette, sendo este o único exemplo da eleição de um vice-presidente. Foi no momento em que aquela tempestade estava pendente (11 de julho) que uma declaração de direitos foi apresentada por M. de la Fayette, a qual é a mesma que aludimos na página 31. Foi esboçada apressadamente e constituiu apenas uma parte da declaração de direitos mais extensiva que obteve consenso e foi adotada posteriormente, pela Assembleia Nacional. A razão em particular para apresentá-la nesse momento (M. de la Fayette desde então me informou) era que se a Assembleia Nacional sucumbisse na destruição pela qual se via ameaçada pelos que a cercavam, algum vestígio de seus princípios poderia ter a chance de sobreviver ao desastre”.

Desse modo, a tarefa de responder Edmund Burke não era apenas filosófica, no sentido de apresentar uma argumentação com base em princípios e valores que superasse aquela defendida pelo parlamentar *whig*. A questão era também explicar as imagens sanguinárias pintadas por Burke em seus relatos sobre episódios da Revolução. Para tanto, Paine cuidava de isentar de qualquer responsabilidade com relação à violência revolucionária tanto a Assembleia Nacional, como a *Commune* de Paris, uma vez que julgava que fora precisamente a força destas instituições que conseguiu conter os ânimos “no decorrer desses tremendos acontecimentos envolvendo armas e confusão, além do controle de qualquer autoridade<sup>356</sup>”.

Não obstante, Paine ia além: para o autor, a violência que se fez presente em alguns dos episódios não fora uma invenção do movimento revolucionário, mas uma ação do *populacho*, “a mais baixa classe da espécie humana”, que estava a repetir o velho costume da opressão sob a qual estivera sempre submetida: “Eles a aprendem com os governos sob os quais vivem e se vingam dos castigos que foram acostumados a contemplar” e “aplicam os exemplos de terror que foram ensinados a praticar<sup>357</sup>”. Assim, podemos notar que ao mesmo tempo em que Thomas Paine remetia à atuação entusiasmada dos mais pobres a explicação dos eventos menos nobres do processo revolucionário francês, ele não os responsabilizava pela conduta virulenta que eles poderiam manifestar. Aquilo tudo era, em sua compreensão, uma consequência de um sistema social que lhes antecedia e os submetia àquela condição:

Tudo que vemos ou ouvimos que seja ofensivo aos nossos sentimentos e que avilte a natureza humana deveria ensejar outras reflexões além daquelas de censura. Mesmo os seres que o perpetraram têm algum direito à nossa consideração. Por que, perguntamos, ocorre de tais classes humanas de enormes contingentes, classes que distinguimos pela designação de vulgo, ou de massa ignorante, são tão numerosas em todos os velhos países? No instante em que fazemos a nós mesmos essa pergunta, já a reflexão pressente uma resposta. Surgem, como consequência inevitável, da má formação de todos os velhos governos da Europa, inclusive da Inglaterra. É pela exaltação distorcida de alguns homens que outros são rebaixados de maneira distorcida, até que o todo

---

<sup>356</sup> Ibid., p.45.

<sup>357</sup> Ibid., p.43. Neste ponto, Paine (Ibid., p.44) compara as cabeças espetadas em lanças e carregadas por Paris com o tipo de prática que era comum na Inglaterra, no *Temple Bar*, onde se exibia a cabeça de condenados no centro administrativo de Londres: “Talvez se possa dizer que não significa nada a um homem o que lhe é feito depois que está morto; mas significa muito aos vivos: tortura seus sentimentos ou endurece seus corações e, num caso ou outro, os instrui quanto a como punir quando o poder cair em suas mãos”. O autor também enumera outra série de castigos do mesmo tipo, como enforcamento, estiramento, esquartejamento, a extração do coração da vítima perante multidão, a execução de despedaçar homens amarrados em cavalos.

se torna desnaturado. Um vasto contingente da humanidade é arrojado, de modo degradante, ao plano de fundo do quadro humano para promover, com maior resplendor, o espetáculo de marionetes do Estado e da aristocracia. No início de uma revolução, essa humanidade é mais a seguidora do grupo *acampado* em torno de uma causa do que da *bandeira* da liberdade, tendo ainda que ser instruída a como reverenciá-la<sup>358</sup>.

A ideia central deste argumento sintetiza toda a compreensão de Paine sobre os episódios da Revolução narrados por Burke. Eles não deviam ser entendidos como uma ação deliberada do movimento revolucionário organizado, mas como uma explosão da população mais pobre brutalizada, enraivecida e desejosa por vingança pela experiência pregressa de submissão aos sistemas de despotismos estabelecidos. Mas não era só isso: em um sentido mais específico, o discurso do revolucionário americano atenta para o fato de que tanto a Queda da Bastilha quanto as jornadas de outubro deveriam ser situadas no contexto da correlação de forças expressa nas disputas pelos rumos da França, e em ambos, havia uma marcante presença de uma reação que confabulava para derrotar a Assembleia Nacional.

Com relação à tomada da Bastilha, Paine defendia que ela fora uma resposta insurrecional a uma conspiração liderada pelo irmão mais novo de Luís XVI, o Conde D'Artois, que contou com a participação do Conde de Broglie e do príncipe de Lambesc. A estratégia desse grupo foi o de apontar um novo Ministério, que, ao contrário do anterior empossado, fosse capaz de enfrentar a Assembleia, e preparar uma investida armada contra os próprios parlamentares – e a eventual resistência que pudesse se levantar em sua defesa, um plano dedicado a “destruir a Assembleia Nacional, agarrando seus membros e, com isso, esmagando, mediante um *coup de main* todas as esperanças e perspectivas de formar um governo livre<sup>359</sup>”.

Paine afirmou que para levar adiante esse golpe, o grupo ligado à nobreza reuniu cerca de trinta mil soldados em torno de Paris, a maior parte formada por tropas estrangeiras remuneradas. Dentre estas, o autor narrou que um dos corpos da cavalaria formado por soldados alemães e comandado pelo príncipe de Lambesc chegou a avançar contra a cidade e entrar em combate com a população parisiense, uma escaramuça que atraiu em defesa da população, um grupo de soldados franceses que defendiam a causa nacional. Foi como uma resposta a esta investida que os deputados ascenderam Lafayette

---

<sup>358</sup> Ibid., p.45.

<sup>359</sup> Ibid., p.38.

ao posto de vice-presidente, e, como consequência a este contexto, o nobre revolucionário apresentara a incompleta declaração dos direitos do homem (ver nota 318). Foi também como uma resistência em favor da Assembleia contra a reação que, em 14 de julho, a famosa prisão francesa fora tomada:

Que a Bastilha foi atacada com um entusiasmo heroico, o qual somente o mais acentuado ímpeto de liberdade podia inspirar, e isso levado a efeito no espaço de umas poucas horas, constitui um acontecimento do qual o mundo se acha completamente familiarizado. Não estou empreendendo um detalhamento do ataque, mas trazendo à luz a conspiração contra a nação que o provocou e que ruiu com a Bastilha. A prisão à qual o novo ministério estava condenando a Assembleia Nacional, além de ser o altar mor e fortaleza do despotismo, tornou-se o próprio objeto por onde começar. Essa operação esfacelou o novo ministério, cujos membros começavam agora a fugir da ruína que haviam preparado para outros. As tropas de Broglio se dispersaram e ele próprio igualmente fugiu<sup>360</sup>.

Paine explicava, em uma perspectiva similar, as tão comentadas jornadas de 5 e 6 de outubro, “a expedição a Versailles”, que, ao seu ver, mesmo dois anos depois do ocorrido ainda permanecia envolvida “em todo aquele tipo de mistério que sempre acompanha acontecimentos produzidos mais por força de uma confluência de complicadas circunstâncias do que em função de um projeto estabelecido<sup>361</sup>”. O autor ressaltava que embora não houvesse ainda uma interpretação inquestionável sobre o evento, existiam alguns pontos que precisavam ser compreendidos para que fosse devidamente reconstituído o tenso ambiente político na França no período que antecedeu a invasão palaciana que tanto horrorizara Burke. Outra vez, Paine colocou no quadro os dois grupos antagonistas: a aristocracia reacionária que confabulava para tentar destruir a Revolução de um lado, e o povo enraivecido e agindo de modo impulsivo contra o partido dos privilégios de outro. Para o autor, a Assembleia, na figura de Lafayette, servira para mediar o conflito e apaziguar a situação.

O escritor revolucionário explicou que, naquele momento, o rei demorava em sancionar os decretos da Assembleia Nacional, especialmente a Declaração dos Direitos do Homem e os Decretos de 4 de agosto, nos quais estavam expostos os princípios fundantes sobre os quais a Constituição Francesa deveria ser criada. Segundo Paine, essa lentidão acabou por ser responsável pela manutenção de um forte clima de tensão e, ainda que pudesse eventualmente ser justificada por questões administrativas, ela só colaborava

---

<sup>360</sup> Ibid., p.42.

<sup>361</sup> Ibid., p.46.

para que a instabilidade permanecesse: “fosse o que fosse, os inimigos da Revolução, dessa demora extraíram esperança, enquanto os amigos da Revolução dela tiraram inquietação<sup>362</sup>”.

Para piorar a situação, as notícias de que, em uma recepção no Palácio de Versalhes, os soldados da *Garde du Corps*, um corpo militar ligado aos aristocratas, haviam arrancado o emblema tricolor de seus chapéus e pisado sobre eles, enfureceram a população parisiense, e um grupo marchou de Paris até Versalhes com o intuito de atacar os tais soldados. De acordo com Paine, a ideia dos aristocratas era precisamente causar essa tensão e, a partir dela, criar o clima para uma reação. Seu plano seria, a partir do caos que iria se estabelecer, levar o rei para Metz e de lá organizarem-se para o embate que poderia levar à derrota o processo revolucionário.

Segundo Paine, com a população enraivecida de um lado e a *Garde du Corps* de outro, coubera a Lafayette, outra vez, a função de dialogar com os dois lados para impedir uma batalha que certamente prejudicaria a Revolução, o que, para o autor, foi uma tarefa cumprida com sucesso pelo dirigente francês. Segundo o escritor, além da atuação de Lafayette, a intervenção do rei fora fundamental para resolver a situação e estabelecer um clima de felicidade geral, uma vez que o monarca “mandou chamar o Presidente da Assembleia Nacional e assinou a Declaração dos Direitos do Homem, além de outras partes do texto constitucional que já se achavam prontas<sup>363</sup>”. Os episódios detalhadamente narrados por Burke, dos quais até Richard Price cuidara de se afastar, teriam ocorrido depois disso, e não como parte do processo revolucionário. Na argumentação de Paine, eles ocorreram em função do ensejo de vingança e de justiça popular em um cenário marcadamente tenso incitado após uma atitude desmedida de um guarda aristocrata:

Assim se passaram as coisas até o romper do dia, quando um novo distúrbio ocorreu devido ao comportamento reprovável de alguns indivíduos de ambos os partidos, pois em todos esses cenários sempre haverá tais tipos. Um integrante da *Garde du Corps* surgiu a uma das janelas do palácio e as pessoas que tinham permanecido durante a noite nas ruas o abordaram com termos insultuosos e provocativos. Em lugar de se retirar, como em tal caso recomendaria a prudência, ele ergueu seu mosquete, disparou e matou um dos milicianos de Paris. Destruída assim a paz, as pessoas invadiram rapidamente o palácio em busca do ofensor. Atacaram o quartel da *Garde du Corps* dentro do palácio e perseguiram seus membros através das alamedas do palácio, atingindo os aposentos do rei. Em meio a esse tumulto, não apenas a rainha, como o Sr. Burke o deu a entender, mas todas as pessoas no palácio foram

---

<sup>362</sup> Ibid., p.47.

<sup>363</sup> Ibid., p.49.

acordadas e ficaram atônitas. M. de la Fayette teve, pela segunda vez, que intervir entre os dois partidos, evento que foi encerrado com a *Garde du Corps* colocando a cocarda nacional, o assunto sendo finalizado como por força de anistia, após a perda de duas ou três vidas<sup>364</sup>.

A narração dos eventos proposta por Paine exaltava o processo revolucionário francês, institucionalizado em seus argumentos na imagem da Assembleia Nacional e personificado na figura quase heroica de Lafayette e, de modo geral, servia para situar os eventos em uma trama mais complexa do que aquela pintada por Burke. O parlamentar britânico, embora tenha sido cuidadoso para explorar uma interpretação social dos interesses, das causas e dos projetos em disputa na Revolução Francesa, preferiu, ao narrar os eventos em questão, situá-los como consequências de um processo de transformações sociais e institucionais detestáveis. Era uma estratégia argumentativa: ao associar todo o processo aos eventos cujas imagens eram as mais assustadoras, visava desqualificar as iniciativas inglesas de reivindicação de uma plataforma de mudanças inspirada no país vizinho e nos direitos do homem. Thomas Paine teve o mérito de encontrar na falta de uma análise cuidadosa dos eventos e na omissão das informações sobre a atuação da aristocracia reacionária em ambos os processos, o interesse de Burke.

“O sr. Burke tem que lembrar que está escrevendo história, e não *teatro*, e que seus leitores esperam a verdade e não a efusão de uma arenga aguda e extravagante<sup>365</sup>”. Para o revolucionário americano, o político *whig* utilizara-se de um artifício intencional: “Se os crimes dos homens fossem exibidos acompanhados de seus sofrimentos, por vezes o efeito teatral se perderia e o público se inclinaria a aprovar onde se pretendia que devessem experimentar comiseração<sup>366</sup>”.

Tratava-se de uma afirmação sutil, mas notavelmente ousada do autor, que com ela, sugeria que caso o público inglês tivesse real conhecimento do que motivara o *populacho* francês nos dois violentos episódios, poderia apoiar os eventos em vez de se horrorizarem: “Serve ao seu propósito exhibir os efeitos sem suas causas. Fazê-lo constitui uma das artes do drama<sup>367</sup>”. “Uma encenação dramática”. Era assim, afinal, como Thomas Paine definia a obra do parlamentar britânico: “a julgar pelas liberdades poéticas que tomou na omissão de alguns fatos, na distorção de outros e fazendo todo o mecanismo

---

<sup>364</sup> Ibid.

<sup>365</sup> Ibid., p.36.

<sup>366</sup> Ibid., p.46.

<sup>367</sup> Ibid.

se torcer, de modo a produzir um efeito teatral<sup>368</sup>”. Foi precisamente com a ambição de provocar e ridicularizar o tom dramático que marcou o escrito de Edmund Burke que Thomas Paine desenhou uma irônica imagem romanesca, fazendo referências a Cervantes e Shakespeare, um artifício raríssimo em sua produção intelectual. Criou assim uma das passagens mais conhecidas de Direitos do Homem:

Quando vemos um homem lamentando em tom dramático numa publicação destinada a merecer crédito que “*A era da cavalaria acabou!*”, que “*a glória da Europa está extinta para sempre!*”, que “*a graça não comprada da vida (se alguém sabe o que é isso...), a defesa barata das nações, a nutriz do sentimento viril e da empresa heroica morreram!*”, e tudo isso porque a era Quixote da tolice da cavalaria se foi, que opinião podemos formar de seu julgamento, ou que consideração podemos atribuir a seus fatos? Na rapsódia de sua imaginação ele descobriu um mundo de moinhos de vento e sua tristeza é não haver Quixotes para os atacar. Mas se a era da aristocracia, como a da cavalaria, vier a cair (e elas tinham originalmente alguma conexão), o Sr. Burke, o trombeteiro da Ordem, poderá continuar sua paródia até o fim e encerrá-la com a exclamação: “*A ocupação de Otelo acabou!*”<sup>369</sup>.

Como se não fosse suficiente toda a ousadia que marcara o desenvolvimento da obra em questões diversas - não só nas afrontas a Burke, “o trombeteiro da Ordem”, mas também suas provocativas elaborações sobre a política inglesa de seu tempo, os arrojados debates sobre princípios filosóficos, o ultrajante revisionismo da história da monarquia inglesa, o pormenorizado e compreensivo relato dos episódios sanguinolentos da Revolução Francesa – Thomas Paine ainda guardaria para a conclusão de seu panfleto um discurso em defesa de transformações na Inglaterra, reformas que fossem inspiradas nos direitos do homem.

Defendia que as mudanças que surgiram no mundo a partir das revoluções na América e na França sinalizavam para “a renovação da ordem natural das coisas” porque eram baseadas em “um sistema de princípios tão universal quanto a verdade e a existência do ser humano, e que combina moral com bem-estar político e prosperidade nacional<sup>370</sup>”. O autor via nos dois exemplos a decadência dos governos hereditários, e percebia: “revoluções amplamente fundamentadas na soberania nacional e no governo representativo abrem seu caminho na Europa<sup>371</sup>”. Sua conclusão era alvissareira, e, por isso, particularmente audaciosa: “pelo que presenciamos agora, nenhuma reforma do

---

<sup>368</sup> Ibid.

<sup>369</sup> Ibid., p.36.

<sup>370</sup> Ibid., p.126.

<sup>371</sup> Ibid., p.129.



mundo político deve ser tida como improvável. Trata-se de uma era de revoluções, na qual tudo pode ser buscado<sup>372</sup>”.

De acordo com Hawke (1992, p.223) e Philp (2007, 25-26), o famoso editor Joseph Johnson, que já havia publicado obras relevantes no período - peças de autores como Mary Wollstonecraft, Capel Lofft e Thomas Christie - havia se interessado em publicar a resposta de Paine a Burke e levou o panfleto ao público no final de fevereiro. No entanto, quando as primeiras reações negativas à obra surgiram, ele apressou-se retirar o livro do mercado com medo de processos, o que abriu caminho para que J. S. Jordan, vislumbrando o sucesso que ela poderia ter no agitado ambiente político inglês, assumisse a responsabilidade - e os potenciais lucros - pela circulação daquela peça. A partir de março, ao preço de três *shillings*, Direitos do Homem foi apresentado ao público como uma “resposta ao ataque do Sr. Burke à Revolução Francesa por Thomas Paine, o Secretário para Assuntos Exteriores do Congresso na Guerra Americana, e autor da obra intitulada *Common Sense*<sup>373</sup>”.

O público inglês não tardaria em reconhecer na obra méritos superlativos. A julgar pelo que festejava a *Society for Constitutional Information*, a recepção do livro foi empolgantemente calorosa: “ouvimos que mais de 15 mil cópias já foram vendidas”, celebrava menos de um mês após Jordan ter assumido a responsabilidade pela circulação do escrito. A Sociedade votou de forma unânime a manifestação de agradecimentos públicos ao autor do “livro magistral intitulado os Direitos do Homem”, do qual eles recomendaram “uma leitura atenta a todo homem inglês<sup>374</sup>”.

Em abril, com notável sensibilidade analítica, uma nota do *Sheffield Register* descreveu o livro como “uma das mais curiosas, originais, e interessantes publicações que as singulares vicissitudes da política moderna produziram. Independentemente de seu valor como obra polêmica, é verdadeiramente excelente e útil em uma perspectiva histórica<sup>375</sup>”. À mesma época, um autor desconhecido escreveu à *Kentish Gazette* com o

---

<sup>372</sup> Ibid., p.130.

<sup>373</sup> Esta apresentação, impressa como anúncio, circulou em uma série de publicações distintas por toda a Inglaterra na época. Ver Leeds Intelligencer (BNA), Tuesday, 22 March, 1791, p.2; Kentish Gazette (BNA), Friday, 15 April, 1791, p.1; Derby Mercury (BNA), Thursday, 21 April, 1791, p.1; Bath Chronicle and Weekly Gazette (BNA), Thursday, 14 April, 1791, p.3; Norfolk Chronicle (BNA), Saturday, 16 April, 1791, p.3; Sheffield Register, Yorkshire, Derbyshire, & Nottinghamshire Universal Adviser (BNA), Friday, 2 September, 1791, p.2.

<sup>374</sup> Bury and Norwich Post (BNA)[Society for Constitutional Information], Wednesday, 30 March 1791, p.2.

<sup>375</sup> Sheffield Register, Yorkshire, Derbyshire, & Nottinghamshire Universal Adviser (BNA), [Burke and Paine Compared], Friday, April 22, 1791, p.4. A nota, que foi publicada sem o nome de seu autor, se dedica a comparar Burke e Paine, celebrando a vitória argumentativa do revolucionário contra o famoso

pseudônimo sugestivo de *Candide* - uma alusão à obra clássica de Voltaire – confessando ter sido tomado de preocupação quando lera a obra de Burke contra as inovações no país vizinho, mas que agora se alegrava pelo parlamentar ter escrito suas Reflexões porque elas permitiram a resposta de Paine, “um dos melhores escritores pelos quais o mundo já foi iluminado”. Segundo *Candide*, “Com um golpe de um justo argumento, o Sr. Payne levou ao chão o seu poético antagonista – ele o colocou aos pés da razão e dos direitos do homem<sup>376</sup>”. Na reunião de 3 de maio, foi a vez da Manchester Constitutional Society votar por um agradecimento público pela publicação do livro no qual “os verdadeiros princípios da liberdade são afirmados e sustentados por argumentos convincentes e irrefutáveis e os defensores da tirania civil e eclesiástica são completamente respondidos e refutados<sup>377</sup>”.

Havia também o outro lado da história: se a obra chamou atenção pela inovação e ousadia argumentativa, seu imediato sucesso evidentemente incomodava aqueles menos atizados por transformações sociais, além de, claro, os próprios eixos de poder atacados. Antigo aprendiz e protegido de Thomas Jefferson, William Short estava em Paris à época do lançamento dos Direitos do Homem, e já em abril tomara conhecimento do “enorme barulho” que o texto estava fazendo na Inglaterra. “O que mais me surpreende é que ele não foi processado por isso, uma vez que ele permaneceu em Londres por um tempo após sua publicação<sup>378</sup>”, se surpreendia, explicando ao padrinho que, de acordo com advogados muito capazes, o livro tinha um enorme caráter de traição e era amplamente difamatório.

À mesma época, o Leeds Intelligencer publicou as preocupações de um correspondente que afirmava: o texto “que atualmente tem feito algum barulho no mundo político” estava “repleto de *teorias visionárias e inovações perigosas*”. Como se tentasse resgatar à sobriedade um público inebriado pela sedução de uma doutrina nova e temerária, ele sugeria um exercício: o de que fosse perguntado a qualquer homem inglês, o que eles pensariam de um autor que “abertamente nega *que tenhamos qualquer constituição*; e que aquela que ele gostaria de estabelecer seria uma sem um Rei, Nobres

---

parlamentar: “Elegante e declamatório, [Burke] nos seduz pelos charmes de sua eloquência; simples, mas contundente, Mr. Payne nos arrasta com ele pela *invencível energia da verdade e do senso*. Enfeitado e divagante, Mr. B. delicia nossa imaginação pela beleza de suas metáforas, e pelo esplendor de seus ornamentos; enquanto seu oponente aprisiona nossos julgamentos pelo vigor natural de seus argumentos, e a originalidade de seus sentimentos”.

<sup>376</sup> Kentish Gazette (BNA) [Payne versus Burke, *Candid*], April (12-15), 1791, p.2.

<sup>377</sup> Chester Chronicle (BNA) [Manchester Constitutional Society], Friday, 13 May, 1791, p.2.

<sup>378</sup> To Thomas Jefferson from William Short, 26 April 1791,” Founders Online, National Archives, last modified June 29, 2017, <http://founders.archives.gov/documents/Jefferson/01-20-02-0075>. Original source: The Papers of Thomas Jefferson, vol. 20, 1 April–4 August 1791, ed. Julian P. Boyd. Princeton: Princeton University Press, 1982, pp. 265–267.

ou Hierarquia?<sup>379</sup>”. Tratava-se, obviamente, de uma pergunta retórica. Menos sutil fora a indagação do Conde de Mornington, que, de acordo com Vincent (1989, p.183-184), escreveu diretamente ao ministro do Interior perguntando os motivos pelos quais ele não havia mandado ainda enforcar o autor daquele traiçoeiro panfleto. O fato é que, apesar de desejos de censura já terem se manifestado tão logo os Direitos do Homem começaram a circular em 1791 - o que levou inclusive o *Privy Council* a se reunir para “debater se o autor deveria ser punido<sup>380</sup>”, como noticiou o Ipswich Journal menos de dois meses após Jordan assumir a distribuição do panfleto – nenhuma medida de restrição foi tomada contra a peça naquele ano.

De todo modo, entre celebrações e acusações, Direitos do Homem tornava Thomas Paine assunto de interesse para o público britânico. Fragmentos de sua obra foram publicados em diversos jornais, uma série de panfletos dedicados a respondê-lo – positiva ou negativamente – foi à prensa<sup>381</sup>, e um interesse em seus escritos foi despertado. J. S. Jordan, que tivera a coragem de arcar com a responsabilidade de fazer circular o panfleto, agora lucrava com a ousadia. Ao perceber o sucesso imediato do escrito, o editor não só rodou novas edições da obra, mas também republicou os outros dois textos mais importantes do autor: já em abril, a Carta ao Abade Raynal e *Common Sense* – que, lembremos, trazia uma defesa da ideia de república até mais vigorosa do que a recente obra - poderiam ser adquiridos ao custo de 2 *shillings*<sup>382</sup>. Alguns meses depois, Jordan ainda requestraria outras peças, como um dos números de A Crise e uma carta ao Earl Shelburne. Para se ter dimensão do sucesso de vendagem, em agosto, já se anunciava a sétima edição do livro, o que apontava, até ali, para a incrível média de mais de uma edição nova lançada por mês<sup>383</sup>. À medida que os escritos lhe davam fama, crescia também a curiosidade para conhecer os detalhes de sua peculiar trajetória pessoal. Pelo menos desde maio, passara a circular pela imprensa dados sobre sua experiência como fiscal do *excise* em Lewes e sobre sua amizade com Benjamin Franklin - que, diziam, começou por acaso, pelo interesse mútuo sobre os assuntos científicos ligados à eletricidade e terminou com o veterano lhe apadrinhando na América, onde o anônimo

---

<sup>379</sup> The Leeds Intelligencer (BNA), Tuesday, April 19, 1791, p.3.

<sup>380</sup> Ipswich Journal (BNA) [Nota n. 6], Saturday, 30 April, 1791, p.4. A notícia foi publicada já com a afirmação de que o Gabinete decidira por não punir o autor.

<sup>381</sup> Entre eles, os mais importantes foram, provavelmente Letters to Thomas Paine – assinada como *by a member of the university of Cambridge* e Rights of Englishmen, an antidote to the Poison now vending by the Transatlantic Republican Thomas Paine, assinada por Isaac Hunt, autointitulado um *american loyalist*.

<sup>382</sup> Ver anúncio em Kentish Gazette (BNA), Monday, 13 June, 1791, p.1.

<sup>383</sup> Ver anúncio em Manchester Mercury (BNA), Tuesday, 23 August, 1791, p.3.

inglês utilizara de seus sentimentos de antipatia com o governo britânico para construir carreira e se tornar o relevante revolucionário americano<sup>384</sup>. Em julho, o que significa dizer, nem sequer seis meses após a primeira publicação do texto, já era possível encontrar aquela que seria a primeira biografia sobre o autor<sup>385</sup> - uma “extremamente abusiva, e evidentemente escrita no amargo espírito de oposição partidária<sup>386</sup>”, como muito adequadamente<sup>387</sup> a ela se referiu o resenhista de novos livros de História, Biografia e Direito da Scots Magazine de novembro daquele ano.

Em fevereiro de 1792, no prefácio da segunda parte do panfleto, Paine calculou que até ali haviam sido publicados “oito ou dez panfletos que se pretendiam respostas à primeira parte de *Direitos do Homem* [...] por diferentes pessoas, e nenhum deles[...] alcançou uma segunda edição, não sendo sequer seus títulos geralmente lembrados<sup>388</sup>”. De acordo com o autor, os que tentaram respondê-lo haviam sido incapazes de refutá-lo, e por isso, ele não se empenharia em replicar ninguém. Paine reivindicava “o senso do público” como norte: “aquilo que ele não julga digno de ser lido, não é digno de uma resposta de minha parte”.

Deste modo, provocava: “Se o Sr. Burke, ou qualquer pessoa do seu lado da questão, produzisse uma resposta de *Direitos do Homem* que alcançasse a metade, ou mesmo a quarta parte do número de cópias alcançados pelos *Direitos do Homem*, eu responderia a esse trabalho<sup>389</sup>”. Era uma missão improvável se tomarmos como base os dados que o próprio autor apresentava de vendagem da obra: Paine se orgulhava de, naquele momento, já ter atingido, somando Inglaterra, Escócia e Irlanda, números entre quarenta e cinquenta mil cópias<sup>390</sup>.

---

<sup>384</sup> Conseguimos encontrar textos muito similares afirmando tais informações em pelo menos dois jornais do período, e julgamos ser bastante possível que elas tenham circulado por outros, destas e de outras regiões, aos quais não tivemos acesso. Ver Northampton Mercury (BNA), [Friday and Saturday Posts], Saturday, 21 May, 1791 e Sheffield Register, Yorkshire, Derbyshire, & Nottinghamshire Universal Adviser (BNA), Friday, 17 June, 1791.

<sup>385</sup> “Life of Thomas Pain” custava 2 *shillings* e vinha assinada por Francis Oldys, da Universidade da Pensilvânia, Ver em Oxfourd Journal (BNA), Saturday, 30 July, 1791, p.4.

<sup>386</sup> The Scots Magazine (BNA) [New Books: History, Biography, Law.], November, 1791, p.23.

<sup>387</sup> Diversos biógrafos de Paine, entre eles, Hawke (1992, p.231), Vincent (1989, p.183), Claeys (2001, p.20), afirmam que o autor da biografia fora George Chalmers, que inventou Oldys para esconder a identidade de *loyalist* derrotado na Guerra Americana. Chalmers teria recebido 500 libras de lordes ligados ao governo para revirar o passado do autor e difamá-lo publicamente, narrando inclusive detalhes constrangedores de sua vida pessoal.

<sup>388</sup> Thomas Paine, *Direitos do Homem* [Segunda Parte], [1792] 2005, p.134.

<sup>389</sup> Id.

<sup>390</sup> Pelo próprio modo que se apresenta, “entre quarenta e cinquenta mil cópias”, trata-se de uma estimativa e não um número oficial. De todo modo, se tomarmos com base no vasto número de edições (cuja tiragem é irregular e impossível de rastrear), e a ampla repercussão do escrito, e somarmos à projeção feita pela

O escritor revolucionário não estava na Inglaterra durante esse período em que sua obra se tornava célebre. Em remessa do dia 18 de abril de 1791, o correspondente do Derby Mercury em Paris avisava, em meio às notas que atualizava o leitor inglês das últimas notícias revolucionárias francesas: “o celebrado autor de Direitos do Homem acaba de chegar aqui”. A breve passagem não se dedicava às minúcias, mas apenas mencionava que o autor era tido em alta conta entre os principais personagens da metrópole – como o jornalista se referia à cidade. “Honrado com a amizade de Lafayette, M. Alexander Lameth, Mr. Barnave e todos aqueles grandes personagens relacionados com a Revolução” e com a intenção de “publicar uma tradução de seu último trabalho<sup>391</sup>”, Paine permaneceu na capital revolucionária de abril a julho daquele ano. De perto, pôde acompanhar a repercussão e influenciar nas consequências de um dos mais conhecidos episódios da Revolução: a tentativa frustrada de fuga de Luís XVI e sua família, um evento decisivo tanto para os rumos do processo revolucionário, quanto para as transformações nas formulações teóricas de Thomas Paine.

Como mostramos ao longo deste capítulo, em sua argumentação com relação à Revolução Francesa até então, Thomas Paine não havia se dedicado a uma crítica à monarquia. Se não chega a ser um exagero afirmar que tinha alguma simpatia pelo rei, é mais correto lembrar que não o considerava um tirano, e que argumentava que a Revolução não havia se dado contra ele, mas contra o sistema de despotismo que imperava na França a partir da monarquia como princípio institucional. Isso não significa dizer que o autor se mostrara um defensor do rei no novo pacto nacional, longe disso. O que é possível dizer a partir de suas argumentações até ali é que o escritor defendia o modo como a correlação de forças francesas estabelecera o sistema político, tornando a Assembleia, com uma representação baseada em legítima participação popular, o eixo mais poderoso, e compreendia que o Rei se submetera ao pacto, o que fortalecia o projeto nacional da França. No entanto, bastaram alguns dias do frisson que tomou todo o país em função da traição da família real para Paine voltar a se apresentar como o mais contundente dos republicanos.

Ainda no final de junho, Paine soube que Condorcet, Boneville e Lanthenas organizavam uma publicação chamada *Le Républicain* e se ofereceu para ajudar em uma

---

*Society for Constitutional Information* de que 15 mil haviam sido vendidas no primeiro mês, ela se torna, neste caso, diferente daquela da época da Revolução Americana, até modesta.

<sup>391</sup> Derby Mercury (BNA) [Authentic Advices from a Parisian Correspondent], Thursday, April 28, 1791, p.2. Publicada dia 28, a coluna foi assinada no dia 18 de abril.

carta inspirada que festejava o que ele chamou de princípios republicanos<sup>392</sup>. Provavelmente com ajuda deste grupo e de pessoas próximas a este círculo, escreveu, dias depois, o Manifesto Republicano que, traduzido e publicado sem autoria, foi colado como um cartaz em diversos pontos da cidade de Paris, entre eles, as paredes da Assembleia Nacional. A peça rebelde defendia, a partir de quatro pontos (que a fuga era equivalente à abdicação; que o rei abandonara seu ofício; que não fazia diferença o curto espaço de tempo de sua ausência; e, por fim, que a questão fundamental era a tentativa de fuga do monarca), uma única e nada tímida pauta: o fim da monarquia: “Ele não é mais investido de autoridade. Ele não tem direito de reivindicar nossa obediência. Não há nenhuma distinção entre ele e outros indivíduos; para nós, ele é simplesmente Louis Capet<sup>393</sup>”.

Como nos ensina Carine Lounissi (2018, p.99-101), que publicou recentemente excelente estudo sobre a participação de Thomas Paine na Revolução Francesa, a interpretação do autor em questão estava acima do tom para aquele momento do processo revolucionário. A historiadora explica que, no contexto da crise de Varennes, valores que questionavam a monarquia eram escassos na França, e mesmo a maioria da celebrada Assembleia Nacional cantada pelo escritor na primeira parte dos Direitos do Homem, tentou minimizar o episódio. Paine não: o revolucionário viu, naquele momento, gravidade o suficiente para vaticinar o fim do antigo pacto e o início de um novo. O seu esmero de uma década em não antagonizar a monarquia francesa, fosse pelo subsídio do embaixador, fosse pela defesa das bases pactuadas pela Revolução da qual era entusiasta, dava lugar ao seu antigo e silenciado “jeito para derrubar”, para usar o velho termo utilizado por John Adams ao seu respeito.

Isso posto, é importante ressaltar que não nos parece adequado afirmar que o episódio da fuga do rei marcou a virada, ou ainda uma guinada de Paine ao que se possa chamar de um tipo radicalizado de defesa das ideias de república. Em outro sentido, é também pouco rigoroso considerar que o autor sempre fora fiel e coerente aos princípios de 1776, com os quais invadiu a filosofia política de modo arrojado e original. Se tomarmos como base sua atuação de 1780 até 1791, o que nos parece possível perceber é

---

<sup>392</sup> Ver em Thomas Paine, To Messieurs Condorcet, Nicolas de Bonneville and Lanthenas, Paris, June, [1791] 1945 (II), p.1315. Apesar de mostrar animação em participar da empreitada editorial, Paine advertia: “Infelizmente, todas minhas produções foram compostas em inglês, serão de pouca valia para a causa, a não ser que haja tradução, então, acredito que os serviços que eu poderia prestar nunca serão proporcionais aos meus desejos. Além disso, eu terei que gastar uma parte deste verão na Inglaterra e na Irlanda”.

<sup>393</sup> Thomas Paine, Republican Manifesto, July, [1791] 1945 (II), p.517. Foi o próprio Thomas quem reivindicou, mais tarde, a autoria do Manifesto, em um discurso na Assembleia Nacional Francesa contra a execução do rei. Ver em Thomas Paine, Reasons for Preserving the Life of Louis Capet, January, [1793] 1945 (II), p.551.

que havia no autor uma espécie de radicalismo em suspensão, se não sufocado pelas relações políticas estabelecidas, projetos pessoais e pelos projetos políticos que publicamente visava defender, ao menos domado pelas conjunturas em que tentou atuar, ou em favor de seus princípios políticos, ou em busca de uma melhor condição pessoal.

Especificamente no caso da monarquia francesa, Paine não disparara antes, ao nosso ver, por dois motivos. Na carta contra Raynal havia seus interesses pessoais imediatos, como mostramos no capítulo anterior. Sobre o contexto da Revolução Francesa e seu debate na Grã-Bretanha, a explicação é mais complexa: durante este desenrolar de acontecimentos, quando tratou de Luís XVI, o fez com uma incomum parcimônia, o compreendendo como parte de um grande projeto nacional que impusera à tirania uma grande derrota. Do subtexto, capta-se que este era o espaço reservado para a monarquia na interpretação de Paine da Revolução Francesa até 1791: o de submeter-se à nação e representar seus desejos, abrindo mão de seu poder. Nesse sentido, queremos afirmar que embora Paine desprezasse e desejasse o fim da monarquia britânica, advogar ideias de “república” na Inglaterra enquanto apoiava uma espécie de monarquia constitucional na França lhe custaria a coerência, lhe tomando o que sempre teve como virtude principal, a clareza e a força argumentativa. O que lhe restara, portanto, fora atacar as bases do sistema político, e a tradição histórica da monarquia britânica, acusando-as como ilegítimas. Ao mesmo tempo em que a traição de Luís XVI ao projeto nacional que a Assembleia e Paine defendiam abriu os caminhos para a possibilidade da implementação de uma república na França, ela permitiu também que Paine retomasse dedicada defesa destes ideais com vigor comparável àquele da década de 1770.

Depois de, secretamente, tomar de Luís XVI sua nomenclatura dinástica e reduzi-lo a Louis Capet, Paine transformou em sua missão intelectual a tarefa de derrubar toda monarquia e aristocracia europeia. Em 1791, apenas um texto devidamente assinado pelo autor foi publicado, uma resposta ao abade Sieyès, escrita no mesmo ambiente de debate decorrente da tentativa de fuga do rei. Nesta peça, que circulou primeiro na imprensa francesa e depois foi traduzida na Inglaterra<sup>394</sup>, o autor mostrava as bases do que viria mais adiante, ao se intitular “um declarado, aberto e intrépido inimigo daquilo que é

---

<sup>394</sup> Na base de dados que a pesquisa teve acesso, encontramos sua publicação apenas no Chester Chronicle (BNA), Friday, 5 August, 1791, p.4., o que não significa que não tenha saído em outros jornais – pelo contrário, é até mais provável acreditar que a carta tenha aparecido em diversos periódicos. Além disso, o sempre atento editor Jordan cuidou de transformar a peça em um apêndice para constar nos frequentes novos lançamentos de textos do Paine que promoveu no período. Ver em Sheffield Register, Yorkshire, Derbyshire, & Nottinghamshire Universal Adviser (BNA), Friday, 2 September, 1791, p.2.

chamado monarquia<sup>395</sup>”. Nele, o autor se comprometia a defender as ideias de “república” “contra o que é chamado *monarquia e aristocracia*<sup>396</sup>”. Em fevereiro de 1792 cumpriria a promessa ao, desta vez sem nenhum cuidado, declarar guerra contra os reis e aristocratas europeus com o lançamento da segunda parte de seu livro famoso, que trazia como subtítulo a ambiciosa intenção da obra: combinar os princípios dos direitos do homem com a prática política.

“Não acredito que a monarquia e a aristocracia continuem por mais de sete anos em qualquer um dos países esclarecidos da Europa<sup>397</sup>”. Este foi o tom, audacioso, otimista e grandiloquente, que o público inglês encontrou quando folheou as primeiras páginas do novo escrito de Paine, e provavelmente não tardou a perceber que tateava um livro diferente – distinto de tudo, inclusive daquele que tornara o autor célebre um ano antes. Como apontou E. P. Thompson (2004, p.102), “O êxito da Primeira Parte dos *Direitos do Homem* foi grande, mas o êxito da Segunda Parte foi fabuloso”. Segundo o historiador britânico, foi esta parte que “estabeleceu a ponte entre as tradições mais antigas do “republicano” liberal e o radicalismo dos cuteleiros de Sheffield, tecelões de Norwich e artesãos de Londres”. Eram grupos apartados da lógica de disputa política britânica do

---

<sup>395</sup> Thomas Paine, To the Abbe Sieyès, July [1791] 1945 (II), p.519. Outro ponto importante deste breve texto pouco conhecido de sua produção é que, pela primeira vez, o autor desautorizava até mesmo repúblicas estabelecidas europeias, como algumas regiões da Itália e a própria Holanda, que havia sido citada como exemplo em *Common Sense*. Para o revolucionário, só fazia sentido considerar um país uma república se ele respeitasse a representação como forma, e os direitos do homem como princípios. Esse debate é compreendido de modo complexo entre estudiosos de Thomas Paine. De modo geral, se acreditou que Paine e Sieyès atuaram em comum acordo, promovendo um debate com bases estabelecidas com alguns pilares republicanos com intuito de tratar a noção de república como pressuposto em um ambiente pouco acostumado com este vocabulário político – e neste caso, a visão de Paine estaria vinculada à noção moderada de participação popular no ambiente francês, ligado ao então constitucionalista. Essa interpretação se baseia em uma afirmação do próprio Sieyès, anos depois. Sobre isso, a obra recente de Lounissi (2018, p. 106-116) nos pareceu particularmente a mais rica porque traz elementos pormenorizados do período, mostrando de que modo Sieyès estava interessado em criar retroativamente uma imagem radical republicana para si mesmo quando “revelou” essa “estratégia”, em 1796. Ainda de acordo com a historiadora, no ambiente de debate com Paine, seu intento era defender a Constituição de 1791 que estava em discussão – seu rascunho seria lido na Assembleia algumas semanas depois. Ao nosso ver, o ponto central da questão para Paine não foi opor “Representação” às noções gerais de “Democracia Direta” ou “Governo Popular” ou eventualmente defender o projeto constitucionalista que se desenharia, mas sobretudo situar as bases da discussão sobre “Formas de Governo” na ideia central de que, para ele, ser republicano, era defender os *princípios* de Os Direitos do Homem. Neste caso especificamente, era uma oposição muito bem construída à ideia de Burke da inviabilidade dos homens formarem governos. É esse o mote de toda sua primeira parte de Direitos do Homem. “Representação”, ali, era a forma de um governo cujos princípios eram Os Direitos do Homem, e, por isso, uma oposição à aristocracia e à tradição da conservação dos pactos estabelecidos no passado. Como veremos, na segunda parte de Direitos do Homem, Paine apresentaria uma sutil mudança de percepção ao buscar formas políticas para atender os *princípios* estabelecidos na primeira parte – associações possíveis entre “Democracia” e “Representação”, ambas pensadas como constitutivas de uma maneira de organizar um corpo político institucionalmente com o intuito de garantir a efetividade de uma República.

<sup>396</sup> Id.

<sup>397</sup> Thomas Paine, *Direitos do Homem – Segunda Parte*, [1792], 2005, p.136.



século XVIII. Como em *Common Sense*, na segunda parte de Direitos do Homem, Paine remetia às classes sociais menos favorecidas, *os pobres*, palavra incontáveis vezes utilizada no panfleto pelo autor. Se eles não compusessem a sociedade que dava forma ao governo, ou seja, se o governo não fosse também deles e também por eles, só poderia ser um governo fruto de um processo político ilegítimo, uma usurpação. Não era um simples desenvolvimento analítico.

Como na Pensilvânia de 1770, tratava-se de um passo arrojado porque trazia consequências. Lá, foi a elite independentista que se sentiu ferida pelo movimento popular dos *out-of-door* que se julgavam capazes de se autogovernarem – e tão logo foi estabelecida a Constituição de 1776, tramou contra ela, um processo que Paine preferiu esconder ao celebrar a experiência constitucional do Estado independente. “Na construção dessas Constituições ou em sua alteração enfrentou-se pouca ou nenhuma inconveniência<sup>398</sup>”, afirmou, em um argumento pouco honesto. Queria, afinal, defender a experiência americana como irrepreensível, e para tanto, criou esta fábula, pouco crível já à época, e devidamente desmentida por diferentes vertentes da historiografia estadunidense pelo menos desde a primeira metade do século XX<sup>399</sup>.

Na Inglaterra, a consequência era deixar para trás qualquer proximidade que pudesse haver entre a plataforma que defendia e aquela dos parlamentares *whigs*, com quem convivera sem admiração no ambiente político inglês desde que, como americano, voltara à Londres. Tratava-se de uma estratégia argumentativa que perpassou toda a obra: situar-se o mais longe que pudesse dos mais poderosos *whigs*, cujas práticas desaprovava, e sobre quem não guardava nenhuma esperança – e se o núcleo do próprio partido derretia com as tensões entre Burke e Fox, Paine não se apressou em escolher o lado da velha

---

<sup>398</sup> Ibid., p.168.

<sup>399</sup> Como se pôde notar, ao longo desta tese, optamos por trabalhar com as obras críticas mais recentes, com debates mais atualizados e uma abordagem mais refinada das fontes disponíveis sobre o processo da Guerra da Independência. Isso posto, é importante pontuar que esse não é um debate novo e que na historiografia estadunidense, problematizar as bases da Independência de 1776 e, sobretudo, da Constituição de 1787, tem sido um ofício de historiadores há mais de um século. Neste caso, um marco fundamental é *An Economic Interpretation of the Constitution of the United States*, obra de 1913 de Charles Beard, na qual o historiador estadunidense propõe uma abordagem menos mitificada dos chamados “pais-fundadores”, observando os interesses econômicos daqueles que estavam envolvidos na elaboração da Constituição de 1787. Ele abriu caminho para uma série de historiadores mais críticos à formação dos Estados Unidos, sendo o mais conhecido nome de uma tradição chamada de modo inexato e difuso de “interpretação progressista”, geralmente concebida nos manuais e cursos de História dos Estados Unidos por ter sido forjada entre o início do século até o final da Segunda Guerra Mundial. A partir da década de 1960 até os dias atuais, outras tradições críticas têm retomado os trabalhos de Beard - para reivindicar suas formulações, aprimorar suas descobertas, ou mesmo atualizar seu exercício historiográfico, ainda que criticamente - dentre estas, os “neoprogressistas”, aqueles ligados à New Left, o grupo mais ortodoxo de historiadores marxistas que trataram do século XVIII nos Estados Unidos, entre outros vários ramos de pesquisa.

raposa. Era sim uma obra contra George III e Pitt, contra a guinada conservadora de Burke, mas também contra todos os eixos de poder estabelecidos na Grã-Bretanha.

Foi nesse sentido que, logo no prefácio da obra, afirmou com pouco espaço para dúvidas: o povo inglês “tem sido ludibriado por partidos e por homens que assumem o caráter de líderes. É tempo da nação elevar-se dessas ninharias<sup>400</sup>”. Em suas críticas ao Parlamento, Paine nunca se dirigiu a um grupo específico, ou a uma das casas prioritariamente. Isso significa dizer também que, além de não distinguir facções, o autor também não diferenciava instituições, afinal, seu alvo não era apenas o Rei, o Gabinete, ou mesmo a Casa dos Lordes, expressão maior da deformada representação política aristocrática britânica, mas também a própria Casa dos Comuns, que tinha seus representantes escolhidos por eleição.

Em sua formulação, juntas, as casas britânicas formavam parte do sistema de poder que se alimentava do vício da permanente troca de vantagens – e assim, a brilhante imagem que apresentara em *Common Sense* dezesseis anos antes permanecia viva: o Parlamento havia sido sagaz em fechar a porta para a monarquia absoluta, mas estúpido para deixar que Coroa mantivesse a posse da chave. Sem força institucional, Comuns e Lordes se entremeavam em uma lógica sustentada pela corrupção: “parecem efetivamente influenciar-se entre si e fundir-se e, como legislatura, carecer de caráter próprio. O Ministro, seja quem for ele, a qualquer tempo, a toca como se fora com um bastão de ópio e ela adormece obediente<sup>401</sup>”. Para o escritor, não havia nada que pudesse ser salvo do formato estabelecido pela longa trajetória de usurpação da monarquia inglesa e a única saída possível era aquela experimentada na América e na França: “uma *convenção geral* da nação é necessária para examinar a totalidade da condição de seu governo<sup>402</sup>”. Dizer isso significava, basicamente, em outras palavras, chamar o povo à revolução.

Diferente do que fez em *Common Sense*, onde até esboçou, sem muito rigor e com quase nenhuma pretensão, um sistema institucional, na segunda parte de *Direitos do Homem*, Paine não discorreu pormenorizadamente sobre como pensava ser adequado organizar o sistema de representação britânico. Dizia: “todas as partes não representadas experimentam o aumento de sua população<sup>403</sup>”, e tinha como premissa que o modo como

---

<sup>400</sup> Ibid.p.137.

<sup>401</sup> Ibid., p.177 (nota de rodapé 66).

<sup>402</sup> Id., p.179 (nota de rodapé 67).

<sup>403</sup> Ibid.

se organizava a representação, das carta-patente e corporações, privilegiava a classe dos arrendadores de terras, os chamados interesses fundiários.

Paine considerava que o peso dado a essa classe no Parlamento não era condizente com os interesses da nação, e criticava que a prática do grupo dos aristocratas agrários sempre foi de esquivar-se “dos impostos e jogar a carga tributária sobre os artigos de consumo que menos os afetariam<sup>404</sup>”. No entanto, em vez de sinalizar como uma reforma política poderia impedir que este ciclo se repetisse no Parlamento, Paine preferiu apresentar uma proposta que ousava minar a força deste grupo a partir do mesmo artifício que este, ao longo dos anos, usara para se fortalecer e explorar as outras classes: o regime fiscal. Em evidente tom de provocação, se fazendo valer da tradição britânica de taxar produtos como artigos de luxo, o revolucionário estendia às propriedades agrárias o mesmo tratamento despedido aos produtos taxáveis:

Uma propriedade rural excessivamente grande [...] constitui um luxo [...] e, como tal, é o objeto apropriado da taxa. É certo, portanto, nos dirigirmos a esses amáveis cavalheiros criadores de impostos nos seus próprios termos, e argumentar com base no princípio que eles próprios formularam, o de *taxar o luxo*. Se eles, ou seu campeão, o sr. Burke, que, receio estar desatualizado, tal como o homem da armadura, forem capazes de provar que uma propriedade rural de vinte, trinta ou quarenta mil libras por ano não é um luxo, terei que desistir do argumento<sup>405</sup>.

O autor julgava que a aristocracia havia se protegido em demasia e que precisava ser submetida a um programa de transformações para restaurar o equilíbrio social que havia sido perdido após tanto tempo de usurpação. Por isso, propunha uma tabela de taxa progressiva sobre herança e propriedades rurais, que, segundo o autor, tinha três intentos: “tornar os tributos mais iguais do que são [...], extirpar a influência excessiva proveniente da lei anti-natural da primogenitura, que constitui uma das principais causas da corrupção nas eleições<sup>406</sup>” e evitar “um desperdício da propriedade nacional”, uma vez que “uma parte considerável da terra do país é tornada improdutiva devido à grande extensão dos parques e das áreas para caça que essa lei serve para manter, e isso num tempo em que a produção anual de cereais não iguala o consumo nacional<sup>407</sup>”.

Em resumo: considerava que o sistema aristocrático trazia tantas perversões e tanta incompatibilidade com “tudo que é justo, sábio, natural e benéfico<sup>408</sup>” que precisava

---

<sup>404</sup> Ibid., p.200-201.

<sup>405</sup> Ibid., p.228.

<sup>406</sup> Ibid., p.232.

<sup>407</sup> Ibid., p.234.

<sup>408</sup> Ibid.

ser suprimido, substituído por um sistema de princípios baseado nos direitos do homem. Este esboço tributário e social que ameaçava tocar no lucro das propriedades agrárias da aristocracia britânica servia mais como um audacioso ultraje à tradição parlamentar que tinha como sustentáculo de seu poder aquela base social do que propriamente uma proposta que pudesse ser implementada. Com um plano apresentado de modo pormenorizado, com uma série de tabelas e cálculos, o autor mostrava, de modo audaz, sua disposição de enfrentamento com as principais forças sociais que então dominavam o Parlamento inglês. Era como se, com aquele projeto, ele pudesse dizer que a reforma não só era possível como necessária, e não só era necessária como urgente – e, para tanto, a tarefa que se impunha era a de derrotar todo o poder estabelecido no país.

Thomas Paine dizia se sentir “superior a todas as escaramuças partidárias<sup>409</sup>” porque aquela questão era maior do que poderia ser percebida pelas bases de disputa política assentadas no ambiente da época. “Nos anais da História nenhuma questão surgiu que tenha encerrado a importância da questão presente. Não se trata de se este ou aquele partido estará dentro ou fora, se o *whig* ou o *tory*, o elevado ou o baixo prevalecerão<sup>410</sup>”. O autor explicava que, mais do que uma disputa entre duas facções, a discussão dos direitos do homem precisava ser pensada em outros termos, em uma dimensão mais ampla: queria saber “se o homem herdará seus direitos e a civilização universal será instaurada; se os frutos de seus labores serão fruídos por ele próprio ou consumidos pela dissipação dos governos; se a roubalheira será banida das cortes e a miséria dos países<sup>411</sup>”.

Para o autor, apenas em um governo que se erguesse a partir de tais princípios republicanos é que seria possível decretar o fim da longa trajetória da usurpação e submissão a qual os homens estiveram submetidos, e atingir a civilização universal da razão, na qual a humanidade seria capaz de herdar os seus direitos naturais inalienáveis. Os dois únicos exemplos de governos então vigentes sob este pressuposto na argumentação do revolucionário eram os Estados Unidos e a França. Neste aspecto, especificamente, há de se fazer uma ressalva importante com relação à sua própria concepção do que poderia ser considerado republicano, que apresenta uma sutil inovação na segunda parte dos Direitos do Homem. Como vimos anteriormente, apenas um ano antes, após a fuga do rei, é que Paine voltara a discutir abertamente a questão da república como forma de governo ou princípio político, e no calor do debate com Sieyès, negou à

---

<sup>409</sup> Ibid., p.196.

<sup>410</sup> Ibid., p.194.

<sup>411</sup> Ibid.

Holanda e às repúblicas italianas o direito de se considerarem genuinamente republicanas. No entanto, tratava-se de um breve texto, o que impossibilitou que o autor se esmerasse em discutir esses pontos mais cuidadosamente. No máximo, o que fez então naquela rápida argumentação foi exigir como, digamos, uma premissa republicana, que a estrutura política do governo fosse amparada na representação política. Em seu escrito de fevereiro de 1792, ele introduziria alguns outros aspectos que tornaram mais complexa sua definição.

“A arte política de cortesões e reinados sempre consistiu em abusar de algo a que davam o nome de republicanismo. Mas o que era ou é republicanismo, jamais procuraram explicar<sup>412</sup>”, acusava Paine antes de apresentar a sua maior novidade. Desta vez, de modo claro e organizado, defendia que república não era uma forma particular de governo, mas na verdade um princípio pelo qual o governo deveria ser estabelecido:

Significa inteiramente a característica do teor, matéria ou objeto para os quais o governo deve ser instituído, e sobre o que é para ser praticado: *res pública*, os negócios públicos, ou o bem público, ou traduzido literalmente, a *coisa pública*. É uma palavra de boa origem, que se refere ao que deve ser o caráter e função do governo; e neste sentido, se opõe naturalmente à palavra monarquia, que detém uma significação original vil, ou seja, significa o poder arbitrário concentrado num indivíduo, um cujo exercício ele próprio e não a *res pública* é o objeto<sup>413</sup>.

Todo governo que não funciona com base no princípio de uma *república*, ou, em outras palavras, que não faz da *coisa pública* a sua meta total e exclusiva, não é um bom governo. Governo republicano nada mais é do que o governo estabelecido e conduzido para o interesse público, tanto individual quanto coletivamente. Não está ligado necessariamente a qualquer forma particular, mas se associa mais naturalmente com a forma representativa, como sendo melhor calculada para assegurar o fim para o qual uma nação custeia as despesas de um governo<sup>414</sup>.

A inovação é sutil, mas se desenvolve em uma linha de raciocínio particularmente interessante porque traz uma consequência importante para a apresentação de seu sistema político. Ao definir república como um princípio, e “forma representativa” como o sistema mais adequado a arranjar politicamente um governo republicano, Thomas Paine resgatou uma velha noção política para incorporá-la como parte de seu conjunto de valores: a democracia. O autor recuperava a experiência dos antigos atenienses para

---

<sup>412</sup> Ibid., p.155.

<sup>413</sup> Ibid.

<sup>414</sup> Ibid., p.156.

elogiar aquele sistema que fora, em sua elaboração, ao mesmo tempo, forma e princípio: “Ainda que os antigos governos nos apresentem um retrato deplorável da condição do homem, há um que acima de todos os demais isenta a si mesmo da descrição geral. Refiro-me à democracia dos atenienses”.

Essa seria uma das raríssimas referências elogiosas feitas ao passado pela pena do autor, que criou fama por negar à tradição qualquer louvor: “Vemos mais o que admirar e menos que condenar naquele grande, extraordinário povo do que em qualquer outra coisa que a história nos proporcione<sup>415</sup>”. No entanto, Paine acreditava que o seu enfraquecimento, ocasionado pela incapacidade de se reformar mediante ao desenvolvimento das sociedades, acabou por minar a “democracia simples” como forma:

Representação era algo desconhecido das antigas democracias. Nestas, o povo se reunia e promulgava leis (gramaticalmente falando) na primeira pessoa. A democracia simples não era outra coisa senão a câmara municipal dos antigos. Significa tanto a forma quanto o princípio público do governo. Com o aumento da população e da extensão territorial desses Estados democráticos, a forma democrática simples tornou-se de difícil controle e impraticável, e como o sistema representativo era desconhecido, o efeito foi ou degenerarem convulsivamente em monarquias ou serem absorvidas pelas que então existiam. Se o sistema representativo fosse então compreendido, como é agora, não haveria porque crer que aquelas formas de governo atualmente chamadas de monárquicas ou aristocráticas tivessem surgido. Foi a falta de algum método para consolidar as partes da sociedade após esta se tornar demasiado populosa e demasiado grande para a forma democrática simples, e também, a condição lassa e solitária de pastores e vaqueiros em outras regiões do mundo que ensejaram a instauração daquelas formas de governo anti-naturais<sup>416</sup>.

Desse modo, se estava esgotada a capacidade da forma “democracia simples”, restava ainda seu virtuoso conteúdo: “a sociedade governando a si mesma sem o auxílio de recursos secundários<sup>417</sup>”. Caberia, portanto, ao governo representativo, corrigir as incapacidades operacionais da “democracia simples”. Paine avançava conectando, enfim, república e a democracia, uma aliança mediada pelo sistema representativo: “Retendo, portanto, a democracia como fundamento, e rejeitando os sistemas corruptos da monarquia e da aristocracia, o sistema representativo naturalmente se apresenta<sup>418</sup>” e, “enxertando a representação na democracia, obtemos um sistema de governo capaz de

---

<sup>415</sup> Ibid., p.154.

<sup>416</sup> Ibid., p.155.

<sup>417</sup> Ibid., p.158.

<sup>418</sup> Ibid., p.157-158.

abarcar e unir todos os interesses e qualquer extensão territorial e contingente populacional<sup>419</sup>”. O autor considerava haver sido essa a base do governo erguido nos Estados Unidos: “O que Atenas foi em miniatura, a América será em larga escala. Uma foi a maravilha do mundo antigo, ao passo que a outra está se tornando o objeto de admiração e paradigma do presente<sup>420</sup>”.

No entanto, não foi a força argumentativa da conexão entre os princípios da democracia ateniense e a forma representativa moderna que fez com que a obra de Paine se tornasse, nos termos propostos por E. P. Thompson (2004, p.98;108) para pensar o “fazer-se” da classe, “um texto fundante do movimento operário inglês”. Segundo o historiador, a chave estava no quinto capítulo da segunda parte de *Direitos do Homem*, onde o revolucionário apresentava propostas “que relacionavam a reforma com sua experiência cotidiana das dificuldades econômicas”. Foram elas que “deram uma nova disposição construtiva a toda a agitação reformista”. Mais que isso: como explicou o mais talentoso intelectual da *New Left* britânica, “Paine, com aquele capítulo, abriu um manancial para a legislação social do século 20”.

Este mais importante trecho escrito da trajetória intelectual de Thomas Paine trazia um título particularmente impreciso: “*Modos e Meios de Melhorar a Condição da Europa Entremeados de Observações Diversas*”. Nele, o autor olhava para os mais pobres como um problema social que era causado não por qualquer defeito natural civilizatório, mas em função de um perpétuo sistema “de guerra e despesa que drena o país e destrói o bem-estar geral do qual a civilização é capaz<sup>421</sup>”.

Nessa estrutura de poder, o símbolo maior da usurpação frequentemente mencionado era o pagamento anual que o país repassava ao rei de um milhão de libras esterlinas, “enquanto os milhares que são forçados para isso contribuir definham devido às privações e lutam contra a miséria”. Paine acusava que, em vez de zelar pelos interesses comunitários, o governo monarquista então estabelecido na Inglaterra se constituía “para subtrair dos necessitados os seus centavos, e aumentar a infelicidade dos infelizes<sup>422</sup>”.

Por isso, argumentava em uma fala de notória sensibilidade social, rara para pensadores políticos do século XVIII, na qual se recusava a pensar o mundo em sua época pela chave bastante em voga de povos civilizados e povos não civilizados:

---

<sup>419</sup> Ibid., p.158.

<sup>420</sup> Ibid.

<sup>421</sup> Ibid., p.187.

<sup>422</sup> Ibid., p.180.

À primeira atribui-se felicidade e fartura; à outra sofrimento e carência. Mas embora nossa imaginação possa impressionar-se pela pintura a analogia, é, todavia, verdadeiro que uma grande parte da espécie humana, no que é denominado países civilizados, encontra-se num estado de pobreza e miséria bem abaixo da condição de um indiano. Não me refiro a um país, mas a todos. Assim é na Inglaterra, assim é em toda a Europa<sup>423</sup>.

“Quando em países classificados como civilizados, vemos os velhos irem para a casa de correção e os jovens para a forca, decerto alguma coisa está errada no sistema de governo<sup>424</sup>”, afirmava, ao defender que a nação deveria trabalhar para garantir instrução aos jovens e segurança aos indivíduos que envelhecessem. “Ao invés disso, os recursos de um país são esbanjados com reis, cortes, mercenários, impostores e prostitutas<sup>425</sup>”. Para Paine, havia recursos para garantir uma melhor condição de vida para os mais pobres, fosse pelo fim dos gastos inúteis daquele sistema de poder aristocrata e monárquico, fosse pela readequação de recursos a partir de cortes, realocações tributárias e uma reforma fiscal que corrigisse o injusto fardo dos impostos.

Com o intuito de mostrar que isso era possível, ele projetou um orçamento público e uma série daquilo que hoje chamamos de políticas sociais, prevendo como seria possível implementá-las e, ainda assim, diminuir a taxaço perante os mais pobres, simplesmente corrigindo as distorções daquela engrenagem tirânica. Paine mencionou uma base mais ampla de grupos sociais que poderiam receber assistência governamental, mas especificamente com relação a três deles – os idosos, as crianças e os pobres de centros urbanos - organizou e apresentou estratégias mais bem delineadas para combater seus agravos.

Com relação aos idosos, Paine considerava que ampará-los não era “uma questão de graça e favor, mas de direito<sup>426</sup>” já que todos os ingleses pagavam diversos impostos. “Convertendo-se, portanto, seu (dele ou dela) imposto individual numa anuidade, o dinheiro que receberá depois dos cinquenta anos será pouco mais do que o juro legal da quantia líquida que pagou<sup>427</sup>”.

Para o autor, a idade base para se iniciar a receber tal quantia era o de cinquenta anos porque, embora o homem desta idade ainda estivesse mentalmente vigoroso, já

---

<sup>423</sup> Ibid., p.187. O termo “indiano” na época remetia ao que hoje chamamos de povos indígenas.

<sup>424</sup> Ibid., p.194.

<sup>425</sup> Ibid., p.193-194.

<sup>426</sup> Ibid., p.219.

<sup>427</sup> Ibid., p.220.



começava a sentir a partir dali um declínio em sua capacidade física. Já quando atingissem os sessenta anos, o escritor apontava ser “imperioso” que estes não trabalhassem mais: “ao menos por uma simples questão de sobrevivência. É doloroso assistir aos velhos trabalhando no exaurir das forças vitais pelo pão de cada dia nos países ditos civilizados<sup>428</sup>”. Sua proposta era que aqueles que tivessem de cinquenta a sessenta anos recebessem seis libras por ano, e aqueles com sessenta anos ou mais, dez libras. Em seus cálculos, o valor repassado ao rei anualmente permitiria conforto às vidas de cento e quarenta mil velhos. O que vale mais? Perguntava, pedindo que “a razão e a justiça, a honra e a humanidade, e mesmo a hipocrisia, a bajulação, e o Sr. Burke, Jorge, Luís, Leopoldo, Caterina, Cornwallis, ou Tippto Saib<sup>429</sup>”, respondessem a esta questão.

Para melhorar a situação das crianças e de seus pais, o republicano planejava que houvesse um programa que permitisse que o governo pagasse quatro libras anuais para as famílias para cada filho menor de quatorze anos, desde que os pais se comprometessem a enviá-los à escola “para aprender a ler, escrever, e a aritmética elementar<sup>430</sup>”. Em sua argumentação, este projeto seria importante por dois motivos: de um lado, ajudaria a evitar que os pais empobrecessem – lhe preocupava o fato de que as famílias começavam a ter os rebentos como um fardo, e, em outra direção, promoveria a melhor instrução da próxima geração. Paine defendia que as crianças que fossem beneficiadas por esse sistema, conseqüentemente, teriam uma melhor condição social em virtude da educação recebida. Segundo ele, “muitos jovens, dotados de expressivo talento natural, que são aprendizes nas artes mecânicas ligadas ao comércio [...] são impedidos de avançar profissionalmente por todas suas vidas por falta de uma educação elementar quando eram meninos<sup>431</sup>”.

Por fim, a terceira questão social que recebeu uma atenção mais dedicada do escritor se referia à emergente pobreza nas grandes metrópoles inglesas de sua época. Segundo Thomas Paine, a situação social dos pobres que viviam em metrópoles era distinta daquela no campo ou em outras cidades: “Não acontece no campo pessoas morrerem literalmente de fome ou de frio por falta de um abrigo. Entretanto, casos deste gênero e igualmente deploráveis sucedem em Londres<sup>432</sup>”. Para lidar com isso, o autor propunha a construção ou ocupação de prédios para que tais edifícios pudessem receber

---

<sup>428</sup> Ibid., p.218.

<sup>429</sup> Ibid., p.220.

<sup>430</sup> Ibid., p.217-218.

<sup>431</sup> Ibid., p.218.

<sup>432</sup> Ibid., p.222-223.

seis mil pessoas, tanto como morada, como oficina de trabalho, garantindo-lhes algum emprego. Sua ideia era que não se impusesse nenhuma barreira para aqueles que lá chegassem – que nem sequer fosse perguntado pela identidade do necessitado: “a única condição imposta é que para tanto ou tantas quantas forem as horas de trabalho, a pessoa receberá um igual número de refeições de alimento saudável e alojamento quente<sup>433</sup>”. Ao final de sua estadia – que não deveria ter nenhum prazo estipulado, sendo a pessoa livre para chegar, partir e voltar quando quisesse - o pobre ainda teria direito a uma quantia do valor do trabalho que desempenhou no período. Para Paine, “construindo um abrigo desse gênero, pessoas temporariamente atingidas pela adversidade teriam a oportunidade para se recuperarem e se capacitarem a procurar melhores empregos<sup>434</sup>”:

Muitos jovens chegam a Londres cheios de expectativas, munidos de pouco ou nenhum dinheiro, e se não obtiverem imediatamente um emprego, estarão perdidos; e os meninos são criados em Londres sem quaisquer meios de subsistência, e como ocorre habitualmente em relação a pais dissolutos, se encontram numa condição ainda pior; e servos há muito deslocados, não se acham em situação muito melhor. Em resumo, um mundo de casos mesquinhos engrossa continuamente, do qual a vida ocupada ou afluenta não toma conhecimento, abrindo a primeira porta para o infortúnio. A fome não está entre as carências adiáveis, e um dia, mesmo umas poucas horas numa tal condição representa, com frequência, a crise de uma vida de ruína<sup>435</sup>.

Estes projetos compunham parte de um plano de governo republicano estruturado por Paine para demonstrar a plataforma de um projeto social que fosse fundado não nas negociatas e intrigas palacianas, mas no bem-comum daqueles por quem e para quem o governo deveria ser formado: o povo. Era isso, portanto, unir princípio e prática, a frase que servia como mote para a segunda parte de Direitos do Homem. De um lado, atacar os velhos privilégios aristocratas e de outro, remediar a dor daqueles que encontravam dificuldades em sobreviver pelas dificuldades impostas pela vida e pelos arranjos políticos usurpadores. Com seu quinto capítulo, Paine assentava estes como os pressupostos sobre os quais deveria se fundar um novo governo na Inglaterra:

Com a implantação desse plano, as leis referentes aos pobres, estes instrumentos de tortura civil, serão substituídas, e evitado o gasto inútil com litígios. Os corações humanos não precisarão se comover e se chocar com crianças esfarrapadas e famintas e com pessoas idosas de setenta e oitenta anos mendigando pão. Os moribundos pobres não

---

<sup>433</sup> Ibid., p.223.

<sup>434</sup> Ibid., p.224.

<sup>435</sup> Ibid., p.223.

serão arrastados de um lugar a outro para o seu último alento, como uma represália de paróquia contra paróquia. As viúvas contarão com o sustento de seus filhos e não serão carreadas, por ocasião da morte de seus maridos, como culpados e criminosos; e filhos não serão mais considerados o fator de aumento das aflições de seus pais. Os retiros dos infelizes serão conhecidos, porque isso será para o proveito deles, e o número dos pequenos delitos, o produto da angústia e da pobreza, será reduzido. Os pobres, bem como os ricos, estarão então interessados no apoio ao governo, e a causa e a apreensão de subversões e tumultos cessarão. Vós que sentais tranquilamente, e vos alegrais na fartura – e deste há na Turquia e na Rússia, como na Inglaterra – e que dizeis a vós mesmos: “Não estamos bem da vida?”. Já pensais nessas coisas? Quando o fizerdes, deixareis de falar e sentir somente por vós mesmos<sup>436</sup>.

Esse era um passo sem volta para as formulações teóricas de Paine. Até ali, o autor nunca havia tratado da pobreza e das questões populares de modo tão dedicado e sensível. Mesmo em 1776, quando escreveu um texto de radical chamamento popular, estabeleceu seus argumentos em outras bases. A primeira parte de *Direitos do Homem* havia seguido curso similar ao de *Common Sense*: questionava os fundamentos da monarquia, impunha uma lógica coerente argumentativa, cantava um futuro alvissareiro.

A segunda parte caminhava em um terreno basicamente inexplorado. Era uma retórica de radical enfrentamento contra tudo que estava estabelecido como poder na Inglaterra, e que buscava base social para esta batalha em um grupo de homens e mulheres com quem as elites parlamentares britânicas pouco aspiravam ter qualquer tipo de conexão. Para que a obra tivesse sucesso, era importante que este grupo se percebesse como sujeito político. É difícil mensurar com exatidão como essa peça impactou o ambiente político de 1792 em diante. O que é possível dizer é que, desta vez, o Gabinete não resistiria a censurá-lo, o que obrigou Paine a fugir para França, vítima do próprio sucesso. Para E. P. Thompson (2004, p.102), que, mesmo sem ser um admirador dos talentos intelectuais do autor<sup>437</sup>, lhe garantiu uma posição da maior relevância na história de luta dos trabalhadores ingleses por uma melhor condição de vida: “o que Paine deu ao povo inglês foi uma nova retórica de igualitarismo radical, que afetou as reações mais profundas do ‘inglês livre de nascimento’ e penetrou nas atitudes subpolíticas do operariado urbano”.

---

<sup>436</sup> Ibid., p.225.

<sup>437</sup> Segundo Thompson (2004, p.97), “Paine carece de qualquer profundidade de leitura, qualquer sentido de segurança cultural, e é traído por seu caráter arrogante e impetuoso, ao escrever passagens de uma mediocridade tal que a mente acadêmica ainda hoje estremece e o deixa de lado com um suspiro”.

Este foi, como só poderia ser, um processo de longa duração. Depois da segunda parte de *Os Direitos do Homem* e a sua proibição pelo governo inglês, a vida de Paine, que pelo menos nas últimas duas décadas já não havia sido exatamente monótona, seria marcada por um inimaginável turbilhão de acontecimentos – rumara, afinal, para França e lá se tornou, mesmo como estrangeiro, membro da Assembleia Nacional, de onde pôde assistir a imposição do Terror, que não só guilhotinara o rei e diversos filhos da Revolução, como inclusive mandara trancafiar o revolucionário escritor no antigo palácio Luxemburgo, transformado em prisão. O autor sobreviveria à experiência.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O “primeiro” Paine que o leitor encontrou nesta tese era, inegavelmente, um *outsider*. Chegou à América Britânica aos 37 anos, sem dinheiro ou propriedades e sem saber ao certo o que faria da vida. Pensando só a partir deste cenário, se o escritor tivesse simplesmente cumprido o desejo mais tarde professado pela filha de Benjamin Franklin, Sara, ou seja, morrido “no instante em que terminou *Common Sense*”, já seria uma história particularmente impressionante. Aliás, um dos maiores problemas de pesquisa que deixamos fora do escopo desta tese foi o de procurar compreender o que manteve o silêncio deste afiado pensador por pouco mais de três décadas e meia de vida. Essa tarefa, por si só colossal, demandaria tempo e investimentos que iam muito além das fronteiras desta pesquisa, com o vultoso investimento em pesquisas em arquivos ingleses que ainda não passaram por processos de digitalização. Aos poucos, novas pesquisas têm sinalizado detalhes sobre a vida pregressa de Paine e esta parecia ser a próxima fronteira para os estudos sobre o autor – era, pelo menos até encontrarem um escrito inédito de sua autoria sobre a Revolução Francesa de 195 páginas. O que pode competir com isso?

É evidente, e esperamos ter conseguido mostrar isso em nosso primeiro capítulo, que os “tempos que provam as almas dos homens” foram um gatilho para que Paine se lançasse ao combate com aguçada verve. É curioso como o cenário dramático foi capaz de gestar um escritor tão audacioso. É notório até mesmo se compararmos os seus textos de um ou dois anos antes na *Pennsylvania Magazine* com a obra-prima que é *Common Sense*: como se a aspereza da realidade impusesse ao autor se transformar. Ao nosso ver, o que há de mais rico em *Common Sense* tem sido, de modo geral, subapreciado por estudiosos dedicados à obra. Isso acontece provavelmente porque, em geral, se conhece e se estuda muito pouco sobre o complexo processo político que permitiu a vitória das colônias britânicas na América na guerra de Independência e, na década seguinte, o estabelecimento de um Estado Nacional que reunisse essas ex-colônias.

Não se entende *Common Sense*, de um lado, sem que nos debruçemos sobre os interesses que estavam em disputa na Pensilvânia, e, de outro, sem que compreendamos a natureza das relações estabelecidas entre as colônias insurretas no período de conflito com os britânicos. No primeiro caso, a falta de conhecimento sobre as especificidades dos conflitos de classes entre as duas oligarquias provinciais e os outros grupos que, nos últimos anos, aspiraram o acesso ao poder, inviabiliza que se perceba o conteúdo de forte

defesa de autodeterminação popular. Nele, Paine sustenta que os pobres, os artesãos, os soldados, os agricultores do interior – de modo geral, aqueles que estavam afastados das instâncias de poder na província, controlada pela elite quaker e proprietária – eram capazes de, por si mesmos, decidirem os próprios destinos. No segundo caso, uma visão anacrônica, que compreende os Estados Unidos pelo que eles se tornaram e não pelo que existia em 1776, impõe ao panfleto uma lógica “nacional” que só seria materializada na década seguinte. Assim, perde-se um dos pontos mais notáveis da obra: a sua leitura fabulosa, inexata e, inusitadamente premonitória, de uma nação que sequer existia, mas que para ele, já tinha o que era necessário, ideológica e materialmente, para derrotar o maior império do mundo.

Como se notou, ao longo da obra, fugimos de definições estipuladas de fora para dentro do seu tempo, e preferimos situar Paine a partir ou dos termos que ele próprio reivindicou ou daqueles que, nos debates em que ele se fez ouvir, estavam colocados. Neste caso, qualquer caracterização que tenha sido empreendida no decorrer deste escrito, deve ser devidamente contextualizada ao que se referia. Respeitar Paine é situá-lo precisamente em suas contendas. Quando dissemos, por exemplo, que *Common Sense* é uma obra independentista republicana, estamos situando precisamente o epíteto no contexto ao qual se referia: um texto escrito em um cenário de conflito armado para argumentar, na Pensilvânia, que havia um caminho possível para a ruptura com a Monarquia Britânica. Ao longo da obra, usamos diversas caracterizações para explicar os processos, reivindicando distintas noções políticas para nomear tanto Paine quanto aliados ou adversários. Elas nos foram de grande valia para ajudar a construir os fundamentos de nossa tese. A questão é não extravasá-las para outros ambientes, outros debates, outras épocas.

Dizer que Thomas Paine se intitulava um republicano não chega a ser digno de nota. Nem o menos atento dos leitores do autor será capaz de discordar. A questão é sensivelmente mais complexa que essa. O problema é mapear o conteúdo do que se concebia como republicano, uma advertência que o próprio autor expressou, aparentemente a ouvidos moucos: “A arte política de cortesões e reinados sempre consistiu em abusar de algo a que davam o nome de republicanismo. Mas o que era ou é republicanismo, jamais procuraram explicar<sup>438</sup>”. Que o autor tenha sentido a necessidade de buscar delimitar quais eram, para ele, os princípios “republicanos”, é sinal de que o

---

<sup>438</sup> Thomas Paine, *Direitos do Homem – Segunda Parte*, [1792], 2005, p.155.

termo era inexato o suficiente para não ser tratado como caracterização. Que alguém possa falar em tradição republicana nos parece absolutamente fora de lugar e mesmo se examinarmos como Paine trabalhou esta noção nos períodos aqui estudados, perceberemos que ele mesmo não foi sempre coerente, e, especialmente na primeira década pós-independência, chegou a ficar ao lado de quem “abusou de algo a que davam nome de republicanismo”.

Uma vez que procuramos nos afastar de determinações fechadas, utilizamos a noção de republicanismo sempre adequada à correlação de forças de cada ambiente no qual ela foi reivindicada. Boa parte das vezes, optamos por adjetivá-la, em um exercício básico de categorização contextual. O momento mais interessante para expressar o que estamos aqui defendendo se deu no segundo capítulo, quando mostramos de que modo a chamada *Republican Society*, de Robert Morris, James Wilson e outros célebres personagens da formação dos Estados Unidos, defendia ideias absolutamente contrárias às de “republicanismo radical” organizadas e defendidas, de modo inspirado, em *Common Sense*. Ali, os “republicanos” eram, na verdade, contrários à Constituição da Pensilvânia precisamente porque ela reunia uma série de medidas capazes de frear o lucro e o habitual domínio dos mais ricos. Neste caso, ser “republicano” era ser elitista e antipopular e ser constitucionalista, era, primeiro, acreditar na capacidade do povo mais pobre de governar e, mais importante ainda, defender que o papel do Estado era proteger a sociedade da exploração da elite. Essas palavras só fazem sentido naquele ambiente. Defender a Constituição da Pensilvânia não era defender a ideia abstrata de ter uma Constituição – era sim, acreditar no conteúdo daquilo que foi conquistado em 1776. Do mesmo modo, a “*Republican Society*” era o grupo que se reorganizava, ciente do triunfo das pautas independentistas, mas interessado em garantir que este novo Estado independente não fosse dominado pelas bases populares.

O segundo capítulo desta tese pode ser aquele mais incômodo aos admiradores de Thomas Paine, que, imaginamos, serão os possíveis interessados na leitura deste escrito. Ele é dedicado à experiência do autor no período em que as ex-colônias definiam seus arranjos políticos pós-independentistas ou, por assim dizer, às contradições da política de Paine em sua segunda década na América. Para nós, a mais impactante foi o abandono dos ideais de autodeterminação popular precisamente quando a elite “americana” atacava a Revolução. Aliás, mais que abandoná-los, Thomas Paine mudou de lado e emprestou seu talento, mediante remuneração e outras vantagens, a algumas das pautas elitistas do período.

Uma das estratégias analíticas e de investigação que se mostraram mais profficas ao longo da produção desta tese foi o estudo pormenorizado dos bastidores da política institucional. Ao nosso ver, olhar para como os homens disputam os espaços de onde se decidem os atos de poder em cada contexto foi extremamente útil para perceber quais os reais debates que estavam colocados. Fizemos isso no primeiro capítulo com relação à Assembleia da Pensilvânia, no segundo, com relação tanto à Assembleia quanto aos espaços deliberativos entre as colônias, e no terceiro mapeando a disputa de poder interno na Grã-Bretanha e na França. Sem isso, seria muito difícil compreender o significado do que se debatia.

O leitor não familiarizado com as complexas tramas no interior da oposição *whig* a Pitt, por exemplo, não será capaz de entender porque Burke foi tão original em sua defesa do que se concebe por “conservadorismo”; o estudante que tocar Direitos do Homem sem conhecer a permanente discussão sobre representação na Grã-Bretanha, e não entender como estava disseminada a interpretação favorável à Constituição e à noção do inglês como um povo privilegiado por ser livre, não terá a menor ideia de por que Paine foi considerado tão radical; o pós-graduando interessado em “pensamento político” que não entender o que havia de arrojado no sermão do Dr. Price ao propor uma guinada do momento dissidente à pauta revolucionária ficará perdido em meio a alusões a 1688; o professor que não souber que o intervalo entre a primeira e a segunda parte de Os Direitos do Homem foi precisamente o momento no qual o rei da França tentou fugir, não conseguirá explicar a um aluno mais atento se este, eventualmente, perguntar os motivos pelos quais a noção de “república”, basicamente ignorada na primeira parte do panfleto, aparece na segunda com tanta força. Thomas Paine foi um autor absolutamente dedicado a intervir em seu tempo, com trânsito entre os homens poderosos e incomparável capacidade de influência popular. Por isso, não é possível estudá-lo como se ele estivesse o tempo todo produzindo longe das convulsões, silencioso em um debate com filósofos do passado – e até do futuro, como não poucos têm exagerado em aparentemente supor.

Se quisermos manter coerência com o método empregado ao longo desta investigação, temos de ser bastante cautelosos antes de animarmo-nos em estabelecer vereditos, conclusões muito fechadas. Primeiro, porque, evidentemente, não temos a ambição de encerrar as questões, mas precisamente, abri-las. Como o leitor pôde perceber, nosso esforço ao longo dos três capítulos foi o de apresentar os processos históricos como complexos e indeterminados, superando lógicas duais e esquemas bem delimitados de abordagem. Não só por isso, mas também porque, como atentamos mais cedo, temos



ciência de que nossa obra trata de apenas três dos grandes momentos da trajetória intelectual e política de Thomas Paine. Por conta disso, julgamos arriscado traçar interpretações decisivas sobre facetas do autor sem empreender estudo similar em outros momentos igualmente importantes.

Se é verdade que saímos desta pesquisa muito diferentes de como a iniciamos, uma das premissas que mobilizou nossos esforços se mantém intacta: Thomas Paine é, mesmo, um personagem digno de nota, que merece atenção e mais estudos pormenorizados. Mais que isso: é um personagem que tem um texto tão criativo e tão inteligente e que escreveu para ambientes tão complexos e tão relevantes, que estudá-lo é um exercício inegavelmente prazeroso. Por tudo isso é que temos ciência de que nossa jornada com o autor não se encerra aqui.

## REFERÊNCIAS

### Textos de Thomas Paine

PAINE, Thomas. Response to the Riot Outside James Wilson's House. Pennsylvania: Packet, October [1779], 1995. In: PAINE, Thomas. **Collected Writings: Common Sense, The Crisis, and Other Pamphlets, Articles, and Letters, Rights of Man, The Age of Reason**, (Org) FONER, Eric., New York: Library of America, N. 76, 1995.

PAINE, Thomas. Crise Americana I, [1776]. In: PAINE, Thomas. **O Senso Comum e a Crise**. SARMENTO, Vera Lúcia de Oliveira (Trd). Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.

PAINE, Thomas. Senso Comum [1776]. In: PAINE, Thomas. **O Senso Comum e a Crise**. SARMENTO, Vera Lúcia de Oliveira (Trd). Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.

PAINE, Thomas. **Direitos do Homem**. BINI, Edson (Trd). Bauru, SP: EDIPRO, 2005.

PAINE, Thomas. A Crise Americana. Trad. De Luciane Oliveira Muller, Cadernos de Tradução (UFRGS) n. 36, 2015.

### Obras Completas (organização de Philip Foner de 1945)

Todos os textos abaixo listados fazem parte da coletânea abaixo referenciada. Entre colchetes, disponibilizamos a data da publicação original de cada um dos documentos em questão e, entre parênteses, em qual volume da obra organizada por Philip Foner pode ser encontrado o texto, com sua devida paginação.

PAINE, Thomas. **The Complete Writings of Thomas Paine**: with a biographical essay, and notes and introductions presenting the historical background of Paine's writings (2 vols). (Org) FONER, Philip. New York: Citadel Press, 1945.

A dialogue between General Wolfe and General Gage in a wood near Boston. Pennsylvania Journal, January [1775], 1945 (II), p. 47.

African Slavery in America, Pennsylvania Journal and Weekly Advertiser, March [1775], 1945 (II). p. 15-19.

Agrarian Justice, [1797], 1945 (I), p. 609.

Candid and Critical Remarks on a Letter Signed Ludlow, Pennsylvania Journal, June [1777], 1945 (II), p. 274.

Dissertations on Government; The Affairs of the Bank. And Paper Money, February [1786], 1945 (II), p. 367-414.

Letter to the Abbé Raynal (on the Affairs of North America: in which the Mistakes in the Abbes Account of the Revolution of America are Corrected and Cleared up), [1782], 1945 (II), p.211.

Letters to Rhode Island (I-VI), [1782-1783], 1945 (II), p. 334-366.

Prospects on the Rubicon: or an investigation into the causes and consequences of the politics to be agitated at the next meeting of Parliament, August [1787], 1945 (II), p. 633-634.

Reasons for Preserving the Life of Louis Capet, January [1793], 1945 (II), p. 551.

Republican Manifesto, July [1791], 1945 (II), p. 517.

The Dream Interpreted. Pennsylvania Magazine, May [1775], 1945 (II), p. 52.

The Forester's Letters I, [1776], 1945 (II), p. 71.

The Forester's Letters II, [1776], 1945 (II), p. 71.

The Forester's Letters III, [1776], 1945 (II), p. 78.

The Magazine in America. Pennsylvania Magazine, January [1775], 1945 (II), p. 1109.

Thoughts on Defensive War, Pennsylvania Magazine, July [1775], 1945 (II), p. 52.

To a Committee of the Continental Congress, October [1783], 1945 (II), p. 1226.

To Anonymous. London, April [1790], 1945 (II), p. 1300.

To Benjamin Franklin, Philadelphia, October [1778], 1945 (II), p. 1153-1154.

To Henry Laurens, Spring [1778], 1945 (II), p. 1142.

To His Excellency Benjamin Franklin, March [1787], 1945 (II), p. 1260-1261.

To his Excellency Elias Boudinot, President of Congress, June [1783], 1945 (II), p. 1217.

To His Excellency General Washington, November [1781], 1945 (II), p. 1202.

To his Excellency George Washington, London, May [1790], 1945 (II), p. 1303.

To Honorable Benjamin Franklin L.L.D., Philadelphia, June [1777], 1945 (II), p. 1132-1133.

To Honorable Benjamin Franklin LL.D, Philadelphia, July [1777], 1945 (II), p. 1135.

To Honorable Robert Morris, Esq., November [1781], 1945 (II), p. 1201.

To Kitty Nicholson Few, London, January [1789], 1945 (II), p. 1276.

To Messieurs Condorcet, Nicolas de Bonneville and Lanthenas, Paris, June [1791], 1945 (II), p. 1315.

To James Hutchinson, March [1781], 1945 (II), p. 1191.

To James Madison, May [1807], 1945 (II), p. 1486.

To Robert Morris, Esq., February [1782], 1945 (II), p. 1208.

To Robert Morris, November [1782], 1945 (II), p. 1213.

To the Abbe Sieyès, July [1791], 1945 (II), p. 519.

To the Committee of Claims of the House of Representatives, February [1808], 1945 (II), p. 1492.

To the Congress of the United States, September [1785], 1945 (II), p. 1252.

To the Honorable Benjamin Franklin, Esq., Yorktown, May [1778], 1945 (II), p. 1152.

To the Honorable Congress of the United States, Philadelphia, April [1779], 1945 (II), p. 1172-1173.

To The Honorable Henry Laurens, Philadelphia, September [1779], 1945 (II), p. 1178-1179.

To the People, Pennsylvania Packet, March [1777], 1945 (II), p. 269-272.

To the public, Freeman's Journal, March [1782], 1945 (II), p. 186.

To Thomas Jefferson, London, September [1788], 1945 (II), p. 1270.

To Thomas Jefferson, London, December [1788], 1945 (II), p. 1273.

To Thomas Jefferson, February/March [1789], 1945 (II), p. 1282.

To Thomas Walker ESQ, February [1789], 1945 (II), p. 1279.

Useful and Entertaining Hints, Pennsylvania Magazine, February [1775], 1945 (II), p. 1021.

## Documentos

Abigail Adams. Saturday Evening, 2 March, 1776, Familiar Letters of John Adams and his wife Abigail Adams, during the revolution, With a Memoir of Mrs. Adams, ed. Charles Francis Adams, New York, 1876, p.136-137.

Bath Chronicle and Weekly Gazette (BNA). Thursday, April 14, 1791, p. 3.

Benjamin Franklin. To Richard Bache, London, September 30 [1774], p. 248 in: FRANKLIN, Benjamin. **Writings of Benjamin Franklin**. Vol. VI (1773-1776). Collected and edited by Albert Henry Smith. New York: The McMillan Company, 1906.

Bury and Norwich Post (BNA). [Society for Constitutional Information], Wednesday, March 30, 1791. p. 2.

Cato. To the People of Pennsylvania – Letter I, American Archives, S4-V5-P01-sp06-D0091, (NIU Digital Collection).

Cato. To the People of Pennsylvania – Letter III, American Archives, S4-V5-P01-sp08-D0104, (NIU Digital Collection).

Cato. To the People of Pennsylvania – Letter IV, American Archives, S4-V5-P01-sp08-D0236 (NIU Digital Collection).

Cato. To the People of Pennsylvania – Letter V, American Archives, S4-V5-P01-sp08-D0296 (NIU Digital Collection).

Cato. To the People of Pennsylvania – Letter VI, American Archives, S4-V5-P01-sp13-D0197 (NIU Digital Collection).

Cato. To the People of Pennsylvania – Letter VII, American Archives, S4-V5-P01-sp13-D0214 (NIU Digital Collection).

Cato. To the People of Pennsylvania – Letter VIII, American Archives, S4-V5-P01-sp15-D0233 (NIU Digital Collection).

Certificate of Nomination to the Royal Society. May 17, 1759. **Founders**

**Online**, National Archives, last modified June 29, 2017.

<http://founders.archives.gov/documents/Franklin/01-08-02-0095>. Original source: *The Papers of Benjamin Franklin*, vol. 8, April 1, 1758, through December 31, 1759, Leonard W. Labaree. New Haven and London: Yale University Press, 1965. p. 356–360.

Chester Chronicle (BNA). [Manchester Constitutional Society], Friday, May 13, 1791. p.2.

Chester Chronicle (BNA). Friday, August 5, 1791. p. 4.

Civis. To the inhabitants of Philadelphia. (June 4, 1776), American Archives, S4-V5-P01-sp13-D0124 (NIU Digital Collection).

Derby Mercury (BNA). Thursday, April 21, 1791. p. 1.

Derby Mercury (BNA). [Authentic Advices from a Parisian Correspondent], Thursday, April 28, 1791. p. 2.

Francis Oldys, **The Life of Thomas Pain, the author of Rights of Man**, with a defence of his writings, Dublin: Printed for R. Cross, P. Byrne, P. Wogan, A. Grueber, J. Moore, J. Jones, T. Herry, W. M'Kenzie, W. Jones, R. M'Allister and W. Wattts, 1791.

From Thomas Jefferson to Francis Eppes, 19 January 1821," Founders Online, National Archives, last modified June 13, 2018, <http://founders.archives.gov/documents/Jefferson/98-01-02-1778>. [This is an Early Access document from The Papers of Thomas Jefferson: Retirement Series].

From Thomas Jefferson to Lafayette. April 2, 1790. **Founders Online**, National Archives, last modified June 29, 2017. <http://founders.archives.gov/documents/Jefferson/01-16-02-0163>. [Original source: *The Papers of Thomas Jefferson*, vol. 16, 30 November 1789–4 July, 1790, ed. Julian P. Boyd. Princeton: Princeton University Press, 1961. p. 292–293.

From Thomas Jefferson to Thomas Mann Randolph, Jr. June 20, 1790. **Founders Online**, National Archives, last modified June 29, 2017. <http://founders.archives.gov/documents/Jefferson/01-16-02-0314>. [Original source: *The Papers of Thomas Jefferson*, vol. 16, 30 November 1789–4 July 1790, ed. Julian P. Boyd. Princeton: Princeton University Press, 1961. p. 540–541.

Horace Walpole. To Marry Berry. April [1791]. Horace Walpole Correspondence (Yale Digital Collection). Vol. 11 (48 vols. ed. by WS Lewis), p. 239.

Horace Walpole. To Mary Berry, May [1791], Horace Walpole Correspondence (Yale Digital Collection), Vol. 11 (48 vols. ed. by W.S. Lewis), p. 260.

Ipswich Journal (BNA). [Nota n. 6], Saturday, April 30, 1791. p. 4.

John Adams to Thomas Jefferson. July 30, 1815. **Founders Online**, National Archives, last modified March 30, 2017. <http://founders.archives.gov/documents/Jefferson/03-08-02-0507>. Original source: *The Papers of Thomas Jefferson*, Retirement Series, vol. 8, October 1, 1814, to August 31, 1815, ed. J. Jefferson Looney. Princeton: Princeton University Press, 2011. p. 625–626.

John Adams. Philadelphia, March 19, 1776. Familiar Letters of John Adams and his wife Abigail Adams, during the revolution, With a Memoir of Mrs. Adams, ed. Charles Francis Adams. New York, 1876. p. 145.

Jon Katz, *The Age of Paine*, 5 de janeiro de 1995. Artigo originalmente publicado na revista física e acessado por nós em sua versão digital. Disponível em <https://www.wired.com/1995/05/paine/> (acessado em novembro de 2018).

*Journals of the Continental Congress*. Vol. I, 1774. Edited from the original records in the library of congress by Worthington Chauncey Ford chief, division of manuscripts. Washington: Government Printing Office, 1904.

Joseph Priestley. *Letters to the Right Honorable Edmund Burke, Occasioned on the Revolution in France*, Birmingham, [1791], (Vol. XXII), p. 70 – in: *The Theological and Miscellaneous Works of Joseph Priestley*, Edited by George Shellfield, 1831.

*Kentish Gazette* (BNA). Friday, April 15, 1791. p. 1.

*Kentish Gazette* (BNA). [Payne versus Burke, Candid], April (12-15), 1791. p. 2.

*Kentish Gazette* (BNA). Monday, June 13, 1791. p. 1.

*Manchester Mercury* (BNA). Tuesday, August 23, 1791. p. 3.

*Norfolk Chronicle* (BNA). Saturday, April 16, 1791. p. 3.

*Northampton Mercury* (BNA). [Friday and Saturday Posts], Saturday, May 21, 1791.

*Oxford Journal* (BNA). Saturday, July 30, 1791. p. 4.

Sir James Prior. *Memoir of the life and character of the Right Hon. Edmund Burke; with specimens of his poetry and letters and an Estimate of his Genius and Talents, Compared with those of his Great Contemporaries*, Second Edition, Vol. II, Printed for Baldwin, Cradock, and Joy, 1826.

Robert Morris. *Diplomatic Correspondence*, February [1782], 1830. p. 95-96. In: **The Diplomatic Correspondence of the American Revolution** (Edited by Jared Sparks), Vol. XII Boston: Nathan Hale and Gray & Bowen, 1830.

Richard Price. *Um Discurso sobre o amor ao nosso país*. Tradução: Guilherme Tadeu de Paula. *Revista Espaço Acadêmico*, n.194, Julho/2017 [November/1789], Ano XVII, p.152.

Richard Price. *A Discourse on the love of our country* (Prefácio à quarta edição). In: **Price: Political Writings**. New York: Cambridge University Press, 1991, p. 177.

*Sheffield Register, Yorkshire, Derbyshire, & Nottinghamshire Universal Adviser* (BNA). [Burke and Paine Compared], Friday, April 22, 1791. p. 4.

*Sheffield Register, Yorkshire, Derbyshire, & Nottinghamshire Universal Adviser* (BNA). Friday, June 17, 1791.

*Sheffield Register, Yorkshire, Derbyshire, & Nottinghamshire Universal Adviser* (BNA). Friday, September 2, 1791. p. 2.

Speeches of the Right Honourable Charles James Fox (In Six Volumes). Vol. IV, Printed By Longman, Hurst, Rees, Orme and Brown, Paternoster-Row and J. Ridgway, Picadilly, London, 1815.

The CONSTITUTION of the Commonwealth of PENNSYLVANIA, as established by the GENERAL CONVENTION elected for that purpose, and held at Philadelphia, July 15, 1776. And continued by adjournments to September 28th, 1776. In: The Register of Pennsylvania, Edited by Samuel Hazard, Vol. IV, n. 14, Philadelphia, October 3, 1829, n. 92.

The Leeds Intelligencer (BNA). Tuesday, March 22, 1791. p. 2.

The Leeds Intelligencer (BNA). Tuesday, April 19, 1791. p. 3.

The New York Times, School Ban Asked on ‘Citizen Paine’, February, 5, 1947

The Scots Magazine (BNA). [New Books: History, Biography, Law.], November, 1791. p. 23.

Thomas Jefferson to Francis Eppes New York. July, [1790], in: The Writings of Thomas Jefferson collected and edited by Paul Leicester Ford, Vol. V (1788-1792), G.P. Putnam’s Sons, New York, 1785, p. 193-195.

Thomas Jefferson to John Adams. August 10, 1815. **Founders Online**, National Archives, last modified March 30, 2017. <http://founders.archives.gov/documents/Jefferson/03-08-02-0533>. Original source: The Papers of Thomas Jefferson, Retirement Series, vol. 8, 1 October 1814 to August 31, 1815, ed. J. Jefferson Looney. Princeton: Princeton University Press, 2011, p. 656–659.

To George Washington from Lafayette. March 17, 1790. **Founders Online**. National Archives, last modified June 29, 2017. <http://founders.archives.gov/documents/Washington/05-05-02-0159>. Original source: *The Papers of George Washington*, Presidential Series, vol. 5, 16 January 1790– 30 June 1790, ed. Dorothy Twohig, Mark A. Mastromarino, and Jack D. Warren. Charlottesville: University Press of Virginia, 1996, p. 241–243.

To George Washington from Moustier. July 12, 1790. **Founders Online**. National Archives, last modified June 29, 2017. <http://founders.archives.gov/documents/Washington/05-06-02-0031>. Original source: *The Papers of George Washington*, Presidential Series, vol. 6, 1 July 1790–30 November 1790, ed. Mark A. Mastromarino. Charlottesville: University Press of Virginia, 1996, p. 74–76.

To Thomas Jefferson from William Short. April 26, 1791. **Founders Online**. National Archives, last modified June 29, 2017. <http://founders.archives.gov/documents/Jefferson/01-20-02-0075>. Original source: The Papers of Thomas Jefferson, vol. 20, 1 April–4 August 1791, ed. Julian P. Boyd. Princeton: Princeton University Press, 1982, p. 265–267.



Wired UK, April, 1995.

## Referências Bibliográficas

ABREU, Eide Sandra Azevedo. **O evangelho do comércio universal: o desempenho de Tavares Bastos na liga progressista e no Partido Liberal (1861-1872)**. Tese de Doutorado, Unicamp, Campinas, SP, 2004.

ALDRIDGE, Alfred Owen. **Thomas Paine's American Ideology**. New Jersey: Associated University Presses, 1984.

ALEXANDER, John K. The Fort Wilson Incident of 1779: A Case Study of the Revolutionary Crowd. In: **The William and Mary Quarterly**, Vol. 31, N. 4, Oct, 1974. p. 589-612.

ATHERTON, Jonathan. Rioting, Dissent and the Church in Late Eighteenth Century Britain: The Priestley Riots of 1791. **Doctor of Philosophy Thesis**. University of Leicester, 2012.

BANGS, Jeremy Dupertuis. **The Travels of Elkanah Watson: Na American Business Man in the Revolutionary War, in 1780s Europe and in the formative decades of the United States**. Jefferson, NC: McFarland & Company, 2015.

BATTISTINI, Matteo. Thomas Paine nella trasmissione atlantica della rivoluzione. **Dottorato di Ricerca Europa e Americhe: Costituzione, Dottrine e Istituzioni Politiche "Nicola Matteucci" Ciclo XX**, Università di Bologna, 2008.

BEEAMAN, Richard R. **The varieties of political experience in eighteenth-century America**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2006.

BENOIT, Alan. Citizen Tom Paine by Howard Fast: **The New Masses**, July, 6, 1943, p.24-25.

BODENHORN, Howard. **State Banking in Early America: A New Economic History**. New York: Oxford University Press, 2003.

BONALDO, Rodrigo Bragio. Comemorações e efemérides: ensaio episódico sobre a história de dois paralelos. **Tese de Doutorado (UFRGS)**, Porto Alegre, 2014.  
BOURKE, Richard. **Empire & Revolution: The political life of Edmund Burke**. New Jersey: Princeton University Press, 2015.

BOUTON, Terry. **Taming Democracy: "The People", The Founders, and the Troubled Ending of the American Revolution**. New York: Oxford University Press, 2007.

BROOKS, Olive King. The Political Philosophy of Dr. Richard Price. **Master of Education**, Boston University (School of Education), 1929.

BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a Revolução em França.** (Trd) FARIA, Renato de Assumpção; PINTO, Denis Fontes de Souza; MOURA, Carmen Lúcia Richter Ribeiro. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.

CARP, Benjamin. **Rebels Rising:** cities and the American Revolution. New York: Oxford University Press, 2007.

CHEETHAM, James. **The Life of Thomas Paine.** America Printed: London: Reprinted for A. Maxwell, Bell Yard, Temple Bar, 1817.

CLAEYS, Gregory. **Thomas Paine:** social and political thought. Unwyn Hyman, Boston, [1989], Taylor & Francis e-Library, 2001.

CLARK, J.C.D. **Thomas Paine:** Britain, America & France in the Age of Enlightenment and Revolution. Oxford: Oxford University Press, 2018.

CLEARY, Scott; STABELL, Ivy Linton. **New Directions in Thomas Paine Studies,** London: Palgrave MacMillan, 2016.

CONWAY, Moncure. **The life of Thomas Paine.** Vol. 1. New York and London: G.P. Putnam's Sons, 1892.

COTLAR, Seth. **Tom Paine's America:** the rise and fall of transatlantic radicalism in the early republic. Charlottesville: University of Virginia Press, 2011.

COUNTRYMAN, Edward. **The American Revolution.** New York: Hill & Wang, 1985.

DAVIDSON, Philip. **Thomas Paine: Representative Selections,** with Introduction, Bibliography, and Notes By Clark Harry Hayden, Professor of English, University of Wisconsin. [American Writers Series, Harry Hayden Clark, General Editor.] (New York: American Book Company. 194; Pp.436), **The American Historical Review,** Volume 50, Issue 1, 1944.

DE PAULA, Guilherme T. **“Eu pego meu mosquete e agradeço aos céus por tê-lo posto em minhas mãos”:** o problema da doutrina Quaker da não-violência na **Revolução Americana**”. VIII Congresso Internacional de História, ISSN: 2175-4446, VIII CIH, p.43-49, 2017.

DOERFLINGER, Thomas M. **A Vigorous Spirit of Enterprise:** Merchants and Economic Development in Revolutionary Philadelphia. Chapel Hill, NC: University of North Carolina Press, 1986.

EDISON, Thomas Alva. **The Philosophy of Thomas Paine,** **Journal of Radical History** (vol.11, number 2, 2012).

FENNESSY, R.R. **Burke, Paine and the Rights of Man:** A difference of political opinion. La Haye: Martinus Nijhoff, 1963.

FLORENZANO, Modesto. **Começar o mundo de novo: Thomas Paine e outros estudos.** Livre Docência, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

\_\_\_\_\_. **Thomas Paine Revisitado.** Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Conferência proferida em 22 de março de 1996. Disponível em <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/florenzanthomaspaine.pdf> (acessado pela última vez em 19 de dezembro de 2018).

FONER, Eric. **Tom Paine and Revolutionary America.** New York: Oxford University Press, 1976. (reprint, 1981).

FRUTCHMAN, Jake (Jr.). **Apostle of Freedom.** New York: Four Walls Eight Windows, 1994.

\_\_\_\_\_. **The Political Philosophy of Thomas Paine.** Baltimore: The John Hopkins University Press, 2009.

GARRARD, Graeme. Verbete: French Enlightenment, In: **Encyclopedia of Modern Political Thought** (Org) CLAEYS, Gregory. London: CQ Press, 2013.

GEORGE, Katherine. Boof Review: Man of Reason: The Life of Thomas Paine by Alfred Owen Aldridge, **The Western Pennsylvania Historical Magazine**, Volume 43, Number 3, September, 1960, p.290-292.

HAMILTON, Matthew K. The Rise and Fall of a Revolutionary Relationship: George Washington and Thomas Paine, 1776-1796. **Masters of Arts** (History). University of North Texas, August 2009.

HAWKE, David Freeman. **Paine.** New York: W.W. Norton & Company Inc. 1992.

HILL, Christopher. **Puritanism and Revolution: Studies in Interpretation of the English Revolution of the Seventeenth Century,** New York: St. Martin's Press, 1997.

HILTON, Boyd. **A Mad, Bad and Dangerous People.** New York: Oxford University Press, 2006.

HITCHENS, Christopher. Os Direitos do Homem: uma biografia. Trad. Sergio Lopes. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

HOBBSAWM, Eric. **Pessoas Extraordinárias: Resistência, Rebelião e Jazz.** Tradução de Irene Hirsch e Lólio Lourenço de Oliveira. 3a edição, São Paulo: Paz e Terra, 2005.

HUTSON, James H. An Investigation of the Inarticulate: Philadelphia's White Oaks. **The Will and Mary Quarterly**, Vol. 28, No 1, Jan., p.3-25, 1971.

KAYE, Harvey. **Thomas Paine and the promise of America.** New York: Hill and Wang, 2005.

KEANE, John. **Tom Paine: a political life.** London: Bloomsbury, 1995.

- LARKIN, Edward. **Thomas Paine and the Literature of Revolution**. New York: Cambridge University Press, 2005.
- LEBOVITZ, Adam. Sources and Interpretations: An Unknown Manuscript on the Terror, Attributed to Thomas Paine, *The Will and Mary Quarterly*, vol. 75, n. 4, October 2018.
- LEVIN, Yuval. **O Grande Debate**: Edmund Burke, Thomas Paine e o Nascimento da Esquerda e da Direita. Trad. de Alessandra Bonrruquer. Rio de Janeiro: Record, 1ª edição, 2017.
- LOPES, Marcos Felipe de Brum. A árvore proibida do sacerdócio: razão e religião segundo Tom Paine. **Revista Temporalidades**, UFMG, vol. I, nº 1, 2009.
- LOUGHRAN, Trish. **The Republic in Print**: Print Culture in the Age of U.S. Nation Building, 1770-1870. New York: Columbia University Press, 2007.
- LOUNISSI, Carine. **Thomas Paine and the French Revolution**. London: Palgrave MacMillan, 2018.
- MAAMARI, Adriana Mattar. **A República e a Democracia em Thomas Paine**. 2007. Tese de Doutorado – FILOSOFIA/USP, 2007.
- MACIEL, Fred. Independência e Nacionalidade: Aspectos Sócio-Políticos e Institucionais na América. **Clio -Revista de Pesquisa Histórica**, n.31.1, 2013.
- MARSON, Adalberto. **A Ideologia Nacionalista em Alberto Torres**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1979.
- MERRIAM, Charles. Review: Thomas Paine. By Harry Hayden Clark. (New York: The American Book Company. 1944. Pp. 436.) - The Philosophy of Thomas Jefferson. By Adrienne Koch. (New York: Columbia University Press. 1943. Pp. 208. \$2.50.), **American Political Science Review**, Vol. 38, Issue 4 (p.793-795), 1944.
- McMILLIN, Robyn Davis. Verbete: Raynal, Guillaume-Thomas-François, Abbé (Abbé Raynal). In: **Encyclopedia of Revolutionary America**. 3 Vols. (Org) GILJE, Paul A. New York: Facts on File, 2010.
- NASH, Gary. Chapter Four – Philadelphia's Radical Caucus That Propelled Pennsylvania to Independence and Democracy (p.75-94). In: YOUNG, Alfred; NASH, Gary; RAPHAEL, Ray. **Revolutionary Founders**: rebels, radicals, and reformers in the making of the nation. New York: Alfred A. Knoff, 2011.
- NEWCOMB, Benjamin. Effects of the Stamp Act on Colonial Pennsylvania Politics. In: **The William and Mary Quarterly**. V. 23, N. 2, Apr/ 1966. p. 257-272.
- PHILP, Mark. **Thomas Paine**. New York: Oxford University Press, 2007.
- RAPPLEYE, Charles. **Robert Morris: financier of the American Revolution**. New York: Simon & Schuster, 2010.

RAYNAL, Guillaume Thomas François. **A Revolução na América**. Prefácio e organização de FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida; MUNTEAL, Oswaldo. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993.

RIBEIRO, Renato Janine. **Ao leitor sem medo: Hobbes escrevendo contra seu tempo**. 2. ed., Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

\_\_\_\_\_. Não há pior inimigo do conhecimento que a terra firme. **Tempo Social; Rev. Sociologia, USP**, São Paulo, 11(1), 189-195, maio de 1999.

RICHEY, Russell E. The Origins of British Radicalism: The Changing Rationale for Dissent. In: **Eighteenth-Century Studies**. V. 7, N. 2, Winter, 1973-1974. p. 179-192.

RICKMAN, Thomas Clio. **The life of Thomas Paine**, author of Common Sense, Rights of Man, Age of Reason, Letter to Addressers, etc, etc. London: Printed and Published by Thomas Clio Rickman, 1819.

RYERSON, Richard Alan. Political Mobilization and the American Revolution: The Resistance Movement in Philadelphia, 1765 to 1776. In: **The William and Mary Quarterly**, V. 31, N 4, Oct, 1974. p. 565-588.

ROSSWURM, Steven. **Arms, country and class**: The Philadelphia Militia and the “Lower Sort” during the American Revolution, 1775-1783. Rutgers University Press, 1987.

\_\_\_\_\_. Review: Tom Paine’s American Ideology. *Eighteenth-Century Studies*, Vol. 19, No 4, Summer, 1986, p.549-551.

SMITH, C. Page. The Attack on Fort Wilson. In: **The Pennsylvania Magazine of History and Biography**. V. 78, N. 2, Apr, 1954. p. 177-188.

Souza, Ricardo Luiz. Thomas Paine e Edmund Burke: contrastes, aproximações, **Revista Múltipla**, Brasília, 12(22), junho, 2007.

SUPLICY, Eduardo. **Um diálogo com Milton Friedman sobre o Imposto de Renda Negativo**. Basic Income European Network – VIII International Congress, Berlin, 2000.

TAYLOR, Ben James. Political Argument in Edmund Burke’s Reflections: a Contextual Study. **Doctor of Philosophy**. The University of Birmingham: Department of Political Science and International Studies – School of Social Sciences, 2010.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. (Trd) BOTTMANN, Denise. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

UNGER, Harlow Giles. **Lafayette**. New Jersey: John Willey & Sons, Inc, 2002.

VALE, Gilbert. **The life of Thomas Paine**, with with critical and explanatory observations on his writings, New York: Published by Author, at the Beacon Office, Chatham Square, 1853.

VINCENT, Bernard. **Thomas Paine**: O revolucionário da liberdade. (Trd) CAMPOS, Sieni Maria. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

WARD, Lee. **The Politics of Liberty in England and Revolutionary America**. New York: Cambridge University Press, 2004.

WRIGHT, Robert E. **One Nation under Debt**: Hamilton, Jefferson, and the History of What We Owe. New York: McGraw-Hill, 2008.

WOOD, Ellen M. **Citizen to Lords**: A Social History of Western Political Thought from Antiquity to the Middle Ages. New York and London: Verso, 2008.

\_\_\_\_\_ **Liberty and Property**: A Social History of Western Political Thought from the Renaissance to Enlightenment. New York and London, Verso, 2012.

WOODRESS, James. Reviewed Work: *Man of Reason: The Life of Thomas Paine* by Alfred Owen Aldridge, **Science & Society**, Vol. 25, No. 1 (Winter, 1961).

YOUNG, Alfred; NASH, Gary; RAPHAEL, Ray. **Revolutionary Founders**: rebels, radicals, and reformers in the making of the nation. New York: Alfred A. Knoff, 2011.